

Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento  
libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)

João Carlos Marques

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático, ISCTE – Instituto Universitário de  
Lisboa

Coorientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada, ISCTE – Instituto Universitário de  
Lisboa

Junho, 2020

Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento  
libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)

João Carlos Marques

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Doutora Maria Luísa Tiago de Oliveira (Presidente do Júri), ISCTE – Instituto  
Universitário de Lisboa

Doutor José Manuel Viegas Neves, Professor Auxiliar, Universidade Nova de Lisboa  
Doutora Maria Alexandre Lopes Campanhã Lousada, Professora Auxiliar, Universidade  
de Lisboa

Doutor Cândido Gonçalo Rocha Gonçalves, Professor Adjunto, Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro

Doutor Carlos Manuel Coelho Maurício, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto  
Universitário de Lisboa

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada, ISCTE – Instituto Universitário de  
Lisboa

Junho, 2020

*Com amor, para Priscila Costa e para  
Helena Marques.*

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta parte da Tese é um motivo de grande satisfação, não somente pelo facto de se chegar ao final de um percurso longo e complexo, que envolveu muitas pessoas e sentimentos, mas também por trazer à memória lembranças desta trajetória vivida desde a submissão do projeto, cujo tema me levou, junto com a minha família, a atravessar o Atlântico. Ao lembrar deste longo processo não poderia deixar de agradecer à Deus pela graça derramada, cujo propósito me levou a viver coisas antes nunca imaginadas. À minha família pelo apoio e torcida pela conclusão desta etapa. Aos meus pais, José e Maria, pelos ensinamentos e por todos os esforços que fizeram para pudesse concluir os meus estudos. Aos meus sogros, Mário e Janaína, pela ajuda material e emocional nos últimos dez anos. Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de doutorado pleno no exterior, sem a qual não seria possível esta empreitada.

Agradeço ao professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, que aceitou orientar-me e possibilitou a concretização deste grande desafio, pelas leituras atentas durante a fase de redação e elaboração dos primeiros esboços, pelas sugestões de leituras e pelo auxílio na superação das dificuldades e dos limites impostos pelas diferenças culturais.

À professora Doutora Maria João Vaz, minha coorientadora, a quem agradeço pela paciência, pela dedicação e atenção às minhas dificuldades e anseios sobre os rumos do projeto, suas contribuições para esta Tese estão em cada página, redigidas atentamente sob a luz de cada sugestão e recomendação, feitas sempre com profissionalismo e dedicação, qualidades típicas de quem é apaixonado pela profissão. Embora a responsabilidade pelas limitações e falhas desta Tese sejam exclusivamente minhas, sua elaboração ganhou maior relevância a partir das reuniões com a professora.

Aos amigos Paula e Pedro Silva, amigo e companheiro de jornada, guardo com amizade as suas palavras e críticas à tese. Quando tudo parecia incerto durante a investigação nossas conversas nos intervalos das aulas, os cafés, os almoços, ou compartilhando as mesas da Biblioteca Nacional de Lisboa, ajudaram a amenizar a distância do Brasil e avançar na redação. Suas sugestões para estudar a circulação de pessoas pelo Atlântico e as ideias para a organização do índice, foram decisivas para o andamento da investigação. Aos demais amigos de doutoramento, João Lázaro, Marco Póvoa e Gonçalo Mineiro, meu agradecimento pela forma como nos acolheram em Lisboa, por todas as trocas e pelos inúmeros auxílios durante a estada em Portugal. Deste

ambiente guardo com grande estima as sugestões de Gonçalo Gonçalves, suas recomendações de leituras, pelo empréstimo da obra de Richard Bach Jensen, sou muito grato pelo seu encorajamento para escrever a biografia do jornalista Pinto Quartim.

Aos professores do ISCTE-IUL, em especial às professoras do programa de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, a professora Doutora Magda Pinheiro, professora Doutora Luisa Tiago de Oliveira e a professora Doutora Fátima Sá, por todas as sugestões e os debates nas aulas, que contribuíram na superação das dificuldades. Aos professores, Doutor Carlos Maurício e Doutor Nuno Luís Madureira, pelas observações e críticas ao projeto inicial. Ao professor Doutor João Arsénio Nunes pelas sugestões de leituras e contribuições sobre o movimento operário português.

À Doutora Joana Dias Pereira e ao Doutor João Freire, membros do júri de qualificação, pelas valiosas e pertinentes críticas ao projeto, as quais procurei seguir à altura. Agradeço ainda, ao professor João Freire pela atenção e gentileza ao atender aos meus emails e pelas sugestões de pesquisa.

Agradeço aos funcionários e funcionárias das bibliotecas e arquivos que desenvolvi grande parte da investigação em Portugal, em especial do Arquivo Histórico Social da Biblioteca Nacional de Lisboa; do Arquivo História Diplomático de Lisboa; do Arquivo Nacional Torre do Tombo; aos funcionários(as) da Biblioteca da Universidade de Coimbra; às funcionárias da biblioteca do Museu do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira. Em especial agradeço à Madalena Soares dos Reis e à Maria Coutinho, do Arquivo de História Social do ICS, pela atenção aos meus constantes pedidos de documentos no Espólio do jornalista Pinto Quartim.

Aos professores do PPGHS da Universidade Estadual de Londrina, em especial à Doutora Sylvia Lenz, pelas críticas, as valiosas sugestões aos primeiros esboços e as dicas de boas práticas de redação, mesmo do outro lado do Atlântico sempre se fez muito presente durante esta trajetória. E à professora Doutora Ana Heloísa Molina pela atenção que sempre dedicou à minha pesquisa e pela ajuda durante o ingresso ao doutoramento.

Agradeço à historiadora brasileira Thaíla Queiroz, do Rio de Janeiro, que gentilmente concedeu documentos indispensáveis para construção desta Tese.

Ao professor Doutor Hernán Hamírez pelas indicações e referências dos estudos sobre o Estado do Rio Grande Sul e as relações de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai.

À professora Isabel Bilhão, pelas sugestões de fontes e arquivos, sua dedicação e orientações desde os primeiros passos rumo aos estudos sobre o Mundos do Trabalho, estiveram presentes em meu imaginário ao longo dos últimos anos dez anos.

Sou grato aos amigos Elizabeth Alves, Eduardo Angelo e Cindi Angelo pelo acompanhamento espiritual. Aos amigos que a cidade Lisboa nos apresentou: ao Fábio Moreira, à Cláudia, ao Carlos Costa, ao José (Zezinho) e à Anne, ao Carlos e à Franciele, ao Márcio e à Julia Vitorino, ao Márcio e Ana Caetano, por dividir suas histórias e a mesa com minha família. À Lis pelos natais e pelo auxílio na Biblioteca de Lisboa. À Alexandra Dutra, ao Roger e ao Osmar pelo auxílio no transporte de livros entre Brasil e Portugal. Ao Gabriel e à Lívia, pela amizade, meu muito obrigado.

À minha família pelo apoio e suporte mesmo longe, sem dúvida essenciais para a realização deste trabalho, ao meu irmão Eduardo Marques pela ajuda nas últimas fases de redação da Tese. Ao Lucas e a Carla, pelas correções e sugestões de redação.

À Helena, pelos aprendizados, risadas e brincadeiras, que amenizaram a tensão decorrente do esforço em enfrentar as dificuldades, herança que o douramento me trouxe antes mesmo de finalizar a Tese. Pelos abraços, carinhos, pelos bolos de chocolate, pelas palavras de incentivos, pelo apoio incondicional, pelas inesquecíveis tardes nas margens do Tejo, por ter aceitado dividir este momento ao meu lado, agradeço à minha amada esposa e companheira Priscila, por auxiliar muitas vezes na investigação e na revisão preliminar dos textos, como minha primeira crítica e leitora. A ela, que com seu sorriso iluminou os meus dias de inverno, dedico este trabalho, esta Tese é nossa.

## RESUMO

O objetivo principal desta tese é compreender o movimento e a composição das “ondas libertárias” que circularam pelo Atlântico no alvorecer do século XX, tendo como fio condutor a trajetória do jornalista António Thomas Pinto Quartim (1887-1970). Pinto Quartim colaborou e dirigiu importantes veículos de propaganda e de doutrinação anarquista nos dois lados do Atlântico. O seu percurso individual constitui um contributo importante para compreender as transformações ocorridas no interior do movimento anarquista brasileiro e português e as ressonâncias no carácter revolucionário que o sindicalismo assumiu nos dois países. O recorte temporal privilegia o período que compreende o nascimento do jornalista até os finais da década de 1920, momento em que o sindicalismo revolucionário atingiu a sua maturidade e hegemonia entre os trabalhadores portugueses. Cobrindo assim, a sua origem no Rio de Janeiro aos primeiros contatos com o anarquismo em Coimbra, a sua expulsão para o Brasil ao regresso a Portugal. Apesar das referências ao militante, pelos estudos que abordam o anarquismo e o movimento operário, a trajetória de Pinto Quartim ainda permanece desconhecida, principalmente o período de exílio no Rio de Janeiro. Portanto, pretende-se resgatar parte da história de uma das principais figuras do movimento libertário internacional, revelando que o “fazer-se” anarquista do primeiro editor chefe de *A Batalha*, porta voz da organização operária portuguesa, não pode ser compreendido sem levar em consideração o processo de “ambientalização” que as suas ideias experimentaram na América do Sul, ambientes marcados pela presença de “indesejáveis” que cruzavam o Atlântico, expulsos de toda parte.

**Palavras-chave:** Anarquismo, Sindicalismo, Migração, Movimento Operário, Pinto Quartim.

## ABSTRACT

The main objective of this thesis is to understand the movement and composition of the “libertarian waves” that circulated in the Atlantic at the dawn of the 20th century, having the trajectory of the journalist António Thomas Pinto Quartim as the guiding thread. Pinto Quartim collaborated and directed important vehicles of propaganda and anarchist indoctrination on both sides of the Atlantic. His individual journey is an important contribution to understanding the transformations that took place within the Brazilian and Portuguese anarchist movement, and Portuguese anarchist movement and the resonances in the revolutionary character that unionism assumed in both countries. The time frame favors the period that includes the birth of the journalist until the end of the 1920s, a time when revolutionary unionism reached its maturity and hegemony amongst Portuguese workers. Covering thus, his origin in Rio de Janeiro at the first contacts with anarchism in Coimbra, his expulsion to Brazil on his return to Portugal. Despite the references to the militant, due to the studies that deal with anarchism and the workers' movement, Pinto Quartim's trajectory remains unknown, especially the period of exile in Rio de Janeiro. Therefore, it is intended to rescue part of the history of one of the main figure of the international libertarian movement, revealing that the “making oneself” an anarchist of the first chief editor of *A Batalha*, spokesman for the Portuguese workers' organization, it cannot be understood without taking into account the process of “environmentalization” that his ideas experienced in South America, environments marked by the presence of “undesirables” that crossed the Atlantic, expelled from everywhere.

**Keywords:** Anarchism, Syndicalism, Migration, Labor Movement, Pinto Quartim.

## ÍNDICE

Introdução.....	1
1. “A Tromba se enche no Brasil e Chove em Portugal”: ideias e pessoas pelo Atlântico no alvorecer do século XX .....	21
1.1. Anarquismo e sindicalismo: conexões na América do Sul.....	34
2. Um indesejável de fala muito cantante e muito viciosa .....	47
2.1. Nascido naquela região da Terra a que chamam Brasil.....	54
3. “Os intransigentes de 1907”: António Pinto Quartim e os estudantes revolucionários de Coimbra .....	69
3.1. Trocas e experiências transnacionais no espaço coimbrão no alvorecer do século XX .....	78
3.2. O manifesto dos estudantes revolucionário de Coimbra.....	103
3.3. Positivismo, anarquismo e republicanismo: do “202” coimbrã ao “confuso palácio” .....	107
3.4. <i>Mocidade, Vivei!</i> .....	119
4. “Oh! as Repúblicas!”: uma Terra Livre, numa terra não livre .....	137
4.1. Os efeitos de uma bomba sobre uma “terra livre” .....	166
5. Um indesejável pelo Atlântico .....	183
5.1. Uma viagem “arrelhada”: do Limoeiro aos trópicos .....	189
5.2. O anticlericalismo e o operariado carioca.....	214
5.3. Uma nova <i>Vida</i> , numa <i>Terra</i> menos <i>livre</i> .....	220
5.4. Anarquismo e jornalismo nos trópicos: “O Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas” .....	233
5.5. Para que voltara: o que Afonso fez, Bernardino desfez.....	243
Conclusão .....	259
Fontes e Bibliografia .....	269
Anexos.....	291

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

AIT – Associação Internacional do Trabalho

CGT – *Confédération Générale du Travail*

COB – Confederação Operária Brasileira

CRAC – Centro Republicano Académico de Coimbra

FOLS – Federação Operária de Santos

FORA – *Federación Obrera Regional Argentina*

FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro

GIS – Gabinete de Investigações Sociais

NEA - Núcleo de Educação Anarquista de Coimbra

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

UON – União Operária Nacional

*“Já que vamos, é bom saber aonde...  
O grão de pó, que o simoun levanta,  
E leva pelo ar e envolve e esconde,  
Também, no turbilhão, se agita e espanta,  
Também pergunta aonde vai e d’onde  
O traz a tempestade que o quebranta...  
E o homem, bago d’agua pequenino,  
Também tem voz na onda do destino!”  
Antero de Quental. À História, 1875.*

*“Sob sol do Brasil a bananeira abre-se em  
fruto e o português abre-se em brasileiro. Eis o  
formidável princípio. – O Brasileiro é o  
Português desabrochado.”  
Ramalho Ortigão; Eça de Queiroz. As  
Farpas, 1872.*

## INTRODUÇÃO

*“Se olharmos para um céu noturno tropical, sem lua ou nuvens, veremos um manto cintilante de estrelas estacionárias, conectadas por nada, exceto a escuridão visível e a imaginação. A beleza serena é tão imensa que exige certo esforço recordar que essas estrelas estão, na verdade, em perpétuo e frenético movimento, impelidas para cá e para lá pela força invisível dos campos gravitacionais dos quais são parte ativa e inelutável.”*

*Benedict Anderson. Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial.<sup>1</sup>*

*“Se isso é um auto-retrato, então o seu modelo são os quadros de Boccioni, em que o caminho entra na casa, a paisagem na face, o exterior invade o interior, o eu é poroso.”*

*Carlo Ginzburg. Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito.<sup>2</sup>*

Em novembro de 1974, Adriano Botelho esboçava, nas páginas do segundo número da revista *A Ideia*, “alguns traços biográficos de Neno Vasco”. Ao relembrar a convivência com antigo correligionário, ao qual os laços familiares atavam uma relação mais estreita, o anarquista exaltava o homem, o indivíduo: a sua moral, o seu papel no movimento sindicalista e anarquista nos dois lados do Atlântico, a influência da imigração em seu espírito e em suas ideias, a sua relação com a família, falava sobre sua coerência ideológica, características que poderiam ser associadas ao interesse que os “grandes personagens” da história despertam nos biógrafos e no público. Botelho iniciou as suas notas com as seguintes palavras: “a personalidade de Neno Vasco, pseudónimo do dr. Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, pode com justiça enfileirar ao lado de todas essas grandes figuras de esquisita beleza moral que à propaganda do ideal têm dado o melhor da sua vida.”<sup>3</sup> De facto, nas duas primeiras décadas do século XX, o nome de Neno

---

<sup>1</sup> ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2014.

<sup>2</sup> GINZBURG, Carlo. *Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito*. In GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 277.

<sup>3</sup> BOTELHO, Adriano. Alguns traços biográficos de Neno Vasco. *A Ideia*, n.º 2, novembro de 1974, pp. 12-17.

aparecia associado aos principais veículos de doutrinação e vulgarização dos princípios libertários, tanto em Portugal como no Brasil. Após a morte do libertário, a sua vida foi registada por militantes, memorialistas, pesquisadores e escritores. João Feire, ao prefaciar a biografia mais recente de Neno, revela as principais características que motivaram a sua admiração e o interesse pela vida do eminente anarquista: “a sua boa escrita, a clareza de expressão de ideias, a luminosidade dos ideais propagandeados, a itinerância entre Portugal e Brasil, a cultura e sensibilidade de que dava mostras, a sua origem burguesa, e talvez sobretudo, a sua morte trágica e precoce.”<sup>4</sup>

A biografia de Neno Vasco reapareceu<sup>5</sup> num momento em que a ideologia anarquista apresentava-se, quase exclusivamente, através dos seus aspectos históricos. Adaptando-se à nova situação política, logo após o 25 de abril de 1974, o movimento anarquista português “ressurgia-se à luz do dia, para dar testemunho do seu passado e para apontar o rumo da Liberdade.”<sup>6</sup> Se nas décadas anteriores, à medida que as forças do regime ditatorial endureciam contra os seus adversários, os anarquistas se viam gradualmente afastados da cena política, muitos agindo nos bastidores ou atuando na clandestinidade, as mudanças políticas iniciadas na década de 1970 abririam espaço para um novo despertar nos meios libertários, como agentes de transformação social e política. A publicação, logo após a Revolução dos Cravos, era, sobretudo uma atitude da ala mais antiga da militância em resgatar os “heróis” do movimento e iluminá-los aos mais jovens.

Neste cenário, quando a luz própria do movimento libertário português era resgatada para iluminar as novas gerações, a Casa da Imprensa doava o importante espólio do jornalista António Thomas Pinto Quartim ao Gabinete de Investigações Sociais (GIS). O acervo, que estava em poder da instituição desde a morte do jornalista, distinguia-se pela quantidade de “materiais valiosos para o estudo do movimento operário em Portugal”<sup>7</sup> e também do Brasil e, sobretudo, da vida do seu proprietário. Conhecido pelas

---

<sup>4</sup> FREIRE, João. Prefácio. In SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009, pp. 11-12.

<sup>5</sup> Em 1959, o nome de Neno Vasco figurava entre as “figuras gradas do movimento social português”, publicado por Alexandre Vieira. VIEIRA, Alexandre. Dr. Nazianzeno de Vasconcelos. In VIEIRA, Alexandre. *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do autor, 1959, pp. 191-197.

<sup>6</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária em Portugal 1939-1974*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1982, p. 145.

<sup>7</sup> Exposição de documentos do espólio Pinto Quartim integrada no seminário O MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTUGAL organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais. Biblioteca Nacional 4 a 7 de maio de 1981. Documento organizado por Maria Filomena Mônica.

ideias avançadas, Pinto Quartim não somente engajou-se na vulgarização das concepções libertárias, mas reuniu, ao longo da sua vida, jornais, fotografias, impressos, estatutos, cartas, entre outros documentos que guardam a história do anarquismo e do movimento operário nos dois lados do Atlântico. O valioso acervo contribuiu para a constituição do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1979, inicialmente conhecido como Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras.

Neste contexto, ruas, praças, becos, avenidas, alamedas e largos da capital portuguesa também acompanharam as transformações. Na intenção de eliminar os símbolos ligados ao Estado Novo, personalidades que sofreram com as perseguições do regime ou lutaram pela liberdade e democracia no país emprestavam os seus nomes na toponímia da cidade de Lisboa. No início de 1979, o Núcleo de Toponímia do Departamento de Património Cultural da Câmara de Lisboa, na época sob a presidência de Aquilino Ribeiro Machado, lembrava do nome de Pinto Quartim. Através do edital 12/79, o “Impasse 5 do Bairro 2 de Maio ou ex-Fundação Salazar”, uma rua tranquila e sem saída, próximo à creche A Voz do Operário e nas proximidades do Palácio Nacional da Ajuda, passava a chamar-se “Rua Pinto Quartim”.<sup>8</sup> Os visitantes ou moradores mais curiosos do emblemático bairro, cujas moradias foram ocupadas poucos dias após o 25 de Abril, podem encontrar na placa de identificação da rua a seguinte descrição: “Rua Pinto Quartim – jornalista – 1887-1970.”

Assim como Neno Vasco, Pinto Quartim havia colaborado nos principais jornais dedicados à causa operária e à doutrinação anarquista no alvorecer do século XX, possuía origem burguesa, andou pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, colaborou para o surgimento de diversos periódicos, dentre eles o diário operário *A Batalha*, viveu as experiências além-fronteiras, escreveu e atuou intensamente nas fileiras libertárias.

António Thomas Pinto Quartim nasceu no Rio de Janeiro em 1887, após a virada republicana cruzou o Atlântico, ao lado da mãe, para viver junto à família paternal, em Viana do Castelo. O convívio em terras portuguesas forjou a suas ideias e alterou seu modo de falar. Em Portugal experimentou um ambiente marcado pelo regime monárquico, tomou parte nos principais acontecimentos que levariam à reforma do ensino na Universidade de Coimbra, assistiu ao trágico episódio no Terreiro do Paço, o regicídio

---

<sup>8</sup> *Diário municipal*, n.º 13074, de 5 de fevereiro de 1979. Município de Lisboa, edital n.º 12/79 – Toponímia. Paços do Concelho de Lisboa, em 29 de janeiro de 1979. p. 642.

em fevereiro de 1908, conheceu os calabouços da república, as experiências do exílio, vivenciou os efeitos de duas grandes guerras, sentiu as forças repressoras do Estado Novo, assumiu a condição de colono na África. No entanto, não quis o destino que o anarquista testemunhasse à revolução que restauraria a liberdade no país que escolheu para viver. Pinto Quartim faleceu aos 83 anos de idade, em Lisboa, em 7 de fevereiro de 1970.

Nas primeiras décadas do século XX, Pinto Quartim escreveu, traduziu e editou diversos folhetos e obras de propaganda libertária. Em 1908, traduziu a obra *Ao meu irmão camponês* de Élisée Reclus, em 1909, *Como não Ser Anarquista* de J. Cuenca e *A ficção “Deus”*, de Dikran Elmassian, o último nas páginas da revista *Ámanhã*. No campo da imprensa colaborou no diário operário *A Greve* (1908), na revista *Lúmen* (1911), ao lado de Grácio Ramos dirigiu a revista *Ámanhã* (1909), dirigiu os semanários *O Protesto* (1908) e *Terra Livre* (1913), colaborou no jornal *A Aurora*, do Porto, em 1919 ao lado de Teixeira Danton dirigiu o boletim do Ateneu Popular, *Cultura Popular*. Durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro, colaborou ao lado de Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti, Astrojildo Pereira, José Oiticica e Nilo Pereira, na edição da revista anarquista *A Vida*, que circulou entre novembro de 1914 a maio de 1915 e publicou em *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira (COB). Neste período, compôs a comissão de propaganda da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, na época responsável pela circulação de *A Lanterna*.

Entusiasta das questões relacionadas à instrução popular, ainda na década de 1910, participou da comissão que elaborou as bases organizativas do Ateneu Popular de Lisboa, “instituição de ensino universitário e livre para a educação do povo”.<sup>9</sup> Em 1919, ao lado de Alexandre Vieira, colaborou no grupo de “operários tipógrafos” que deram início às atividades do diário *A Batalha*, porta-voz da União Operária Nacional (UON), assumindo nesta fase inicial a função de chefe de redação.<sup>10</sup> Como associado da Sociedade de Instrução e Beneficência *A Voz do Operário*, promoveu inúmeras campanhas na grande imprensa em auxílio à instituição, ações que também se estendiam à Escola Oficina n.º1, onde sua companheira, Deolinda Lopes Vieira, lecionava. Em

---

<sup>9</sup> Faziam parte da comissão, Pinto Quartim, Teixeira Danton, Sebastião Eugénio, Artur Freitas e António Evaristo. *Cultura Popular: Boletim do “Ateneu Popular”*, Lisboa, março de 1919, série I, n.º 1 a 3, p. 22. Arquivo de História Social, ICS, Espólio Pinto Quartim, PT-AHS-ICS-PQ-J-43.

<sup>10</sup> De acordo com Alexandre Vieira, redator principal do diário, à exceção de Pinto Quartim, “experimentado jornalista profissional”, todos os demais redatores que transitaram na redação de *A Batalha*, no início da circulação do periódico, eram operários tipógrafos. VIEIRA, Alexandre. *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*. Lisboa: Edição do autor, 1950, p. 113.

algumas ocasiões a comissão administrativa da sociedade agradecia a iniciativa de Quartim em prol da instrução popular. Os artigos, “feitos por quem conhece de perto a vida da instituição”, dizia o secretário da sociedade, constituíam um “belo elemento de propaganda aos altos fins da *Voz do Operário* e das possibilidades do princípio associativo.”<sup>11</sup>

Como profissional da imprensa, Pinto Quartim trabalhou como redator em *O Século*, cuja edição da noite e da manhã chefiou entre 1922 e 1923, colaborou no republicano *A Capital*, em *A Luta*, de Brito Camacho, em *O Tempo*, na *Imprensa Nova*, *A Informação*, de Homem Cristo Filho, no semanário *Actualidades*, chefiou a redação de *A Tarde*, de *a Ideia Nacional*, de João Amaral, *O Rebate*, em *A Pátria*, de Nuno Simões. No Rio de Janeiro colaborou no diário *A Época*, de Vicente Piragie, no *Diário Fluminense* de Niterói, na folha da tarde *A Notícia* e no jornal da amanhã *O Diário*. Em Angola, junto com as funções de funcionário do Banco Ultramarino, trabalhou nos jornais *O Planalto*, *A Província de Angola* e a *Última Hora*. De regresso à metrópole, assumiu a delegação em Lisboa do jornal *O Primeiro de Janeiro*, cargo em que se manteve até a sua reforma, na década de 1960.

Mesmo atuando em funções de relevo no campo da imprensa, o jornalista não ocultava dos colegas de profissão a sua filiação ideológica e nem assumia as posições políticas dos diretores, mantendo-se, mesmo nos contextos mais contraditórios, fiel aos princípios libertários. Em abril 1927, quando então chefiava a redação do diário *Ideia Nacional*, folha integralista de João Amaral, Pinto Quartim se recusou a comparecer o evento que fora organizado pelos correligionários do seu diretor, para celebrar o trigésimo número do jornal. Em carta a João do Amaral, o jornalista justificava as suas razões: “A minha inserção para o banquete que hoje lhe é oferecido (...) poderia ser tomada ou por um acto de subserviência a que me não sei prestar e ao meu Amigo repugnaria, ou por uma adesão às suas ideias político-sociais, facto este que se não dá.”<sup>12</sup> Marcelo Caetano, ao invocar os tempos em que colaborou na redação da *Ideia Nacional*, lembrava o ambiente de trabalho, que na época estava “sob a chefia reservada de Pinto Quartim, que

---

<sup>11</sup> Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-340. *Item 340 - Voz do Operário – Correspondência. Data(s): 1912-1955 (Produção)*.

<sup>12</sup> Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-322. *Subsérie 322 - Correspondência de João Amaral (Ideia Nacional). Data: 30 de abril de 1927.*

timbrava em sublinhar, a par da perfeita correção profissional, a sua fidelidade aos ideias anarquistas.”<sup>13</sup>

Apesar do papel que teve no desenvolvimento do movimento ácrata português e brasileiro, num momento em que os anarquistas, mais preocupados com a organização da classe operária, aproximavam de associações e sindicatos, curiosamente poucos estudos abordaram de forma sistemática e aprofundada a vida de Pinto Quartim.<sup>14</sup> Mesmo na monumental obra: *As figuras gradas do movimento social português*, a sua trajetória não aparece entre as biografias abordadas por Alexandre Vieira. O amigo e antigo companheiro na redação do diário *A Batalha*, reconhecendo a ausência de importantes nomes da história do movimento social português, assumia que sua homenagem estava incompleta e, portanto, pretendia escrever um segundo volume. A ausência de nomes como de Pinto Quartim, pode ser explicada pelo conjunto das biografias abordadas, de entre os 29 indivíduos que figuram na obra, apenas três estavam vivos quando o livro foi publicado, porém, já em idade avançada.<sup>15</sup> Após a morte de Quartim, Alexandre Vieira esboçou algumas linhas para um segundo volume de “figuras gradas”, cujo capítulo dedicado ao amigo intitulou: “António Pinto Quartim: jornalista de vanguarda.” No entanto, encontramos somente o esboço do autor para a obra.<sup>16</sup>

Se a ausência de um estudo sistemático da vida do militante, sobretudo, do seu período entre os companheiros brasileiros, despertou o interesse em conhecer mais sobre a sua trajetória, à medida que a pesquisa avançava no Arquivo Histórico Social da

---

<sup>13</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 8 de fevereiro de 1970. Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-635. *Item 635 - Coleção de recortes de imprensa de obituários de Pinto Quartim. Data(s): 1970 (Produção).*

<sup>14</sup> Sobre os estudos que abordaram a vida de Pinto Quartim destacamos: MEDINA, João. Um semanário anarquista durante o primeiro Governo de Afonso Costa: “Terra Livre”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3, p. 735-765. RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária em Portugal 1939-1974*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1982, p.146-147. FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória urbana – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 118-119. BANDEIRA, Filomena. António Tomás Pinto Quartim. In: NÓVOA, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa, 2003. As conferências da professora Adelaide Gonçalves: “O Anarquista Pinto Quartim, uma vida militante”, Centro de Estudos Libertários / *A Batalha*, 8 de janeiro de 2005, “O anarquista Pinto Quartim entre Lisboa e Rio de Janeiro”, 7º Colóquio do Polo de Pesquisa Luso-Brasileiro (PPLB), Real Gabinete Português de Leitura, 1 a 5 de setembro de 2014.

<sup>15</sup> Dentre os biografados que ainda se encontravam em vida, figurava Evaristo Judícibus, então com 81 anos, César Nogueira, com 80 e João Pedro dos Santos, com 81. VIEIRA, Alexandre. *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do autor, 1959.

<sup>16</sup> Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Alexandre Vieira. *Figuras gradas: António Pinto Quartim: jornalista de vanguarda*. (s.d.). Pasta: 09769.140. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.140>

Biblioteca Nacional e no Arquivo de História Social do ICS, a imagem de Pinto Quartim deixava a cena de fundo, para as hipóteses iniciais, e passava a ocupar um lugar central nas discussões, transformando-se no fio condutor da investigação. Portanto, com o objetivo de resgatar parte da história do movimento anarquista brasileiro e português, e ainda contribuir na compreensão das singularidades das “ondas libertárias” que circularam pelo Atlântico nas primeiras décadas do século XX, o presente trabalho propõe analisar a trajetória do jornalista luso-brasileiro António Thomas Pinto Quartim. No que diz respeito à forma, procuramos estudá-lo não como um indivíduo autônomo, mas buscamos compreendê-lo como um sujeito marcado pelas forças da época, como um homem do seu tempo, procurando articular a tensão entre o indivíduo e o coletivo, entre o pessoal e o social.

O presente trabalho surgiu a partir de questionamentos que foram aparecendo ao longo da preparação da dissertação de Mestrado intitulada, *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*.<sup>17</sup> Neste trabalho, junto ao estudo do jornal *A Voz do Trabalhador*, procuramos compreender o papel da militância anarquista no processo de organização do movimento operário e as consequências no desenvolvimento do sindicalismo revolucionário entre o operariado carioca, nas duas primeiras décadas do século XX. No esforço em resgatar parte do processo histórico de instrumentalização do sindicalismo pelos libertários no Rio de Janeiro – como as polêmicas, os debates, as convergências e as divergências em torno da questão, entre os próprios anarquistas – nos deparamos com outros fenômenos, como o papel da imigração nas transformações sociais e políticas que marcaram a capital brasileira naquele momento.

Trabalhos recentes no campo da historiografia sobre o movimento anarquista, foram fundamentais para a elaboração do projeto e para o escopo desta tese, entre eles: *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo (1890-1945)* e *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, de Edilene Toledo (2004), *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*, de Tiago Bernardon de Oliveira (2009), *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, de Alexandre Samis (2009).

---

<sup>17</sup> MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Dissertação de mestrado

Durante a investigação para a dissertação de mestrado, a imagem do imigrante militante, que desembarcava nos portos brasileiros, a partir do século XIX, trazendo na bagagem ideias prontas e acabadas, contrastava-se com as experiências destes indivíduos, tanto na sociedade de destino com no país de origem, seja antes da viagem ou quando regressavam à terra natal. Para muitos militantes que cruzavam o Atlântico em direção à América, conforme demonstrou Richard Bach Jensen, após o desembarque em seu destino final, as dificuldades na adaptação, a exploração económica, a marginalização política, proporcionavam um terreno fértil para o crescimento de ideias e o contacto com novas noções de organização.<sup>18</sup>

Neste sentido, um estudo mais detalhado sobre a trajetória destes indivíduos, que circulavam pelo Atlântico no alvorecer do século XX, seja de forma espontânea ou por imposições políticas, e que contribuíram para o “cultivo” das concepções libertárias nos trópicos, podem revelar traços importantes para compreensão do desenvolvimento do movimento anarquista, nos dois lados do oceano. A noção do anarquismo como uma “planta exótica” à realidade brasileira, cultivada exclusivamente pelas mãos do estrangeiro, do imigrante militante, sobretudo, àqueles associados a propaganda pelo facto, pintados pelas elites económicas e políticas de “anarquistas perigosos” ou de “hóspedes indesejáveis”, podem ser comprometidas à medida que reduzimos nosso campo de visão e passamos a observar as singularidades das “ondas libertárias” atlânticas daquele momento. Em outras palavras, como propõe a historiadora Alice Kessler-Harris, o olhar através de vidas individuais, como uma espécie de “lente”, mais do que buscar um comportamento tipo, pode ser uma forma de abordar questões ou temas mais amplos.<sup>19</sup> Ou seja, para além de considerar nosso principal personagem e, de certa forma, os indivíduos que cruzaram o seu caminho, como representativos de uma época ou de um contexto, consideramos estes indivíduos como “lentes”, através da qual podemos explorar mudanças mais amplas, que podem escapar de uma abordagem macro.

Conforme destacou Sabia Loriga, “só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que

---

<sup>18</sup> JENSEN, Richard Bach. *The Battle against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2014.

<sup>19</sup> KESSLER-HARRIS, Alice. Why biography? *American Historical Review*. Vol. 114, n.º 3, June 2009, pp. 625–630.

presidiram à formação e à edificação das práticas culturais.”<sup>20</sup> Desta forma, através da trajetória de Pinto Quartim podemos observar aspectos mais amplos sobre a história do anarquismo e do sindicalismo, brasileiro e português, dos eventos que precederam a implantação da república em Portugal, sobre as condições e circunstâncias em que se realizavam a circulação de pessoas e ideais pelo Atlântico nos princípios do século XX, como as experiências durante a sua travessia para Rio de Janeiro, em 1913, ao presenciar o motim a bordo da terceira classe, que teve início após um inflamado discurso de um antigo cocheiro da cervejaria Brahma e que alterou o *status* do navio por algumas horas.

Neste sentido, ao propor uma redução na escala de análise, procura-se seguir os modelos propostos pelas novas abordagens biográficas, que privilegiam a articulação da trajetória individual, microanálise, com as conjunturas e territórios em que as ações se desenrolam, história transnacional, “sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo ‘a vida dos grandes vultos’), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas)”, como aconselha o historiador brasileiro Benito Schmidt.<sup>21</sup>

Ao narrar a vida de Pinto Quartim, não procuramos trazer à tona uma personagem como uma “identidade” estável, que percorreu um sentido coerente, ou através de um viés que privilegie uma narrativa linear e factual, típicas das biografias tradicionais, dos “grandes homens” da história. Para não incorrer numa “ilusão biográfica”, como duramente classificou Pierre Bourdieu, procura-se romper com as abordagens características das biografias tradicionais, “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto.”<sup>22</sup> Desta forma, não pretendemos abordar a “totalidade” da trajetória do nosso biografado, com um começo, um meio e um fim.

O foco temporal desta tese é demarcado pelo período que compreende os anos finais do século XIX até os últimos anos da década de 1920, com alguns recuos e avanços cronológicos, sempre justificados pelas tensões exercidas pelo contexto ou pelas experiências dos indivíduos. Este recorte justifica-se pelas balizas que vão do nascimento

---

<sup>20</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 245.

<sup>21</sup> SCHMIDT, Benito. *Construindo Biografia... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. Estudos Históricos*. 1997 – 19, p. 15.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.184.

de Pinto Quartim ao momento em que regressa a Portugal, depois de passar um período de exílio no Brasil, sobretudo, finaliza com a fase em que colaborou para o “parto” do diário operário *A Batalha*. Apesar de escrever a vida de António Pinto Quartim a partir do seu nascimento, não pretendemos, com isso, iniciar nossa narrativa como uma trajetória marcada pela busca da fatalidade, ou pela causalidade, mas, sobretudo, resgatar as relações dos Quartins com o Atlântico, nos finais do século XIX e início do século XX, contexto em que a cidade do Rio de Janeiro acompanhou um grande fluxo de imigrantes e de transformações que marcaram o modo de viver e sentir da população, efeitos que foram sentidos por Pinto Quartim ao desembarcar na baía de Guanabara em 1913, 20 anos depois da sua partida para a Europa. Nascido no bairro de São Cristóvão, no seio de uma família de imigrantes portugueses, estabelecidos na praça carioca como comerciantes e industriais, o menino “Antonico” foi batizado com o nome do tio, António Thomaz Quartim, o Barão de Quartim, no mesmo dia em que a colônia portuguesa celebrava a memória de Luís de Camões. Apesar da atitude dos pais simbolizar uma tentativa de atribuir à criança uma marca, uma identidade, acreditamos que o estudo deste período pode ajudar a compreender a atuação das forças, exercidas pelos limites instituídos em seu batismo e pelas relações com o contexto, em sua formação pessoal e ideológica, que podem ser ilustradas nas notas autobiográficas que Quartim deixou antes morrer:

“A alguém parecerá, porventura, desnecessário reencontrar-me aos antecedentes da minha profissão anarquista. Todavia julgo preciso para que o leitor vá vendo como, já por sentimentos originados pela educação, já por sentimentos inatos, já ainda por sentimento adquiridos pela influência do meio, eu fui adquirindo a pouco e pouco o carácter específico do socialista-libertário, ou antes, como a pouco e pouco, e por circunstâncias diversas o meu ser se foi adubando a ponto de alcançar a fertilidade onde o Anarquismo mais tarde havia de se enraizar, crescer e florir.”<sup>23</sup>

Em 1924, ao escrever ao estimado tio, Pinto Quartim lembrava os momentos de infância vividos em Viana do Castelo, sobretudo, da sua avó Ihe chamando de “barãozinho d’ouro”<sup>24</sup>, revelando que o seu batismo, representava para a família

---

<sup>23</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista*. (manuscrito). Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

<sup>24</sup> Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim (Tio de Pinto Quartim)*. Data(s): 1902-1931 (Produção).

continuidades identitárias que, como veremos no segundo capítulo, possuíam origem no século XVIII.

Ainda como elemento de ilustração para a sua biografia, é a lembrança de Alexandre Vieira, da ocasião em que conheceu Pinto Quartim em Viana do Castelo. Em 1904, quando Vieira dirigia *O Lutador*, o jovem Quartim entrou na tipografia do semanário para manifestar publicamente seu protesto contra um padre da freguesia de Meadela, “que estava pregando um sermão, no púlpito da igreja, no momento em que, levados pela curiosidade, os dois forasteiros (Pinto Quartim e Ester Leão Quartim) penetraram no templo, o que não caiu no agrado do orador, talvez não se terem benzidos à entrada.”<sup>25</sup>

Ou seja, tanto os “sentimentos inatos” como as “circunstâncias adversas” ao seu ser, marcadas pelas múltiplas realidades políticas que experimentou (a monarquia, a república, a ditadura e a vivência num território colonial), contribuíram para forjar o carácter libertário que professou ao longo da sua vida, no entanto, a suas decisões só podem ser compreendidas quando articuladas com o contexto em que foram vivenciadas. Em 1930, quando o experiente anarquista decidiu deixar a metrópole portuguesa para trabalhar no Banco Ultramarino em Angola, uma atitude paradoxal para qualquer libertário mais ortodoxo, era, sobretudo, um reflexo das transformações ocorridas em Portugal nos últimos anos da década de 1920, do que propriamente a manifestação de uma fatalidade identitária. Conhecido pelas ideias avançadas, o eminente jornalista teve dificuldades para encontrar emprego na imprensa de Lisboa, razões que motivaram a partida para a colónia portuguesa onde, além das funções de representante da instituição bancária, acumulou com as atividades de redator, colaborando para o desenvolvimento e aprimoramento do jornalismo naquela região. Em outras palavras, ao centralizar unicamente em sua trajetória, à primeira vista, emerge a noção de que Pinto Quartim manifestava um destino, (seu tio António Thomas Quartim foi um importante banqueiro no Rio de Janeiro, nos tempos do Império) mostrando que os limites impostos no ato do seu batismo pareciam exercer forças que o levaram a ocupar o cargo de bancário.

Portanto, de acordo com Giovanni Levi, “qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em

---

<sup>25</sup> Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Alexandre Vieira. Figuras gradas: António Pinto Quartim... *op. cit.*...

relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.”<sup>26</sup> Mostrando que o indivíduo não é um sujeito totalmente livre e autônomo em relação ao contexto. Desta forma, como adverte Benito Schmidt, procuramos “recuperar a *tensão*, e não a oposição, entre o individual e o social.”<sup>27</sup>

Em 1927, Lucien Febvre escrevia no início da sua obra sobre Martinho Lutero os “propósitos” na forma utilizada para biografar o reformador protestante. A partir das reflexões de uma história problema, o historiador dos *Annales* sintetizava o modelo de escrita biográfica que contribuiria no movimento de revisão nos estudos biográficos:

Uma biografia de Lutero? Não. Um juízo sobre Lutero, tão-pouco. Desenhar a curva de um destino que foi simples, mas trágico; marcar com precisão os poucos pontos verdadeiramente importante por que passou; mostrar como, sob a pressão de que circunstâncias, o seu entusiasmo inicial teve de enfraquecer e inflectir o traçado primitivo; pôr assim, a respeito de um homem de uma singular vitalidade, esse problema das relações do indivíduo e da coletividade, da iniciativa pessoal e da necessidade social que é, talvez, o problema capital da história: tal foi nosso propósito.<sup>28</sup>

O estudo de Lucien Febvre, sobre Martinho Lutero e o de Fernando Braudel, sobre Felipe II, em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II*, são representativos do movimento que assinala o “retorno” do gênero biográfico no campo da história. No entanto, a biografia permaneceu por longo tempo excluída da academia. As suspeitas contra a biografia tiveram seu ápice durante o século XX, tendo como palco principal o território francês. A partir da década de 1980, a reflexão biográfica avançou progressivamente para o centro do debate historiográfico. Porém, de acordo com Sabina Loriga, a biografia ainda era compreendida como um “*pleasant expedient*”, muito mais como um instrumento de auxílio aos historiadores, uma espécie de ferramenta de ilustração, do que propriamente um instrumento intelectual de análise sobre o passado.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 176.

<sup>27</sup> SCHMIDT, Benito. *Contruindo Biografia... op. cit...* p. 16.

<sup>28</sup> FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 13.

<sup>29</sup> De acordo com Sabina Loriga, para essas caracterizações da biografia, a “life-history would simply have a function of suggestion (of preliminary exploration of the problem) or illustration (theories are established through other research procedures and the personal anecdote is used as an ornament, as the icing on the cake). In both cases, life-history is not used to understand social life but as an example for a general reasoning; it is the ‘sandwich’ technique which slips in a piece of individual existence between one piece of context and another.” LORIGA, Sabina. *The Role of the Individual in History: Biographical and Historical Writing in the Nineteenth and the Twentieth Century*. In RENDERS, Hans; HAAN, Binne de., (ed.). *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Leiden/Boston: Brill, 2014, p. 88-89.

Nas últimas décadas o crescente interesse pela pesquisa biográfica, no campo acadêmico, tem levado muitos pesquisadores a falarem numa “*biographical turn*” nas ciências sociais e humanas. De acordo com Barbara Caine, esta “virada” caracteriza-se como uma forma de lançar uma “nova luz” sobre problemas e processos históricos, que vem contribuindo para resgatar indivíduos e grupos que haviam sido silenciados ou ignorados por estudos tradicionais, e ainda marcada por trazer novas reflexões sobre os grandes personagens. Em comum, as novas abordagens biográficas refletem as mudanças no campo historiográfico das últimas décadas. O facto de que a biografia prestasse muita atenção ao papel do indivíduo progressivamente cedeu lugar à uma perspectiva que privilegia a capacidade de uma vida individual refletir mudanças e processos históricos mais amplos. De acordo com a historiadora australiana, as vidas individuais se tornaram significativas, despertando o interesse de pesquisadores, não apenas pela sua excepcionalidade, mas devido a sua capacidade de revelar facetas do mundo em que estão inseridas.<sup>30</sup> Os pesquisadores, Hans Renders, Binne Haan e Jonne Harmsma, do *Biography Institute* da University of Groningen na Holanda, consideram que o aspecto central da “virada biográfica” é a “mudança das abordagens abstratas e estruturais do passado para a situação da experiência humana como ponto de partida da interpretação histórica.”<sup>31</sup>

Neste sentido, à luz das novas abordagens, a tendência na exaltação do excepcional é substituída pelo tratamento de questões mais amplas e complexas que envolvem as relações individuais com o mundo, como por exemplo, as circunstâncias culturais, sociais e políticas que possibilitaram a ascensão de determinados indivíduos ao poder. No campo da biografia política, Lucy Riall oferece um modelo exemplar ao privilegiar a vida dos “grandes homens”. Ao “revisitar” a vida de Garibaldi, tendo como ponto de partida a construção do seu *status* de grandeza, Riall procurou iluminar mudanças e processos mais amplos sobre a época em que seu personagem viveu, do que definir ou explicar a natureza da grandeza do herói italiano.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> CAINE, Barbara. Introduction. In: CAINE, Barbara. *Biography and history*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010, pp. 1-6.

<sup>31</sup> RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne. Introduction. The biographical turn: Biography as a critical method in the humanities and in society. In RENDERS, Hans; RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (Eds.). *The biographical turn: Lives in history*. London and New York: Routledge, 2017, p. 5.

<sup>32</sup> Nas palavras da historiadora: “In effect, the life of a Great Man can illuminate his times but not in the straightforward way once imagined. The fact that so many people – whether Italian, English, or American – came to admire Garibaldi offers a fascinating glimpse into the nascent mass culture of the nineteenth-century world. (...) A study of Garibaldi’s celebrity also

Em outros estudos, emerge a ideia de que as ações humanas se sobrepõem às forças sociais, no entanto, indivíduo e contexto sempre estão conectados, ou seja, a compreensão do todo mantém uma relação recíproca com o que se pode observar das partes. Nesta perspectiva a biografia é compreendida como um componente inseparável da história, e talvez por isso, Robert Rotberg inicia seu ensaio afirmando que “biografia é história, depende da história, fortalece e enriquece a história.” Neste sentido, enfatiza: “em outras palavras, o indivíduo está sempre dentro da teia histórica, não sem ela – o que ela ou ele, ou biógrafos, possam pensar.”<sup>33</sup>

As novas abordagens biográficas promoveram uma renovação no debate que ao longo do tempo procurou definir uma fronteira entre a história a biografia. Apesar das ambições este desenvolvimento não representa uma revolução no campo biográfico. Como sugere os pesquisadores do *Biography Institute*, Hans Renders, Binne de Haan e Jonne Harmsma, ao procurarem clarificar o conceito de “*biographical turn*”, não se trata daqueles conceitos que pretende abrigar grandes e inovadoras ambições teóricas, mas que, por sua vez, clarifica “um desenvolvimento que indica uma evolução significativa na pesquisa em ciências humanas nas últimas três décadas.”<sup>34</sup>

Nos últimos anos, centros de pesquisas criados com o propósito de refletir sobre a pesquisa biográfica, como o *Biography Institute*, ilustram o panorama atual da “virada biográfica” no mundo acadêmico. Além de propor uma renovação nas discussões teóricas para os estudos biográficos, os pesquisadores do instituto tem se destacado na defesa da perspectiva biográfica como uma metodologia científica de pesquisa distinta, útil não apenas à história, mas aos diversos campos do conhecimento.<sup>35</sup> Para este grupo de pesquisadores, a biografia é tanto uma forma de publicação como uma maneira

---

demonstrates the “long reach” of romanticism and its lasting impact on popular politics. We can trace in women’s enthusiasm for Garibaldi a reaction to a political world that was otherwise closed to them, and in the fervor of young men we find evidence of a widespread popular radicalism, along with a fondness for political violence.” RIALI, Lucy. The Shallow End of History? The Substance and Future of Political Biography *Journal of Interdisciplinary History*. *Journal of Interdisciplinary History*, XL: 3 (Winter 2010), p. 390.

<sup>33</sup> ROTBERG, Robert I. Biography and Historiography: Mutual Evidentiary and Interdisciplinary Considerations. *Journal of Interdisciplinary History*, XL:3 (Winter, 2010), p. 305.

<sup>34</sup> RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne. Introduction. The biographical turn: Biography as a critical method in the humanities and in society. In RENDERS, Hans; RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (Eds.). *The biographical turn... op. cit.* p. 3.

<sup>35</sup> Daniel R. Meister, a partir das discussões levantadas pelos pesquisadores do *Biography Institute*, denominou este grupo por “Dutch School of biography”. MEISTER, Daniel R. The biographical turn and the case for historical biography. *History Compass*, vol. 16, n. 1, 2017, pp. 1-10.

particular de compreender o passado. No entanto, as formas específicas de olhar o passado, que emergem das propostas apresentadas pelos pesquisadores em torno instituto, estão intrinsecamente relacionadas ao campo historiográfico.<sup>36</sup>

Hans Renders e Binne de Hann, para distinguir os seus métodos do modelo mais tradicional da abordagem biográfica e, sobretudo, para evitar o que entendem por “*commemorative biography*” ou “*sociologically tinted Life Writing*”, propõem uma “associação frutífera” entre biografia e micro-história, contribuindo para um novo fôlego nos estudos micro-históricos. No lugar de buscar compreender o todo, através da redução da escala de observação, os editores defendem que o entendimento dos aspectos mais gerais depende da compreensão do particular, mas para compreendê-lo precisamos entender o todo, ou seja, há uma dependência recíproca entre as duas operações. De acordo com os pesquisadores:

Microhistory is not only concerned with a small history (a village, a painting or a vagabond) in which a forgotten part of history is represented, nor is it only concerned with the ‘exceptional normal’ or the ‘normal exception’, but microhistory should rather be exploited in order to place the broader historiography in proper perspective, and perhaps also to alter it a little. The exemplary character of microhistory, we now have to declare, has proved to be a dead end. It concerns itself with the unique events which give new meaning to the larger story. The umpteenth description of the life of a concentration camp prisoner might be gripping, but it will only contribute something to the history of the Second World War if it is not exemplary. To understand the whole, we have to understand the parts, but to understand them, we have to understand the whole. There is reciprocal dependence between these two operations; one feeds the other.<sup>37</sup>

À luz destas reflexões é que debruçamos sobre a trajetória do jornalista luso-brasileiro Pinto Quartim. Inspirando-se na micro-história buscamos compreender questões mais gerais da história do movimento anarquista e sindicalista, nos dois lados do Atlântico, articulando o percurso individual do libertário, os laços familiares, a rede de sociabilidade e as tensões das múltiplas realidades que experimentou. As experiências do libertário, a sua origem, o contacto com o anarquismo, as atividades políticas e o próprio carácter transnacional da sua atuação militante e profissional, exigiu uma perspectiva que ultrapasse os limites nacionais. Apesar do panorama atual, acerca das

---

<sup>36</sup> RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne. Introduction. The biographical turn: Biography as a critical method in the humanities and in society. In RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (Eds.). *The biographical turn... op. cit...* pp. 3-12.

<sup>37</sup> RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne. Introduction: The Challenges of Biography Studies. In RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne. (Eds.). *Theoretical discussions... op. cit...* p. 6.

reflexões em torno da história e da biografia, as possibilidades de observação da história transnacional através do olhar individual, nos domínios da política, da cultura e da economia, como já assinalado pelo historiador Gonçalo Gonçalves, ainda desponta como um campo emergente na historiografia transnacional.<sup>38</sup> Trabalhos como de Natalie Zemon Davis, sobre a complexa e multifacetada trajetória de “Leo Africanus”, um muçulmano levado cativo para Roma em 1518 por piratas espanhóis, e o volume *Transnational Lives: Biographies of Global Modernity, 1700-present*, editado pelos historiadores Desley Deacon, Penny Russell e Angela Woollacott, oferecem modelos e propostas para a relações entre o transnacional e o individual.<sup>39</sup>

Estudos recentes sobre a circulação de experiências transnacionais, foram importantes referências para a elaboração desta tese, são eles: *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial* (2014), de Benedict Anderson, *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário* (2008), dos historiadores do mundo do trabalho, Peter Linebaugh e Marcus Rediker, e ainda as contribuições de Marcel van der Linden, em particular: *Os trabalhadores do mundo* (2013) e *Historia transnacional del trabajo* (2006). A partir das reflexões apresentadas por Anderson, Linebaugh e Rediker compreende-se que por trás do fenómeno de circulação de pessoas ou impressos pelas águas profundas do Pacífico e do Atlântico, uma rede multiétnica e heterógena de indivíduos, promoviam articulações e coordenações de lutas e resistências nos lados opostos dos oceanos. Em outras palavras, os navios que transportavam escravos, escritores, intelectuais, homens de negócios, trabalhadores, mercadorias, entre outros, transportaram também novas ideias e noções de liberdade, capazes de influenciarem decisões de autoridades e os rumos de movimentos políticos e sociais na Europa.

---

<sup>38</sup> GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Biografias transnacionais, cosmopolitismo e a reforma da Polícia: Cristóvão Morais Sarmiento e a polícia em Portugal no final do século XIX. *Iberoamericana*, XVII, 64 (2017), pp. 35-55.

<sup>39</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Trickster Travels: A Sixteenth-Century Muslim Between Worlds*. New York: Hill and Wang, 2006. DEACON, Desley; RUSSELL, Penny, WOOLLACOTT, Angela. (eds.). *Transnational Lives: Biographies of Global Modernity, 1700-present*. Basingstoke: Palgrave, 2010, pp. 1-14. No campo das reflexões sobre o anarquismo e o movimento operário, em particular, o trabalho de Edilene Toledo sobre os sindicais italianos, Alceste De Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni, que viveram no Brasil também ilustra questões importantes para as relações entre o individual e o transnacional. TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora do Unicamp, 2004.

As insurreições armadas lideradas por camponeses e indígenas no México (1869) em favor da liberdade tradicional para cultivar a terra, ou as revoltas de escravos na América Central (1791-1804) e do Sul a partir da segunda metade do século XIX, ofereciam uma espécie de “modelo” de como “fazer” revolução aos viajantes e imigrantes europeus. Os espaços de sociabilidade no Continente Americano, como os centros de estudos sociais, os cafés, associações de socorro mútuo, sindicatos, grupos de afinidades, o Teatro Social, etc., onde nativos e estrangeiros conviviam, nem sempre de forma harmoniosa, serviram como um ambiente de aclimatização de ideias e práticas.

Portanto, para construir a biografia transnacional do “perigoso anarquista” luso-brasileiro, procuramos cruzar diferentes tipos de fontes: correspondências, jornais, escritos pessoais, documentos diplomáticos, processos criminais, entrevistas, memórias, escritos literários, iconografias, legislação, passaportes, etc., disponíveis em diferentes arquivos, tanto no Brasil como em Portugal.

O primeiro capítulo é uma espécie de antecena geral na qual os personagens desta tese desenrolaram a sua trama. Nesta parte, procura-se apresentar as conexões atlânticas e as possíveis consequências iniciais no processo de desenvolvimento do anarquismo e das concepções libertárias para o sindicalismo no Atlântico Sul. A partir dos finais do século XIX, militantes de diferentes origens sociais, políticas, culturais e económicas circularam entre o Atlântico Norte e as regiões platinas, seja com a intenção de promover a propaganda libertária na América do Sul ou para fugir da repressão no continente europeu. As contradições da nova realidade, as dificuldades de assimilação da nova cultura, as relações de trabalho, o contacto com novas noções e experiências, marcavam de maneira indelével as formas de viver destes indivíduos, muitos regressavam ao seu país de origem levando novas noções e experiências.

Desta forma, pretendemos problematizar a imagem de “planta exótica” do anarquismo à realidade brasileira, pois, entendemos que os debates, principalmente a partir do século XX, não ocorriam exclusivamente em áreas industrializadas do Atlântico Norte, mas também em regiões consideradas como periféricas da economia mundial. Ou seja, entendemos que a construção, tanto no plano teórico quanto prático do ideal ácrata, ocorreu por meio do contacto entre indivíduos que cruzavam as fronteiras, formando uma espécie de “bumerangue revolucionário”.<sup>40</sup> Nestes ambientes, ideias “criadas” na Europa

---

<sup>40</sup> Percepção da circulação de ideias pelo Atlântico na construção dos movimentos revolucionários, levantadas por Peter Linebaugh e Marcus Rediker. LINEBAUGH, Peter;

eram amadurecidas e niveladas por meio de trocas e contatos, em lugares demarcados pela presença multiétnica e multicultural, típica dos espaços transatlânticos, ou zonas marcadas pelas influências do colonialismo e do imperialismo. Imagens e ideias convergiam sobre a Europa do que propriamente partir dela, como a onda causada pelo movimento republicano brasileiro no Atlântico que levou a “campanha patriótica e antidinástica que se formou” em Portugal “a seguir ao Ultimato e que conduziu à revolta do Porto” em 1891, considerada como uma “sangrenta paródia do 15 de novembro”.<sup>41</sup>

O segundo capítulo está dividido em duas partes, a primeira inicia com o desembarque de Pinto Quartim na baía de Guanabara em setembro de 1913. Após dois meses encarcerado no Limoeiro, sob a acusação de envolvimento no atentado a bomba na Rua do Carmo, em 10 de junho do mesmo ano, Quartim deixou a cidade de Lisboa levando em sua bagagem a condenação de inimigo da pátria, imagem que o acompanhou durante toda a viagem e no desembarque no Rio de Janeiro. Nesta parte busca-se resgatar os estereótipos que foram atribuídos ao jornalista luso-brasileiro no contexto da sua expulsão para o Brasil, num momento em que o governo brasileiro endurecia a legislação contra os “hóspedes indesejados”, procurando apresentar os primeiros contactos com os militantes brasileiros. Na segunda parte, apresentamos o ambiente do seu nascimento, as relações políticas e comerciais de seus familiares no Rio de Janeiro e a atuação do Quartins pelo Atlântico.

O terceiro capítulo compreende os últimos anos da monarquia em Portugal e os primeiros do regime republicano, marcado pelas ilusões do jovem republicano, ainda durante a fase de propaganda do partido, à conversão ao anarquismo, apresenta os múltiplos espaços em que viveu durante a sua mocidade, as relações com a geração académica revolucionária que precedeu a implantação da República em Portugal. Neste período Pinto Quartim conviveu muito próximo ao brasileiro António Luís Gomes da Silva, de quem recebeu a sua primeira obra sobre o anarquismo, *A Moral Anarquista* de Kropotkine. António Gomes da Silva era natural de Jaguarão no Rio Grande do Sul e

---

REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>41</sup> Ao tentar perceber qual o lugar do Brasil no rumo do movimento republicano português, a historiadora Isabel Corrêa da Silva, apresenta um conjunto de elementos culturais, políticos e sociais por trás dos debates dos republicanos em Portugal, que transcendem as fronteiras nacionais do país. Apesar de considerar que o modelo brasileiro acabou por não ser objeto de análise consistente por parte dos republicanos portugueses, é indiscutível que o 15 de novembro de 1889 teve um papel importante na revolta do Porto de 1891. SILVA, Isabel Corrêa da Silva. *Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Divina Comédia Editores, 2013.

sobrinho do prestigiado republicano Luís Gomes da Silva. Durante os anos em Coimbra, Gomes da Silva dividiu a casa com o anarquista Campos Lima, ambos eram frequentadores assíduos da residência de António Largo Cerqueira, o “Jacinto” de Coimbra, onde reuniam-se frequentemente com os estudantes: Carlos Amaro, Carlos da Mendonça, António Melo, Aníbal Soares e Alberto Costa (mais conhecido pela alcunha de *Pad Zé*). Nesta parte procurou-se mapear os contactos em Coimbra, os espaços frequentados pelo estudante e por seus condiscípulos. Discute a sua atuação na “Questão Académica” de 1907 a sua participação no manifesto dirigido “ao país dos estudantes revolucionários de Coimbra”, eventos que, embalados pelos ares das antigas gerações, como a Antero de Quental e de Eça de Queiroz, contribuíram para forjar entre as muralhas da secular escola, uma geração académica revolucionária, capaz de interferir nos assuntos académicos e políticos do país que culminaram com a Revolução de outubro de 1910.

No quarto capítulo procuramos conectar a rede de intelectuais e militantes reunidos em torno da residência de Pinto Quartim, onde os laços de amizades e de afinidades atavam-se em um ambiente permeado por relação afetivas e familiares, aos “anarquismos” manifestos nas páginas do semanário *Terra Livre*. Impresso num contexto social e político conturbado, em meio a uma Lei de imprensa que lembrava os últimos dias da ditadura de João Franco, mesmo possuindo uma linguagem moderada e um tom filosofante, predominante em suas colunas, os artigos doutrinários, de crítica social e política serviram de pretexto para a perseguição que o periódico sofreu e para encerrar, entre os “ferros da república” o seu diretor. Sentenciado sem julgamento pelos antigos companheiros das fileiras republicanas, como um “indivíduo perigoso á sociedade”, Quartim foi expulso por dez anos para Brasil.

O quinto e último capítulo da tese cobre o período da sua expulsão, em 1913, até o seu exílio em Angola, em 1930. Nesta seção apresenta-se as “forças invisíveis” que impeliram o jovem libertário para o convívio com os militantes anarquistas mais atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Procuramos mapear a rede de sociabilidade, que o “perigoso anarquista” construiu durante a sua estada no Rio e as estratégias empregadas para desenvolver a propaganda libertária entre o operariado carioca. Para além de tentar captar possíveis permanências ou rupturas, pretende-se identificar a evolução das noções políticas e ideológicas que Quartim manifestou ao longo da sua vida, sobretudo, até momento em que participou no parto do diário *A Batalha*, órgão da União Operária Nacional e da Confederação Geral do Trabalho, a C.G.T. portuguesa.

Pretende-se, ainda, contribuir para os estudos sobre a circulação de pessoas e ideias pelo Atlântico, sobretudo, dos “indesejáveis”, por meio da atuação de Pinto Quartim no movimento anarquista e no operariado brasileiro, se de facto a sua atuação reforça ou desmancha o estereótipo de “anarquista perigoso”, do estrangeiro “expulso de toda parte”, que ameaçavam a ordem e o processo de modernização do país, imagem disseminada pela elite económica e política carioca, quando do seu desembarque na capital brasileira.

Desta forma, esperamos que a biografia de Pinto Quartim possa contribuir para os estudos sobre migração e sobre o movimento anarquista e sindicalista brasileiro e português, mostrando que para além de um lugar periférico, em relação ao Atlântico Norte, a América do Sul constitui num importante lugar, por onde ideias eram semeadas ou cultivadas, não exclusivamente pelas mãos do estrangeiro, mas também por nacionais e “ambientalizadas” ou niveladas, à luz, não somente do farol europeu, mas também do próprio continente americano. Se no início do século XX no lugar da “árvore das patacas”, o emigrante europeu encontrou no Brasil “como recompensa dos seus sacrifícios, pior miséria ainda, como a tuberculose ou qualquer outra doença às costas”, como denunciava o semanário *Terra Livre*, em março de 1913<sup>42</sup> a planta anarquista parecia gerar os seus frutos, em parte devido à circulação de pessoas, mas, sobretudo, ao solo brasileiro, fertilizado pelas condições socioeconómicas e políticas e pelo clima tropical. Em 1915, o militante Gigi Damiani, em carta ao companheiro de ideias Pinto Quartim, refletia sobre a situação da militância anarquista no interior do movimento operário brasileiro naquele momento, segundo o anarquista italiano a propaganda sindicalista no país era orientada pelos libertários, sobretudo “àqueles poucos companheiros aos quais o clima tropical não matou toda energia.”<sup>43</sup> Revelando que além das dificuldades enfrentadas pelas diferenças culturais, o clima também representava um obstáculo para a propaganda e atuação de militantes europeus nos trópicos.

---

<sup>42</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 6 de março de 1913, n.º 4, 1.º ano, p. 8. Disponível em <http://purl.pt/17496>

<sup>43</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-063. *Subsérie 063 - Correspondência de Gigi Damiani. Data: 20 de março de 1915*

**1. “A TROMBA SE ENCHE NO BRASIL E CHOVE EM PORTUGAL”: IDEIAS E PESSOAS  
PELO ATLÂNTICO NO ALVORECER DO SÉCULO XX**

*“Pois nuvem ingrata, nuvem injusta, se na Baía te enche, porque não choves também na Baía? Se a tiraste de nós, porque a não despendes connosco? Se a roubaste a nossos mares, porque a não restituís a nossos campos? Tais como isto são muitas vezes os Ministros que veem ao Brasil e é fortuna geral das partes ultramarinas. Partem de Portugal estas nuvens, passam as Calmas da Linha, onde diz que também refervem as consciências e em chegando, verbi gratia a esta Baía, não fazem mais que chupar, adquirir, ajuntar, encher-se (por meio ocultos, mas sabidos) e ao cabo de três, ou quatro anos em vez de fertilizarem a nossa terra com a água que era nossa, abrem as asas ao vento e vão chover a Lisboa, esperdiçar em Madrid.”*

*Padre António Vieira, Sermão da Visitação.  
VI – A Tromba se enche no Brasil e Chove  
em Portugal, 1639.*

No livro dedicado ao seu pai, Vitorino da Costa Queirós e Vasconcelos, Neno Vasco refletia sobre as razões que levaram alguns militantes anarquistas à distanciarem-se dos meios sindicais, entre os finais do século XIX e princípios do século XX. Em junho de 1912, depois de passar uma década no Brasil, próximo do pai e de colaborar para o desenvolvimento do movimento anarquista e sindicalista no país, o militante português registava as suas impressões a respeito da situação do movimento libertário face ao sindicalismo, concepções que procurou defender na imprensa e em impressos que circularam nos dois lados do Atlântico.<sup>1</sup> “Infelizmente, após a guerra franco-prussiana e a derrotada Comuna de Paris, quando uma onda reacionária invadiu a Europa, após, sobretudo, a dissolução da Internacional”, dizia Neno, “os anarquistas apartaram-se em grande parte da massa proletária e da sua vida de cada dia, encerrando-se na torre de

---

<sup>1</sup> A respeito das noções que Neno Vasco defendeu sobre o sindicalismo ver: “*Concepção Anarquista do Sindicalismo*”, que reúne o essencial das ideias do militante sobre o tema. O livro foi editado originalmente pelo editorial *d’A Batalha* nos anos 1920. Já sobre trajetória de Neno no Brasil e em Portugal ver: SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

marfim da ideia.”<sup>2</sup> Apesar de certo distanciamento, Neno reconhecia que uma parcela da militância ainda procurava manter-se atuante na compreensão das necessidades populares, “dando continuidade teórica do socialismo anarquista, tal como nos viera de Bakunine e da Federação Jurassiana.”<sup>3</sup> A década de 1870 foi um momento importante nas formas que o movimento anarquista assumiu em âmbito internacional. Se a dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores, representou um momento de ruptura à ação libertária no interior das associações de classe, por outro lado, a eclosão do movimento reacionário dos artesões relojoeiros da região do Jura, na Suíça, por volta de 1879 e, sobretudo, a Federação Jurassiana, “último reduto dos antiautoritários daquilo que foi a AIT”<sup>4</sup>, representavam o anseio para muitos militantes, das possibilidades de ação dos trabalhadores organizados em federações e das consequências em apartarem do seu meio a orientação social-democrata. No plano internacional, esta situação permanecerá, essencialmente, até 1914. No período, que corresponde às últimas três décadas do século XIX ao início da Grande Guerra, nas palavras Neno, “começaram a formar-se as capelinhas doutrinárias, onde se pratica uma espécie de masturbação intelectual e se prega aos convertidos uma espécie de teologia e de misticismo contemplativo.” A respeito desta época, o anarquista continuava:

Fabricaram-se silogismos até o infinito. Nascera as discussões abstratas sobre os mais miúdos pormenores da doutrina, como em Bizâncio. Acharam-se, em problemas secundários e derivados, sucedâneos para a propaganda e ação principal do socialismo anarquista. Magnificou-se, como Tolstoi, como todos os reformadores religiosos, o poder do verbo, a eficácia da pura educação. Desprezou-se a organização das massas, a vida das massas, o movimento operário; e chegou-se a fazer sobre as greves a mesma explicável crítica social-democrática e... burguesa. Em muitos, o anarquismo, quase desprovido da sua segura base essencial, que é o fim socialista, aproximava-se mais ou menos do liberalismo individualista da burguesia.<sup>5</sup>

As duras críticas de Neno Vasco eram, sobretudo, uma intenção de despertar nos companheiros de ideias o desejo de aproximar das organizações dos trabalhadores e com isso alargar a ação do movimento operário. De acordo com João Freire, este período corresponde a primeira fase do desenvolvimento do anarquismo em Portugal, que iniciou em 1871 com a fundação da Internacional em Lisboa. Para João Freire, esta fase

---

<sup>2</sup> VASCO, Neno. *Da Porta da Europa: factos e ideias - 1911-1912*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913, p. 207.

<sup>3</sup> *Idem*

<sup>4</sup> PRÉPOSIET, Jean. *História do Anarquismo*. Coimbra: Edições 70, 2007, p. 105.

<sup>5</sup> VASCO, Neno. *Da Porta da Europa... op. cit. ...* p. 207-208.

“consistia essencialmente na existência de grupos locais e afinitários que se dedicavam ao estudo e à propaganda doutrinária”, em Lisboa e no Porto.<sup>6</sup> Em Portugal os primeiros grupos anarquistas surgiram em 1883, com a criação na capital do Grupo Social Neo-Bakunista, e do grupo União Democrática do Porto. Em 1887, um grupo de Lisboa proclamava a eliminação do Estado e da propriedade privada, a “abstenção à urna, a deserção da caserna, a greve violenta e a propaganda ilegal no terreno dos factos”, e em sua bandeira escreviam as palavras “comunismo e anarquia.”<sup>7</sup> No ano seguinte inicia-se no Porto, a publicação semanal de *A Revolução Social*, primeiro jornal anarquista em Portugal, dirigido por Gonçalves Viana. Apesar da propaganda libertária que fazia *A Revolução Social*, endereçada ao proletariado nacional, “nem todos os anarquistas portugueses provinham do movimento operário e alguns devotavam-se exclusivamente à propaganda das doutrinas”. De acordo com Edgar Rodrigues, por algum tempo o operariado, no país, teve sua liderança pelos socialistas por meio da estratégia política partidária.<sup>8</sup>

Neste contexto, a luz que indicava o caminho ao movimento anarquista português parecia ter origem na França. O anarquismo de Proudhon, as ideias de Thomaz More, o cooperativismo de Roberto Owen e de Fourier contagiavam os estudantes e intelectuais portugueses que transitavam pelo território francês em viagens de férias ou de estudos.<sup>9</sup>

Em 1888, o semanário *A Revolução Social*, atribuía ao jornal anarquista *Le Revolté*<sup>10</sup>, publicado em Paris, o importante papel de “farol” das agrupações libertárias das regiões do Porto e de Lisboa.<sup>11</sup> Entre os colaboradores do jornal francês destacavam-se os geógrafos Piotr Kropotkin e Elisée Reclus. Em abril de 1886, em viagem de estudos a Portugal, Elisée Reclus conviveu com militantes em Lisboa. Durante a sua permanência, Reclus criou laços de solidariedade e reforçou a influência do movimento francês na

---

<sup>6</sup> FREIRE, João. *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 19.

<sup>7</sup> *A Revolução Social*, Porto, 18 de março de 1888, nº 10, p. 3.

<sup>8</sup> RODRIGUES, Edgar. *O despertar operário em Portugal: 1834-1911*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1980, p. 173.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>10</sup> O jornal *Le revolté*, foi criado por Kropotkin em 1878 na Suíça, após sua expulsão passa a publicá-lo na capital francesa. *Le Revolté* foi o periódico mais influente entre os anarquistas em nível internacional. WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Vol. 1, Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

<sup>11</sup> *A Revolução Social*, Porto, 12 de fevereiro de 1888, nº 5, p. 1.

capital portuguesa. Segundo João Freire<sup>12</sup> a visita do eminente anarquista francês a Portugal agitou os libertários do território português, a partir de então “pode considerar-se que se trata já, claramente, de um movimento anarquista, autônomo e perfeitamente independente da corrente marxizante, consciente de sim dos seus objetivos e dos seus adversários.”<sup>13</sup> Para os grupos Anarquista Comunista de Lisboa e do Porto, os dois termos eram “homogêneos” e “inseparáveis”, o primeiro como síntese da liberdade, e o segundo como *idea* de igualdade.

Se em face das relações econômicas da sociedade nós proclamamos o Comunismo, ou seja, a abolição da exploração do homem, em face das relações políticas, em face da grandiosa evolução do pensamento humano, da marcha das sociedades no sentido da Liberdade nós proclamamos a Anarquia, ou antes a abolição do governo do homem pelo homem.<sup>14</sup>

Em janeiro de 1888, o mesmo *A Revolução Social* apresentava em linhas gerais a sua bandeira política e ideológica, bem como as bases para a organização dos grupos de afinidades, inspirado nas teorias de Kropotkin:

O homem no grupo, o grupo na federação dos grupos, deve mover-se *livremente* como lhe apetecer ou julgar conveniente, sem esperar autorização de chefes, governo ou leis governativas... (...)

Por queremos uma sociedade sem governantes nem exploradores é que somos Comunistas Anarquistas; por isso é que convidamos os trabalhadores a agrupar-se *livremente* em grupos mistos, em todos os pontos ou lugares em que vivem ou trabalham...

Da união e federação *livre* de todos esses grupos é que deve nascer a nossa completa Emancipação Social.

Da *livre* união e federação de todos os grupos de trabalhadores pode desde já nascer o apoio moral e material a todos os seus membros; pode

---

<sup>12</sup> João Freire e Edgar Rodrigues consideram a presença do anarquista francês fundamental para os caminhos que o nascente movimento anarquista tomou em Portugal nos finais do século XIX. Ver por exemplo FREIRE, João. Malatesta e o anarquismo português. *Ler História*, nº6, 1985, p. 35-49. FREIRE, João. *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987. RODRIGUES, Edgar. *História do movimento anarquista em Portugal*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010. RODRIGUES, Edgar. *O despertar operário em Portugal: 1834-1911*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1980. Edgar Rodrigues em “*História do movimento anarquista em Portugal*”, ao mesmo tempo que associa o amadurecimento do movimento anarquista em Portugal com a presença de Elisée Reclus em Lisboa, uma espécie de “injeção ideológica”, chama atenção para a particularidade da sociedade portuguesa no desenvolvimento das ideias libertárias. Segundo Rodrigues o “comunismo primitivo”, presentes nas Misericórdias, nas Fraternidades, as Associações de Socorro Mútuo, “tornaram os portugueses receptíveis” às Associações de classes profissionais, ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo. RODRIGUES, Edgar. *História do movimento...* *op. cit...* p.2.

<sup>13</sup> FREIRE, João. Malatesta e o anarquismo português. *Ler História*, nº6, 1985, p. 35.

<sup>14</sup> *A Revolução Social*, Porto, 5 de fevereiro de 1888, nº 4, p. 2.

nascer a prática do mais belo pensamento humano - a solidariedade e sociabilidade.<sup>15</sup> (grifos do original)

As ideias proclamadas pelos anarquistas portugueses eram muito parecidas com as concepções de Kropotkin publicadas em *A Conquista do Pão*, de 1888. Na obra o geógrafo russo aconselhava que, ao romper com a propriedade privada, a sociedade deveria organizar-se “livremente” nas bases do comunismo anarquista, buscando “no livre agrupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova, que convenha à fase econômica nova da história”.<sup>16</sup> O modelo filosófico e social proposto por Kropotkin, condenava o individualismo e a competição na luta pela sobrevivência e reconhecia a importância da harmonia entre os homens e deste com a natureza.

Com a virada para o século XX, além da opinião pública e dos esforços para aproximarem do movimento operário, os anarquistas portugueses tiveram de enfrentar um “movimento socialista com real implantação” em Portugal. Não bastando, a partir de 1910 “viram-se defrontados com uma organização republicana que parecia atrair tudo e todos”. Diante deste cenário, os libertários “havia compreendido a necessidade de alargar a sua base de apoio”, ou seja, “não eram as bombas de Ravachol que iriam destruir o sistema capitalista”.<sup>17</sup> Buscam, portanto, no sindicato a força para derrubar o regime capitalista e proclamar a anarquia. Para não se restringirem ao plano teórico, intelectuais, jornalistas, tipógrafos, entre outros operários mais qualificados passaram então a participar ativamente no movimento operário. Muitos somaram as suas forças e ideias com republicanos.<sup>18</sup> Entre 1904 e 1910 em Lisboa, trabalhadores e militantes anarquistas andavam a fabricar explosivos em caves e sótãos com correligionários do Partido Republicano.<sup>19</sup>

Porém, essa imersão no movimento social dos trabalhadores não ocorreu somente em áreas industrializadas do Atlântico Norte, a partir da influência das concepções revolucionárias para o sindicalismo discutidas em Inglaterra, Itália, França e Espanha. Neste período regiões com fortes heranças coloniais e imperialistas

---

<sup>15</sup> *A Revolução Social*, Porto, 29 de janeiro de 1888, nº 3, p. 1.

<sup>16</sup> KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. *A Conquista do Pão*. Tradução Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011, p. 37.

<sup>17</sup> MÔNICA, Maria Filomena. Os trabalhadores e os anarquistas, in FREIRE, João. *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 11-12.

<sup>18</sup> Segundo João Freire a preocupação com o “estudo, pelo saber, pela arte, pelo autodidatismo” privilegiou uma “posição de proximidade e vizinhança relativamente ao pensamento republicano, liberal e positivista”. FREIRE, João. *100 anos de anarquismo... op. cit... p.25*.

<sup>19</sup> MÔNICA, Maria Filomena. Os trabalhadores e os anarquistas... *op. cit... p.14*.

participaram dos debates e, sobretudo, na “gestação” das noções libertárias para o sindicato. Se o jornal francês *Le Revolté*, bem como a militância de Piotr Kropotkin e de Elisée Reclus, iluminaram o caminho para o anarquismo-comunista em Portugal no final de Oitocentos, o fenómeno da imigração, como a circulação de pessoas e ideias pelo Atlântico, pode ter contribuído no desenvolvimento do movimento que ficou conhecido como sindicalismo revolucionário, a partir de 1900.

Neste período uma rede transoceânica de comunicação e de troca de experiências se formou em nível global, por meio da circulação de pessoas que, ao se deslocarem de uma região para outra, promoveram coordenações que ultrapassavam as fronteiras nacionais. Este fenómeno só foi possível devido às transformações nos meios de comunicação e de transporte a partir dos finais do século XIX, que assistiram o início da fase que Benedict Anderson classificou como “globalização incipiente”<sup>20</sup>. Ao mesmo tempo que traziam modernidades, facilidades e agilidade no transporte de pessoas e mercadorias, estas transformações criavam múltiplas paisagens, afetando ao mesmo tempo os costumes tanto do nativo, como do estrangeiro e possibilitaram a articulação das regiões de origens e de destino do imigrante.

Nesta mesma época, em que o movimento anarquista português desenvolvia-se a partir da luz refletida desde França por Elisée Reclus e Kropotkin, o militante Errico Malatesta, “para evitar un nuevo encarcelamiento”, deixa a Itália em direção à Buenos Aires.<sup>21</sup> Entre 1885 a 1889 o militante da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional de 1864) irá participar ativamente “para constituir o movimento anarquista e sindicalista” argentino.<sup>22</sup> Neste período Malatesta “ajudou os padeiros de Buenos Aires a organizar o primeiro sindicato de trabalhadores militantes.”<sup>23</sup> O jornal anarquista *La Protesta*, publicado em Buenos Aires desde 1897, relembra em Setembro

---

<sup>20</sup> Termo utilizado por Benedict Anderson para designar os anos finais do século XIX, onde as transformações marcaram profundamente a sociedade, como a invenção do telégrafo, a instalação dos cabos submarinos transoceânicos, o navio a vapor, e a modernização dos meios de transporte ferroviário, que “movia milhões de pessoas e gigantescos volumes de mercadorias dentro das fronteiras nacionais e coloniais, ligando remotas regiões interiores entre si e com os portos e as capitais.” ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2014, p. 21.

<sup>21</sup> RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em América Latina*. Venezuela: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 1990, p. 18.

<sup>22</sup> RICHARDS, Vernon. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionários*. - 1ª ed. Buenos Aires: Pupac Ediciones, 2007. p. 223.

<sup>23</sup> JENSEN, Richard Bach. *The Battle against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2014, p. 103.

de 1902 o papel do anarquista italiano no movimento libertário e sindicalista daquele país:

“La propaganda del comunismo y de la anarquía fue más intensa cuando después de dos o tres meses de la llegada a Buenos Aires (en febrero de 1885) del camarada Malatesta se constituyó con gran entusiasmo un Círculo de Estudios Sociales, sito en la calle Bartolomé Mitre 1375, en el cual éste y otros camaradas dieron las primeras conferencias públicas comunistas anarquistas, publicándose entonces en italiano *La Questione Sociale*. En los años sucesivos se constituyeron otros círculo y clubes, “comunistas anarquistas”, algunos, de “estudios sociales” otros... Errico Malatesta cooperó con otros camaradas anarquistas en el año 1887 para la organización definitiva de la “Sociedad Cosmopolita de Obreros Panaderos”, con conferencias en las reuniones de éstos...”<sup>24</sup>

Em 1872, antes da chegada do eminente anarquista italiano à América Latina, A. Juanes, propagandista da seção uruguaiana, em Buenos Aires, escreve aos companheiros mexicanos da Associação Internacional dos Trabalhadores acerca das suas impressões do movimento na capital argentina. Na correspondência o militante confessa que regressa “desconsolado” de Buenos Aires, onde “sólo entre los artesanos panaderos he encontrado una atmósfera favorable a la sociedad de socorros y resistencia”.<sup>25</sup> Ao criticar a presença da ala “autoritária” da AIT entre os trabalhadores argentinos, o militante parece indicar o agrupamento dos padeiros de Buenos Aires como a principal coletividade de libertários no início da década de 1870 entre o operariado argentino, anos antes da chegada de Malatesta e dos internacionalistas à cidade portuária.

Segundo Gonzalo Zaragoza a Sociedad de Obreros Panaderos de Buenos Aires foi uma das agremiações que “siempre contaron con un núcleo de militantes anarquistas”.<sup>26</sup> Entre os que participaram da fundação da sociedade estavam Francesco Mommo, Rafael Torrents, Marino Garbaccio e Ettore Mattei. Marino Garbaccio foi um dos fundadores do Círculo Comunista Anárquico em 1884, anterior ao grupo de estudos sociais que Malatesta ajudou a fundar.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> *La Protesta*, Buenos Aires, 1º de setembro de 1909. apud RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em América Latina*. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1990, p. XVIII.

<sup>25</sup> VALADÉS, José C. Documentos para la historia del anarquismo en América. In *Certamen internacional de la Protesta: en ocasión del 30 aniversario de su fundación: 1897 - 13 de junio - 1927*. Buenos Aires: Editorial La Protesta, 1927, p. 84.

<sup>26</sup> ZARAGOZA, Gonzalo. *Anarquismo argentino (1876-1912)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1996, p. 79.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 96.

O Círculo de Estudios Sociales, ficava na Rua Bartolomé Mitre 1375, local onde se organizaram as “primeiras conferências públicas comunistas anarquistas” e ainda onde se discutiu a organização de *La Questione Social*, hormônio do jornal publicado por Malatesta em Florência antes de 1885. Entre 1887 e 1888 o café Grutli (Rua Cerrito 168, entre as Ruas Bartolomé Mitre y Cangallo), foi um importante lugar na cena política argentina; nele militantes anarquistas e socialistas trocavam experiências de luta e resistência.<sup>28</sup>

Apesar do “entusiasmo” e da “intensa” propaganda do anarco-comunismo realizada por Malatesta nas margens do Rio da Prata, entre 1885 a 1889, descritas em *La Protesta* pelo militante italiano Ettore Mattei, este facto não corresponde exclusivamente às origens do ideal ácrata na região. Ou seja, como destacou Max Nettlau nas décadas 1860-70 já havia propaganda e agitação libertária na América Latina, sobretudo, no México, onde as ideias de liberdade dos camponeses inspiraram inúmeras insurreições armadas durante os anos de 1860, até chegar à formação do Círculo de Obreros Mexicanos no início de 1870.<sup>29</sup>

Em 1º de Maio de 1924, em *La Protesta*, aparece um artigo de José C. Valadés, militante da CGT Mexicana, intitulado “De la historia del anarquismo en Méjico”. O texto publicado numa data emblemática para o movimento anarquista internacional realçava o significado doutrinário e simbólico do ato. Ao lado de trechos que exaltavam os acontecimentos de 1886 em Chicago, os editores de *La Protesta* resgatavam a história da insurreição camponesa de Chalco no Estado do México protagonizada e liderada por camponeses.

Em maio de 1869, o povo de Chalco se armou contra os soldados da república mexicana, “quienes trataban de aprisionar a los autores del manifiesto que se habia lanzado el 20 de abril.” O “ejército del pueblo” era composto por uma “infinitude de campesinos” que, segundo José Valadés, no decorrer do conflito, “ascendían a um mil”. O camponês Julio Chávez, “rudo pero inteligente”, foi um dos iniciadores e mais ativos dos militantes da insurreição, e um dos autores do *Manifiesto* que, segundo Valadés, pela “primera vez se clamaba por la abolición del gobierno, para el verdadero triunfo de la libertad” no México. O

---

<sup>28</sup> RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em... op. cit...* p. XVIII-XIX.

<sup>29</sup> As publicações no México com caráter nitidamente anarquista nos anos de 1870 eram: *La Comuna*, que circulou a partir de 1874 (30 números), *La Internacional*, entre julho a setembro de 1876. Além destes jornais, Nettlau destaca a tradução para o espanhol do livro “Ideal general de la Revolucion en el siglo XIX (Biblioteca Socialista, México - 1851)” de Proudhon traduzido pelo Plotino Rhodakanaty, proudhoniano que viveu no México nas décadas de 1860-70. <sup>29</sup> NETTLAU, Max. Contribución a la bibliografía anarquista de la América latina hasta 1914. In *Certamen internacional de la Protesta: en ocasión del 30 aniversario de su fundación: 1897 - 13 de junio - 1927*. Buenos Aires: Editorial La Protesta, 1927.

*Manifiesto*, dirigido à “todos los oprimidos y pobres de Méjico y del universo”, denunciava a exploração dos camponeses pelos latifundiários, atacando a Igreja e todas as formas de governo. Com uma linguagem revolucionária o *Manifiesto* apelava para a ação direta aliada a tradição camponesa do levantamento armado. Segundo Valadés, a insurreição armada de Chalco pode ter ensinado aos militantes mexicanos, nativos e estrangeiros, “el manejo de la guerra de guerrillas” e ainda a convicção “de que toda lucha por la libertad, únicamente puede estar basada en la idea-fuerza.” Julio Chávez foi capturado em 17 de agosto e fuzilado no pátio da “Escuela Moderna” em Chalco, em primeiro de setembro 1869.<sup>30</sup>

Foi nesta mesma escola que Julio Chávez aprendeu não somente o espanhol, mas, também as noções de liberdade com professor de filosofia Plotino Rhodakanaty, admirador e tradutor de Proudhon, e quem apresentou Julio Chávez a Francisco Zalacosta, futuro secretário da Internacional no México. Rhodakanaty e Zalacosta, juntamente com Juan Villarreal e Hermenegildo Villavicencio, foram os precursores do anarquismo e da iniciativa de organizar o operariado do México nas décadas 1870-1880.<sup>31</sup> Nos finais dos anos 1860 fundaram o Círculo Proletario, em 1870 o Gran Círculo de Obreros de México, em 1871 o periódico *El Socialista*, que com frequência “expresaba ideas claramente anarquistas. Este movimiento se extendió pronto al interior del país, bajo el predominante influjo de la ideología libertaria.”<sup>32</sup>

O contato entre Francisco Zalacosta, Juan Villarreal, Hermenegildo Villavicencio, e mesmo Rhodakanaty com Júlio Chávez e com os camponeses mexicanos nas décadas de 1860, pode ter favorecido a convivência com tradições específicas, como a guerra de guerrilha e, sobretudo, trocas de experiências que propiciaram a aproximação destes militantes com os nativos e nas futuras ações que agitaram a região.

Segundo Valadés, em finais de 1870 Zalacosta “trató de unirse a los grupos de campesinos armados”, que haviam lutado ao lado de Chávez, e “se dirigieron al Estado de San Luis Potosi, al llamado que hizo el *directorio socialista*, que salió nombrado en el congreso de los *Pueblos unidos de la confederación mejicana*, celebrado en Sierra Gorda, el 1 de junio de 1879.”<sup>33</sup> Zalacosta foi um dos fundadores, juntamente com Rhodakanaty, de *La Social* que a partir de 1877 estabeleceu contacto com a seção bakuninista da

---

<sup>30</sup> *La Protesta*, Buenos Aires, 1º de maio de 1924. p. 16-17.

<sup>31</sup> *Idem*

<sup>32</sup> RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em... op. cit...* p. CLXXXII.

<sup>33</sup> *La Protesta*, Buenos Aires, 1º de maio de 1924. p. 16-17.

Primeira Internacional. O grupo de *La Social* mantinha relações com simpatizantes de Montevideú desde 1871.<sup>34</sup>

As insurreições camponesas, como a descrita por José Valadés, eram carregadas de sentidos tradicionais de liberdade e organização, conjuntos de símbolos que segundo o militante mexicano, “ha tenido un albergue constante en los campesinos de Méjico”. Essas “explosiones”, quase todas pronunciando um caráter libertário, representou para os militantes que circulavam entre o Continente Americano e a Europa, bem como para os partidos políticos mexicanos, um importante exercício, uma espécie de “ginástica revolucionária” para “la conquista del poder político”<sup>35</sup>, cinquenta anos antes da Revolução Mexicana<sup>36</sup>. Certamente o camponês Júlio Chávez ao mesmo tempo que aprendeu o espanhol e as noções de liberdade, compartilhou com seus professores símbolos próprios da cultura camponesa mexicana.

A “árvore da liberdade”, que estendeu seus galhos para além das fronteiras nacionais, no geral possuía elementos do modo tradicional de luta e resistência dos camponeses e indígenas mexicanos, como destacou Carlos Rama “anterior no sólo al imperialismo español sino también al imperialismo de los aztecas y de los incas.”<sup>37</sup> Portanto, considerar o movimento anarquista como “planta exótica”, de algumas regiões da América do Sul, reduz o papel dos camponeses, dos escravos e indígenas na história do movimento revolucionário internacional. Olhar para o movimento anarquistas por meio de uma lente que não valorize essas experiências “aclimatadas” ou experimentadas em zonas tropicais é contrariar não somente as práticas metodológicas atuais, mas o próprio ideal anarquista. Esses movimentos compartilhavam experiências não somente das ideias criadas e pensadas na Europa, mas elementos da tradição de autogestão da terra, por exemplo, ou do coletivismo agrário, e ainda do uso da prática de guerrilha.

Segundo Adriano Botelho, companheiro de ideias de Neno Vasco, o “convívio com vários camaradas” no Brasil, entre 1901 a 1910, contribuíram para esclarecer o espírito e as concepções que Neno havia levado de Portugal. Apesar de já se declarar “abertamente anarquista”, quando de sua viagem ao Brasil, possuía “ainda ideias

---

<sup>34</sup> ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: FCE, 1999.

<sup>35</sup> *La Protesta*, Buenos Aires, 1º de maio de 1924. p. 16-17.

<sup>36</sup> Através do Atlântico “que nos separa daqueles percussores do Futuro” os “gritos rebeldes e os clamores indignados dos párias da república mexicana” chagava a Portugal. De Lisboa o semanário anarquista *O Agitador*, classificava a Revolução Mexicana como “A Revolução Anarquista”. A Revolução Anarquista no México. *O Agitador*, Lisboa, 30 de julho de 1911, p. 1.

<sup>37</sup> RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em... op. cit...* p. X-XI.

um tanto confusas sobre essa doutrina”. A partir das suas experiências no cotidiano da classe operária brasileira e nos grupos de afinidades, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, “desapareceram então do seu espírito algumas ideias falsas que sobre o anarquismo trouxera de Coimbra e, interligando-se no espírito revolucionário de Errico Malatesta”. A partir do contacto com outros militantes, nos espaços sociais fortemente marcados pela presença do trabalhador imigrante, onde o anarquismo era discutido e experimentado através da realidade brasileira, Neno Vasco experimentava o que mais tarde irá caracterizar com um “nivelamento” em suas ideias. Neste período o advogado formado em Coimbra “passou a ligar uma grande atenção ao movimento de organização das classes exploradas, preocupando-se a sério com a influência e ação que por estas poderá ser exercida durante e após a revolução.” As ações quotidianas no terreno brasileiro levaram Neno Vasco “a descrever da teoria harmoniosa de Kropotkine, importada de França, segundo a qual todos os problemas de organização da produção e do consumo seriam resolvidos pela ação espontânea dos grupos de homens de boa vontade, surgido após a revolução social.”<sup>38</sup>

No verão de 1914, realizou-se em Lisboa a conferência “Anarquista da Região Sul”. Neno, já em Portugal, foi o relator da tese: “Os anarquistas no movimento operário”. Devido “um incidente desagradável” entre Neno e António José de Ávila numa das sessões da Conferência, a tese foi apresentada por Aurélio Quintanilha. Segundo Adriano Botelho “Neno não tinha temperamento para falar em público”, e a insistência de António José de Ávila para o relator participar da discussão, levou Neno a deixar a sala.<sup>39</sup>

Na tese o militante expressava os princípios organizativos de Malatesta para o sindicalismo, que mais tarde irá fazer parte do seu livro póstumo “*A concepção anarquista do sindicalismo*”, publicado pelo editorial d’*A Batalha* na década de 1920.<sup>40</sup> Além da influência malatestiana, na tese podemos identificar uma possível ruptura com as ideias de Kropotkine para a organização social, como a crítica que Neno faz a teoria da espontaneidade, que “conduz *automaticamente*, fatalmente, a revolução social e a uma sociedade de produtores livres e iguais, mesmo independentemente da acção e propaganda duma minoria consciente.” Chegando a classificar como uma “concepção

---

<sup>38</sup> BOTELHO, Adriano. *Memória e ideário: (antologia de textos)*. Açores: Secretária Regional Educação Cultura e Direcção Regional Assuntos Culturais, 1989, p. 58-59.

<sup>39</sup> Arquivo Histórico Social, BNP, N. 61 - Núcleo Adriano Botelho. (Espólio - reservados), Maço 2547. *Conferência anarquista*.

<sup>40</sup> VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

simplista da *luta de classes*.” Neno Vasco adverte os congressistas que “a demasiada confiança no automatismo revolucionário do sindicato pode levar a dois erros: a descurar a propaganda revolucionária, a considerar inútil e até nociva ou incômoda a acção das minorias libertárias no sindicato; e a julgar de pouca monta a questão do funcionalismo<sup>41</sup> sindical retribuído e permanente.” A partir da crítica ao automatismo revolucionário, o anarquista defendia que “nenhum anarquista comunista deixará de concordar com Malatesta, quando este afirma a grande utilidade dos sindicatos no período de transição e especialmente durante a tormenta insurreccional.”<sup>42</sup> E passa citar o anarquista italiano:

“Pode-se dum golpe derribar e destruir o governo, podem-se expropriar os detentores da riqueza, mas não se pode de um dia para o outro reorganizar sobre bases completamente novas a produção e a troca. Entretanto, a vida econômica nas suas funções fundamentais não admita interrupção. É preciso comer todos os dias, depois é preciso prover ao abastecimento das cidades, ao fabrico do pão, etc. E a satisfação destas necessidades, sem a qual a insurreição seria logo sufocada pelas reacções do povo faminto, pode ser enormemente facilitada pelos sindicatos já organizados e prontos a continuar as vantagens de toda a população e trabalho que eles já executavam por conta dos capitalistas.”<sup>43</sup>

O “nivelamento” nas ideias que Neno Vasco trouxera de Coimbra, além de um “efeito” das afinidades que compartilhou em São Paulo no grupo *O Amigo do Povo*, pode ter sido causado pelas vivências e ações no quotidiano da classe trabalhadora carioca e paulista, entre 1901 a 1911<sup>44</sup>, como pelo debate que travou com o militante da Federação Operária Santista (FOLS), o anarquista João Crispim entre 1913 e 1914, através das páginas do sindicalista *A Voz do Trabalhador*, do Rio, e do anarquista *A Aurora*, do Porto. Portanto, através da ação de Neno Vasco, podemos visualizar uma rede de articulação que compreende as regiões do Norte e Sul do Atlântico na construção das concepções anarquistas para o sindicalismo. Para além de uma ação de intercâmbio, entre militantes de diferentes nacionalidades, essa articulação coordenou ações ligadas diretamente ao

---

<sup>41</sup> O libertário referia-se à criação e manutenção de cargos no interior dos sindicatos, e também sobre a burocratização do sindicato.

<sup>42</sup> Arquivo Histórico Social / Projecto Mosca. BNP/N61/Núcleo Neno Vasco/CX55-55ª. *Os anarquistas no movimento operário. Tese apresentada pelo grupo editor da Brochura Social à conferência Anarquista da Região Sul reunida em Lisboa em 27 e 28 de junho de 1914.*

<sup>43</sup> *Idem*

<sup>44</sup> Como destacou Alexandre Samis, o convívio com os companheiros italianos em São Paulo, Sorelli, Damiani e Cerchiai promoveu no espírito de Neno Vasco uma nova orientação, “a Kropotkin e Reclus, preferiu Malatesta. Por conta dessa nova descoberta. Neno ampliaria seus conhecimentos do idioma italiano passando a traduzir, deste teórico, o que era possível para o português.” SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro... op. cit...* p. 153.

quotidiano da classe trabalhadora, contribuindo para forjar uma cultura política de carácter libertário.

## 1.1. ANARQUISMO E SINDICALISMO: CONEXÕES NA AMÉRICA DO SUL

“Chegado a Portugal há dez dias, após uma ausência de dez anos, acho-me ainda atordoado da viagem e sinto-me ainda como que em país estrangeiro...”

Neno Vasco. *Da porta da Europa*, 1913.

No período que compreende a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro (1913) e a Conferência Anarquista da Região Sul em Lisboa (1914), uma “onda” libertária circulou pelo Atlântico e chegou à “Porta da Europa” pelas águas do Tejo, agitando anarquistas e sindicalistas. Neste contexto, um debate além-mar formou-se em torno da concepção anarquista para o sindicalismo, colorindo as páginas dos principais veículos ligados ao meio operário da época, como os jornais *A Aurora*, do Porto, e *A Voz do Trabalhador* do Rio de Janeiro, que tiveram as suas edições marcadas por um debate que ultrapassou as fronteiras nacionais. De Portugal, Neno Vasco teve conhecimento pelas páginas de o *Germinal*, de São Paulo, de uma “declaração de princípios” dos dirigentes da Federação Operária de Santos (FOLS), nas palavras do libertário, “uma doutrina que me parece estar em contradição, não só com as bases e necessidades da organização da classe do operariado, mas sobretudo – com o anarquismo.” Para Neno a doutrina defendida pelos militantes da FOLS, que consistia em dividir o operariado era “mal inspiradamente importada da Argentina”,<sup>45</sup> revelando, para além das divergências, uma importante rede de articulação entre os anarquistas da Federación Obrera Regional Argentina (FORA) e os militantes do território brasileiro, coordenação que não se restringia somente ao associados da Federação santista.

A “onda”, que parece ter surgido nas margens do Porto de Santos, foi ganhando tamanho e força à medida que circulava pelo Atlântico.<sup>46</sup> De um lado temos

---

<sup>45</sup> A Federação Operária Regional Argentina (FORA), no congresso operário de 1905 aconselhava ao operariado “a propaganda e ilustração mais ampla possível” do anarquismo com o objetivo de implantar nos “operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anarquista” que levará “à evolução social buscada.” *apud* COLOMBO, Eduardo. *A F.O.R.A.: o finalismo revolucionário*. In COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 100.

<sup>45</sup> *A Aurora*, Porto, 21 de dezembro de 1913, p. 1.

<sup>46</sup> Sobre a polêmica envolvendo o brasileiro João Crispim e o português Neno Vasco ver: MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Dissertação de mestrado. MARQUES, João Carlos. Movimento operário brasileiro e o anarquismo no sindicato: divergências e debates em *A Voz do Trabalhador (1908-1915)*. In PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice, GODINHO, Paula. (org.) *Espaços, Redes e sociabilidades. Cultura e*

um jornal sindicalista, órgão da Confederação Operária Brasileira (COB), a reverberar o debate no interior do movimento sindical brasileiro. De outro um jornal anarquista na Europa, a posicionar-se contrário à “declaração de princípios”, que consistia na defesa da adesão do ideal ácrata como doutrina oficial do sindicato operário.

Do Porto, em março de 1914, *A Aurora* traz em suas páginas as discussões iniciadas em território brasileiro. Em resposta à Neno Vasco, o militante da FOLS, João Crispim, transcrevendo artigos de Errico Malatesta, revelava as suas opiniões a respeito do anarquismo no sindicato bem como particularidades que marcavam o movimento social brasileiro no alvorecer do século XX, como a divisão ideológica no interior dos grupos e associações. Para Crispim a renúncia do anarquismo no interior do sindicato em benefício de uma neutralidade política, levou “grande parte da organização operária orientada pelos anarquistas” a tomar “uma tendência corporativa.” Ainda para o militante brasileiro os “anarquistas não faziam nos sindicatos a propaganda revolucionária, a propaganda das suas ideias, e ainda se opunham a que o mais audazes expusessem os ideais de emancipação dos trabalhadores, que não são outros senão os ideais anarquistas.”<sup>47</sup> Ao criticar as estratégias adotadas pelos libertários na imprensa proletária, alegava que esta somente fazia “a resenha do movimento operário nas suas lutas pelas conquistas imediatas.” Para Crispim, isso não ocorria somente no Brasil, pois como destaca em seu texto, “*O Sindicalista* de Lisboa, não vai além desta acção momentânea e, portanto, corporativa.”<sup>48</sup>

O debate transatlântico, nas palavras dos próprios articulistas, “serviu para elucidar pontos, modificar conceitos e opiniões.” O militante da FOLS finaliza seu texto deixando claro seu posicionamento e, com isso, reforçando a pluralidade de concepções no interior do movimento anarquista brasileiro. Segundo Crispim, “eu fiz e faço parte de associações que não satisfazem o meu critério abertamente anarquista. Mas estou ali com um único fim, fazer propaganda do *Ideal*.”<sup>49</sup>

Em janeiro de 1915, *A Voz do Trabalhador*, ao lado do relatório da União Gráfica de São Paulo apresentado ao Congresso Operário Brasileiro de 1913, publicava

---

*Política no Movimento Associativo Contemporâneo*. E-book. 2016, IHC, FCSH–UNL, pp. 204-215. SILVA, Tiago Lemos. As concepções anarquistas do sindicalismo revolucionário em questão: acerca do debate entre Neno Vasco e João Crispim. In *Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre e Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, 2013.

<sup>47</sup> *A Aurora*, Porto, 22 de março de 1914, p. 3.

<sup>48</sup> *Idem*

<sup>49</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1914, n.º 64, p. 2.

a tese “Os anarquistas no movimento operário”, aprovada na Conferência Anarquista da Região do Sul, reunida em Lisboa no verão de 1914. A tese apresentada aos congressistas portugueses, em plena polêmica internacional sobre o tema, teve entre os seus principais proponentes o militante Neno Vasco. Temas como: o anarquismo e o sindicalismo, o automatismo sindical, a liberdade de propaganda no sindicato, o funcionalismo sindical, a atitude dos anarquistas no sindicato, a propaganda anarquista no sindicato, as reformas econômicas burguesas, foram amplamente discutidas pelos congressistas.

A conferência realizou-se em Lisboa na Caixa Econômica Operária, na rua da Voz do Operário, nos dias 27 e 28 de junho de 1914, entre os principais objetivos do evento estava o encargo de nomear delegados ao Congresso Internacional Anarquista de Londres. A respeito do papel do sindicato os congressistas portugueses aconselhavam:

“O sindicato não toma parte oficial em manifestações partidárias, não exerce funções que lhe não são próprias, age com os seus meios e no seu campo; mas nada mais. Unir forças não é nivelar tendências, nem abdicar de opiniões. Pelo contrário. A alma da união está na tolerância e no respeito mútuo das opiniões, assim como a alma do movimento operário é a livre expansão das ideias - procurando conquistar, não os estatutos e as declarações oficiais, mas o espírito dos associados e das massas, para se traduzir espontaneamente em factos.”<sup>50</sup>

No entanto, no 1º Congresso Anarquista realizado em Portugal em novembro de 1911, como lembra Adriano Botelho, foi aceita uma tese de Manuel Joaquim de Sousa, sobre o mesmo tema. Nela o militante aconselhava “a presença dos anarquistas nos sindicatos, para que estes fossem o mais possível libertário.”<sup>51</sup> Um pouco diferente das propostas apresentadas por Neno Vasco em 1914. A respeito da participação no sindicato<sup>52</sup>, os congressistas aconselhavam que os anarquistas deveriam “salvo circunstâncias especiais, necessidades impreteríveis de outro modo – conservar-se simples sindicados entre os sindicados, para suscitar energias, despertar consciências, impelir os indivíduos à ação direta e à gerência directa do trabalho.” Desejavam ainda que os sindicatos fossem “independentes dos partidos políticos, administrando-se a si

---

<sup>50</sup>A *Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1915, n.º 66, p. 2.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico Social, BNP, N.61 - Núcleo Adriano Botelho. (Espólio - reservados), Maço 2548. *Conferência anarquista*.

<sup>52</sup> A tese aprovada em Lisboa, foi integralmente aceite pelos militantes do Norte, no Sul, Segundo Adriano Botelho, sofreu a emenda de que os anarquistas não deveriam tomar parte nas direções dos sindicatos. Arquivo Histórico Social, BNP, N.61 - Núcleo Adriano Botelho. (Espólio - reservados), Maço 2548. *Conferência anarquista*.

próprio, abertos a todos os trabalhadores de qualquer crença ou opinião, agindo com os seus próprios meios, dando a todas as convicções liberdade de expansão e de discussão.”<sup>53</sup>

Apesar do aconselhamento do sindicalismo revolucionário como forma de luta e organização operária nos congressos de 1906 e de 1913, os líderes brasileiros ainda possuíam muitas dúvidas sobre os caminhos estratégicos, gerando divisão, sobretudo, entre a ala dirigente. Do outro lado do Atlântico, a Grande Guerra aprofundava ainda mais as divergências ideológicas entre a militância libertária.<sup>54</sup> Diferenças que foram acentuadas com a publicação do *Manifesto dos Dezesesseis*<sup>55</sup>, que em Portugal recebeu edição pela revista anarquista de Emilio Costa, *Germinal*, em abril de 1916. Face ao conflito, os anarquistas, reunidos em assembleia em 23 de maio de 1915 na sede do Centro de Estudos Sociais no Rio de Janeiro, mobilizavam-se para organizar um congresso anarquista Sul Americano, com o objetivo de estreitar os laços além das fronteiras nacionais. Como noticiava *A Vida*, o grupo desejava “estreitar relações com os socialistas libertários desta parte do continente americano.”<sup>56</sup> Porém, em decorrência dos acontecimentos no Continente Europeu após o início do conflito armado, com a proibição do Congresso Internacional que deveria acontecer na Espanha, na cidade de Ferrol em abril de 1915, os libertários brasileiros optaram por realizar um Congresso Internacional da Paz. O evento contou com a presença de associações operárias, grupos e individualidades da Europa e da América Sul, que atuaram ao lado de militantes brasileiros, na coordenação de forças e ideias na promoção da paz internacional e pela causa operária.

O congresso pela Paz, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 16 de outubro de 1915, partiu da iniciativa de “vários camaradas” do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, em resposta a proibição da realização do Congresso Internacional pró-Paz, convocado pelo Ateneu Sindicalista del Ferrol para o dia 30 de abril do mesmo ano, pelo governo espanhol. Os militantes libertários António F. Vieytes e Astrojildo Pereira ficaram responsáveis pela organização do congresso. Nesta ocasião falava-se na

---

<sup>53</sup> Arquivo Histórico Social / Projecto Mosca. BNP/N61/Núcleo Neno Vasco/CX55-55<sup>a</sup>. *Os anarquistas no movimento operário...*

<sup>54</sup> PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário a história de uma ideia*. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio, 2011, p. 90.

<sup>55</sup> O manifesto foi publicado pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1916 no diário sindicalista francês *La Bataille*, entre os que assinaram o manifesto está Pierre Kropotkine, Jean Grave, Charles Malato e Paul Reclus. No mesmo mês no jornal *Freedom*, Errico Malatesta publicava suas ideias sobre a questão com o título “Anarquistas partidários do governo”, gerando grande discussão no interior do movimento libertário.

<sup>56</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1915, ano I, n.º 7, p. 111.

oportunidade e conveniência da realização de um Congresso Anarquista Sul Americano, que foi descartado após a chegada do militante que representava a COB no congresso de Ferrol. Os militantes brasileiros, levando em consideração os efeitos do conflito, decidiram pela realização da reunião em solo brasileiro, não somente entre anarquistas, mas também socialistas, “com o fim de acordarem sobre os meios a se porem em prática no sentido duma ação conjunta do proletariado contra a guerra europeia.” Ainda de acordo com o relatório da comissão organizadora, além da intenção em discutir medidas contra o conflito, os militantes à frente da iniciativa pretendiam uma “aproximação mais estreita entre o proletariado revolucionário da América, no intuito de se tornarem possíveis movimentos comuns de caráter emancipador.”<sup>57</sup>

Em 27 de junho de 1915, em seção extraordinária reunida nas instalações da COB, a comissão organizadora do Congresso da Paz recebeu, por carta, a adesão de associações e grupos espalhados pelo país. Ao lado da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ),<sup>58</sup> o evento teve o apoio da Federação Operária do Rio Grande do Sul, Federação Operária de Pelotas, Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, Federações Operária de Alagoas, Centro Operário de Jaú, Sociedade Irmão Artistas (Juiz de Fora), Liga Operária Machadense (Machado, Minas), Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires. Além dessas associações operárias, juntaram-se grupos de afinidades como o Centro Feminino de Estudos Sociais (Pelotas) Grupo Anarquista Renovação (Santos), Grupo de Propaganda Anarquista (Niterói), Grupo Iconoclasta (Pelotas), Centro de Estudos Sociais (Rio), União do Livre Pensamento (Rio). Ou seja, o evento reuniu militantes de diferentes concepções políticas, com o objetivo de promover a “ação conjunta do proletariado contra a guerra europeia.”<sup>59</sup>

O país, apesar de distante geograficamente do palco da Grande Guerra, experimentava as consequências econômicas e mais imediatas do conflito, porém, como podemos compreender através da iniciativa dos dirigentes da COB, os dirigentes do movimento operário brasileiro se solidarizaram ao proletariado europeu. A guerra

---

<sup>57</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-1. *Congresso Internacional da Paz (Relatório da Comissão Organizadora), Rio de Janeiro 14 de outubro de 1915.*

<sup>58</sup> Segundo o relatório apresentado pela comissão organizadora, a Federação Operária do Rio de Janeiro foi representada pelas seguintes associações: União Geral da Construção Civil, Sindicato dos Panificadores, Liga Federal dos Empregados em Padaria, União dos Alfaiates, Sindicato Operário de Ofícios Vários, União dos Operários Tamanqueiros, Centro dos Operários Marmoristas.

<sup>59</sup> *Idem*

reforçava a necessidade de uma “aproximação mais estreita entre o proletariado revolucionário da América, no intuito de se tomarem possíveis movimentos comuns de carácter emancipador.”<sup>60</sup>

Em apoio ao evento pela paz, além das associações brasileiras, grupos do exterior manifestaram palavras de incentivo e de apoio a iniciativa da COB, como revela o relatório da comissão organizadora. Na América aderiam ao congresso o Partido Socialista Argentino, a Federacion Obrera Regional Argentina, a Agrupacion Infantil Anarquista, a Agrupacion Anarquista *A Prepararse* (todos de Buenos Aires) e *A Luz* (folha portuguesa racionalista) de New Bedford, Massachusetts.<sup>61</sup> Da Europa associações também manifestaram o seu apoio e adesão ao congresso. De Lisboa a União Anarquista da Região Sul e a União das Juventudes Sindicalista de Portugal, e a Associação União de Classe dos Operários Tecelões Mecânicos do Porto. Em Barcelona o grupo Educacion Anarquista também manifestou estar em conformidade com a iniciativa dos militantes brasileiros. Da mesma forma, os anarquistas reunidos em torno de Los Hijos de Acracia aderiram ao congresso, que teve conhecimento por meio do número 272 do periódico anarquista *Tierra y Libertad*. Em apoio à iniciativa dos militantes brasileiros, os anarquistas espanhóis desejavam que do congresso saísse, não somente resoluções e reflexões a respeito da paz mundial, mas também discussões em prol das ações libertárias, como “a greve geral pacífica e revolucionária.”<sup>62</sup>

A União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, por meio de correspondência, assinada pelo então secretário da união Joaquim da Silva Marujo, manifestou seu apoio aos congressistas brasileiros assinalando o carácter internacional do evento e reafirmando os laços de solidariedade. O secretário geral da União das juventudes sindicalistas portuguesa, assim como os militantes espanhóis reunidos em torno de Los Hijos de Acracia, esperavam que juntamente com os esforços dos libertários brasileiros em discutir os efeitos da guerra, surgisse o impulso necessário para uma agitação revolucionário universal:

“A União das Juventudes Sindicalistas de Portugal na impossibilidade absoluta de tomar parte neste Congresso, mas reconhecendo a sua alta missão, os intuítos belos dos seus promotores e a necessidade, não só de fazer cessar a chacina na Europa, como também de estreitar cada vez

---

<sup>60</sup> *Idem*

<sup>61</sup> *Idem*

<sup>62</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Carta de adhesión, Los Hijos de Acracia, Sevilha, 14 de setembro de 1915.*

mais os laços de solidariedade entre os proletários de todo o mundo, saúda entusiasticamente todos os congressistas como representantes que são das ideias sociais e revolucionárias, que hão, não só de por um dique à guerra atual, como também de evitar que de futuro tão monstruoso crime recomece, desejamos do coração que d'aqui parta o início da tão ambicionada agitação universal. Viva o Congresso! Abaixo a guerra! Abaixo o militarismo! Viva a Paz Universal!”<sup>63</sup>

Ainda em solo português, a União Anarquista Comunista da Região do Sul de Portugal também acusava a notificação da circular sobre o Congresso pela Paz enviada pela COB, e no dia 7 de setembro de 1915 envia seu apoio “aprovando incondicionalmente o Congresso”, e ainda incentivando que do evento “saia à revolta em que o proletariado mundial se torne consciente e faça terminar de vez a horrorosa carnificina que ensanguenta os campos da Europa.”<sup>64</sup> A correspondência enviada pela União à comissão organizativa do evento, revelava os efeitos da deflagração europeia nas organizações libertárias em Portugal e as barreiras impostas pelo conflito que dificultavam, naquele momento, o internacionalismo anarquista e a solidariedade entre o proletariado internacional. Segundo o comité da União, composto por Bartolomeu Constantino, Alfredo Estevão da Cruz e Joaquim Carreira, devido “a enorme crise que Portugal está atravessando, a organização igualmente está raquítica sendo-nos por esses motivo impossível enviar um delegado directo ao citado Congresso delegando por isso nos nossos camaradas Manuel de Campos e Juan Castinhera, por esses camaradas faz saberem o que é o movimento operário de Portugal.”<sup>65</sup> Se para os militantes europeus a guerra acabava por dificultar o deslocamento, tanto no território europeu como pelo Atlântico, para os anarquistas espalhados pela América do Sul as fronteiras nacionais não representavam uma barreira na construção de um projeto internacional, que envolvia interesses em comum, como a preparação para a ação revolucionária, como também o desejo de promover uma frente libertária transnacional de combate ao conflito com sede na América do Sul.

---

<sup>63</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, Lisboa 17 de setembro de 1915.*

<sup>64</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da União Anarquista Comunista da Região do Sul de Portugal. Lisboa, 7 de setembro de 1915.*

<sup>65</sup> *Idem*

Em 12 de outubro de 1915, o militante Bautista Mansilla, delegado da Federación Obrera Regional Argentina, instituição “eminentemente libertária”<sup>66</sup>, enviava da cidade de Santos um telegrama para António Vieytes, no Rio de Janeiro via cabo submarino, informando sobre a sua chegada ao Brasil. A viagem desde Buenos Aires, a bordo do vapor *Amazon*, ocorreu sem nenhum constrangimento causado pelas autoridades marítimas dos dois países. O desembarque do militante da FORA, no porto de Santos, revela uma característica particular da cidade portuária no início do século XX, realidades que se estendiam também ao Rio de Janeiro. Nos anos anteriores ao conflito, militantes e adeptos do anarquismo circulavam pelos países da América do Sul, uma prática que não se restringia somente à entrada de indivíduos de fala espanhola no litoral brasileiro, mas também marcado pelo deslocamento destes últimos para as regiões do Uruguai e Argentina.

De acordo com o historiador Sheldon Leslie Maram, as associações de Santos no ano de 1912, representavam mais de quatro vezes o quadro de associados em comparação a cidade do Rio de Janeiro (22.500 contra 5.000), possuindo ainda aproximadamente 12.500 a mais que na capital do Estado de São Paulo.<sup>67</sup> Facto este que pode ter motivado o posicionamento de Neno Vasco que, de Portugal, manifestava-se contrário à “declaração de princípios” da Federação Operária de Santos, que segundo o anarquista português, era “importada da Argentina”,<sup>68</sup> reforçando o contacto e trocas entre os militantes dos dois países, ou seja, o porto de Santos ou do Rio não eram exclusivamente porta de entrada para militantes originários do continente europeu.

---

<sup>66</sup> O secretário da federação argentina, Orlando Angel, em correspondência à COB onde apoiava a iniciativa da confederação brasileira, reafirma a filiação doutrinária da organização. Nas palavras de Angel a Federación Obrera Regional Argentina, era uma “institución eminentemente libertaria, por que vá hacia la conquista de los sagrados derechos del hombre trabajador y el reinado de la Paz, de la Justiça y de la Solidaridad Internacional.” Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da Federación Obrera Regional Argentina. Buenos Aires, 25 de agosto e 7 de outubro de 1915.* No congresso operário de 1905, os dirigentes da Federación Obrera Regional Argentina aconselharam ao operariado daquele país “a propaganda e ilustração mais ampla possível” (do anarquismo) com o objetivo de implantar nos “operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anarquista” que levará “à evolução social buscada”. *apud* COLOMBO, Eduardo. A F.O.R.A.: o finalismo revolucionário. In COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento... op. cit... p. 100.*

<sup>67</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

<sup>68</sup> O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, 1º de setembro de 1913, n.º 38, ano VI, Rio de Janeiro. p.1.

Em correspondência de 25 de Agosto de 1915, acusando o recebimento da circular dos dirigentes brasileiros, a federação Argentina manifesta seu apoio e adesão ao Congresso pela Paz, sugerindo como objetivo primordial “echar las bases de la Organización Internacional del proletariado, cimentada sobre bases solidas, que hagan factible una acción em todas las circunstancias que se riquiera poner em juego los resortes de la solidariedade proletária, contra todas las formas de opresión que obstaculizan el camino de nuestra emancipación económica y social.”<sup>69</sup>

Além do militante Bautista Mansilla, como delegado da FORA, o grupo também se fez representar pelo libertário Apolinário Barrera, delegado da Agrupación Anarquista *A Prepararse*, de Buenos Aires. A partir do Congresso pela Paz, anarquistas e sindicalistas circularam pelas cidades de Santos, Rio de Janeiro e Buenos Aires, construindo campos sociais e trocas de experiências, de ação e debate, na América do Sul.<sup>70</sup>

Durante a Grande Guerra, anarquistas expulsos de países latinos, com destino à Espanha, passavam por Portugal. Em fevereiro de 1916, o Governo Civil de Lisboa recebia um alerta sobre a passagem do anarquista espanhol Nicolás Casteleiro Tenreiro, que havia sido expulso da Argentina, pela capital portuguesa. Antes de chegar à Europa, o libertário passou pelas Ilhas “Canárias em 31 de janeiro findo, com destino a Vigo, no vapor *Satrústegui*, que fará escala por Lisboa”.<sup>71</sup> Provavelmente, antes de deixar o Continente Americano, o navio em que seguia o anarquista pode ter ancorado no porto da cidade do Rio de Janeiro, rota comum dos paquetes que cruzavam o Atlântico, nas primeiras décadas do século XX. Para o espanhol era uma oportunidade de abandonar a embarcação e procurar exílio entre os companheiros na capital brasileira, ou então empreender fuga nos outros portos. Comportamentos que geravam preocupações nas autoridades de fronteiras nos dois lados do Atlântico. Em 13 de novembro de 1912, nas

---

<sup>69</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da Federación Obrera Regional Argentina. Buenos Aires, 25 de agosto e 7 de outubro de 1915.*

<sup>70</sup> Além da FORA, outras organizações argentinas de caráter libertário aderiram ao Congresso pela Paz, entre eles a Agrupación Infantil Anarquista, Agrupación Libertária “*Orientación*”, Agrupación Anarquista “*A Prepararse*”, Liga de Educacion Racionalista “*La Escuela Popular*”. E ainda, o Ateneo Racionalista de Villa de Crespo, Comitê Pró-presos y Deportados, Federacion Obrera Local Bonaerense, e ainda o Partido Socialista argentino. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3). *Congreso Internacional da Paz.*

<sup>71</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Direção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Governo Civil de Lisboa, Caixa 232. Cota antiga: NT 1419; NR 2137. *Correspondências recebidas, fevereiro de 1916.*

páginas do *Correio da Manhã*, lia-se a seguinte nota: “mais um ‘apache’ que foge de bordo no porto do Rio de Janeiro”. A reportagem reforçava uma prática muito comum dos “hóspedes indesejáveis” expulsos da Argentina. Quando o navio ancorava no porto da capital brasileira, antes de partir para a Europa, mesmo com os alertas emitidos pelas autoridades argentinas, os estrangeiros expulsos viam uma possibilidade de escapar da extradição, permanecendo no Continente Americano. Neste caso, tratava-se de José Duquesne, que seguia a bordo do vapor *Vauban*, expulso de Buenos Aires. Apesar da proibição para desembarcar no Rio de Janeiro, o indivíduo não foi encontrado a bordo do paquete espanhol, quando este já seguia em alto mar. A publicação terminava com a seguinte ponderação, “já há tempos escaparam vários ‘apaches’; agora outro consegue fugir de bordo.”<sup>72</sup> Revelando que as condições de controle no porto brasileiro eram falhas, já que muitos indivíduos expulsos da Argentina como “indesejáveis” conseguiam desembarcar no Rio de Janeiro, onde passavam a atuar no cotidiano da sociedade carioca, ou procuravam refugio entre os camaradas brasileiros.

A circulação de pessoas pelo Atlântico Sul, seja por afinidades, por interesses em comum, por solidariedade ou por motivações econômicas ou políticas, articulou ideias e coordenou ações que transcendiam as fronteiras nacionais. Nos primeiros anos do século XX, o sociólogo e economista alemão, Werner Sombart apontava para o carácter transatlântico das transformações que ocorreram na Europa, na passagem do Antigo Regime para os Estados Modernos. Neste quadro de profundas mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas no Velho Mundo, o ouro do Brasil, transportado pelo oceano, fomentou novas relações e o surgimento de novas classes, forjadas pelo desenvolvimento do capitalismo moderno.<sup>73</sup> O estudo de Sombart reforçava as observações feitas, quase trezentos anos antes, pelo padre António Vieira, em seu “Sermão da Visitação”. Em 1639, do púlpito Vieira condenava os ministros da igreja que partiam de Portugal em direção ao Atlântico Sul onde, depois do desembarque, “refervem as consciências”. No Brasil, estes ministros, dizia o pregador “não fazem mais que chupar, adquirir, ajuntar, encher-se (por meio ocultos, mas sabidos) e ao cabo de três, ou quatro anos em vez de fertilizarem a nossa terra com a água que era nossa, abrem as asas ao vento e vão chover a Lisboa, esperdiçar em Madrid.”<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1912, ano XII, n.º 5.035, p. 6.

<sup>73</sup> SOMBART, Werner. *Lujo y capitalismo*. Buenos Aires: Guillermo Dávalos Editor, 1958.

<sup>74</sup> PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio. *Vieira Brasileiro*. Vol. I. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921, p. 140-143.

Característica que parecem ter se mantido nas décadas seguintes. Ao longo dos séculos, pelas águas do Atlântico, fortunas, pessoas e ideias circularam em direções opostas. Nas primeiras décadas do século XX, quando “a árvore das patacas secou!”<sup>75</sup> devido ao período de crise em diversos setores da economia brasileira, o Brasil continuava atraindo imigrantes, muitos deles deixavam a Europa por razões pessoais outros por motivos políticos. Para alguns o projeto migratório caracterizava-se por dois momentos, um primeiro quando desembarcavam nos portos brasileiros, e ali construía novas relações e vivências, articulando o local de origem com a sociedade de destino, e vice versa, e um segundo momento marcado pelo regresso, trazendo para além das “patacas” novas experiências e noções forjadas nas contradições de uma realidade sociocultural e política diferente.

Em 3 de dezembro de 1913, o ministro Bernardino Machado, da legação portuguesa no Rio de Janeiro, escrevia ao ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Na carta Bernardino Machado alertava as autoridades em Portugal a respeito da circulação de “hóspedes indesejáveis” pelo Atlântico, e das ameaças que estes podiam representar quando regressassem ao país, incorporando-se “nas tentativas de hostilidade à mão armada contra a República Portuguesa.” Ainda de acordo com o representante português no Rio, naquele ano o tema era muito discutido pelo governo brasileiro e pela imprensa. Se por um lado nomes como Ruy Barbosa e Lauro Sodré, combatiam os dispositivos que pretendiam barrar a entrada ou promover a expulsão sumária de imigrantes considerados “indesejáveis”, de outro “a justificação que fez da sua doutrina o eminente jurista brasileiro Clóvis Beviláqua foi magistral e decisiva. É, pois, uma campanha ganha”,<sup>76</sup> comemorava Bernardino Machado.

De facto, no ano de 1913 o tema sobre os “indesejáveis” ganhou novos contornos no Brasil com a revisão da Lei Adolfo Gordo. Neste ano, uma nova onda de expulsão agitou as águas do Atlântico em direção à Europa. Do outro lado do mar, a

---

<sup>75</sup> A crise que atingiu o país nos princípios do século XX, afetou setores tradicionais e importantes para a economia nacional, como o ciclo da borracha na região amazônica, que neste momento não representava mais a imagem do “Eldorado” no imaginário social do emigrante português. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. In MENEZES, Lená Medeiros; SOUSA, Fernando. (org.) *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p. 73-80.

<sup>76</sup> Arquivo Histórico Diplomático (Lisboa, Portugal). Pasta: Anarquistas portugueses e de outras nacionalidades expulsos da República Argentina e do Brasil. Armário 12, 2º piso, maço 50. *Correspondência de Bernardino Machado ao Ministro do Negócios Estrangeiros em Portugal. Legação de Portugal. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1913.*

República Portuguesa também tecia os seus “indesejáveis” da ordem, expulsando, muitas vezes sem julgamento, indivíduos que ameaçavam os novos potentados do poder. Em agosto de 1913, o jornalista luso-brasileiro António Thomas Pinto Quartim experimentava o caminho de volta à sua terra natal, num momento em que os republicanos portugueses procuravam colocar os seus “indesejáveis” na fronteira com a Espanha. No entanto, após dois meses fechados no Limoeiro o “perigoso anarquista” foi expulso para o Brasil. Descendente de uma família tradicionalmente conhecida pela presença no comércio Atlântico, com a sua expulsão, Pinto Quartim assumirá um importante papel nas relações ultramarinas entre a antiga colônia e Portugal, sobretudo, nos assuntos que diziam respeito ao desenvolvimento das concepções libertárias nos dois lados do oceano.



## 2. UM INDESEJÁVEL DE FALA MUITO CANTANTE E MUITO VICIOSA

*“A alguém parecerá, porventura, desnecessário reencontrar-me aos antecedentes da minha profissão anarquista. Todavia julgo preciso para que o leitor vá vendo como, já por sentimentos originados pela educação, já por sentimentos inatos, já ainda por sentimentos adquiridos pela influência do meio, eu fui adquirindo a pouco e pouco o carácter específico do socialista-libertário, ou antes, como a pouco e pouco e por circunstâncias diversas o meu ser se foi adubando a ponto de alcançar a fertilidade onde o Anarquismo mais tarde havia de se enraizar, crescer e florir.”*

*Pinto Quartim. Como me tornei anarquista.<sup>1</sup>*

Às oito horas da manhã de 4 de setembro de 1913, o vapor *Darro* singrava lentamente as águas da baía de Guanabara. O Sol ainda se espreguiçando através das nuvens saudava os passageiros do navio inglês, iluminando as águas com traços dourados “num dia quente, pesado e triste”.<sup>2</sup> No horizonte, os passageiros desfrutavam da exuberante paisagem da “maravilhosa baía”, experiência que marcava viajantes e imigrantes estrangeiros, que se deleitavam na visão paradisíaca, que à primeira vista alimentava os anseios de uma nova vida nos trópicos. Na década de 1830, Charles Darwin ao experimentar as mesmas sensações, ao presenciar as belezas naturais do Rio de Janeiro, registrou em seu diário de bordo as seguintes impressões sobre a região da baía: “nessa elevação a paisagem decora-se com tintas tão brilhantes, as formas e as cores excedem tanto, em magnificência, tudo o que o europeu viu em seu país, que lhe faltam expressão para descrever o que sente.”<sup>3</sup> Em 1890, o anarquista italiano Giovanni Rossi, também procurou descrever em palavras a sua sensação ao avistar, a bordo do *Cittá di Roma*, o que classificou como a “maravilhosa baía”:

O espetáculo é tão imponente pela elevada cadeia de montanhas que rodeia construções espalhadas sobre a costa e nas pequenas ilhas, tão gentil por todos os matizes de verde que oferecem à vista os morros ornados por elegantes palmeiras, tão fulgurante graças ao sol que resplandece entre o azul do céu e o verde claro do mar, tão eloquente

---

<sup>1</sup> Arquivo de História Social, ICS, Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista*. (manuscrito). Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

<sup>2</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

<sup>3</sup> DARWIN, Charles. 1871. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: Abril Cultural, 1871.

em sua linguagem universal que casa passageiro, seja qual for sua condição e cultura, levanta o rosto e exclama: - Ah! como é lindo!<sup>4</sup>

Após o deleite da paisagem inspiradora, e já realizadas as inspeções sanitárias do navio, os passageiros com destino à capital ou o imigrante que era conduzido à Hospedaria da Ilha das Flores para aguardar novo transporte até seu destino final, deixavam a embarcação pela barra do cais Pharoux, de acordo com Luís Edmundo, “o salão de visitas da cidade, lugar por onde trepa, vindo da Guanabara azul, o turista que, apenas transpõe a barra, queda-se boquiaberto ante o cenário sem outro igual em toda a natureza.”<sup>5</sup>

O transatlântico da Mala Real Inglesa, iniciou a sua travessia pelas águas do Atlântico em Liverpool com escalas em Vigo e Lisboa. A bordo seguiam para o Rio de Janeiro 310 passageiros na 3ª classe, 18 na 2ª classe, 26 na 1ª classe e mais 194 tripulantes. Curiosamente a Divisão de Polícia Marítima do Porto do Rio de Janeiro registou no relatório de inspeção da embarcação que todos os passageiros que desembarcaram no porto Pharoux eram espontâneos.<sup>6</sup> Inclusive a família Quartim e Vieira, sobretudo, o jornalista brasileiro Pinto Quartim, que dias antes deixara a cadeia do Limoeiro e, em seguida, o Governo Civil de Lisboa escoltado por dois policiais até ao interior do navio.

Quando o transatlântico aportou nas margens do Tejo, circulou a notícia entre os passageiros que Pinto Quartim seria nele embarcado e expulso para o Brasil. A colônia brasileira que seguia a bordo, aguardava animada para rececionar o compatriota e manifestar o seu apoio e solidariedade. Porém, a atitude logo transformou-se em retraimento e animosidade, quando receberam o brasileiro de fala “muito cantante e muito viciosa”, como descreveu a imprensa. Após instantes constrangedores, sob o olhar inquisidor dos brasileiros e portugueses a bordo, Quartim seguiu para terceira classe, onde sua esposa, a professora Deolinda Lopes Vieira, o aguardava. Segundo o diário carioca *O Paiz*, que noticiou o clima a bordo do *Darro* no momento em que o transatlântico aportou em Lisboa para embarque do restante dos seus passageiros, a travessia do Atlântico levou longos 15 dias e foi uma “viagem arreliada” para os passageiros da terceira classe que durante alguns momentos conviveram com episódios de desordem, face ao precário

---

<sup>4</sup> ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 25.

<sup>5</sup> EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições Senado Federal, vol. 1, 2003, p. 57.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF. Notação: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.14211. *Relação de Passageiros em vapores, Porto do Rio de Janeiro. Vapor: Darro, 04 de setembro de -1913. Procedência: Liverpool*.

atendimento oferecido pela tripulação, especialmente no momento das refeições, tratamento comum aos imigrantes que cruzavam o oceano para “fazer a América.”<sup>7</sup>

Em 4 de setembro, no Rio de Janeiro, desde às sete horas da manhã, um “grande número de pessoas, representantes da imprensa, adeptos das doutrinas defendidas por Pinto Quartim e simples curiosos”, reuniam-se no cais Pharoux, para saudar o jornalista brasileiro, ou simplesmente para comprovarem as notícias da sua chegada e, principalmente, os boatos sobre a sua nacionalidade.<sup>8</sup> Os jornais de grande circulação na capital, veículos ligados à elite política e econômica do país, divulgaram dias antes da sua chegada que tratava-se na verdade de um perigoso imigrante português, alimentando no imaginário social a imagem do estrangeiro anarquista, do “hóspede indesejável”, discurso frequente durante os anos iniciais da Primeira República.

O projeto idealizado pela elite burguesa do Rio de Janeiro, inspirado na ética capitalista, não comportava a imagem do estrangeiro desordeiro, do vadio ou do propagandista de comportamentos e de ideais desviantes. Para sustentar a viabilidade da nova ordem, os instrumentos ligados à burguesia, desenharam o estereótipo perfeito do imigrante ordeiro, disciplinado e bom trabalhador, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do país e para o fortalecimento dos bons costumes, morais e éticos da nova sociedade. Do outro lado da balança projetou-se a imagem dos “indesejáveis” e, portanto, nocivos à ordem pública, como muito bem observou a historiadora brasileira Lená Medeiros de Menezes. A partir da construção deste discurso, criou-se na capital federal instrumentos de repressão e controle social. Entre 1907 e 1930, para muitos imigrantes o regresso à terra natal não foi uma escolha pessoal, mas uma imposição vinda de cima, e decretada por uma lei de expulsão. Para muitos, o motivo da sua expulsão do território brasileiro estava revestido de preconceitos, como a noções de lusofobia, enfrentadas pelos imigrantes portugueses.<sup>9</sup>

Após a repercussão das notícias da expulsão de Pinto Quartim, militantes e adeptos das suas doutrinas no Rio de Janeiro promoveram um comício de protesto em solidariedade ao companheiro expulso. Em 22 de agosto, por volta das 17hs:00 o *meeting* em favor de Pinto Quartim quebrava rotina no Largo de São Francisco. Segundo noticiou o diário *A Noite*, “cerca de quinhentas pessoas ouviam o orador, que recebeu ao terminar

---

<sup>7</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XXVIII, n.º 10.560, p. 5.

<sup>8</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

<sup>9</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

algumas palmas.” Após o discurso os organizadores do comício agitavam “um exemplar da *Terra Livre*” de Lisboa, cujo diretor era Pinto Quartim.<sup>10</sup>

A imprensa burguesa rapidamente encontrou no evento a oportunidade para reforçar no imaginário popular a ameaça que o jornalista representava para sociedade carioca, colorindo as notícias com fortes traços do estrangeiro desordeiro. Nas palavras dos editores de *O Paiz*, o *meeting*, organizado por José Carlos Moscoso Bandeira, foi “de todo inútil e insubsistente, visto como esse Pinto Quartim é português e só agora alega qualidade de brasileiro naturalizado, para se livrar dos incômodos com a polícia de Lisboa, que o procura como petroleiro e anarquista, perigosíssimo à ordem pública.”<sup>11</sup>

Além do estereótipo associado ao estrangeiro indesejável, como “perigosíssimo à ordem pública” devido às ideias que trazia e que motivaram a sua expulsão, por outro lado somavam-se o preconceito do imigrante de fala “muito cantante e muito viciosa”, ou seja, do português. Tal imagem era associada ao passado colonial, com a visão de atraso e exploração, noções que foram realçadas pelas relações comerciais dos portugueses no Rio de Janeiro. A presença esmagadora do português no comércio e nos negócios de alugueis, eram considerados responsáveis diretos pela carestia de vida da população, elementos que certamente alimentaram os discursos do antilusitanismo lançados sobre Pinto Quartim, antes mesmo de deixar a capital portuguesa.

Como destacou Gladys Sabina Ribeiro, no seu clássico estudo do quadro das vivências de nacionais e portugueses no contexto da Primeira República, a busca pela autonomia, liberdade e ascensão social pelos imigrantes de nacionalidade portuguesa no Rio de Janeiro, produziram no imaginário popular significados distintos, que iam da exaltação do protótipo do bom trabalhador ao manifestado antilusitanismo. Segundo a historiadora, pesavam sobre os ombros dos portugueses a culpa da “carestia e a vida surrada das camadas populares” por “explorarem a população cobrando alugueis extorsivos e juros alucinantes sobre dinheiros emprestados, bem como roubando nos pesos e medidas nas vendas, freges, botequins, quiosques e casas de pasto.”<sup>12</sup> Como já destacamos anteriormente, para assegurar os objetivos da elite carioca, do seu projeto de uma nação moderna, ordeira e progressista, “era preciso afastar os maus estrangeiros; aqueles que não dignificassem o trabalho ou fossem contrabandistas de ideias exóticas

---

<sup>10</sup> *A Notícia*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1913, ano III, n.º 657, p. 3.

<sup>11</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1913, ano XXVIII, n.º 10.546, p. 1.

<sup>12</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 13.

que incitasse os dóceis brasileiros, homens de boa índole.”<sup>13</sup> Mesmo que nem todo brasileiro fosse trabalhador, ordeiro e disciplinado, e nem todo imigrante fosse anarquista. Neste sentido, no meio social a difusão da imagem do “indesejável” coloriu as páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro, escárnio que Pinto Quartim não se viu livre, devido a sua fala “muito cantante e muito viciosa”, situação agravada pelas condições da sua expulsão do território português.

Ainda a bordo do *Darro*, Pinto Quartim concedeu uma rápida entrevista ao diário *A Notícia*, sobre as motivações da sua viagem ao Brasil. “O seu nome é António Pinto Quartim. De estatura mediana, olhos claros e vivos, nervoso, a primeira impressão que dele se tem é de uma inteligência clara e culta, ao serviço de um temperamento agitado e combativo. É moço ainda, franco e entusiasta.”<sup>14</sup> Qualidades físicas e intelectuais que o jornalista de *A Época* também registou na ocasião do seu primeiro contacto com o anarquista no cais, dizendo se tratar de um “rapaz de estatura pouco elevada, de cabeleira loira e de olhos azuis vivos, irrequietos. A sua fisionomia é inteligente e insinuante.”<sup>15</sup>

Em meio à multidão de curiosos e militantes presentes no cais, o comerciante e banqueiro António Thomaz Quartim aguardava o sobrinho passar pelo inspector da Polícia Marítima Júlio Bailly, pelos simpatizantes e jornalistas que cercavam Pinto Quartim, para conduzi-lo até à sua casa em São Cristóvão. O tio acompanhava com desgosto o carácter das manifestações de apoio e as primeiras palavras de “Antonico”, como carinhosamente tratava o sobrinho. Em carta à dona Guilhermina Augusta Pinto Quartim, mãe do jornalista, em 19 de setembro o capitalista compartilhava sua aflição diante da cena que encontrou ao chegar no porto.

“Não sei se já contei minha aflição no momento do primeiro encontro, a bordo, pois ignorava a direcção nova da vida do teu filho, em face a expulsão e, por conseguinte quis falar-lhe antes de ninguém, ou de quem quer que fosse. Baldado esforço: lá encontrei jornalistas, anarquistas, representantes de Estudos Sociais, Candinha e filho e o infalível Alexandre...

Era meu desejo aconselhar o Antonico a que metesse a viola da língua num saco e pretendia desviá-lo de tudo que não fosse família, o que não consegui por já o rodearem alguns repórteres e ter o Antonico dado começo às entrevistas.

---

<sup>13</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>14</sup> *A Notícia*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XX, n.º 210, p. 2.

<sup>15</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

Não gostei, pois que calado poderia encertar vida nova, no comércio ou em qualquer outro trabalho compatível com as suas habilitações, ETC. Agora é romper e cara alegre, porque tristezas não pagam dívidas. No jornalismo nada posso fazer: faleceram-me relações de peso. No comércio também correm maus ventos, e impossível seria entrar nas casas por ti indicadas.”<sup>16</sup>

O próspero imigrante português que nos tempos do Império recebeu distinções do Imperador D. Pedro II, já não podia garantir através das suas relações na capital federal uma vida melhor ao sobrinho, devido aos reflexos da crise econômica que abalava o país e alcançara os seus negócios e contactos. Posições que a partir da segunda metade do século XIX garantiram ao ilustre “minhoto” o estatuto de nobreza e amizades importantes no comércio e na esfera política carioca, garantias que dona Guilhermina espera que seu filho encontraria no Brasil. A aflição e desgosto do barão de Quartim, ao presenciar as pessoas que saudavam o seu sobrinho, e o teor das entrevistas que coloriram as páginas da imprensa da cidade no dia seguinte, certamente contrastaram com a imagem que esperava encontrar em seu afilhado. Desde o século XVIII o apelido Quartim identificava a distinta família “na qual todos os varões se dedicavam ou à marinha ou à diplomacia.”<sup>17</sup>

Ao desembarcar, Pinto Quartim foi saudado por representantes e militantes de associações e grupos libertários da capital federal, como o Centro de Estudos Sociais, Jovens Libertários, Grupo Dramático Cultura Social, Liga Anticlerical e G. D. Anticlerical e pelo Grupo Idéa Livre. O Centro de Estudos Sociais designou uma comissão composta por João Gonçalves da Silva, Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti e Astrogildo Pereira, para receber o jornalista, a professora Deolinda Lopes Vieira e sua filhinha Orquídea Vieira Quartim, que acompanhava o casal.<sup>18</sup>

Após quatro dias na cidade, Pinto Quartim já se encontrava imerso e integrado ao operariado nacional e nos grupos anarquistas. Entre os dias 8 a 13 de setembro, teve a oportunidade de conhecer e conviver de perto com as principais discussões de ordem ideológica e estratégica, em debate no movimento operário brasileiro desde o 1º Congresso Operário de 1906. No mês que chegou ao Rio de Janeiro o jornalista participou

---

<sup>16</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim (Tio de Pinto Quartim). Data(s): 1902-1931 (Produção).*

<sup>17</sup> GRAÇA, Luís Quartim. *Os Quartins, no Alto Minho: uma família a extinguir*. Viana do Castelo: Separata do Arquivo do Alto Minho, 1965, p. 4.

<sup>18</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 401, p. 3.

no 2º Congresso Operário, realizado pela Confederação Operária Brasileira (COB). Em suas palavras:

O segundo Congresso Operário Brasileiro proporcionou-me o felicíssimo ensejo de, logo quatro dias depois da minha chegada a esta capital, conhecer os meus camaradas daqui, os meus irmãos em ideias e em aspirações, a minha família, enfim, porque minha família não são só aqueles a quem me ligam laços de parentesco ou de sangue, a muitos dos quais nenhuma outra afinidade me prende, mas principalmente aqueles para quem me sinto irresistivelmente atraído por uma força invisível proveniente da comunhão de ideia e de sentimento.

Tive o prazer de assistir á sessão inaugural do Congresso, e as impressões que de lá trouxe não podiam ser melhores. Naquela sala, no convívio de almas gémeas da minha, sentindo pulsar os seus corações com o meu e irmanar-se com os meus os seus pensamentos, ao calor do entusiasmo com que se ventilaram questões que tanto me preocupam e interessam, naquela sala recebi um banho espiritual reconfortador que me fortaleceu de energia e me encheu de coragem e de esperança, dando-me certeza de que me não encontro só nesta região, antes acompanhado de muitos e valiosos pioneiros da mesma idéa.<sup>19</sup>

De facto, não era a primeira vez que Pinto Quartim circulava pelas ruas do Rio de Janeiro. Apesar das transformações realizadas pelo governo de Pereira Passos para modernizar a cidade, a paisagem ainda trazia à sua memória lembranças dos tempos de infância, vivida no bairro de São Cristóvão nos finais do século XIX. Para além do modo de falar, característica adquirida durante a sua vivência em Portugal, António Pinto Quartim, nascido “naquela região da Terra a que chamam Brasil”, filho de mãe brasileira e de pai português, carregava em sua identidade as heranças do luso-brasileirismo.

---

<sup>19</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1914, ano VII, n.º 48, p. 6.

## 2.1. NASCIDO NAQUELA REGIÃO DA TERRA A QUE CHAMAM BRASIL

*“O Centenário de Camões manifestou à Europa que sabíamos tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento.”*

*Teófilo Braga. História das Ideias Republicanas em Portugal, 1880.*

Em 10 de junho de 1887, no dia em que a colônia portuguesa no Rio de Janeiro celebrava a memória do épico poeta Luís de Camões, o português Braz Leão Soares Quartin e a brasileira, dona Guilhermina Augusta Pinto Quartin, apresentam-se perante o capelão da Igreja Matriz de Santo António, conhecida como igreja de Santo António dos Pobres, para batizarem o seu filho António.<sup>20</sup> António Thomaz Pinto Quartin nasceu “naquela região da Terra a que chamam Brasil” no início daquele ano, em 15 de janeiro, no bairro de São Cristóvão. Filho de comerciantes estabelecidos na praça da capital federal ainda durante o Império português, o menino António, deu seu primeiro suspiro de vida na Rua São Luiz Gonzaga, ao lado do Palácio da Boa Vista, então morada de D. Pedro II.

Consagrado com o prenome do santo português, numa sexta-feira do mês de junho, momento em que a cidade vivia as festas dos santos populares, já passada as *Festa do Divino* e as celebrações de *Corpus Christi*. Apesar do menino António já apresentar tamanho e idade superior para acto solene, a consagração cumpria as determinações da igreja católica, num ritual que carregava heranças e elementos da época colonial. Apesar de alguns sinais de mudança, a sociedade brasileira dos finais dos Oitocentos ainda era marcada por práticas e concepções religiosas enraizadas no passado e com origem em Portugal. Naquela época era comum que os pais batizassem seus filhos logo que possível, seguindo as determinações e recomendações da Igreja católica. Nas disposições da época, os clérigos consideravam “muito perigoso dilatar o batismo das crianças, com o qual passam do estado da culpa ao da graça, e morrendo sem ele perdem a salvação”, e mesmo levando em conta os usos e costumes de cada diocese, “mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizados até os oito dias depois de

---

<sup>20</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Assento de Batismo da Igreja de Santo António, livro 8, folha 12. Agradeço à historiadora Thaíla Queiroz do Rio de Janeiro, que tornou possível o acesso ao documento.

nascidas.”<sup>21</sup> Prática não seguida pela família Pinto Quartim, que batizou seu filho quase seis meses após o seu nascimento, contrariando os costumes da época e as recomendações do clero, possivelmente aguardando uma data emblemática para selar o acto. E encontraram na data em que, no Brasil e em Portugal, os portugueses celebravam a memória de Luís de Camões, símbolo de um passado áureo da história portuguesa. Em Portugal, segundo Teófilo Braga, as comemorações do centenário de Camões nos finais do século XIX, “manifestou à Europa que sabíamos tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento.”<sup>22</sup>

No Brasil, as *Festas de Camões* eram marcada pelos colonos portugueses, sobretudo no Rio de Janeiro, como forma de “retemperar a consciência da nacionalidade portuguesa” e reafirmar a importância da cultura lusitana no cotidiano da corte.<sup>23</sup> A construção do novo edifício do Gabinete de Leitura Portuguesa, inaugurado em 10 de setembro de 1887, é uma evidência histórica sobre como a imagem de Camões conectava e mobilizava intelectuais e espaços transatlânticos. Em um artigo publicado na *Gazeta Lusitana*, o Gabinete é comparado à um templo, em que “professa-se a religião universal – o estudo”, e seu “sumo pontífice é Luís de Camões.”<sup>24</sup>

António Thomaz descendia de uma família onde os varões seguiam naturalmente à carreira das armas, da diplomacia ou do comércio. Seu pai, Braz Leão Soares Quartim, a exemplo de outros membros da família, foi comerciante e banqueiro na cidade do Rio de Janeiro nos finais do século XIX. A partir de meados do Oitocentos, os Quartins desempenharam um proeminente papel na economia atlântica, levando e trazendo mercadorias pelas águas do Oceano. Jean Colson reconstruiu parte da história dos Quartins que cruzaram o Atlântico entre 1830 e 1917, embalados pelos fluxos pelas relações de comércio entre Brasil e Portugal.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia: feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853, p. 14.

<sup>22</sup> BRAGA, Theophilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880, p. 356.

<sup>23</sup> De acordo com uma publicação no *Campeão Lusitano*, as celebrações à Camões vinham sendo celebradas no Rio de Janeiro desde junho de 1880, nesta década constituiu-se como forma de marcar a importância da cultura portuguesa no país. *Folhetim - Camões e os Portugueses no Brasil: reparos críticos pelo dr. Figueiredo de Magalhães*. *Campeão Lusitano*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1884, ano II, n.º. 2, p. 1-2.

<sup>24</sup> *Gazeta Luzinata*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1887, ano I, n.º 252, p. 2.

<sup>25</sup> COLSON, Jean. The Quartim: an exemplar of Return Migration of traders between Portugal and Brazil. University of Southampton. *BICA Issue*, n.º 8, June 1992.

Braz Leão Soares Quartin nasceu na freguesia de Monserrate em 1856, no conselho de Viana do Castelo. Nos primeiros meses de 1869, aos trezes anos de idade embarcou num típico transatlântico, próprio daquela época, ancorado no porto do Douro em direção ao Sul do continente americano. Além da bagagem e do desejo de “fazer a América”, o jovem caixeiro levava em sua companhia o seu irmão mais novo, António Thomaz Quartin então com onze anos de idade, que além do passaporte, compartilhavam o sonho de uma nova vida no Rio de Janeiro.<sup>26</sup>

Até as últimas quatro décadas do século XIX, a barra do Douro constituía no “principal porto de escoamento da emigração oitocentista”, dele embarcavam, sobretudo, aqueles que residiam no Norte de Portugal, do Minho e principalmente da cidade do Porto.<sup>27</sup> Porta de saída e entrada, o porto do Douro caracterizava-se neste período por paisagens distintas, mas de uma mesma cena. Nele, o “rapaz, que vinha descalço da sua aldeia, vestia a roupa nova de cotim, de jaqueta ao ombro, calçava chinelas de carnaz e cobria-se com o chapéu braguês”, avistava aquele que alimentou seu desejo de cruzar o oceano, já “com o sotaque da fala, indumentado de calças brancas, casaco de ganga, chapéu do Chili, endereçado de cadeia de oiro e anel de brilhantes.”<sup>28</sup>

Em sua maioria eram solteiros e na flor da idade, assim como o pai e o tio de António Pinto Quartim, que ao lado de outros imigrantes formavam boa parte da força de trabalho ativa da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Como de costume, quando desembarcam ao seu destino final, o emprego certo e a morada já o aguardavam. Muitos portugueses contaram com o paternalismo e apoio de familiares ou conhecidos, com negócios estabelecidos na capital brasileira. Família tradicional no comércio atlântico, os dois jovens “minhotos”, certamente contaram com a influência e relações já consolidadas por outros membros da família, que no alvorecer do século XIX já movimentavam mercadorias pelo Atlântico, entre as colônias e a metrópole portuguesa.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal). PT-ADVCT-GCVCT-A-001-00009\_m0047. Registos de Passaportes 1835/1966. *Passaporte de Braz Leão Soares Quartin, Governo Civil do distrito de Viana do Castelo, 20 de fevereiro de 1869.*

<sup>27</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994, p. 10.

<sup>28</sup> JORGE, Ricardo. *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, L.da, 1930, p. 20-22.

<sup>29</sup> De acordo com registos disponíveis no fundo “Juízo da Índia e Mina”, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 1802, o major Ricardo Leão Quartin, bisavó do jornalista, movimentava mercadorias através do comércio ultramarino, mantendo relações comerciais com as antigas colônias portuguesas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portuga). Feitos Findos,

Assim como grande parte dos imigrantes portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro, Braz Leão Soares Quartin atuou no setor do comércio. Sua atividade concentrava-se num empreendimento de artigos de armarinho, modas e ferragens, localizado na Rua Theophilo Ottoni número 27, nas proximidades do cais Pharoux.<sup>30</sup> Na última década de 1890, atuou como banqueiro, desempenhando funções de conselheiro fiscal no Banco Comércio e Indústria do Brasil.<sup>31</sup> Foi ainda membro da Companhia Agrícola de São Fidelis que, entre outras atividades, tinha como fim principal “adquirir propriedades agrícolas e estabelecer imigrantes no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do decreto n.º 3074 de 27 de dezembro de 1888.”<sup>32</sup>

As atividades comerciais de Braz Leão, entre 1869 a 1892, renderam ao minhoto algumas economias, que foram aplicadas na dívida pública portuguesa. Em 1892 a família Pinto Quartin possuía um total de 23 inscrições nominais da dívida pública do Reino de Portugal, sendo 19 títulos de 100\$00 réis, três de 500\$00 réis e um de 1:000\$000 conto de réis.<sup>33</sup>

O padrinho de batismo de António Pinto Quartim, o “estimado tio” António,<sup>34</sup> também era natural de Viana do Castelo. Como vimos o jovem vianense em “verdes anos embarcou para o Rio de Janeiro”, onde fez fortuna e prestígio. Ali estabeleceu relações e convivência nos meios comerciais e industriais da corte. Além de eminente negociante, o capitalista dividia as suas atividades entre reuniões com intelectuais em espaços como o Real Gabinete Português de Leitura, o Retiro Literário Português e a Sociedade

---

Juízo da Índia e Mina. Mç. 115, n.º 8, cx. 115/ Mç. 88, n.º 2, cx. 88. *Sentença cível em que é autor Ricardo Leão Quartin. Datas de produção: 1798 a 1798.*

<sup>30</sup> Segundo balanço da junta comercial do Rio de Janeiro, publicado em princípios de 1892 no *Jornal do Comércio*, Braz Leão era sócio da empresa Quartin & Companhia, que em 1892 possuía um capital na ordem 160:000\$. *Contratos Comerciais, Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1892, n.º 57, ano 70, p.5.

<sup>31</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1890, n.º 194, ano 68, p. 2.

<sup>32</sup> Anúncio da venda de ações da companhia em *O Paiz. O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1890, ano VI, n. 3056, p.7.

<sup>33</sup> Coleção de documentos relativos a Brás Leão Soares Quartin e sua viúva Guilhermina Pinto Quartin. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. *Item 567 - Apontamentos biográficos, esboços de autobiografia de Pinto Quartin, recortes de imprensa com notícias contendo dados biográficos.* Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

<sup>34</sup> Forma como Pinto Quartin dirigia-se ao barão, nas correspondências trocadas com o tio.

Propaganda de Portugal.<sup>35</sup> Destacado negociante de café, em 1884 fez-se mercê do título de barão de Quartin, sob a batuta de D. Pedro II.<sup>36</sup>

No batismo do sobrinho, o verniz ainda fresco da fidalguia selava os símbolos internos e externo daquele ato, bem como conferindo à criança sentidos de pertencimentos e, sobretudo, impondo limites ao instituído, uma espécie de *noblesse oblige*. Para legitimar o ritual de instituição de natureza identitária e social, o menino António foi batizado com o nome do padrinho. Mais do que um caso isolado, o ato reproduzia um ritual tradicional na família. O homónimo António Thomaz Quartin, está presente na família Quartim desde o século XVIII, e teve origem em Gibraltar. O primeiro registo documentado e encontrado em Portugal data do ano de 1801, e pertence ao filho do comandante inglês George Kwartin, que atuou na defesa dos interesses da coroa inglesa na estratégica região de Gibraltar.

Em 14 de maio de 1801, perante o tabelião Isidoro Manoel de Passos Botelho Alvim e testemunhas, António Thomas Quartin, “sentado em uma cadeira padecendo moléstia antiga”, registava publicamente o seu testamento, na casa do seu filho mais velho, o major Ricardo Leão Quartin, então “cavaleiro professo na Ordem de S. Tiago da Espada e tesoureiro geral da Bulla do Reino de Algarve”. No documento o patriarca declarava ser natural de Gibraltar e viúvo de Francisca del Puerto e Aumada, cujo matrimónio possuía oito filhos vivos.<sup>37</sup> Entre os finais do século XVIII e início do século XIX, os descendentes do comandante George Kwartin deixaram Gibraltar em direção à Espanha, Portugal e às colónias, onde a grafia do apelido foi “aportuguesada”.<sup>38</sup>

Em 1809, mantendo a natureza heráldica dos homens da família, o major Ricardo Leão Quartin fora nomeado para as funções de Governador das Armas da Província do Minho e Governador da Ínsua e Dependências na década de 1820. Por dominar o idioma inglês, o governante daquele período lembrou-se dos seus serviços na Província do Minho, atribuindo-lhes funções estratégicas nesta região. Quando sucedeu a Revolução Liberal do Porto, em 24 de agosto de 1820, Ricardo Leão manteve-se ao lado dos ingleses não deixando “de dar provas evidentes de lealdade que sempre

---

<sup>35</sup> SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographio poruguez*. Tomo 20º, V-A. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1911, p. 266-267.

<sup>36</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 680.

<sup>37</sup> Testamento de António Thomas Quartin, tabelião Esidoro Manoel de Passos Botelho Alvim, Lisboa 14 de maio de 1801. *Apud* GRAÇA, Luís Quartin. *Os Quartins... op. cit...* p. 6-8.

<sup>38</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique de Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. Vol. II. São Paulo: Ibo-América, 1999-2000, p. 1850-1851.

manifestou para com o seu Soberano, merecendo por isso a desconfiança do Governo Revolucionário daquele tempo, que ordenou a sua saída da província para a cidade do Porto”, na companhia do seu comandante sir Jhon Wilson.<sup>39</sup> Em 1817, o major se casou com Ana Joaquina de Almeida. Desta união nasceu, em Viana do Castelo, Luís Augusto Quartin (1820-1875) que, assim como o pai, seguiu as carreiras das armas com a patente de capitão do Regimento de Infantaria 3. O capitão, por sua vez, casou-se com Antónia Josefina de Lemos. O casal teve 6 filhos, sendo um deles Braz Leão Soares Quartin, pai do nosso jornalista Pinto Quartim. Através da minuciosa pesquisa genealógica realizada por Luís Quartin Graça, podemos observar que no alvorecer do século XIX os descendentes do comandante inglês, George Kwartin, já circulavam pelo espaço atlântico. Devidos as dificuldades que atingiu a família do major Ricardo Leão Quartim, este se viu forçado a mandar para o Brasil 4 dos seus filhos, que fixaram-se em Minas Gerais no Rio de Janeiro, onde já se encontrava o seu irmão António Maria Quartin.<sup>40</sup> As relações estabelecidas pelos filhos do major no Rio de Janeiro, certamente contribuíram para as condições, sobretudo, a tutela que os seus netos, Braz Leão Soares Quartin e António Thomaz Quartin, encontraram ao desembarcar no porto carioca, na segunda metade do século XIX.

O ritual de batismo de António Pinto Quartim reforçava os laços de parentesco e do típico apadrinhamento dos meios burgueses daquela época, como forma de garantir um futuro melhor ao filho na ausência dos pais. O ato não desempenhava somente uma função de homenagem ao nobre tio, ou a passagem de uma divisão socialmente instituída, seu efeito principal estava em atribuir uma identidade à criança, uma “essência social”. De acordo com Pierre Bourdieu a força simbólica que exerce a instituição de um nome, tem efeitos tanto no interior da criança como no seu exterior. Em suas palavras, faz “ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de ser, comportar em função de tal identidade”. Ou seja, os elementos que constituem a cerimônia de consagração de António Thomaz Pinto Quartin, legitimam o que Bourdieu classificou de “ritos de instituição”, em lugar de ritos de passagem.<sup>41</sup> Pois, além de marcar

---

<sup>39</sup> GRAÇA, Luís Quartin. *Os Quartins... op. cit.*, p. 13.

<sup>40</sup> *Idem*

<sup>41</sup> Pierre Bourdieu propõe a expressão “ritual de consagração” no lugar de “ritos de passagem”, e assim argumentando a necessidade de não centralizar a análise no ato em si, como a ideia da passagem. Ao classificar os rituais como “rituais de consagração”, “rituais de legitimação”, ou “rituais de instituição”, sugere ao observador “os efeitos essenciais do rito”, ou seja, presente na ideia de separação. BOURDIEU, Pierre. Os ritos de instituição. In BOURDIEU, Pierre. A

uma passagem, como a cerimônia em si sugere, o ato possui uma função social, um significado social. Dessa forma, o ritual configura-se como um ato de comunicação que “notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos”, e ao mesmo tempo “notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser”.<sup>42</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, o barão de Quartim participou ativamente nos assuntos políticos e econômicos do Brasil. Na esfera política foi eleito em 1881, pelo partido conservador, vereador pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 12 de outubro de 1889, as vésperas da proclamação da República, exerceu a função de diretor do Banco do Brasil, permanecendo no cargo até 1905. Junto com as funções públicas, o barão somava outros títulos, entre eles, “Oficial da Imperial Ordem da Rosa; Comendador da real Ordem de Cristo; Grã-Cruz da Ordem de São Gregório o Magno, de Roma; Oficial da Imperial e Real Ordem de São Sebastião, da Rússia; Comendador da Ordem de Santo Sepulcro de Jerusalém”.<sup>43</sup> Distinções que realçavam a sua imagem no âmbito das relações ultramarinas.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz e Angela Marques da Costa, o brasão nobiliárquico, ostentado pelo barão de Quartim, refletia a imagem de uma nova elite emergente na corte portuguesa, “selecionada com base no mérito ou na projeção” social, política ou econômica, e não com fator hereditário.<sup>44</sup> Diferente do que acontecia na Europa, onde a nobreza era passada de pai para filho, no Brasil o título “não consistia em prerrogativa de nascimento, era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência: uma meritocracia e não uma aristocracia.”<sup>45</sup>

---

*Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer dizer*. 2. Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 100-101.

<sup>43</sup> Antônio Thomaz Quartim (Barão de Quartim), casou-se com D. Maria Antónia Soares, filha do Comendador José Pereira Soares e D. Antónia Amélia Soares. VASCOCELLO, Barão, VASCONCELLO, Barão Smith. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Imprimerie de La Concorde Lausanne, 1918, p. 375-376.

<sup>44</sup> D. Pedro II, como destaca as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Angela Marques Costa, “reinou tendo a seu lado um segmento social que diferenciou dos demais pela ostentação de um título de nobreza e pelo uso de um brasão: símbolos de distinção e prestígio”. Entre os anos de 1870 a 1888, o imperador atribuiu 570 novos títulos. A Constituição Política do Império de 1824, no artigo 102, item XI, assegurava ao imperador o direito de “conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos serviços feitos ao Estado, dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembleia, quando não estivessem já designadas e taxadas pela lei.” SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da. *Como ser nobre no Brasil*. In SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2003, p. 211-212.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 243.

O brasão de armas, figurando a imponente alegoria de dois leões,<sup>46</sup> certamente conferiu ao negociante um lugar de prestígio no panteão dos reemigrados, contribuindo para alimentar o imaginário popular, a imagem do *El-dourado* das regiões tropicais. Em Portugal um tipo característico da sociedade portuguesa do Oitocentos, transformado em “caricatura mítica – com o baú cheio de ouro e prata”, ocupava a mente popular. A ida de alguém para o Brasil representava *ipso facto* “o ingresso puro e simples na Terra de Canaã”.<sup>47</sup> O mito da fortuna rápida, segundo observou Miriam Halpern Pereira, “tinha raízes distantes no passado colonial, nas fortunas dos ‘mineiros’, das plantações do açúcar e de outros produtos coloniais” e “era preservado cuidadosamente pelo emigrante”.<sup>48</sup> Ainda para a historiadora portuguesa, “a mitologia do retorno constituiu uma condição necessária da corrente de remessas que invadiu o meio rural e urbano, principalmente entre 1870 e 1930.”<sup>49</sup>

Os “brasileiros”<sup>50</sup>, como ficaram conhecidos os emigrantes que regressavam a Portugal trazendo seu sucesso ou disfarçando seu infortúnio, ocuparam um lugar de evidência na sociedade portuguesa oitocentista, atuando na cena política, econômica e cultural. Após adquirir fortuna e prestígio em terras brasileiras, muitos emigrantes retornavam a Portugal para expor o seu novo estatuto social. Atravessar o Atlântico para fazer fortuna e retornar ao país, “constituíram os dois tempos do projeto sociológico do emigrante”, que juntamente com as remessas e o pitoresco palacete, “testemunham este sonho de regresso ligado a um desejo de ascensão social”.<sup>51</sup> Agiam como filantropos, políticos, edificavam escolas, hospitais, financiando obras na cidade ou na igreja. Ou ainda, colorindo a paisagem com o “palacete urbano enfeitado com o brasão da fidalguia

---

<sup>46</sup> Ver anexo A.

<sup>47</sup> GUILHERMINO, Cesar. *O «brasileiro» na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA, 1969, p. 25.

<sup>48</sup> A historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira, apresenta uma estimativa do Rio de Janeiro, segundo a qual em cada 1.000 emigrantes, somente 10 conseguiam enriquecer em terras brasileiras, 100 eram remediados e o restante sobrevivia. PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002, p. 45-46.

<sup>49</sup> *Idem*, p.12.

<sup>50</sup> Termo empregado em Portugal, em meados do século XIX, em forma de alcunha, para nomear o emigrante que retornava enriquecido no Brasil. Assim como as remessas do “brasileiro”, o termo, segundo Eça de Queirós, “chegou de pacote” a Portugal pelo Tejo e pelo Douro, antes dos romancistas criarem a personagem-tipo. QUEIRÓS, Eça de. Carta-prefácio. In MAGALHÃES, Luís de. *O brasileiro Soares*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991. Sobre os “brasileiros” ver ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”... op. cit...*

<sup>51</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002, p. 12.

de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada.”<sup>52</sup> Características muito semelhantes à trajetória do barão de Quartin, nos dois lados do Atlântico.

Na ocasião do centenário do nascimento do barão de Quartin, o bissemanário *A Aurora do Lima* celebrava a memória do “grande filantropo vianense”, pela sua generosidade e benemerência, ao empregar sua fortuna adquirida no Brasil em obras pela cidade, sobretudo, na edificação da igreja, que para muitos retornados representava a porta para futuras relações políticas na terra de origem. Segundo Felipe Fernandes, diretor d’*A Aurora do Lima*, o barão possuía um “coração e bolsa abertos à caridade”. Na sua terra natal promoveu “numerosos melhoramentos citadinos e a quase todas as instituições de beneficência”. Fundou e foi diretor da escola Domingos José de Moraes, onde “o ensino era gratuito e destinado a crianças pobres”.<sup>53</sup>

De um caminhar “quase sempre, na atitude dos pensadores”, trajando “roupa escura de corte e asseio impecável; bigode, outrora de guias fartas, agora aparado aos cantos da boca, em que se adivinhava um sorriso de bondade perene; barba só no queixo, pontiaguda e grisalha”. Os passeios pelas ruas de Viana do Castelo, do seu *chalet* localizado junto à Capela de São Roque, logo eram interrompidos para um rápido gesto de caridade para “acarinhar as crianças que por ele passavam”, ou então ao deixar “cair discretamente na mão estendida a esmola redentora”.<sup>54</sup>

O *chalet* Quartin, como ficou conhecido o palacete erguido junto ao monte do Templo-Monumento de Santa Luzia e nas margens do Rio Lima, foi construído na última metade do século XIX para habitação do “grande industrial e considerável benemérito vianense Domingos José de Moraes”. O casarão ficava na rua Monserrate, “no lugar outrora denominado Cancela d’Areosa, actualmente conhecido por Bairro de S. Roque”. Em 1878, o negociante Sebastião da Silva Neves, conhecido naquela região como “o grande patrão de diligências puxadas a cavalos de entre o Douro e Minho”, adquiriu a casa, que ficou em sua posse até 1903. Imponente em suas dimensões, o palacete possuía uma arquitetura pitoresca, típica dos alpes suíços, única do “género em Viana do Castelo”. As grandes varandas no último piso davam vista privilegiada ao mercado de gado, localizado em frente da propriedade. A fachada era cortada por amplas janelas. Apesar dos ilustres proprietários do palacete, a imagem mais comum presente no

---

<sup>52</sup> JORGE, Ricardo. *Brasil! Brasil!... op. cit...* p. 22.

<sup>53</sup> *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 27 de setembro de 1957, ano 102, nº 76, p, 1-4.

<sup>54</sup> *Idem*

quotidiano vianense, até o ano de 1964, ocasião em que o casarão foi abaixo, era aquela associada ao barão de Quartin.<sup>55</sup> O *chalet Quartin*, coloriu a paisagem de Viana do Castelo com características e traços próprios das “casas dos brasileiros”<sup>56</sup>, saindo da cena corriqueira, para emoldurar os postais nos primeiros anos do século XX, contribuindo para reforçar a imagem do torna-viagem enriquecido.<sup>57</sup>

Após as negociações para aquisição do palacete em Viana do Castelo em 1903, o barão mandou erguer em Lisboa, um prédio na Rua Alexandre Herculano n.º 31. O edifício, iniciado em 1909, foi considerado em 1912 um “excelente modelo de arquitetura urbana, de carácter moderno e nobre estilo”<sup>58</sup>. O projecto foi desenhado pelo renomado arquiteto Miguel Ventura Terra e, construído entre o Largo do Rato e a Avenida da Liberdade, apresenta-se com elementos ecléticos presente nos traços, com largas varandas, o emprego de azulejos na fachada, com a predominância do azul nas varandas e com linhas em relevos na parte exterior. A escolha do arquiteto e a localização do edifício, reforçam a intenção do barão de consolidar o seu lugar no meio social da capital portuguesa. Lugar este que a fortuna adquirida no Brasil possibilitava assumir. Em 1911, devido as características arquitetónicas do edifício, foi lhe atribuído o Prémio Valmor.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> CARVALHO, António. O *chalet Quartin*. In MARQUES, António Dionísio. *Cadernos Vianenses: notícia do passado da região e Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, tomo 41, 2008, pp.15-16.

<sup>56</sup> Entre as características predominantes das ‘casas do brasileiro’ destaca-se ‘a utilização complementar de elementos especiais de evidenciação da imagem exterior, com a montagem de largas varandas nos andares mais altos, platibandas de balaústres com estrutura cerâmica nos remates, revestindo de azulejo e outros artifícios de diferenciação. Em geral, quando presentes na cidade, estes palacetes caracterizavam-se pela procura de uma atitude afirmativa, ainda que discreta, numa linguagem neoclássica onde podiam surgir frontões e alguma escultura de baixo-relevo. Exploravam as fachadas largas, mas procurando alinhar-se com as frentes dominantes das ruas.’ Ver TAVARES, Domingos. *Casas de Brasileiro: erudito e Popular na Arquitetura dos Torna-Viagem*. Porto: Dafne Editora – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015, p. 11.

<sup>57</sup> Vera anexo B.

<sup>58</sup> Parecer do júri do Prémio Valmor de 1911, composto por Adães Bermudes, Tertuliano de Lacerda Marques e José Alexandre Soares. O parecer foi homologado em sessão da C.M.L. de 1º/08/1912 (atas, págs. 506-507). Ver Adães Bermudes et. al. *Apud* BAIRRADAS, Eduardo Martins. *Prémio Valmor: 1902-1952*. Lisboa: Serafim Silva – Artes Gráficas, 1988, p. 98

<sup>59</sup> “O júri incumbido de proceder à classificação estética dos prédios construídos em Lisboa, no ano de 1911, para os fins da adjudicação do prémio *Valmor*, depois de um escrupuloso exame foi de parecer unanime que esse prémio deve ser conferido ao proprietário e ao arquiteto do prédio sido na Rua Alexandre Herculano n.º 31, que são, respectivamente, os snrs. António Thomaz Quartin e Miguel Ventura Terra. O prédio em questão, destinado a rendimentos, constitui um excelente modelo de arquitetura urbana, de caracter moderno e nobre estilo, onde os variados motivos estruturais e decorativos, delicadamente estudados e executados em pitorescos contrastes logicamente deduzidos e de uma impecável harmonia estética.” Parecer do júri, Lisboa, 30 de julho de 1912, Adães Bermudes et. al. *Apud* BAIRRADAS, Eduardo Martins. *Prémio Valmor: 1902-1952*. Lisboa: Serafim Silva – Artes Gráficas, 1988, p. 98.

As riquezas que a América fez jorrar sobre a Europa, como já denunciava o padre António Vieira no século XVII, alicerçaram novas concepções na região norte do Atlântico. A compra do casarão em Viana do Castelo e a construção do edifício em Lisboa pelo barão de Quartin, não somente como atitudes individuais de (re)afirmação de um estatuto social, no seu caso o de “novo rico”, constitui um exemplo particular, das contribuições dos “brasileiros”, nas transformações ocorridas em Portugal na viragem para o liberalismo.

Os barões do liberalismo, “mordeu no frade, devorou-o”, substituindo-o na paisagem portuguesa, na reação de Almeida Garrett. Os novos-ricos empenharam “os seus capitais para assegurar as traves decadentes dos grupos sociais até aí dominantes, procurando manter o edifício erguido, aqui e ali pintado ou decorado de novo, mas mantendo a estrutura de base, num processo de substituição de protagonistas”.<sup>60</sup>

Imagem frequente na região do Minho, o “brasileiro” deixou o plano da realidade para colorir a literatura, do romantismo ao naturalismo português, contribuindo para cristalização da mitologia do retorno. Observadores atentos do quotidiano, na qual eram contemporâneos, os românticos portugueses, com suas lentes particulares, encontraram no torna-viagem “uma estranha modalidade de heroísmo às avessas, nutrido de ambição rapace e maus instintos”. A pena de Camilo Castelo Branco, encontrou no tipo a figura modelar, para suas linhas de sarcasmo.<sup>61</sup>

Em sua reação à estética que ficou fixada sobre o “tipo” na literatura, Eça de Queirós ironizava a fórmula utilizada pelos românticos. Em suas palavras, “sempre que o enredo, como se dizia nesses tempos vetustos em que as musas viviam, necessitava um ser de animalidade inferior, um boçal ou um grotesco, o romantismo lá tinha no seu poeirento depósito de figuras de papelão, recortadas pelos mestres” o “brasileiro”. O cliché era utilizado e reutilizado sem muitas alterações, permanecendo em cada representante “todos os seus joanetes e todos os seus diamantes, crasso, glutão, manhoso, e revelando placidamente na linguagem mais bronca os sentimentos mais sórdidos.”<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros... op. cit...* p. 368.

<sup>61</sup> Segundo Cesar Guilhermino, a ficção portuguesa retratou, quase sem exceção, de forma depreciativa o “tipo” convencional do emigrante enriquecido no Brasil, que volta à sua terra de origem. GUILHERMINO, Cesar. *O “brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA, 1969. p. 33-34.

<sup>62</sup> QUEIRÓS, Eça de. Carta-prefácio. In MAGALHÃES, Luís de. *O brasileiro Soares*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991, p. 5.

Porém, no plano real, alguns contrastes apareciam, como no caso do barão de Quartim. O capitalista pertenceu à Sociedade Geográfica de Lisboa, à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Lisboa, foi sócio do Retiro Literário Português no Rio de Janeiro, publicou livros de estudos sociais e de literatura.<sup>63</sup> A sua trajetória pessoal assemelha-se à outro “brasileiro” da ficção, o personagem Joaquim Soares da Boa Sorte, o “brasileiro Soares”, desenhado pelo escritor português Luís de Magalhães. Discípulo de Eça de Queirós, Magalhães foi autor de um único romance, porém como observou o seu mestre, empreendeu uma “verdadeira reabilitação social” do “brasileiro”. Em contraste com o modelo de Camilo, fiel ao estilo sarcástico, o enredo protagonizado por Joaquim Soares, na expressão de Eça de Queirós, “desbrasileirou o *brasileiro*, humanizando-o”.<sup>64</sup>

Com posição de destaque no ultramar, o barão de Quartim, entre uma travessia e outra pelo Atlântico, para acompanhar os seus negócios, deixou a capital da república brasileira, em finais de 1907, para cumprir a missão de porta voz da elite colonial portuguesa do Rio de Janeiro, no encontro com o conselheiro João Franco. Naquele ano as ondas revolucionárias que agitavam a arena política em Lisboa, trouxeram a Portugal através do atlântico, “de muitos milhares de portugueses – entre eles os primeiros e autênticos thalassas – aplausos e incentivos espontâneos e calorosos” a João Franco.<sup>65</sup> Decorrido apenas meio ano, desde maio daquele ano, o ditador português percebeu que seu governo, na expressão de Joaquim Veríssimo Serrão, “tinha chegado a um beco sem saída”. Sendo atacado por “todos os sectores políticos, dos monárquicos conservadores aos republicanos”, o ditador assiste à “perda de confiança da opinião pública”.<sup>66</sup>

Dentre os “milhares de portugueses” d’além-mar que manifestavam solidariedade à João Franco, estavam alguns dos “mais legítimos representantes do alto comércio do Brasil”.<sup>67</sup> Liderados por Camelo Lampreia, o grupo era composto por

---

<sup>63</sup> Da sua autoria, constam as obras: “A questão vinícola: breve estudo sociológico-económico”, Lisboa, de 1902; “Piparotes, carapuças e sandices: rimas arte nova”, Viana do Castelo, de 1905, “Á memória de Domingos José Moraes”, Porto, 1909; “Musa Agreste”. Famalicão, 1922, obra edicada à colónia portuguesa do Brasil. SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographico poruguez*. Tomo 20º, V-A. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 266-267.

<sup>64</sup> QUEIRÓS, Eça de. Carta-prefácio. In MAGALHÃES, Luís de. *O brasileiro... op. cit...* p. 12.

<sup>65</sup> CASTELO-BRANCO, João Franco. *Cartas D’el Rei D. Carlos I a João Franco Castelo-Branco seu último presidente do conselho*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 4ª ed., 1924, p.1-2.

<sup>66</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a queda da monarquia (1890-1910)*, Volume X, 2º edição, revista. Lisboa: Editorial Verbo. 2003. p. 126.

<sup>67</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1907, nº 848, ano XVII, p. 5.

“António Thomaz Quartin, Conde de Agrolongo, José Vasco Ramalho Ortigão, Joaquim Borges Caldeira, Fortunato Menéres, José António C. Granado, Santos Lima, António Borges Caldeira e Abel José da Cruz”.<sup>68</sup> Em 3 de novembro Franco recebeu em sua casa, no Chiado, a comissão encarregada de entregar-lhe a mensagem. Antes de ler a homenagem da colónia, o barão fez um emblemático discurso de saudação e de fidelidade ao regime franquista. Segundo Rocha Martins, a palavras acabaram por marcar o significado do ato e da “atitude dos oitocentos mil portugueses, espalhados por todo o Brasil”.<sup>69</sup>

À voz do barão somavam-se outras vozes, silenciadas pelas águas do Atlântico, vozes que davam ressonâncias e representatividades no espetáculo levado a cabo na rua da Emenda. O estojo entregue ao conselheiro João Franco com a mensagem dos colonos, era acompanhado por “milhares de assinaturas de todas as classes da operosa e importante colônia portuguesa do Rio de Janeiro”, que nas palavras do barão vinha “afirmar a sua simpatia livre, franca, desinteressada ao Governo que subia ao poder”.<sup>70</sup>

Após a homenagem um grito uníssono de “*Talassa! Talassa! O mar! o mar!*”, ecoou do “Chiado, para os confins do país”. O termo *talassa*, “lançado como uma picara laranja podre, mas que teria ressonâncias guerreiras no futuro”, de acordo com Rocha Martins, forjou naquele grito a matriz simbólica do termo que passaria a “designar os franquistas entre as troças”, e que se estendera “a todos os monárquicos”. Se por um lado os monárquicos “troçaram-na”, por outro lado os “franquistas acabaram a adotá-la, orgulhosamente”.<sup>71</sup>

A atitude dos colonos portugueses, expressa nas palavras do barão de Quartin, parece ter animado o espírito de João Franco. Este apertando “nos braços os que do Brasil tinham vindo enchê-lo de júbilo”,<sup>72</sup> agradecia e “penhorava a extraordinária e singular manifestação de que ele e os seus colegas no Ministério assim eram alvo.”<sup>73</sup> De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, a mensagem chegada dos trópicos despertou no ditador o desejo de “apostar no reforço da aliança com a nação irmã”, para restabelecer seu governo.<sup>74</sup>

---

<sup>68</sup> *Idem*

<sup>69</sup> MARTINS, Rocha. *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: Edição do autor, ABC, 1925, p.390.

<sup>70</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1907, nº 848, ano XVII, p. 5.

<sup>71</sup> MARTIN, Rocha. *João Franco... op. cit.* p. 391-392.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 390.

<sup>73</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1907, nº 848, ano XVII, p. 5.

<sup>74</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal... op. cit...* p.126.

Antônio Pinto Quartim, viveu sua primeira infância neste ambiente, cercado pelas relações comerciais e políticas de Braz Leão e do seu estimado tio Antônio. Durante a sua primeira infância conviveu ao lado da família em São Cristóvão, mas também na casa que a família possuía em Petrópolis ao lado do Palácio Imperial,<sup>75</sup> lugares que certamente marcaram o imaginário do menino de origem burguesa. Após a morte do pai em 1892, Antônio foi criado pela mãe, dona Guilhermina Augusta. Como de costume nas famílias da elite da época, a formação intelectual das crianças acontecia inicialmente no ambiente doméstico, no caso do menino as funções do ensino assumiam significados muito distintos e específicos, determinados pelos seus futuros papéis sociais. Educado nos finais dos Oitocentos, devemos levar em consideração que a concepção de família se estendia também aos agregados e parentes que habitavam muitas vezes a mesma casa, já que a única referência que encontramos, acerca da morada da família Quartim em São Cristóvão, era a residência do barão de Quartim. Muito provavelmente o fluxo e circulação de indivíduos ligados aos Quartins pelos interesses comuns ou pelas relações no comércio na cidade, e isso inclui o seu porto, ou então políticos e personalidades da ocasião, caracterizaram o ambiente familiar onde Antônio aprendeu as primeiras letras.

Como de costume na elite carioca e portuguesa do final do século XIX, dona Guilhermina Augusta, foi sua primeira mestra, “senhora inteligente e de espírito, interpreta com sentimento e agilidade valsas de Chopin, e traduz com correção Divina, Montépín e Ponson du Terrail”. De elevada cultura e espírito, ensinou as primeiras letras ao filho, com a cartilha de “João de Deus na mão esquerda e o chinelo na direita.”<sup>76</sup> Em sua *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, publicada originalmente em 1876, João de Deus aconselhava às mães sobre os perigos do rigor excessivo na arte de ensinar.

Às mães que do coração professam a religião da adorável inocência, e até por instinto sabem que em cérebro tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos, neste sistema profundamente prático, o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Um registro fotográfico da Praça Visconde de Mauá, em frente à entrada do antigo Palácio Imperial em Petrópolis, revela a residência do Barão de Quartim, ao lado do palácio. Digitalização do Acervo do Museu Imperial, Petrópolis/RJ. <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/5826>

<sup>76</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista*. (manuscrito). Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

<sup>77</sup> DEUS, João De. *Cartilha maternal ou arte de leitura por João de Deus*. 3ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, p. VIII.

Apesar dos conselhos do pedagogo português, dona Guilhermina seguiu os padrões da sociedade oitocentista, caracterizado pela rigidez na transmissão de conhecimentos e costumes. A metodologia “cheia de vícios, e rigor excessivo com que fui ensinado em vez de me fazer escravo, engendrou em mim a rebeldia. É que a autoridade despótica num temperamento naturalmente enérgico, desperta o espírito de rebelião.” Devido aos excessos em sua educação e ao seu espírito enérgico, até o 5º ano do curso geral do liceu, a palmatória era sua companheira, segundo testemunhou António Pinto Quartim.<sup>78</sup>

Após a morte de Braz Leão Soares Quartim, face as dificuldades de criar os filhos no Brasil dona Guilhermina Augusta embarca em 1894 na baía Guanabara com destino a Portugal, levando em sua companhia o menino António e sua irmã Ester Leão Quartim. Na bagagem levavam, além dos seus pertences, o desejo de uma nova vida ao lado da família paternal, em Viana do Castelo e em Lisboa. Entre outros anseios, dona Guilhermina esperava encontrar um ambiente mais favorável para formação dos filhos, sobretudo, para António, que carregava no nome o peso da herança identitária da família. No entanto, como veremos no capítulo a seguir, a herança inicial depositada ainda no batismo, terá para António Pinto Quartim uma fatalidade. Transgressão forjada pela sua relação dialética com o meio que encontrou em Portugal nos últimos anos da monarquia e primeiros do regime Republicano. Ambiente e pessoas que cruzou de Lisboa a Coimbra, que despertaram no jovem o “carácter específico do socialista-libertário”. Porém, como veremos mais adiante, será preciso um novo período nos trópicos para que o anarquismo alcançasse maior fertilidade, crescendo e florindo em seu espírito.

---

<sup>78</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

### 3. “OS INTRANSIGENTES DE 1907”: ANTÓNIO PINTO QUARTIM E OS ESTUDANTES REVOLUCIONÁRIOS DE COIMBRA

*“O crime pelo qual o conselho de decanos da universidade de Coimbra, a poucos meses do termo da minha formatura, me fecha as portas das aulas, tem precedentes na minha vida. Não foi um súbito arrebatamento, uma irreflexão d’uma hora, a paixão momentânea que um juízo ponderado devesse inutilizar e me arrastasse a penitenciar-me ante os lentes, com a minha inconsciência d’homem que não prevê as consequências. No meu passado havia já culpas grandes.”*

*Campos Lima. A Questão da Universidade, 1907.*

No final do inverno de 1907, no interior dos claustros medievais da Universidade de Coimbra, irrompeu um movimento que ficou conhecido como “A Questão Académica”.<sup>1</sup> De início, a insurreição estudantil parecia travar-se entre duas forças opostas. De um lado os estudantes da Faculdade de Direito em solidariedade ao colega reprovado e de outro os lentes da Universidade. Porém, não demorou muito para o governo intervir na questão, impondo seus poderes e decretando o encerramento das atividades letivas em 2 de março do mesmo ano. Assim que ganhou força, o protesto ultrapassou as muralhas da tradicional Universidade, acarretando consequências políticas ao então ministro João Franco. O presidente do Ministério, aconselhado pelo foro académico de Coimbra, resolveu expulsar dos quadros da Universidade sete alunos acusados de envolvimento direto na revolta contra os lentes e a instituição. Após as determinações do foro acadêmico, 164 alunos mantiveram o estado de greve, em apoio aos colegas sentenciados, atitude que lhes renderam o estigma de “intransigentes.” A greve dos estudantes desencadeou uma sequência de factos no país. Em abril de 1907 as Cortes foram encerradas até nova ordem, abrindo caminho para a ditadura franquista, inaugurada em maio. Em 1º de fevereiro de 1908, a família real era vítima de um trágico

---

<sup>1</sup> CORREIA, Natália. *A Questão Académica de 1907*. Lisboa: Editorial Minotauro, LDA, 1962; XAVIER, Alberto. *História da greve académica de 1907*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962; LIMA, Campos. *A questão da Universidade: depoimento d’um estudante expulso*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & c.ta, 1907; QUARTIM, Pinto. “*In illo tempore...*” A greve académica de Coimbra de 1907: uma página de História da Academia. *Ver e crer: cada assunto vale um livro*. Lisboa: E.T.P., n.º 45, 1949, pp. 3-9.

atentado no Terreiro do Paço, vitimando fatalmente o rei D. Carlos e o príncipe D. Luís Felipe.

Em 28 fevereiro de 1907, “dentro do velho hábito fradesco a alma juvenil e moderna palpitou num acesso de revolta e de indignação” nos *Gerais* da Universidade de Coimbra. Gritos subversivos e injurioso eram lançados contra a instituição e aos lentes da Faculdade de Direito, que naquela tarde reprovaram por unanimidade o licenciado José Eugénio Dias Ferreira no julgamento do ato de *conclusões magnas*. Após o resultado do júri “toda academia se levantou num grito. A gargalheira estrangulava-a, o foro glacial e rígido da Universidade era um capacete de ferro que não a deixava respirar.” No coração da insurreição académica, “o sangue corria-lhe nas veias menos impetuosos e menos generosos. Não é uma questão entre homens, é uma questão entre factos”, descrevia a *Ilustração Portuguesa*, em 11 de março daquele ano.<sup>2</sup>

No meio da multidão de capas e batinas pretas, agitadas pelo “velho espírito” académico, o jovem António Pinto Quartim somava a sua voz à outros revoltosos, no ato que descreveu como uma “vibrante e ensurdecidora assuada aos lentes”, reverberada “por toda a Faculdade de Direito.”<sup>3</sup> Segundo o Conselho de Decanos da Universidade, o jovem académico do primeiro ano de direito, tomou “parte directa e muito saliente” na revolta, “especialmente contra o dr. Caeiro Mata, saindo-lhe à frente e apontando para a porta de saída gritando: ‘fora, fora!’”<sup>4</sup> Naquele fim de tarde, quando a primavera já dava seus primeiros sinais, Quartim marcava o seu lugar na geração académica que precedeu a implantação da República em Portugal, deixando seu nome registado nos anuários académicos como um dos alunos “intransigentes de 1907”.

O seu condiscípulo, o anarquista Campos Lima, aluno do quinto ano de direito, afigurou-se “como o principal autor, por instigação essencial e execução” do motim, liderando e “incitando os companheiros à revolta”, dando início aos “gritos de morras à Faculdade de Direito” e ‘à canalha’, aludindo aos respectivos professores”. Sobre o estudante pesava a acusação de intensificar o tom do protesto por meio de “um

---

<sup>2</sup> *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 11 de março de 1907, n.º 55, Vol. III, p.295.

<sup>3</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-507. Item 507 - *Textos de Pinto Quartim sobre a Questão Académica de 1907*. QUARTIM, Pinto. *Eu e a questão académica: o meu processo académico*. Lisboa, 18 de outubro de 1907. (manuscrito).

<sup>4</sup> Acórdão do Conselho de Decanos de 1º de abril de 1907. *apud* XAVIER, Alberto. *História... op. cit...* p. 197-203.

discurso violento com injúrias graves contra a mesma faculdade e especialmente contra o dr. Álvaro Vilela.”<sup>5</sup>

Logo após o movimento nos *Gerais* da Universidades, quando a cidade parecia dispor-se a dormir o sono reparador, o silêncio misterioso das ruas escuras de Coimbra era quebrado pelo ruído ameaçador da turba académica, que deixava a assembleia geral no Ginásio em direção à morada dos lentes da Faculdade de Direito. Segundo o estudante Campos Lima, a assembleia reunida naquela noite pela academia “foi uma das mais belas afirmações coletivas da mocidade académica.”<sup>6</sup> Com novo fôlego após as deliberações, os académicos intensificavam o tom da manifestação a “tal ponto que a força policial, que de dia não julgara necessário intervir, viu-se obrigada a fazê-lo, dispersando mais ou menos pela força os manifestantes.” Dividindo-se em grupos, os estudantes, armados com pedras reuniram-se em frente à casa dos lentes, dr. Álvaro Machado Vilela e dr. Guilherme Alves Moreira, onde deram continuidade à assuada aos professores, ao mesmo tempo que apedrejavam as suas residências.<sup>7</sup> Na manhã seguinte, quando a Faculdade de Direito tentava manter a normalidade da vida académica, ouvia-se na entrada das aulas um “enorme ruído, e recusa a entrar nas aulas”. Tomados pelo mesmo impulso que originou o protesto nos *Gerais*, os estudantes foram acusados pelo foro académico “de tentativa de agressão pessoal” contra o professor da cadeira de direito civil dr. José Caeiro da Mata, “o qual correu o risco de ser precipitado pelas escadas dos Gerais na ocasião em que se retirava da porta da sua aula.” Nesta ocasião, António Pinto Quartim foi acusado da tentativa de agressão e expulsão do referido lente da cátedra.<sup>8</sup> O comportamento dos alunos da Faculdade de Direito, revela que as relações entre os lentes e os estudantes eram paradoxais, indo da admiração ao ódio.

Em 2 de março, o conselheiro João Franco visando conter as consequências políticas e revolucionárias do evento para com o governo e, devido aos “graves acontecimentos que naquela cidade se tem produzido”, decretou o encerramento da Universidade até o julgamento dos processos académicos e até que a ordem fosse restabelecida em Coimbra.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> *Idem*

<sup>6</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade... op. cit...* p. 106.

<sup>7</sup> *Diário Ilustrado*, Lisboa, 3 de março de 1907, n.º 12:166, 37.º ano, p.1.

<sup>8</sup> Acórdão do Conselho de Decanos de 1º de abril de 1907. *apud* XAVIER, Alberto. *História da greve académica de 1907*. Coimbra Editora, L.da, 1962, p. 197-203.

<sup>9</sup> *Diário do Governo*, n.º. 51, de 5 de março de 1907. Ministério do Negócios do Reino. In *Collecção official de legislação portuguesa – anno 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p. 108.

Em Lisboa, as primeiras notícias alimentavam o clima incendiário contra o governo. O inverno havia sido rigoroso no país, com muitas chuvas e estragados nas cidades e no campo, tornando a população ainda mais inquieta. D. Carlos, preocupado com as possíveis consequências do protesto estudantil nos assuntos do seu governo, escreveu na noite de 2 de março a João Franco assegurando-o do seu apoio no controle da ordem e do uso da “força quando for necessária para manter as ideias que advogamos”. Ainda nas palavras do monarca: “o que não podemos por certo é seguir outra norma, nem deixar decair o princípio da autoridade que cada vez mais devemos conservar bem alto” e, “dadas as circunstâncias em que nos encontramos, acho muito bom que a Universidade proceda por essa forma que me parece a mais correta.”<sup>10</sup> Naquele sábado a noite, no “desabrochar de um março doce, se fechara a *porta férrea*, não tocara a *cabra*, soldados passavam em patrulhas, cavaleiros, com ordens, corriam pelas calçadas na linda cidade onde os académicos iam à Baixa apupar aos lentes.”<sup>11</sup>

A partir da decisão do governo, publicada no *Diário do Governo* em 5 de março, o protesto deixava as muralhas da Universidade de Coimbra para penetrar, a *pari passu*, na esfera pública do país, suscitando debates na Câmara dos Pares e no Parlamento e fortalecendo a solidariedade entre os estudantes espalhados pelo país. O carácter das discussões no espaço público corroborou para atenuar “as circunstâncias” em que se encontravam o monarca e o seu conselheiro, nos princípios de 1907. Para João Franco, a insurreição em Coimbra “na realidade, mascarava, e mal, uma questão política contra o poder, para o que servia de tabela o ataque aos lentes e a perturbação dos estudos em todas as Faculdades”.<sup>12</sup>

Em 3 de março, os estudantes obrigados, “como dispunha o foro académico, a abandonarem dentro de vinte e quatro horas a cidade de Minerva, cerca de quatrocentos rapazes avançaram” em direção a Lisboa. A noite a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, colocou ao serviço dos estudantes um comboio especial. Nele seguia o jovem estudante António Pinto Quartim,<sup>13</sup> compondo a delegação dos estudantes que

---

<sup>10</sup> CASTELO-BRANCO, João Franco. *Cartas D’el Rei D. Carlos... op. cit...* p.87.

<sup>11</sup> MARTINS, Rocha. *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: Edição do autor, composto e impresso nas Oficinas Gráficas do ABC, 1970, p. 199.

<sup>12</sup> CASTELO-BRANCO, João Franco. *Cartas D’el Rei D. Carlos... op. cit...*, p.90.

<sup>13</sup> Ver anexo C.

pretendiam apresentar ao governo as suas pretensões e deliberações tomadas em assembleia, dias antes.<sup>14</sup>

Segundo o *Diário Ilustrado*, órgão do partido regenerador-liberal e sob direção de Álvaro Pinheiro Chagas, no comboio especial chegaram a Lisboa “cerca de 500 estudantes de Coimbra”, que após desembarcarem na estação do Rossio, reuniram-se em sessão no Ateneu Comercial. Ali fizeram uso da palavra os estudantes: Ramada Curto, Pulido Valente, Adelino Furtado, José Montes e Campos Lima.<sup>15</sup> Em seguida, o grupo participou de uma conferência sobre noções de direito pronunciada por Teófilo Braga, para “à noite, atirar com as capas aos pés da Fornarina e da Império – que fazem bem esquecer amarguras – e decretos.”<sup>16</sup> No ano lectivo de 1906-1907 a Universidade de Coimbra registava em seu anuário um total de 1050 alunos matriculados em suas Faculdades.<sup>17</sup> Em termos percentuais, o número de estudantes que marcharam sobre Lisboa em direção às Cortes, na descrição do *Diário Ilustrado*, correspondia a 47% do total do quadro dos alunos matriculados naquele ano, muito próximo do corpo discente da Faculdade de Direito, que possuía 458 alunos ordinários vinculados às suas cadeiras.<sup>18</sup>

António Pinto Quartim, em seus apontamentos sobre a greve, descreve uma presença maciça da academia de Coimbra nos episódios que seguiram após a assuada aos lentes nos *Gerais* da Universidade. Em suas palavras:

Provam-no a imponência do cortejo ao dr. José Eugénio Ferreira; provam-no a concorrência das reuniões académicas; provam-no a vibrante e ensurdecidora assuada aos lentes nos gerais de cima; provam-no o número perto de 400 estudantes que vieram a Lisboa representar nas cortes as suas nobres pretensões. (...) A manifestação que correu as ruas de Coimbra foi única nos anais académicos em entusiasmo e em número. A Coimbra que presenciou. As reuniões académicas foram extraordinariamente frequentadas. A assuada aos lentes foi feita por toda a faculdade de direito como prova o barulho

---

<sup>14</sup> Segundo António Pinto Quartim, as deliberações entregue ao governo na tarde de 4 de março “consistia numa sindicância ao acto de conclusões magnas do candidato José Eugénio Ferreira, ou a faculdade deste repetir as suas provas; na abolição pura e simples do ‘foro académico; na remodelação dos processos e programas de ensino seguidos na Faculdade de Direito; e atribuindo a causa da imobilização dos métodos e programas dessa Faculdade à concentração do ensino apenas em Coimbra, alvitara-se a criação de mais duas Faculdades de Direito: uma em Lisboa e outra no Porto.” Documento que foi entregue ao ministro de obras públicas Malheiro Reimão. QUARTIM, Pinto. “*In illo tempore...*” A greve académica... *op. cit...* p.4.

<sup>15</sup> *Diário Ilustrado*. Lisboa, 5 de março de 1907, n.º 12:167, 37º ano, p.1.

<sup>16</sup> *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 11 de março de 1907, n.º 55, Vol. III, p.295.

<sup>17</sup> Estatística dos estudantes que frequentaram a Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1906-1907. Secretaria da Universidade, em 30 de setembro de 1907. *Anuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1907-1908*. Imprensa da Universidade, Coimbra, MDCCCXVII, p.230.

<sup>18</sup> *Anuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1906-1907*. Coimbra: Imprensa da Universidade, MDCCCXVI.

ensurdecador e não podia ser feito. Mas há além de tudo isto a acrescentar a revolução aprovada unanimemente em mãos e palmas vibrantes.<sup>19</sup>

De início, a origem da manifestação parecia um impulso de simpatia à reprovação do colega licenciado José Eugénio Ferreira e de consternação aos lentes. E de facto a grande imprensa caracterizou o movimento desta forma. Porém, para além de um gesto espontâneo de solidariedade e de desagrado à atitude dos lentes, a turba académica, que aguardava nos *Gerais* da Universidade, viu naquele ato a manifestação dos antigos métodos vigentes na instituição. Nas palavras de António Pinto Quartim, que presenciou a defesa de José Eugénio, a insurreição era contra o “carácter obsoleto e autoritário da Universidade”, os estudantes, ainda segundo Quartim, “tomaram aquele facto (a reprovação do candidato) como pretexto para um protesto contra a organização e o ensino do velho estabelecimento de instrução.”<sup>20</sup> No centro da revolta manifesta-se, além do grito espontâneo dos estudantes, um emaranhado de ideias e espaços que articulavam experiências das novas e de antigas gerações académicas. Ou seja, como considerou Campos Lima, discípulo de Quartim, “a reprovação fez apenas aumentar o que já estava latente, irrompendo o protesto dos estudantes mesmo no pátio da Universidade.”<sup>21</sup>

Alguns dias antes da insurreição, apareceu afixado na *Via Latina* um cartaz com o enunciado das teses que o licenciado em direito José Eugénio Ferreira havia proposto defender no ato de Conclusões Magnas, para obtenção do título de doutor. O seu estudo tinha por base as obras de Augusto Comte, Darwin, Huxley, Buchner, Littré e Spencer. Ao escrever as suas teses, *Comentário ao direito constitucional português*<sup>22</sup>, o recém-licenciado dedicava o trabalho, em suas palavras, “ao mestre do positivismo em Portugal: dr. Theóphilo Braga, preito de consideração e testemunho particular de reconhecimento e amizade.”<sup>23</sup> Elementos que contribuiram para despertar a oposição e o clima de animosidade dos professores que constituíram o júri.

---

<sup>19</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-507. *Item 507 - Textos de Pinto Quartim sobre a Questão Académica de 1907...*

<sup>20</sup> QUARTIM, Pinto. “*In illo tempore...*” A greve académica... *op. cit.*, p.3.

<sup>21</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade...* *op. cit.*... p. 4.

<sup>22</sup> Actos grandes no anno lectivo de 1906-1907. Faculdade de Direito: conclusões magnas. Anuario da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1907-1908. Coimbra: Imprensa da Universidade. MDCCCCVII, p.25.

<sup>23</sup> Mesmo reprovadas pelo júri as teses foram publicadas em 1907 pela Imprensa da Universidade, conforme determinava a legislação académica de 1901. FERREIRA, José Eugénio. *Commentario ao direito constitucional português*. Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na

José Eugénio Ferreira concluiu a sua formatura na Faculdade de Direito em 1904, com a classificação final de 14 valores, não atingindo a nota considerada necessária para a distinção académica, e para se submeter as provas de *Conclusões Magnas*. Somente acima dos 15 valores o estudante era considerado distinto, com a qualificação de bom. O decreto n.º 4 apresentado ao rei D. Carlos por Hintze Ribeiro em 24 de dezembro de 1901, que reformou os estatutos da Universidade de Coimbra, definia o ato de Conclusões Magnas da seguinte forma:

Art. 58.º O acto de conclusões magnas é principalmente uma prova de ostentação, para o candidato ter ensejo de patentear livremente os seus talentos nos pontos a que mais especialmente se tem dedicado, e simultaneamente os recursos da sua dialética na defesa da verdade científica.

Art. 59.º Os licenciados que obtiverem pelo menos, a qualificação de *bom* em mérito literário, e desejarem concorrer ao grau de doutor, teem de apresentar uma dissertação inaugural, e uma colecção de teses sobre diferentes cadeiras da sua faculdade.<sup>24</sup>

Com a publicidade das teses, circulou pela cidade universitária a notícia que o candidato seria reprovado pelo júri. O boato despertou o interesse dos alunos da Faculdade de Direito, que nos dias 27 e 28 de fevereiro marcam presença predominante na Sala dos Capelos para assistirem a defesa do colega. A cena que se seguiu na solene sala da Universidade alimentou no público presente o desejo de manifestar o seu apoio ao candidato. Os murmúrios eram logo abafados pelo Reitor atento à qualquer atitude de transgressão ao ritual. Segundo o relato de Alberto Xavier, ex-aluno da faculdade que também presenciou o ato, dizia-se “que se estava perante um tribunal da Idade Média, em que os professores desempenhassem a função de algozes, de carrascos, de acusadores públicos, reclamando pena máxima para o candidato a doutor como se fosse réu dum crime abominável.”<sup>25</sup>

Os estudantes que assistiram ao ato, deixaram a Sala dos Capelos e se dispersaram pelo pátio da Universidade. Entre a multidão de capas, António Pinto Quartim aguardava junto aos colegas da Faculdade de Direito a decisão dos lentes. Naquela tarde o júri, sob a presidência do Reitor, o conselheiro dr. António dos Santos

---

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907. Biblioteca das Ciências da Saúde/ Universidade de Coimbra.

<sup>24</sup> *Reformas dos Estudos da Universidade de Coimbra pelo decreto n.º 4 de 24 de dezembro de 1901*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902, p. 54-55.

<sup>25</sup> Segundo as normas estabelecidas em 1901 nos estatutos da Universidade de Coimbra, somente os alunos com valores superiores a 15, eram considerados distintos e, aptos para submeter-se ao acto de *Conclusões Magnas*. XAVIER, Alberto. *História... op. cit...* p.63-68.

Viegas, decidiu por unanimidade reprovar as teses de José Eugénio Ferreira. Logo que se confirmou o boato da reprovação, a academia de Coimbra irrompeu em protestos contra a instituição e os professores. Sob a figura da *sapiência* e a guarda das imagens de D. João III e D. Dinis, os estudantes deixavam os *Gerais* da Universidade, atravessando a emblemática *Porta Férrea* em cortejo pelas principais ruas da cidade, até a casa de José Eugénio Ferreira. Já na rua Ferreira Borges, “de uma varanda das oficinas do antigo França Amado, a velha livraria dos lentes”,<sup>26</sup> Campos Lima tomou a palavra discursando à turba, que aos ombros carregava o colega reprovado. Em seu discurso, o quintanista de direito legitimava o significado do movimento que irrompeu nos *Gerais* da Universidades. As palavras escolhidas no calor do momento, mas não aleatoriamente, revelavam as intenções da academia de Coimbra, e ainda a permanência do “velho espírito” de outras gerações. Para o anarquista Campos Lima o licenciado José Eugénio Ferreira não era somente “um candidato reprovado, mas o símbolo que devemos erguer perante a Universidade, como representando neste momento a tendência moderna do ensino.” Com gritos de “viva o dr. José Eugénio Ferreira! Abaixo o ensino catedrático”, os estudantes carregavam o colega reprovado, transformado em estandarte do movimento.<sup>27</sup>

Nos primeiros anos do curso jurídico, António Pinto Quartim vivenciou e tomou parte das “tendências modernas” que agitavam a geração académica que precedeu a implantação da República em Portugal. Junto às concepções modernas de ensino outras noções germinavam e ganhavam significados a partir do quotidiano dos estudantes, que não se restringia às lições na cátedra. Nos princípios do século XX, ideias e pessoas chegavam à cidade universitária no início de cada novo ano lectivo, não exclusivamente pelos caminhos de ferro que recentemente havia ligado Portugal à outras regiões da Europa, mas também pelo oceano, por meio dos estudantes do Atlântico Sul que chegavam todos os anos na Universidade de Coimbra para realizarem seus estudos, longe da família. Aos vinte anos de idade, após deixar o Rio de Janeiro na companhia de sua mãe, e circular por Lisboa, Évora, Funchal e Viana do Castelo, “longe da vigorosa vigilância da família, com mesadas avultadas”,<sup>28</sup> António Pinto Quartim encontrou em Coimbra uma geração académica vivamente interessada pelos assuntos políticos do país.

---

<sup>26</sup> MONTEIRO, Mário. Os “intransigentes” de 1907. In BENOLIEL, Joshua. *Arquivo Gráfico da vida portuguesa 1903-1918*. Fascículo n.º 6, Lisboa: Bertrand, Irmão Ltda., 1933-1934, p.173-191. Hemeroteca Digital, Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>27</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade... op. cit.*, p. 98-103.

<sup>28</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei... op. cit...*

Nela conviveu e tomou parte nos principais assuntos políticos que levaram à suspensão das aulas na Universidade de Coimbra em março de 1907 e que colaboraram para o clima incendiário que ardeu o país, levando João Franco a encerrar as Cortes em abril e tomar as rédeas do governo em maio, inaugurando uma nova fase da história do país, que culminou no regicídio, em fevereiro de 1908.

No centro da “Questão Académica”, que motivou a expulsão de Campos Lima, Ramada Curto, Carlos Olavo, António Pinto Quartim, Francisco Mendes Gonçalves de Freitas Preto, José Rebelo de Pinho Ferreira Júnior e Alberto Xavier,<sup>29</sup> dos quadros da Universidade de Coimbra, encontra-se uma rede de contactos e trocas de ideias, pessoas e espaços, muitas vezes silenciada pela historiografia. A origem do movimento que irrompeu na tarde de 28 de fevereiro de 1907, e em particular as ideias professadas por Quartim após a greve, revelam não somente o acúmulo de forças de antigas gerações académicas, mas a existência de múltiplos espaços de convívio e trocas de experiências em Coimbra. O desenrolar dos eventos que se seguiram, não revelam em si, a complexidade e a multiplicidade das condições em que as ideias, que contribuíram para a insurreição estudantil, eram “gestadas” ou compartilhadas pelos estudantes. Parte da força de reação dos estudantes foi sendo acumulada e exercida em diferentes espaços de convívio, demarcados pelos interesses comuns dos alunos. Além do papel da cátedra na formação dos “intransigentes de 1907”, as repúblicas, as tascas, os cafés, as noitadas literárias e de boémias, ou seja, não somente académicos e literatos, mas também trabalhadores, ambulantes, subalternos, comerciantes e funcionários das tascas, uma rede heterogénea e diversificada, contribuíram para forjar naquela geração sentimentos e ideias, entre elas o socialismo libertário.

Foi neste ambiente que António Pinto Quartim sentiu em seu espírito o desejo de “conhecer mais alguma coisa sobre o anarquismo,” sobretudo, após a convivência com os discípulos Campos Lima e o brasileiro António Gomes da Silva.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> *Diário do Governo*, nº. 190, de 27 de agosto de 1907. O Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 26 de agosto de 1907. - REI. – João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco

<sup>30</sup> QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista*. (manuscrito). Arquivo de História Social. Espólio Pinto Quartim. Código de referência. PT AHS-ICS PQ-DOC-567.

### 3.1. TROCAS E EXPERIÊNCIAS TRANSNACIONAIS NO ESPAÇO COIMBRÃO NO ALVORECER DO SÉCULO XX

*“Intimamente ligado com as reclamações operárias anda o problema da transformação da sociedade, sendo certo que o movimento operário só consegue ter alguma coesão e força quando norteado pelos ideais revolucionários.”*  
Campos Lima. *O movimento operário em Portugal, 1905.*

Em 3 de outubro de 1905, António Thomaz Pinto Quartim matriculava-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.<sup>31</sup> O seu primeiro contacto com aquele ambiente cheio de mistérios ocorreu em 3 de novembro do mesmo ano na *Sala dos Capelos*, onde acontecia a tradicional cerimónia de abertura do ano lectivo. Como praxe “que em Coimbra tem foros de deusa, exibiu-se pomposamente na garridice dos capelos, sob os olhares das senhoras” a *oração de sapiência*.<sup>32</sup> Antes da *oração*, de acordo com o decreto de 21 de dezembro de 1901, que reformulou o ensino na Universidade, determinava que no ato inaugural das aulas, em todas as faculdades, se realizasse uma “cerimónia do juramento dos lentes, prestado na Real Capela, com a solenidade e pela forma que se encontra estabelecida.” Em seguida todo o corpo universitário deveria seguir para a sala grande dos atos, “onde será recitada a oração inaugural *De Sapiência* por um lente eleito previamente pela faculdade, a que este serviço for pertencendo por turno.”<sup>33</sup> Para o ano lectivo de 1905-1906, o lente catedrático da Faculdade de Teologia, Manuel de Azevedo Araújo e Gama, seguiu a fórmula consagrada ao longo dos anos.<sup>34</sup>

No amarelecer do outono de 1905, o cotidiano na cidade de Coimbra era novamente embalado pelos grupos de estudantes que regressavam às aulas após as férias de verão ou que iniciavam pela primeira vez aquela experiência. No início do ano letivo, “depois das praias os estudantes viram envelhecer os campos, assistiram ao entristecer das aldeias e casais na melancolia do outono”, estação lendária na cidade universitária.

---

<sup>31</sup> Alunos matriculados: Primeiro ano. *Anuario da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1905-1906*. Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCCV.

<sup>32</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade... op. cit.*, p. 45.

<sup>33</sup> Capítulo I, artigo 4. Plano dos Estudos Universitários. *Reforma dos estudos da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902, p.46.

<sup>34</sup> GAMA, Manuel de Azevedo Araújo e. *Oração de Sapiência na inauguração do anno lectivo a 3 de novembro de 1905. Anuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1905-1906*. Coimbra: Imprensa da Universidade, MDCCCCV, p. XXVI-XLVII.

Neste clima os veteranos preparavam uma solene recepção aos novatos, prometendo “paz e sossego até ao entrudo, em que ressuscitarão provavelmente a praxe e o carnaval, tudo à antiga portuguesa, a velha graça nacional do corpo e da bexiga de porco”, anunciava o editorial *Resistência*, em 2 de novembro. Mesmo desconfiando da praxe coimbrã, os novos estudantes, reuniram-se nos espaços do Teatro num sarau festivo que contou com a presença do ministro João Franco e outras personalidades da época como o deputado republicano Alexandre Braga que presidiu o evento. Após a abertura do sarau pelo proeminente orador e parlamentar, fizeram uso da palavra os afamados estudantes de direito Alfredo Pimenta, Campos Lima e Ramada Curto.<sup>35</sup> Para aquele ano, academia pretendia realizar o evento na *Sala Grande dos Actos* da Universidade, pedido que foi negado pela instituição. Afastados das praxes solenes da *Sala dos Capelos*, “sem que nós todos pese a censura catedrática ou a vigilância dos arqueiros,” o anarquista Campos Lima discursou para plateia de alunos, professores, familiares e convidados que ali estavam presentes para marcar o ato de recepção dos novos estudantes. Pregando os ideais que professava, o libertário exortou os novos alunos de direito sobre a sua função social como estudante das ciências jurídicas e, mesmo diante de João Franco, condenou a metodologia de ensino “do primeiro estabelecimento científico do país”, numa espécie de “oração de sapiência” dos estudantes, sem a imposição das insígnias, de *Borla e Capelo* e sem as figuras dos reis de Portugal como testemunhas. Nesta noite a presença de João Franco no teatro, que a tudo observava do camarote na companhia do seu filho Federico Franco, parecia aconselhar Campos Lima a limitar-se às saudações, às referências elogiosas e à exortação dos novatos. Porém, “nesse sarau de gala eu fui ainda incorrigivelmente o mesmo desautinado insubmisso contra o ensino oficial”.<sup>36</sup> Seu discurso é um retrato profundo do espírito académico da geração que António Pinto Quartim encontrou em Coimbra:

Dizia o escritor anarquista Sebastien Faure que nós os revolucionários devemos estar em toda parte. E é na compreensão desta verdade que eu e o meu camarada Alfredo Pimenta estamos aqui. (...)

Numa época em que o espírito humano, abandonando as antigas abstrações metafísicas, se orienta já em normas positivas, subordinando as suas criações a uma imediata e direta relação com a natureza, a nossa Universidade é ainda a velha e fradesca escola humanista onde ás demonstrações simples se preferem os mirabolantes jogos retóricos dos ursos. (...)

E assim, sem dúvida, entre os nossos novos colegas, entre esses rapazes que acabam de chegar, alguma coisa nos vem que fará aumentar esse

---

<sup>35</sup> *Resistência*, Coimbra, 2 de novembro de 1905, n.º 1050, 11.º ano, p. 2.

<sup>36</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade... op. cit...* p. 60-74.

contingente, ainda tão reduzido, de energias, de dedicações e de vontades.

É a esse pequeno número de novos defensores d'um ideal de redenção humana que eu neste momento, venho trazer a mais calorosa e entusiásticas saudação pelos estudantes anarquistas da Universidade de Coimbra. E nesta saudação vai toda a nossa esperança por um futuro de maior sinceridade e consciência, primeiro impulso para essa obra grandiosa e vasta de que há de resultar a destruição da sociedade em que vivemos, para sobre as suas ruínas se erguer, generosa e altiva uma sociedade igualitária e livre.<sup>37</sup>

Nos primeiros dias em Coimbra, entre as *troups* de capas e batinas pretas, dois estudantes destacaram-se diante de António Pinto Quartim, pelas palavras e atitudes, que logo despertando-lhe o desejo de conhecer mais sobre aquelas concepções, que defendiam edificar, sobre as ruínas, “uma sociedade igualitária e livre.” O discurso de Campos Lima saltou aos seus ouvidos como uma expressão da liberdade e da “iluminação” que esperava encontrar na secular escola, entusiasmando o jovem académico.

O segundo era o quintanista António Gomes da Silva “um dos maiores talentos da sua geração”, com que António Pinto Quartim “conviveu bastante”. De acordo com as memórias de Quartim sobre o período coimbrã, os dois veteranos eram amigos e viviam em uma estreita casa nos Palácios Confusos, porém, eram “tipos diversos um do outro, mas ambos originais e ambos diferentes da maioria dos colegas.” O primeiro esboçava um ar mais “antipático, de feições duras, cara e atitude de revolucionário, o outro era simpático, mais agradável, muito modesto, andava envolto numa capa escondendo as mãos nas algibeiras das calças, pescoço encolhido e cabeça pendente para o chão.” Apesar de possuírem algumas características psicológicas opostas, ambos se assemelhavam nos traços físicos, “ambos de estatura pequena, ambos de cabeleira, ambos de cara rapada, ambos de compleição fraca.”<sup>38</sup>

João Evangelista de Campos Lima (1877-1956) era natural da cidade do Porto, matriculou-se na Faculdade de Direito em outubro de 1902.<sup>39</sup> Porém, antes de fazer parte do corpo discente da Universidade, seu nome já aparecia associado entre os tipos “futrica” que circulavam por Coimbra, despertando de antemão a curiosidade receosa da

---

<sup>37</sup> Discurso no sarau de receção dos calouros, realizado no teatro em 4 de novembro de 1905. LIMA, Campos. *A questão da Universidade... op. cit.*, p. 60-74.

<sup>38</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista... op. cit...*

<sup>39</sup> Alunos matriculados: Primeiro ano. *Anuario da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1905-1906*. Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCCV.

comunidade académica, sobretudo, dos lentes. De acordo com o anarquista, em 28 de junho de 1901, “assistira à manifestação contra o bispo do Porto na *sala dos Capelos* e tomará parte nela.”<sup>40</sup>

Antes de iniciar os seus estudos na Universidade, Campos Lima circulava pela cidade universitária estreitando contactos, não somente com académicos e literatos, mas com trabalhadores e excluídos, vivenciando de perto as atenuadas condições de vida que enfrentavam, alimentando em seu espírito as concepções libertárias que, muito cedo defendeu publicamente. Como propagandista do ideal anarquista, fundou e foi diretor de inúmeros jornais e revistas que circularam no país nos princípios do século XX. Criou a editora *Spartacus*, onde publicava obras de grande impacto social, político e literário, como *A história do Movimento Marknovista* de Pedro Archinoff. De sua autoria, saiu pela mesma editora *A Revolução em Portugal*, o episódio dramático *A ceia dos pobres: contrastes à “ceia dos cardiais”*, que foi encenado em Coimbra no Teatro Príncipe Real em 1906, *A teoria libertária ou o Anarquismo* (conferência realizada na Universidade Popular Portuguesa), *O Amor e a Vida*. No ensino, atuou ainda como professor em escolas industriais e no ensino liceal. Como jornalista, colaborou em *O Século*, *O Mundo*, *A Batalha*, *Pátria* e *Diário de Notícias*. Fundou a revista *Cultura* e foi diretor dos diários *Boa Nova* e *Imprensa de Lisboa*.<sup>41</sup>

Em oito de abril de 1906, na Estação Nova de Coimbra, o quartanista Campos Lima embarcava com um grupo de estudantes portugueses num comboio com destino à Paris. A excursão planejada três meses antes representava, para alguns alunos o encanto de “os colocar a uma respeitável distância dos lentes, das cátedras, das borlas e dos capelos”, registava Campos Lima.<sup>42</sup> À medida que o comboio avançava em direção aos caminhos de ferro espanhóis, a nova paisagem tomava conta do imaginário dos jovens, afastando a imagem da vida coimbrã. As “luzes” da capital francesa e a convivência no meio revolucionário francês despertariam nos espíritos mais revolucionários uma “visão luminosa”.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> LIMA, Campos. *A questão da Universidade: ... op. cit...* p. 12.

<sup>41</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária em Portugal 1939-1974*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1982, p.168-169. Sobre a trajetória de Campos Lima ver também VIEIRA, Alexandre. *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor, 1959. FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória Urbana – Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

<sup>42</sup> LIMA, Campos. *Os meus dez dias em Paris*. Coimbra: Typ. Democrática-Editora, 1906.

<sup>43</sup> *Idem*

No tempo que ficou em Paris, Campos Lima aproveitou para visitar algumas personalidades ligadas ao movimento libertário francês. Sua primeira parada foi à porta do escritor francês Anatole France, que em 1894 havia colaborado na defesa dos réus do caso Dreyfus. Ao deixar a casa do escritor, os estudantes portugueses depararam-se com um exemplar de Theófilo Braga na secretária do escritor, deixada quase por acaso ao alcance dos visitantes.<sup>44</sup>

Após o encontro com distinto literato, Campos Lima segue sua peregrinação por Paris até encontrar o número 4 da *Rue Broca*, onde ficava a redação dos *Les Temps Nouveaux*, semanário anarquista editado por Jean Grave.<sup>45</sup> Na estreita entrada do edifício, um senhor com vestes de operário, com ar reservado e esboçando alguma desconfiança daqueles jovens, que batiam à porta da sua oficina, principalmente de Campos Lima, com seu traje fradresco e de capa ao ombro, que certamente não lhe inspiravam muita confiança. Somente, quando o estudante português tirou do bolso uma correspondência trocada meses antes com assinatura do diretor do semanário anarquista, descobre-se que aquele operário era na verdade o próprio Jean Grave e aquele indivíduo com ar de padre era um companheiro de ideias. Assuntos como, aspetos da propaganda libertária, Teatro Livre, antimilitarismo e do caráter do 1º de maio, fizeram parte da pauta da reunião improvisada em volta da oficina e materiais de propaganda anarquista. Após uma rápida conversa com o militante francês, o estudante português visita a redação de *Le Libertaire*, jornal fundado em 1895 por Sebastián Faure, que circulou com interrupções até o final da década de 1950.<sup>46</sup> No interior da reda  o passou algumas horas na companhia do militante Louis Matha. Entre os panfletos revolucionários e ilustra  es de propaganda, um retrato conhecido despertou a aten  o de Campos Lima. Novamente uma imagem conhecida o paralisava por alguns instantes, era um retrato de Theófilo Braga.<sup>47</sup>

Ao sul de Paris, em Montrouge, encontra-se com o anarquista francês Charles Malato, que lhe concede uma rápida entrevista. Naquela ocasião Malato e Emile Jauvion estavam envolvidos na organiza  o das celebra  es do 1º de maio daquele ano. O

---

<sup>44</sup> *Idem*

<sup>45</sup> O jornal fundado por Jean Grave em 1895, após o encerramento de *La R  volte*. Segundo George Woodcock, *Les Temps Nouveaux*, “não era simplesmente um substituto do *La R  volte*, uma vez que tomava uma nova orienta  o ao apoiar desde o início a tendência do anarcossindicalismo que se ia desenvolvendo.” WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 2. Porto Alegre, L&PM, 2006, p. 92.

<sup>46</sup> WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 2. Porto Alegre, L&PM, 2006, p. 92.

<sup>47</sup> LIMA, Campos. *Os meus dez... op. cit...*

encontro foi planejado antes da viagem, em decorrência da influência que o livro *Philosophie de l'Anarchie*, de Charles Malato, exerceu sobre o espírito do jovem estudante de Coimbra, que passou de um “revoltado instintivo” ao “libertário que desde então eu procurei ser.”<sup>48</sup> A troca de opiniões estende-se a outros militantes que ali estavam presentes. Além de Malato e Emile Jauvion, o italiano de nome Levezam, contribuía nas trocas de experiências naquele convívio transnacional. Enquanto os colegas portugueses, “graves e corretos nas suas capas e batinas escovadas, eram recebidos pelo sr. Falliers” (presidente da França), Campos Lima seguia em direção à Montparnasse, com destino à comuna libertária *La Ruche*, nos arredores de Rambouillet. Lá foi recebido pelo seu fundador, Sebastián Faure, que guiou o estudante na excursão pela herdade. Nas suas impressões sobre a experiência, evidencia-se o seu entusiasmo pelo projeto pedagógico desenvolvido em *La Ruche*, considerando ser aquele empreendimento a “verdadeira escola” e um modelo para outras na  es.

Na aula não há lugares marcados. As crianças sentam-se onde lhes parece, sem distin  o de sexos nem preferências. Cada aula dura no máximo uma hora, e as crianças t  em liberdade de a deixar logo que queiram. Em vez de li  es marcadas e impostas, as crianças estudam voluntariamente quanto querem e quando querem. Tem este sistema dado os melhores resultados; todas as crianças procuram merecer a estima com que são tratadas, aplicando-se ao estudo, e, ao passo que o v  o fazendo voluntariamente, o desenvolvimento da sua energia individual opera-se mais de pronto.<sup>49</sup>

Após o seu regresso a Portugal, o jovem estudante “tentou em colabora  o com Tomás da Fonseca, Lopes de Oliveira e outros, fundar uma Escola Livre Integral.”<sup>50</sup> Em correspondência a Neno Vasco, em finais de 1907, Campos Lima compartilhava com o companheiro de ideias o andamento do seu projeto pedagógico e as propostas para angariar fundos para a sua escola. Na carta, o anarquista mencionava sobre a pretendida visita de Francisco Ferrer a Portugal: “sabes que o nosso Francisco Ferrer em carta que dele recebi de Paris, confirmada por outra de Barcelona, promete-me vir a Portugal, acedendo assim ao convite que eu lhe fiz.”<sup>51</sup>

Em Coimbra, numa noite de outono de 1906, sob a lua e um candeeiro por testemunha, que iluminavam a conversa entre Campos Lima e Tomaz da Fonseca, os dois

---

<sup>48</sup> *Idem*

<sup>49</sup> LIMA, Campos. *Os meus dez... op. cit.*, p. 91.

<sup>50</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposi  o libertária... op. cit...* p. 168.

<sup>51</sup> Correspondências de Campos Lima    Neno Vasco – 1907-1910. Arquivo Histórico Social, Biblioteca Nacional de Portugal. BNP/ESP/N-61/ Cx58.

“conversavam animadamente”, enquanto caminhavam pelas ruas da cidade. Um “mais pequeno, aquele que fala e gesticula mais, traz o cabelo ao vento, usa cara rapada e do ombro pende-lhe uma capa”, o outro de “estatura média, 30 anos, barba toda, tem o aspecto de um labroste que chegasse da província com uma manada de carneiros ou um carro de carvão, que vendeu logo”. Tomaz da Fonseca, com ar de camponês, ouvia “arrebatado, manifestando o seu prazer e o seu entusiasmo” pela fala do jovem académico, que narra sua experiência e simpatia pela comuna libertária, de Sebastián Faure:

O primeiro fala de Paris. Narra coisas de França.

Fora a Rambouillet e vira a *Ruche*, em Paris.

— Ah! a grande França, como aquilo lá é!... Mas ouve: quando chegamos a Rambouillet, perguntamos logo pelo Faure.

— Mr. Sebastián? Inquire um popular.

— Sim. Sebastián Faure, o fundador da *Ruche*.

Indicou-nos o caminho e lá fomos...

Calcula lá o que é a *Ruche*? A *Ruche* é uma maravilha. A *Ruche* é um deslumbramento. Tudo nela é humano e belo. Até o nome: *Ruche*. Aquilo com efeito é uma colmeia enorme, onde um enxame de cândidas abelhas zumbe de continuo em volta do grande libertário, que as vai amando e amestrando para que elas em breve fabriquem o mel da liberdade que os homens d’amanhã hão de saborear arrebatados.

É constituída apenas por crianças menores de 12 anos, educadas conscientemente num grande espírito de liberdade e no princípio da associação, adquirindo hábitos próprios e estabelecendo entre si relações mais apertadas e uma grande afinidades de gostos, de aptidões, de necessidades, identificando-se numa grande família.

Ali não há prémios nem castigos. Tudo é todos, cada um procede como entende, sem coação nem medo, livremente, confiadamente.

Há em tudo a mais ampla liberdade d’ação.<sup>52</sup>

Campos Lima, vendo que o seu entusiasmo por Sebastián Faure e a *La Ruche*, tinham “descido à alma do provinciano”, logo lançou sobre o seu atento ouvinte o desejo de fundar em Portugal um modelo de educação inspirado na comuna francesa.

— Pois bem, visto que a *Ruche* te toca o coração, vamos fundar em Portugal a *Nova Ruche*.

O camponês falou então. Disse o seu sonho, contou o seu poema d'amor, seu ideal de liberdade e redenção humana.

— Sim, fundar-se ia a nova *Ruche*. Escolher-se-ia algures um canto de terra fértil e eles próprios lá iriam cavar semear e instruir e amar e libertar.

Fundar-se-ia, ou melhor, cavar-se-ia na rocha impenetrável da nação essa fonte de limpidez suave, a cuja linfa irão beber e saciar-se aqueles a quem a vida negar a sua mesa, o seu pão, sem pátria e sem família.

---

<sup>52</sup> *Resistência*, Coimbra, 27 de janeiro de 1907, nº1177, ano 12º, p. 2.

E lutando e clamando e convencendo, indicariam ao povo o grande veio profundo e inesgotável, onde ele em breve encontrará o seu amor, o seu pão e sua liberdade: a escola livre. (...)

— Chamar-se-á “Escola Livre de Ensino Integral”

— Sim, Escola Livre.

— Mas fica assente, não é verdade?

— Com toda a solidez da nossa fé e do nosso entusiasmo...

— Para que um dia a gente possa ver ainda o povo livre e consciente...

— Levando-o á verdade, para que ele cumpra os seus deveres e exerça os seus direitos e nos expulsa a pontapés, se alguma vez formos também bandalhos como esses que por ai estão comendo o pão e bebendo O sangue do povo obscuro e miserável.

E os dois sonhadores notívagos, trocando um longo abraço afetuoso, despediram-se até breve. E o provinciano, tirando o seu relógio murmurou ainda:

— São duas horas da manhã- Volta aos teus Palácios Confusos que eu sigo ainda para Celas.<sup>53</sup>

De facto, após a conversa animada pelas ruas de Coimbra, a ideia de fundar um projeto pedagógico moderno e livre, parecia estar próxima de concretizar-se. Por meio de nota em a *Resistência* dava-se a saber que um grupo, denominado Escola Livre, surgia na cidade universitária com o objetivo de implantar um projeto de “educação integral segundo os processos modernos”.<sup>54</sup> Na escola livre de Campos Lima, além da escolha do local para instalação do espaço instrutivo, outros elementos eram inspirados na comuna francesa *La Ruche*, como a metodologia de ensino integral, gratuita e livre.<sup>55</sup>

Neste período, Campos Lima vivia nos Palácio Confusos com o brasileiro António Luís Gomes da Silva, quintanista da Faculdade de Direito e uma das personalidades de maior destaque daquela geração. Além da casa e da sebenta, os dois condiscípulos compartilhavam as mesmas ideias e espaços de convívio.

Após contacto com Campos Lima, nos atos de inauguração do ano lectivo de 1905-1906, António Pinto Quartim conheceu também António Gomes da Silva. Devido às dificuldades de acesso a documentos e informações mais detalhadas sobre a trajetória de vida de Gomes da Silva nos dois lados Atlântico e, sobretudo, devido aos objetivos propostos neste trabalho, optou-se por esquadrihar os principais espaços onde viveu, com o objetivo de identificar possíveis permanências e influências do lugar na formação do seu espírito. E ainda para perceber a sua relação com região de fronteira no extremo

---

<sup>53</sup> *Idem*

<sup>54</sup> *Resistência*, Coimbra, 21 de outubro de 1906, nº 1151, ano 12º. p.1.

<sup>55</sup> *Idem*

Sul da América, onde viveu até os 17 anos de idade, aos espaços de convívio literário e reuniões políticas em Coimbra.

António Gomes da Silva nasceu em 15 de agosto de 1883 em Jaguarão, cidade do Estado do Rio Grande do Sul. João Batista Marçal, em sua obra de referência para o estudo do anarquismo no Rio Grande do Sul, assinala que Gomes da Silva faleceu em Portugal no ano de 1969.<sup>56</sup> Porém, Luís da Câmara Reys, na ocasião da morte de António Luís Gomes (tio de António Gomes da Silva) em 1961, lembrando nas páginas da revista *Seara Nova* os tempos de convívio com o distinto jaguarenses na “república” em Coimbra, apontava que em 1910 Gomes da Silva já havia regressado ao Rio Grande do Sul, “onde, naquela vida sertaneja de coronéis de município e de jagunços, morreria ingloriosamente, assassinado numa eleição turbulenta.”<sup>57</sup> No entanto, não encontramos informações mais precisas sobre o desfecho da sua trajetória no Brasil ou em Portugal, somente uma nota no jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano publicado em Porto Alegre, em setembro de 1919, do pagamento de sinistros da companhia nacional de seguros de vida, ao segurado “dr. António Luiz Gomes da Silva, de Pelotas.”<sup>58</sup> De facto, como observou João Bastita Marçal, Gomes da Silva logo após a sua formatura na Universidade de Coimbra em meados de 1906, regressou ao Rio Grande do Sul e estabeleceu-se na cidade de Pelotas, onde destacou-se como jornalista, panfletário, poeta, advogado e promotor, cargo público que ocupou até 1913.<sup>59</sup>

Após deixar o cargo no ministério público, António Gomes da Silva dedicou-se à advocacia e à militância política na Liga Operária de Pelotas, dando novo alento ao movimento operário da cidade, como a iniciativa de fundar o Centro de Estudos Sociais naquela região. Segundo João Marçal, o anarquista desenvolveu intensa atividade de propaganda e educação libertária. Em suas conferências, Gomes da Silva “falava do direito de greve, trabalho, exploração capitalista e embotamento mental imposto ao povo pelo clero.” Anticlerical confesso, entre 1913 a 1915 envolveu-se numa calorosa troca de opiniões com o bispo Francisco de Campos Barreto, da diocese de Pelotas, pelas páginas

---

<sup>56</sup> MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 163-171.

<sup>57</sup> REYS, Câmara. Doutor António Luís Gomes. *Seara Nova*. Lisboa, ano XL, n.º 1991-92, p. 204.

<sup>58</sup> A Sul América. Companhia nacional de seguro de vida. *A Federação*, Porto Alegre, 23 de setembro de 1919, ano XXXVI, n.º 224, p.5. Disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/42158>

<sup>59</sup> MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas... op. cit...* p. 163-171.

do diário *A Opinião Pública*. A polémica com o clérigo resultou no poema satírico *A Tentação do Bispo*, talento que Gomes da Silva possuía desde os tempos de Coimbra.<sup>60</sup>

Se, por um lado, há incertezas sobre o final da sua trajetória, por outro, através do testemunho do antigo colega dos tempos de universidade, Luís da Câmara Reys, sabemos que António Gomes da Silva de facto viveu os efeitos de um “homem de fronteira”. Identidade que possivelmente marcou a sua vida política e pessoal, naquela região de “vida sertaneja de coronéis de município e de jagunços” no extremo Sul da América.

A cidade de Jaguarão foi marcada, ao longo do processo de colonização e consolidação das suas fronteiras com o vizinho de fala castelhana, por intensas trocas e contactos entre militares, negociantes, comerciantes e contrabandistas de gados, escravos, pequenos proprietários de estâncias, que cruzavam os limites territoriais, entre Brasil e as Províncias do Prata, desde os tempos coloniais, para construírem suas relações sociais, de parentesco e económicas. Conhecida inicialmente pelos nomes de “Guarda da Lagoa Cerrito e Divino Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão”<sup>61</sup>, para além de uma linha divisória que delimitava os limites nacionais e que isolava as populações, o espaço de fronteira, ao contrário do que possa sugerir, era uma região permeada por trocas e pela circulação de pessoas, mercadorias e ideias.

Devido aos interesses do governo Imperial na região, em junho de 1832 a província do Espírito Santo do Cerrito no Jaguarão foi elevada à condição de Vila, por meio de decreto regencial. Segundo os termos do decreto, os limites político-administrativos do novo município compreendiam as regiões do distritos de “S. João do Herval, Arroio Grande, Lagoa Mirim, continuando pelo Norte com o Rio Piratini, pelo Sul com a Lagoa Mirim, pelo Leste com o Rio de S. Gonçalo até a Barra de Piratini, e pelo Oeste com o Rio de Jaguarão até a foz do Candiota,” e subindo pelo “rio Candiota até as Pedras Altas, e pontas do Piratini.”<sup>62</sup> Correspondendo, portanto, a uma extensa área que cobre atualmente divisas com a cidade de Pelotas, ao norte, até à fronteira com Uruguai, ao sul e da Lagoa Mirim, ao leste, até às divisas do município de Bagé, ao oeste. Em novembro de 1855, a vila de Jaguarão era elevada ao estatuto de cidade, com esta medida, iniciava também as políticas governamentais de atração e distribuição maciça de

---

<sup>60</sup> *Idem*

<sup>61</sup> Fundação de Economia e Estatística. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS 1803 – 1950*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 18.

<sup>62</sup> Auto de instalação da Câmara Municipal da Nova Villa do Espírito Santo do Serrito, no Jaguarão. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande do Sul, 10 de junho de 1833, nº 142, p. 2-3.

imigrantes, com o objetivo de reforçar o comércio e a indústria, setores em crescimento naquela região. Nos finais do século XIX, a cidade de Jaguarão possuía um total de 10 984 habitantes, divididos em 5 652 homens e 5 332 mulheres, segundo o censo de 1890.<sup>63</sup>

António Gomes da Silva, era filho de imigrantes portugueses estabelecidos em Jaguarão e Pelotas. Seu pai, Manoel Gomes da Silva foi um importante industrial e comerciante do setor coureiro-calçadista, atividades que desempenhou na companhia de António Luís Gomes, futuro Ministro do Fomento no Governo Provisório da Primeira República Portuguesa, embaixador de Portugal no Brasil e reitor da Universidade de Coimbra. O curtume Gomes Silva & cia., iniciou suas atividades em Pelotas nos finais da década de 1860. Com o lucro dos produtos comercializados e acompanhando o desenvolvimento do setor, a indústria da família Gomes e Silva modernizou suas instalações em 1895. O negócio foi responsável por parte do beneficiamento do couro e comércio de produtos no Sul do país. Em novembro de 1895, a junta comercial de Pelotas registava em seu arquivo um contrato social em nome do pai de António Gomes da Silva e do seu tio António Luís Gomes.<sup>64</sup>

Em princípios do século XX, a produção anual da fábrica correspondia á “12.000 meios de sola de sapateiro, 4.000 meios de sola de correeiro, 2.500 couros envernizados, 120.000 pés de cromo e 10.000 couros diversos.” A partir da sua modernização nos finais do século XIX, a indústria foi aparelhada com um maquinário a vapor, possuindo em seus quadros aproximadamente 80 funcionários, com um facturamento anual, nos primeiros anos dos novecentos, em torno de 400:000\$000 réis.<sup>65</sup>

A família Gomes e Silva, antes de iniciar a industrialização do couro em Pelotas e a modernização da sua produção nos finais dos Oitocentos, certamente possuía estâncias ou negociava gado na região. O beneficiamento do couro no Rio Grande do Sul foi surgindo junto às charqueadas e as estâncias, em resposta à abundância de matéria-prima disponível naquela região e, por outro lado, em decorrência da proibição do tráfico de escravos. Elementos que caracterizaram o espaço onde Gomes da Silva viveu os seus primeiros anos de vida.

O setor coureiro-calçadista, constituído pelos “curtumes; as indústrias de calçados; as indústrias de pastas, carteiras, malas e artigos para viagem; e as selarias e

---

<sup>63</sup> Fundação de Economia e Estatística. *De província de São Pedro... op. cit...* p. 94.

<sup>64</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 3 de dezembro de 1895, ano XII, n.º 283.

<sup>65</sup> LLOYD, Reginald (org.). *Impressões do Brazil no seculo vinte: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain, 1913.

correarias”, desempenhava um significativo papel para os números da economia do Rio Grande Sul.<sup>66</sup> Segundo Eugénio Lagemann, em seu estudo sobre a história do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, o beneficiamento do couro correspondia para o Estado à 7,75% do Valor do Bruto de Produção, nos primeiros anos do século XX. Números que movimentavam renda e trabalho na região, contribuindo para a formação das esferas socioeconómica e política de Jaguarão e Pelotas.<sup>67</sup>

As estâncias e, sobretudo, a localização geográfica da cidade de Pelotas e Jaguarão, localidades onde a família de António Gomes da Silva construiu suas relações políticas, de comércio e de parentesco, possibilitaram a formação de um ambiente muito particular em comparação à outras regiões do país. A construção identitária dos indivíduos que habitavam estes espaços acompanhou o desenvolvimento do setor agrário, embalado pelo fluxo de mercadorias e pessoas que circulavam e cruzavam, não somente o território nacional, mas, principalmente a sua fronteira meridional. Neste sentido, para as populações desta região, a fronteira não representava um limite, uma barreira, mas um espaço que os colocavam em contato com o “outro”. Para alguns indivíduos cruzar os limites podia significar as “demarcações entre a escravidão e a liberdade.”<sup>68</sup> Ou seja, a condição de “homem de fronteira”, apesar do emprego do termo incorrer no risco de uma categorização homogénea, sujeitavam os habitantes daqueles espaços às noções e formas de “manejar a fronteira”, na expressão de Mariana Flores e Luís Farinatti. Escravos, libertos, rebeldes, negociantes, contrabandistas, militares, proprietários de gado e comerciantes cruzavam a fronteira meridional do Brasil para construir suas vivências, produzindo assim “significados e estratégias para viver com/na fronteira.”<sup>69</sup>

Ao longo do processo de colonização e consolidação dos interesses das Metrôpoles no extremo Sul da América e, depois, a formação das Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e das Províncias do Rio da Prada, uma intensa rede de contactos e

---

<sup>66</sup> LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na História do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 1986, p. 69.

<sup>67</sup> *Idem*

<sup>68</sup> Para um cativo do Rio Grande do Sul cruzar a fronteira em direção ao Estado Oriental do Uruguai representar uma oportunidade de liberdade. Quando recapturados ou regressavam para lado do Império Brasileiro, tentavam manter-se livre com base no “princípio de solo livre”. A escravidão havia sido abolida em 1842 no lado uruguaio. GRIENBERG, Keila. (org.). *As fronteiras: da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

<sup>69</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamento para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In HEINZ, Flavio M. (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-177.

trocas foi se estabelecendo entre os dois lados da fronteira, superando as diferenças étnicas, raciais e culturais, e muitas vezes as próprias determinações do governo centralizador. Segundo considerou Luís Farinatti, em sua investigação sobre as dinâmicas da elite agrária na fronteira com o Uruguai e Argentina, a formação do espaço de fronteira nos limites meridionais, ao mesmo tempo que canalizou os interesses da metrópole portuguesa e do governo imperial para a região, “integrou, também, um espaço de características comuns com a província de Buenos Aires, a Banda Oriental (atual Uruguai) e as províncias do ‘litoral’ argentino (Corrientes, Entre Rios e Santa Fé).”<sup>70</sup>

Em um caso ilustrativo da noção de espaço permeável, de uma zona de contacto e trocas do que propriamente um limite intransponível, são os resultados da circulação do coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe da fronteira do Império Brasileiro em Jaguarão e líder na Revolução Farroupilha (1835-1845), no Estado Oriental do Uruguai. De acordo com Cesar Guazzelli, a presença do líder farroupilha na década de 1830 na região de fronteira, “permitiu-lhe o convívio com as propostas federalistas que circulavam amplamente pelo Prata. A luta armada de Artigas sempre tivera tintas muito fortes em relação às autonomias provinciais – contra os anseios unitários de Buenos Aires.”<sup>71</sup> Apesar do carácter eminentemente nacional da insurreição armada deflagrada em setembro de 1835, as trocas de experiências entre os insurrecionais brasileiros com militares e populações da banda oriental são indispensáveis para compreender o carácter do movimento que proclamou a independência do Rio Grande do Sul, face ao governo Imperial. Em harmonia com os interesses regionais, elemento determinante para as condições que desencadearam a revolta, bem como as ressonâncias republicanas no lado da fronteira brasileira, em 20 de setembro de 1836 a câmara de Jaguarão aderiu ao movimento insurrecional dos “Farrapos”, revestindo Bento Gonçalves com poderes para tomar as rédeas do governo do Rio Grande do Sul, “com o título de Chefe e protector da república e liberdade rio-grandense.”<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1867)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, (Tese Doutorado), p. 80.

<sup>71</sup> GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões provinciais no Rio da Prata. In GRIJÓ, Luiz Alberto; (et al.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 91-119.

<sup>72</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1896*. Oitavo ano. Rio Grande: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1896, p. 4.

Além dos interesses regionais, como as relações comerciais, familiares e de compadrio, que embalavam os fluxos de pessoas e mercadorias através da fronteira meridional com o Uruguai e Argentina, os sentimentos de pertencimento e solidariedade também agitavam a circulação de ideias e impressos. Jornais e escritos em diferentes línguas cruzavam os limites nacionais. Em 1898, o periódico rio-grandino *Echo Operário* reforçava o livre trânsito entre as fronteiras Platinas e o Brasil: “(...) recebemos (de José Ingeniero, de Buenos Aires) um pacote com os seguintes jornais que muito agradecemos: *Le Paris Ovrier*, *Le Jura Socialiste*, *La Lucha de Classes*, *La Antorcha Valentina*, *Avanti!*, *La Lyra Chilena*.”<sup>73</sup> A circulação de impressos políticos no extremo sul do continente Americano, sobretudo, revela que a entrada destes escritos, não ocorria exclusivamente através do eixo Rio/São Paulo ou do porto do Rio Grande do Sul, ou ainda diretamente dos portos europeus para o Brasil. Ou seja, as características ideológicas e práticas que o anarquismo atingiu na região sul do Atlântico, e conseqüentemente em âmbito internacional, após o retorno destes imigrantes à terra natal, também foram forjadas nas regiões “periféricas” do globo, onde eram (re)significadas pelos diferentes grupos sociais que ali habitavam.

De origem burguesa, Gomes da Silva serviu-se do auxílio financeiro da família para atravessar o Atlântico para estudar direito na tradicional instituição de ensino, caminho trilhado por boa parte dos filhos da elite da colônia portuguesa nascidos no Brasil.<sup>74</sup> Em 15 de outubro de 1900 Gomes da Silva assinava o livro de matrícula da Universidade de Coimbra, “tendo-se mostrado habilitado com os documentos legais.”<sup>75</sup>

Nos anos que esteve matriculado na Universidade de Coimbra (1900-1906), os pais de António Gomes da Silva “estavam no Rio Grande do Sul e, durante a sua formatura, ele viveu em casa do tio materno,” António Luís Gomes, “em Oliveira de

---

<sup>73</sup> *Echo Operário*, 20 março de 1898. p. 4, *apud* PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In GRIJÓ, Luiz Alberto; (et al.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 237.

<sup>74</sup> No início do século XX, além de 16 anos completos e da certidão de aprovação nos cursos preparatórios de língua portuguesa, língua francesa, geografia, matemática elementar, história, latim, física, filosofia elementar e curso completo de desenho, para frequentar a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a família do aluno deveria deixar anualmente no cofre da instituição um total de 20\$760 réis, referente a propina e a matrícula. E ainda o comprovativo da compra, na Imprensa da Universidades, dos livros destinados para o primeiro ano lectivo. *Anuario da Universidade de Coimbra: ano lectivo 1900-19001*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901, p. 53-54.

<sup>75</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra. Livro de Matrículas 125, p.70, *matrícula n.º 247. Livro 1.º ano de direito – 1900/1901*.

Azeméis, onde passava as férias. Falava-nos dele, com infinito respeito e ternura, e do convívio com os primos, então muito novos, António e Rui”, relembra Câmara Reys.<sup>76</sup>

Em Coimbra o brasileiro destacou-se entre a sua geração. Nos anos finais do curso de direito recebeu, do conselho académico da Faculdade de Direito, distinções e honras de *accessite* nos exames realizados na cátedra. No ato da sua formatura, obteve aprovação com mérito literário com quatorze valores, em junho de 1906.<sup>77</sup>

Além das distinções pelo conselho académico da Universidade, ficou conhecido na cidade universitária pelas suas obras literárias, que coloriram a paisagem conimbricense do início do século XX. Além de escritor, Gomes da Silva “foi grande animador” das celebrações académicas, com destaque para as festas do “Enterro do Grau”. Em 1904 escreveu as engraçadas peças *Roteiro de Coimbra e Ai! adeus acabaram-se os dias*, que foram recitadas pelo estudante Alberto Costa, mais conhecido em Coimbra pela acunha de *Pad Zé*.<sup>78</sup>

Para as “Festas do Enterro do Grau” de 1905, Gomes da Silva compôs e atuou a farsa em verso *Auto do Grau*. O ato foi representado em maio daquele ano por “Justino Cruz, como o Grau; Luiz Carlos, como a Sebenta, sua esposa; Gomes da Silva, como o espectro de D. João I; António Mexia, como Manuel das Barbas e Augusto Moreira, como Abel, enviado d’el-rei.”<sup>79</sup> A cena passava-se no Vale de Coselhas em princípios do século XX, nela cada personagem representava uma imagem comum daquela época, representando as transformações e continuidades do método de ensino apregoado na cátedra da Universidade. Seu enredo é um retrato simbólico do espírito da academia, que António Pinto Quartim conviveria e tomaria parte, a partir de 1905. Na cena de despedida, entre a “sebenta” e o “grau”, Gomes da Silva ao descrever a imagem caricaturesca da sebenta, ilustrava o espírito que tomava aquela geração.

---

<sup>76</sup> REYS, Câmara. Doutor António Luís Gomes. *Seara Nova*. Lisboa, ano XL, n.º 1391-92, p. 204.

<sup>77</sup> Segundo consta no livro de actos da Universidade de Coimbra, nos exames das disciplinas do quarto ano de direito, realizados em 17 de junho de 1905, o júri composto pelos lentes dr. José Joaquim, dr. José Pereira e dr. José Alberto dos Reis, “fazendo-se tudo na fórmula dos Estatutos, distribuídos e regulados os votos sobre o seu merecimento,” aprovaram por *nemini discrepante* o estudante António Gomes da Silva. Arquivo da Universidade de Coimbra. Livro de actos. Direito IV e V anno – actos, p.89.

<sup>78</sup> Acervo Hemeroteca do Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira, Portugal. PP 129/A. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascido no Brasil. Rua Larga: revista de antigos estudantes de Coimbra, n.º 54*. Coimbra: Tipografia Comercial, 1961.

<sup>79</sup> SILVA, António Gomes. *Auto Grau*. Farsa em verso. Coimbra: Edição da comissão executiva das “Festas do enterro do Grau”, 1905.

(...) *Sebenta*  
Levas tudo o que precisas  
Tudo o que pode caber...  
*Grau*  
Meteste também camisas?  
*Sebenta*  
Ia-me lá esquecer!  
Não terás falta de nada.  
*Grau*  
Não és mulher – és um anjo!  
*Sebenta*  
Levas também marmelada  
E fascículos do Laranjo,  
Madeixas das minhas tranças,  
Prá que te lembres de mim,  
Mais o livro de Finanças  
Do velho doutro Jardim  
*Grau*  
Todo o saber tu resumes,  
És a mulher sem rival!  
Meteste os quatro volumes  
Da legislação fiscal?  
*Sebenta*  
Pudera, filho! Sem isso,  
Não há prazer verdadeiro.  
A embrulhar um chouriço  
Vai o livro do Carneiro,  
*Grau*  
E rapé?  
*Sebenta*  
Vais fornecido.  
*Grau*  
Xarope pro catarral?  
*Sebenta*  
Lá te puz também um vidro  
De Direito natural.  
*Abel*, cansado de esperar  
Vamos, amigos.  
*Grau*  
Pedão...  
Tende dó desta desgraça.  
*Abel*, imperioso  
Não posso ter compaixão.  
São ordens... e o tempo passa.  
*Grau*, abraçando a *Sebenta*  
Adeus, filhinha...  
*Sebenta*, soluçando  
Querido...  
Aqui fico nesta toca,  
Neste buraco perdido!  
*Grau*, todo terno  
Um abraço... uma beijoca.  
Não me esqueças, meu amor.  
*Sebenta*

Não sejas tu infiel... (...)<sup>80</sup>

Da sua autoria, constam também a peça premiada *Abril em Flor* e o episódio cômico *O Redemptor Thomé*, este último representado no sarau em prol da Associação Académica de Coimbra, em 14 de fevereiro de 1903. Em *O Redemptor Thomé* as personagens foram distribuídas entre os estudantes, *Pad Zé*, como José; Serrão de Faria, como Ramiro; Júlio Neves, como o sr. Telles e Pedro Miranda, como Thomé. A cena passava-se num “quarto de estudante na miséria – dois enxergões velhos onde José e Ramiro estão metidos – uma mesa de pinho muito usada – sobre a mesa papel, pena e tinta – uma cadeira quase partida.”<sup>81</sup> Certamente o ambiente retratado na peça de Gomes da Silva, foi inspirado no quadro das experiências do próprio estudante e de seus discípulos em Coimbra. Alberto Costa, em suas impressões sobre a época de estudante (1895-1904), relembra os momentos de infortúnio que dividiu ao lado de Gomes da Silva e Carlos Mendonça na rua da Matemática, “sem camas e restaurantes falhos ao crédito”, eternizando este momento com o título “a miséria na rua da matemática.” Numa tarde quando Alberto Costa e Carlos Mendonça repousavam sobre um “enxergão duro”, relembra Alberto Costa, na “evocação do almoço, que falhara e sem coragem para procurar o jantar, entra-nos pelo quarto o Gomes da Silva, muito pequenino, muito pálido, sempre triste e pensativo, todo rebuçado na capa, por mais que o sol queimasse.”<sup>82</sup> Alberto Costa descreveu sua relação com Gomes da Silva com as seguintes palavras:

Todos os grandes artistas da cena têm os seus autores escolhidos: Sarah Bernhardt, o sr. de Sardou; Coquelin, o fogoso Rostand; Eleonora Duse, o seu d’Annunzio, etc.; os meus autores cujas concepções criei, vivi e sofri á luz crua da ribalda, foram o Afonso, no Auto e em monólogos, mais tarde Gomes da Silva em farsas e vários monólogos também (...).<sup>83</sup>

Em março de 1903, num concurso literário promovido pelo *Dia*, ao qual concorreram 60 obras, o nome de Gomes da Silva aparecia entre os 12 autores que foram premiados, com a peça *Abril em Flor*. Naquela ocasião o estudante brasileiro já era afamado pelos seus talentos de escritor e pelas distinções da Faculdade de Direito. O órgão republicano *Resistência*, descrevia o estudante do 3.º ano de direito, como “autor

---

<sup>80</sup> *Idem*, p. 36-39.

<sup>81</sup> SILVA, António Gomes da. *O Redemptor Thomé*. Coimbra: Typ. Reis Leitão, 1903, p. 9.

<sup>82</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis: pensamentos, conceitos, anedotas, larachas, chalaças, agudezas, subtilezas, facécias, ditos de espírito, calemburgos e charadas*. 9ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora - A. M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (filhos), 1945, p. 135-145.

<sup>83</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit....* p. 99.

de alguns escritos teatrais e um dos rapazes de mais espírito da actual geração académica.”<sup>84</sup>

No campo da imprensa, de acordo com as memórias de Alberto Costa, Gomes da Silva colaborou, nesta época, ao lado de Alberto Costa, Carlos Mendonça, Aníbal Soares, Carlos Amaro, na *Revista do Civil*, publicação de carácter humorístico “que tanto nos divertira fabricando *blagues* e laracha brava em prosa e verso, pelos nossos quartos e pelas mesas dos cafés”.<sup>85</sup> Em finais de 1903, ao lado de Campos Lima e Lopes de Oliveira, fez circular também o periódico *A Verdade*. Segundo a *Resistência*, o colega antipolítico *A Verdade*, apresentava-se ao público “com o brilho e invulgar desassombro, incorporando-se na ala, sempre crescente, dos que lutam por um futuro bendito de emancipação e de amor. Largas prosperidades ao novo colega.”<sup>86</sup>

Entre 1905 e 1906 António Gomes da Silva e António Pinto Quartim, percorriam as tascas da cidade, em busca do alimento para o corpo e para a alma. As noites coimbrãs eram animadas pelas *troups* académicas, que como de costume, após as dez horas, abandonavam os livros e debandavam-se para à Baixa coimbrã. Depois de definirem o lugar, de acordo com Quartim, Gomes da Silva, assumindo atitude de pontífice literário, erguia-se “sobre um banco” e “improvisava excelentes discursos pregando abstinência ao vinho, horror ao jogo, outras vezes revolucionando os fregueses.” Proferido o discurso revolucionário, sempre principiado pelas vivas ao “povo livre”, misturavam-se ao público do estabelecimento e convenciam “os tasqueiros a dar-nos vinho e charutos. O Martins da Adega dos Frades e outros apreciavam-no muito.”<sup>87</sup>

Neste período, segundo Vicente Arnoso em a *Ilustração Portuguesa*, as tascas de Coimbra possuíam, além da decoração e do característico ambiente rústico, o “supremo traço comum – o da intelectualidade.” A tasca coimbrã “quando eleita por um grupo académico, aviventada por uma troupe, afamada por algum cabecilha da boémia – é um dos mais poderosos centros intelectuais. Tudo lá se discute, desde o amor a revolução, política, literatura e arte.” Para Vicente Arnoso, “as *tascas* eram por assim dizer o nosso *Instituto*. As *tascas!* *Forum*, comício, teatro, academia”, onde a cada dia compareciam para o julgamento “Hugo e Baudelaire, Guerra Junqueiro e João de Deus,

---

<sup>84</sup> *Resistência*, Coimbra, 26 de março de 1903, nº. 784, 9.º ano, p.2.

<sup>85</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit.*, p.178.

<sup>86</sup> *Resistência*, Coimbra, 22 de outubro de 1903, nº 844, 9.º ano, p. 1.

<sup>87</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

Balzac e Zola, Flaubert e Eça”.<sup>88</sup> As *tasca* constitui-se no quotidiano das comunidades académicas um lugar muitas vezes mais proveitoso que a própria Universidade, neste espaço, como veremos adiante, António Pinto Quartim conviveu com outras vozes e realidades distintas à sua, que forjaram em seu espírito os primeiros sentimentos libertários, que mais tarde floresceriam e dariam os seus frutos.

No início do ano lectivo de 1905-1906, Alfredo Pimenta, Campos Lima e Gomes da Silva misturavam as lições da sebenta com as discussões no Núcleo de Educação Anarquista de Coimbra e nos espaços comuns de convívio. Dos Palácios Confusos às tascas na Baixa, da *Porta Férrea* ao Largo da Sé Velha, do Largo de Sansão ao passeio notívago pelas ruas misteriosas de Coimbra, na companhia dos temas da aula anterior ou revolucionando os habitantes da cidade. Forjando entre as muralhas da tradicional Universidade, ideias, sentimentos e espaços de trocas, com sebenteiros, indivíduos com aproximações e afinidades ideológicas, políticas, literárias e culturais, em torno do núcleo libertário.

No intuito de agitar o movimento social em Portugal, através da propaganda das ideias libertárias na imprensa, em folhetos, conferências e sessões operárias, apareceu em 3 de fevereiro em Coimbra o semanário anarquista *A Éra Nova*, iniciativa dos estudantes Campos Lima e Alfredo Pimenta. A folha libertária era vendida em Lisboa, Coimbra e Setúbal, circulando nos primeiros meses daquele ano então como órgão do Núcleo de Educação Anarquista (NEA). Estudantes, médicos, farmacêuticos, advogados, atores e um guarda-livros figuravam em torno do grupo anarquista, entre eles:

Alfredo Pimenta, terceiranista de direito; Angelo Vaz, médico; António Luiz Gomes da Silva, quintanista de direito; Araújo Pereira, actor, com curso do conservatório; Bento Faria, jornalista; Campos Lima, quartanista de direito; Eduardo de Almeida, advogado; Emílio Costa, estudante de engenharia; Ernesto Carneiro Franco, segundanista de direito; Gonçalves Preto, segundanista de direito; Joaquim José de Oliveira, quartanista de direito, Joaquim Pinto Ramos, guarda-livros; José Joaquim Ribeiro, farmacêutico; Lopes de Oliveira, bacharel em direito e professor do liceu; Manuel de Oliveira, médico; Pulido Valente, segundanista de medicina; Ronaldo Figueiredo, actor; Rosalina Ferreira, aluna da Academia de Belas Artes de Lisboa; Simões Coelho, actor, com o curso do conservatório.<sup>89</sup>

Com a publicação de *A Éra Nova*, os organizadores do NEA não pretendiam apresentar um programa muito específico. De modo geral o grupo pretendia se colocar a

---

<sup>88</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27 de janeiro de 1908, n.º 101, série II, p.123-128.

<sup>89</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 3 de fevereiro de 1906, ano I, n.º 1, p. 1.

parte do dogmatismo das doutrinas, “exigindo apenas a *idea* básica da não-autoridade; todas as cambiantes libertárias aqui têm entrada.” Encarando os princípios estruturantes do núcleo por um critério essencialmente de liberdade, os organizadores de *A Éra Nova*, lançavam-se na esfera política e pedagógica combatendo, além do ensino tradicional da Universidade de Coimbra, “os regimes sociais desde a monarquia ao pretendido anarquismo Tolstoiano. Aquela, por retrograda, despótica e anti-humana, este, por ilusório, perigoso e anti-social.”<sup>90</sup> Durante a existência do núcleo anarquista e do seu semanário, toda a correspondência era direcionada a Campos Lima, no número 8 dos Palácios Confusos.<sup>91</sup> Na administração do semanário anarquista, possivelmente na “república” instalada nos Palácios Confusos, encontravam-se a venda obras e opúsculos libertários que circulavam entre os estudantes daquele período. Obras como *A moral anarquista* de Piotr Kropotkine; *Nova crença, Da responsabilidade e A questão social* de Campos Lima; *Para a minha filha*, de Alfredo Pimenta e *A justiça e o homem*, de Lopes de Oliveira. Além de serem encontrados na afamada república, estes impressos estavam à disposição na casa de Elyseu da Silva, na rua Larga em Coimbra, nas proximidades da *Porta Férrea*.<sup>92</sup>

Nesta quadra Campos Lima dividia a “casita estreita” nos Palácios Confusos, onde editorava seu semanário anarquista, com seu inseparável companheiro de sebeta e de ideias, o brasileiro António Gomes da Silva. Anos antes os dois anarquistas bateram à porta da já movimentada e conhecida “república” nos Palácios, para pedirem asilo aos boémios Alberto da Costa (*Pad Zé*) e a Carlos Mendonça, o *Pai Mendonça*, como era conhecido pelo grupo.<sup>93</sup> Após a instalação dos novos moradores a casa “entrou em completa confusão e desordem,” nas palavras de Alberto Costa. A “república” localiza-

---

<sup>90</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 3 de fevereiro de 1906. Ano I, n.º 1, p. 1.

<sup>91</sup> *Idem*

<sup>92</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 10 de fevereiro de 1906. Ano, n.º 2, p. 4.

<sup>93</sup> Alberto António da Silva e Costa, o *Pad Zé*, era natural da Aldeia de Joanes, conselho do Fundão. Em outubro de 1895 matriculava-se na Faculdade de Direito, concluindo a formatura somente em julho de 1904, devido a sua expulsão por dois anos da Universidade, por uma questão particular travada com o lente Teixeira Bastos. Diante dos sabres da polícia de Coimbra, Alberto da Costa deixou a cidade universitária exilando-se por dois anos em São Tomé. Alberto da Costa era antigo discípulo da Companhia de Jesus, onde quase se fez padre, facto que lhe rendeu a alcunha de *Pad Zé*, “imposta em senatus-consulto da república, sob a primitiva forma de *Padre Zé*, em homenagem às minhas antigas afinidades místicas, à minha face rapada de clérigo e aos meus óculos faiscantes de excogitador de textos bíblicos.” *Pad Zé* era um dos estudantes mais populares de Coimbra, “conhecia toda a gente: - desde o garoto que tinha uma *certa volúpia* em engraxar-lhe as botas, até a mais gentil e esquiva costureirinha da alta.” COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...*

se nas proximidades com o Palácio dos Grilos, residência do dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, lente catedrático da faculdade de teologia e diretor da Real Capela. O “confuso palácio” como descreveu *Pad Zé*, era um lugar conhecido da população de Coimbra, de estudantes, boémios e credores, todos tinham livre acesso à casa.

A pequena república estudantil, já contava com intensa atividade literária e boémia quando Gomes da Silva e Campos Lima passaram a fazer parte dos ilustres moradores. *Pad Zé* instalou-se naquele endereço “com o inseparável *Pai* (Mendonça)”, em 1903, em busca de refúgio e paz para os ânimos com a esperança que naquele ano “havia de correr melhor”. Apesar das intenções dos dois quintanistas, de deixar no passado a imagem de cábula, a casa viveu momentos de “completa confusão e desordem”. A república desfrutava de uma particular popularidade na cidade, com seu livre acesso e convívios de toda ordem, a casa “nunca se cerrava, quer de dia quer de noite”, permanecendo aberta, mesmo na ausência dos célebres moradores.<sup>94</sup>

Antes de instalar-se no “confuso Palácio”, Gomes da Silva dividia um quarto no segundo andar na rua da Matemática com o popular *Pad Zé*, compondo com Carlos da Mendonça, que dormia no primeiro piso da casa, um autêntico *groom* com temperamento boémio, que como de costume quando anoitecia desciam “à Baixa, obtinham-se uns cobres, comia-se”.<sup>95</sup>

Em fevereiro de 1906 o NEA publicava sua primeira obra de propaganda e conscientização anarquista, *A Questão Social* de Campos Lima. Com uma tiragem de 3.000 exemplares pela Typographia Democrática, mesma oficina em que era impressa *Éra Nova*, o grupo dava início as propostas pedagógicas de “vulgarização das ideias libertárias em folhetos, conferências, sessões operárias”.<sup>96</sup> A obra era uma compilação do discurso proferido pelo anarquista na Liga das Artes Gráficas do Porto, em 22 de outubro de 1905. Agraciado pelo convite dos operários da sua cidade natal, o anarquista encontrou naquela ocasião uma oportunidade para manifestar publicamente as suas convicções ideológicas e contagiar os trabalhadores com as aspirações libertárias. Campos Lima pregou sobre o papel da organização dos trabalhadores em associações, não exclusivamente de classe. Para o libertário “uma associação operária deve ser, sobretudo uma obra de fraternização e solidariedade, não apenas da classe associada, mas de todas as classes operárias, e ter assim em vista principalmente o movimento revolucionário”,

---

<sup>94</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p. 169-189.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 153.

<sup>96</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 3 de fevereiro de 1906. Ano I, nº 1, p. 3.

por meio da greve geral, entendendo esta como uma espécie de “ensaio da futura revolução”. A associação operária, de acordo com o anarquista compreendia, deveria ter como principal finalidade “preparar a organização de greves como essas (a greve geral) e realizar ainda a educação revolucionária ministrando a instrução dos princípios da economia social. Foi nesta compreensão que eu tomei para tema da minha conferência – *A Questão Social*.”<sup>97</sup>

Entre as concepções filosóficas, que circulavam entre os estudantes de Coimbra no alvorecer do século XX, as noções como a greve geral, o associativismo, como meios de luta e resistência, marcavam as discussões daquela mocidade académica. Armando Marques Guedes, companheiro de turma de António Pinto Quartim, recordava que havia naquela geração académica “uma espécie de cultura que se respirava, que se bebia do ar.”<sup>98</sup> Nos espaços em torno da Universidades, os estudantes comunicavam e discutiam as suas impressões de leitura e os seus anseios. Ainda de acordo com Guedes, entre a mocidade, criou-se um tipo característico, o “intelectual, simpático à rapaziada, do estudante esperto, sagaz, estudando apenas o *quantum satis*, mas livrando-se das dificuldades maiores à custa de vivacidade intelectual e de facilidade de expressão.” Para o antigo estudante, no alvorecer do século XX, “lia-se tudo, menos a sebenta; poetava-se e declaravam-se frequentemente os versos de António Nobre, do Cesário, de Baudelaire e de Verlaine.”<sup>99</sup> Face aos métodos de ensino da Universidade, muitos estudantes entregavam-se a uma vida boémia nas noites coimbrã, dedicando-se quase que exclusivamente “aos estudos extraescolares, a adquirir conhecimento que reputava uteis” e que despertava o “interesse e prazer”.<sup>100</sup>

No quadro das relações cotidianas, embaladas pelos estudos das lições na sebenta ou pelos assuntos extracurriculares, António Pinto Quartim circulava com frequência pelas tascas e espaços de convívios em torno do Núcleo de Educação Anarquista. Lugares que eram demarcados por aquela geração revolucionária, movidos pela efervescência literária, cultural e política, da Baixa ao Largo da Sé Velha. Durante as frequências às aulas, Quartim vivia numa casa nas proximidades com os Palácios

---

<sup>97</sup> LIMA, Campos. *A questão social: conferência feita na Liga das Artes Gráficas, do Porto, em 22 de outubro de 1905*. Coimbra: N.E.A.- Typographia Democrática, 1906, p. 3-9.

<sup>98</sup> GUEDES, Armando Marques. *Páginas do meu diário*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1957, p. 51.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 51-52.

<sup>100</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

Confusos, no número 28 da rua Borges Carneiro, uma rua estreita e ingreme junto ao Lago da Sé Velha, dividindo a república com os colegas António de Sá Guimarães Júnior e Luís António Vieira de Magalhães e Vasconcellos, filho do Barão d'Alvaizere, ambos registados no anuário da Universidade, como alunos do primeiro ano de direito.<sup>101</sup>

Os espaços de convívio e os contactos, exerceram grandes influências em António Pinto Quartim, contribuindo para uma viragem nas concepções ideológicas que germinavam e floresciam no jovem académico, desde a época do liceu. Deste tempo, recordava as aulas inspiradoras na sua formação intelectual e política, como as lições dos professores “Borges Grainha e Sá de Oliveira que faziam interessantes conferências sobre filosofia e literatura”,<sup>102</sup> na privacidade da educação doméstica. No ambiente familiar, perto do olhar repressivo da mãe, o seu espírito era alimentado pelas filosofias modernas, que circulavam em Portugal. Entre os professores particulares que exerceram influências em seu pensamento, além de Borges Grainha e Sá de Oliveira, Quartim recordava as lições dos metres dr. Cândido de Figueiredo, José Bernardo Antunes de lemos e Antônio Manuel da Veiga, “o primeiro destes últimos que intermediava o latim com a exposição das suas ideias anti-religiosas que eu gostava de ouvir, e o segundo com o seu horror a monarquia e o seu amor a República.” Homem do seu tempo, António Pinto Quartim praticava o rito da leitura de jornais, “muito cedo lia *A Vanguarda* e *O Mundo*, sua linguagem independente e energia, o seu amor pelo povo, as suas aspirações de liberdade, exerciam sobre” o jovem de ideais republicanos uma “grande influência.”<sup>103</sup>

As primeiras noções anarquistas experimentadas e cultivadas por António Pinto Quartim, foram inspiradas nas obras do escritor russo Liev Tolstoi. Em suas memórias o libertário recordava que do escritor russo leu “as encantadoras e comoventes novelas *A adolescência*, *A Mocidade*, *A Infância*, *A Morte*, *a felicidade conjugal* e *os Casacos*.” Concepções, que a partir do contacto com o NEA, foram ganhando novos significados e nivelamentos:

A novela *Sebastopol* e seu livro de combate *A Guerra Russa-Japonesa* incutiu-me horror ao militarismo, horror que bem depressa se converteu em ódio implacável quando me deparei com a sublime *Psicologia do militar profissional*, de Augustin Hamon.

Tolstoi, o canto, Tolstoi, essa alma afectiva e abnegada teve a magia de com as suas obras, verdadeiras bíblias de amor, com as suas páginas de

---

<sup>101</sup> Índice geral de todo o pessoal universitário: estudantes. *Anuario da Universidade de Coimbra, ano lectivo de 1905-1906*. Coimbra: Imprensa da Universidade, MDCCCCV, p. 243.

<sup>102</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

<sup>103</sup> *Idem*

uma simplicidade encantadora, de uma sensibilidade delicadíssima e de uma beleza moral extraordinária, Tolstoi, o apóstolo de Deus e da paz teve a magia de, nas suas obras realísticas em que nos dá perfeitamente a ideia de que sente e sofre as dores lancinantes e cruéis que afligem os personagens que descreve, comunicar-me a impressão cruel e pungentíssima das dores que afligem os desgraçados e os humildes, teve o poder extraordinário de me comover ao extremo, de depurar os sentimentos do meu coração.<sup>104</sup>

As expressões e concepções filosóficas, adquiridas através do convívio com o grupo de estudantes revolucionários, despertaram em António Pinto Quartim novas noções sobre o anarquismo, ideias que professou durante toda a sua vida. Entre 1952 a 1953, numa série de correspondências a José de Almeida e ao professor Almeida Costa, sobre a colaboração do jornalista Pinto Quartim na organização de uma bibliografia anarquista portuguesa, este manifestava suas opiniões acerca do anarquismo tolstoiano. Ao consultar o camarada, se é de “sua opinião que as obras de Tolstoi devem figurar na bibliografia”, Quartim considera que “apesar de considerar Tolstoi um anarquista, nenhuma das suas obras deverá em meu entender ser incluída numa bibliografia anarquistas, porque nenhuma delas é de doutrina.”<sup>105</sup>

Nos primeiros anos de faculdade, numa visita à afamada república nos Palácios Confusos, António Pinto Quartim encontrou Gomes da Silva escrevendo em sua mesa de estudos “colocada no centro dum quarto pequeno, muito claro de cuja janela gozava-se um esplêndido golpe de vista sobre o Mondego.”<sup>106</sup> Após entrar naquele espaço de convivência e reuniões literárias e políticas, Gomes da Silva levou o seu colega até a “cozinha da casa de cuja chaminé ele fazia armário de livro,” onde retirou um exemplar da *A moral anarquista* de Piotr Kropotkine e presenteou Quartim. Em seus aposentos, neste mesmo dia, devorou “sem interrupção as páginas do belo livro do grande revolucionário russo. E compreendi que a moral anarquista, sem coração e sem o interesse da recompensa era muito mais moral do que a moral burguesa.” A leitura da obra do príncipe anarquista despertou no jovem acadêmico o desejo de conhecer mais sobre o anarquismo. Porém, ainda professava o ideal republicano.<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> *Idem*

<sup>105</sup> Correspondência de Pinto Quartim à José de Almeida. Lisboa, 24 de outubro de 1952. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-003. *Subsérie 003 - Correspondência de José de Almeida, 1952-1953 (Produção)*.

<sup>106</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

<sup>107</sup> Segundo suas memórias, dos tempos da mocidade, até 1907 quando completou “20 anos fui republicano de alma e coração. Até então tomei parte em três ou quatro comícios.” QUARTIM,

Somente após deixar a Universidade, no outono de 1907, António Pinto Quartim publicou a sua obra de profissão de fé ao anarquismo, por meio do opúsculo *Mocidade vivei!*. O texto foi escrito à luz do pensamento revolucionário da geração académica que incendiou a mocidade do país com ideias e concepções revolucionárias, que precedeu a implantação da República em Portugal. A composição destas ideias, nem sempre apresenta *a priori* o quadro complexo onde essas noções eram “gestadas”, discutidas ou experimentadas. No período que frequentou a Faculdade de Direito, Quartim respirou e bebeu nas antigas gerações de estudantes. A cidade de Coimbra exerceu em seu espírito uma força que permitiu ao jovem estudante a ponte para transgressão dos símbolos identitários que sua família almejava para sua vida. Com a publicação de *Mocidade, vivei!*, António Thomas Pinto Quartim transgredia a imagem tradicional e natural da família e passava a ser conhecido apenas por Pinto Quartim.

---

Pinto. *Como me tornei anarquista*. (manuscrito). Arquivo de História Social. Espólio Pinto Quartim. Código de referência. PT AHS-ICS PQ-DOC-567.

### 3.2. O MANIFESTO DOS ESTUDANTES REVOLUCIONÁRIO DE COIMBRA

*“Queremos ser livres, queremos ser felizes e basta para que o sejamos – eliminar a Monarquia e fazer a República.”*

*Manifesto ao país dos estudantes revolucionários de Coimbra. Coimbra, 4 de dezembro de 1906.*

Em 4 de dezembro de 1906, após as eleições de agosto e a reabertura do Parlamento em setembro, apareceu um manifesto ao país dos “estudantes revolucionários de Coimbra”, com a assinatura de 110 alunos das faculdades de direito, medicina, matemática e filosofia. Entre os signatários do panfleto incendiário, figuravam os nomes de António Pinto Quartim, Armando Marques Guedes, Alfredo Pimenta, António Granjo, Carlos Olavo, Ramada Curto, Carlos Amaro e de Campos Lima, este último “ressalvando a parte deste manifesto que contenda com os princípios anarquistas”. Impulsionados pelo “velho espírito” académico, onde buscavam “toda crença e toda a audácia”, os estudantes revolucionários de Coimbra clamavam ao povo português para que se fizesse a República, “mais do que nunca ela urge – e estão invingados ainda os heróis de 31 de janeiro.”<sup>108</sup>

Nos finais de 1906, os debates no Parlamento sobre os adiantamentos à Casa Real, exaltaram os ânimos dos deputados, motivando em 20 de novembro daquele ano a expulsão por um mês de Afonso Costa e Alexandre Braga. Em meio a este ambiente político, a mocidade académica posicionava-se ideologicamente na arena política do país. A revolta militar de 31 de janeiro de 1891 na cidade do Porto, emprestava a imagem heroica àquela geração revolucionária do início dos Novecentos que, além da República, pedia o fim da dinastia dos Braganças.<sup>109</sup>

Em 30 de setembro do mesmo ano, a Universidade de Coimbra registava em seu anuário o número de 953 alunos matriculados em suas faculdades. Portanto, os “estudantes revolucionários de Coimbra” correspondiam a 11,5% do total do quadro de

---

<sup>108</sup> Fundação Mário Soares / AMS - Arquivo Mário Soares - Fotografias Exposição Permanente. Pasta: 07381.296.005. “Ao País. Dos Estudantes Revolucionários de Coimbra”, 4 de dezembro de 1906. Coimbra: Typ. Literária. Consultado: 4 de dezembro de 2018. Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_115008](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_115008)

<sup>109</sup> Segundo destacou Joaquim Serrão, no tomo X de *A História de Portugal*, na referida seção de 20 de novembro de 1906, quando se discutiam os adiantamentos à Casa Real, o deputado Afonso Costa proferiu as seguintes palavras, “por menos do que fez o Senhor D. Carlos, rolou no cadafalso a cabeça de Luís XIV”, que logo recebeu ordem de expulsão. Em seguida, Alexandre Braga gritava “há quem receba adiantamentos, por debaixo de mão, nesta Falperra de manto e coroa.” Tal era a exaltação no ambiente político. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal... op. cit...* p.120.

discentes matriculados para o ano lectivo de 1906-1907.<sup>110</sup> Um número considerável, perto dos 385 votos, que o Partido Republicano obteve em Coimbra nas eleições de agosto de 1906, “mais 100 que nas passadas eleições de abril”, noticiava o órgão do Partido Republicano de Coimbra.<sup>111</sup>

Nos últimos anos da monarquia em Portugal, António Pinto Quartim não ficou indiferente ao “entusiasmo revolucionário que abrasou todo o país” e que, sobretudo, incendiou os companheiros da Universidade de Coimbra. Em agosto de 1913, da cadeia do Limoeiro, Quartim escrevia ao representante da legação brasileira em Lisboa, e conhecido da família, o ministro Óscar de Teffé, sobre a sua atuação nos assuntos políticos que abriram caminho para regime republicano em Portugal. Às vésperas do 5 de outubro, quando ainda frequentava o primeiro ano da Universidade, Quartim colaborou no Partido Republicano Português, participando “numa campanha eleitoral em favor dos republicanos pelo conselho de Sintra” e filiando-se em janeiro de 1906 no Centro Republicano Académico de Coimbra.<sup>112</sup>

O Centro Republicano Académico de Coimbra foi inaugurado em 28 de janeiro de 1906, através de um evento presidido por Bernardino Machado. Em harmonia com os princípios modernos de ensino, o lente da Faculdade de Filosofia discursou aos estudantes, atribuindo ao centro académico a “nobre missão” de reformar a velha escola. Bernardino Machado encorajava aquela mocidade a romper-se dentro do tradicional hábito que, para o professor, representava uma espécie de colete de forças, responsável por tolher os movimentos e as sensações dos alunos. Seu discurso, alimentou o clima que desencadeou o protesto académico em fevereiro de 1907.<sup>113</sup>

A moderna pedagogia refuta-a (traje académico) como um erro psicológico da velha escola mística medieval, que, para concentrar o aluno nas profundezas da meditação, assim como lhe tolhia os movimentos, obrigando-o a estar sentado e silencioso horas seguidas nas aulas, assim também, para o desviar das sensações, tudo fechava e ensombrava em volta dele, enegrecendo-lhe as carteiras e os bancos da

---

<sup>110</sup> Estatística dos estudantes que frequentaram a Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1905-1906. Secretaria da Universidade, em 30 de setembro de 1906. *Anuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1906-1907*. Coimbra: Imprensa da Universidade, MDCCCCVI, p. 206.

<sup>111</sup> *Resistência*. Coimbra, 30 de agosto de 1906, n.º 1136, 12.º ano, p. 1.

<sup>112</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartim dirigida ao ministro dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa, sobre a sua prisão na sequência de ter sido considerado suspeito de ter instigado um atentado à Bomba no jornal «Terra Livre»*. Data: 11 de agosto de 1913.

<sup>113</sup> MACHADO, Bernardino. *A academia de Coimbra: discurso na presidência da inauguração do Centro académico republicano de Coimbra em 28 de janeiro de 1906*. Typographia França Amado, Coimbra, 1906.

aula e vestindo-o de luto. Movimentos, sensações eram distrações, eram dissipações perigosas do espírito. Para pensar, o homem tinha de se amputar, de se mortificar. Quem entende hoje assim a educação? Só a reação negra. Para um rapaz desenvolver a sua inteligência, hoje entende-se necessário que exercite harmonicamente todas as suas forças e faculdades. Estudar é viver. A aula deve ser como a vida, activa e livre; e a capa e batina é mortuária, não só apaga e rouba aos olhos a luz do céu, mas ainda nos ata e envencilha os braços que queremos cada vez mais desembaraçados para a nossa acção sobre a terra. Reforme-se, pois, o traje académico!<sup>114</sup>

No primeiro ano de funcionamento do CRAC figuravam em torno da agremiação os estudantes: Ramada Curto, António Granjo, Carlos Olavo e Carlos Amaro com as funções de presidente do centro, entre outros estudantes que assinaram o manifesto revolucionário ao país em dezembro de 1906. Para reforçar a propaganda do ideal que professavam, o centro organizou, nas “vésperas da batalha” como o seu programa frisava, o semanário *Pátria*, cujo primeiro número saiu em 19 de março de 1907. Segundo os seus organizadores a folha, com tinturas revolucionárias, surgia na arena política conimbricense com a finalidade de marcar o lugar de “combate, ao lado daqueles que, de há muito, veem, num rijo e fecundo trabalho de propaganda, fazendo a boa guerra contra velhos princípios que hoje não são mais do que uma risível mascara já sem brilho.”<sup>115</sup>

No segundo número de a *Pátria*, o estudante Carlos Olavo ao aconselhar os sócios e simpatizantes do partido “que a preocupação fundamental do nosso trabalho deve ser o intuito revolucionário” e não somente a “luta legal” no campo parlamentar, dava o tom do centro republicano. Para Carlos Olavo, o ato revolucionário corresponderia, tanto no ideal como na prática, face a “determinadas circunstâncias e num determinado ponto da evolução o único caminho possível e razoável que pode tomar um partido que se proponha realizar modificações profundas e radicais nos fundamentos políticos de uma nação.”<sup>116</sup>

Os eventos que mencionamos acima retratam o quadro dos antecedentes da profissão de fé de António Pinto Quartim ao anarquismo, ideal que foi adquirindo à medida que a convivência com os anarquistas António Gomes da Siva e Campos Lima, substituía a companhia da tradicional sebeta. A partir do convívio em Coimbra, Quartim

---

<sup>114</sup> MACHADO, Bernardino. *A academia de Coimbra*. Coimbra: Typographia França Amado, 1906. p. 26.

<sup>115</sup> *Pátria*, Coimbra, 19 de março de 1906, n.º 1, 1.º ano, p.1.

<sup>116</sup> *Pátria*, Coimbra, 26 de março de 1906, n.º 2, 1.º ano, p.1.

travou contacto com experiências e noções libertárias que circulavam em Portugal desde a segunda metade do século XIX, mas que por sua vez também eram significadas e experimentadas em regiões além das fronteiras portuguesas.

### 3.3. POSITIVISMO, ANARQUISMO E REPUBLICANISMO: DO “202” COIMBRÃ AO “CONFUSO PALÁCIO”

“Mas eu preferi inventariar o gabinete, que dava à minha profanidade serrana todos os gostos d’uma iniciação. Aos lados da cadeira de Jacinto pendiam gordos tubos acústicos, por onde ele decerto soprava as suas ordens através do 202.”

*Eça de Queiroz. A cidade e as serras, 1901.*

Na década de 1850 o anarquismo já aparecia entre os estudantes e lentes da Universidade de Coimbra.<sup>117</sup> Em 1853, no primeiro número de o *Instituto*, o jornal científico e literário da Universidade, um artigo de José Júlio Oliveira Pinto, trazia ao ambiente académico temas e conceitos libertários de Proudhon, com o título *Proudhon e a Economia Política*.<sup>118</sup>

Em 1896, no contexto da Lei de 13 de fevereiro que criminalizava a propaganda do anarquismo,<sup>119</sup> foi publicado por Manuel da Silva Mendes, sem assinatura do editor, a obra o *Socialismo Libertário ou anarquismo: história e doutrina*. Como o título sugere, Silva Mendes não pretendia fazer do livro um manifesto das suas aspirações pessoais. Como o próprio autor considerava a obra visava “encher uma lacuna que existe na nossa literatura”, ou seja, um contributo histórico e crítico das teorias socialistas e libertárias em voga até aquele momento. Assim como outros estudantes da época, Manuel da Silva Mendes era um académico interessado pelos assuntos políticos do país, um tipo intelectual coimbrã dos finais do século XIX e é neste contexto que sua obra deve ser inserida. Muito provavelmente a Lei de 13 de fevereiro de 1896, silenciou a sua profissão

---

<sup>117</sup> Petrus (Pedro Veiga). *Proudhon e a Cultura Portuguesa*. Vol. I - V. Porto: Editorial Cultura Portugal, 1968.

<sup>118</sup> PINTO, José Júlio Oliveira. *Proudhon e a Economia política. O Instituto: jornal científico e litterario*. Vol. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1853, pp. 75, 85, 131, 158, 189, 218.

<sup>119</sup> Segundo o diploma de 13 de fevereiro de 1896: “Aquele que por discurso ou palavras proferidas publicamente, por escrito de qualquer modo publicado ou por qualquer outro meio de publicação, defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, actos subversivos, quer da existência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade, – e bem assim o que professar DOCTRINA DE ANARCHISMO conducentes á prática desses actos, será entregue ao governo que lhe dará o destino a que se refere no art. 10.º da lei de 21 de abril de 1892, ficando sujeito á vigilância e fiscalização das auctoridades competentes, e o seu regresso ao reino depende de despacho do governo, depois de feita a justificação indicada no art. 13.º da mesma lei.” Fundação Mário Soares / DCD - Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo. Pasta: 04503.001.006. *A revogação da Lei de 13 de fevereiro - Projecto de Trindade Coelho, fevereiro de 1907*. Consultado: 1º de fevereiro de 2019. Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_147111](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147111)

de fé ao anarquismo, pois, como sublinhou João Freire no prefácio da reedição da obra em 2006, há registos que Mendes da Silva “teria sido preso em Braga em 1894, por propaganda anarquista.”<sup>120</sup>

Em 1894 o conselheiro António de Serpa Pimentel, publicava *O anarquismo: estudo acerca da questão social*, com noções sobre o ideal ácrata, revelando que o tema despertou o interesse de intelectuais, e até mesmo da burguesia, em esboçar alguns traços sobre o ideal que começava a influenciar, sobretudo, a mocidade académica.

Em Coimbra, no alvorecer do século XX, as casas, os espaços de convívio, os instrumentos de propaganda, todos com predominância do elemento estudantil, ofereciam referenciais e, sobretudo, constituíam-se em ambientes propícios ao desenvolvimento de ideias e métodos revolucionários. Na quadra de 1903-1904, os condiscípulos de António Pinto Quartim, os anarquistas Campos Lima e Gomes da Silva reuniam-se regularmente na casa do estudante de filosofia António Lago Cerqueira, nas proximidades da Universidade de Coimbra, num palacete entre o Largo da Sé Velha e o Palácio dos Grilos. Somavam-se aos dois libertários, os estudantes Carlos Amaro, Carlos da Mendonça, António Melo, Aníbal Soares e o afamado *Pad Zé*, que fizeram do espaço uma espécie de “*rendez-vous*” de “tudo o que na cidade universitária literateava, ou pretendia fazer uma vida alegre e espiritual, não adstrita apenas à mazombice da sebenta e à pacatez patriarcal do chá das 9 horas”.<sup>121</sup> Após o toque da “cabra” ou, quando pelos decretos de suspensão das aulas encerrava-se a *Porta Férrea*, esses estudantes aportavam ao palácio de António Cerqueira, onde passavam noites e dias memoráveis, a ensaiar a futura revolução ou praticavam “tiro ao alvo nos subterrâneos da casa”, ou contando histórias “à beira do fogão aceso, lendo, conversando, ou ameaçando o Cerqueira com a destruição violenta do pomposo palacete, no dia das reivindicações, pela multidão faminta e vingadora, à voz do anarquista Campos Lima.”<sup>122</sup>

O popular *Pad Zé*, matriculado na Faculdade de Direito desde 1895,<sup>123</sup> era um frequentador antigo da casa de António Lago Cerqueira. Em suas palavras o ilustre colega “era um académico diletante” que vivia em Coimbra “sob o pretexto vago de se formar numa determinada faculdade universitária.” De facto António Cerqueira

---

<sup>120</sup> FREIRE, João. Prefácio. In MENDES, Manuel da Silva. *Socialismo libertário ou anarquismo*. Lisboa: Letra Livre, edição fac-símile, 2006.

<sup>121</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p.181.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 180-186.

<sup>123</sup> *Anuario da Universidade de Coimbra: ano lectivo 1895-1896*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895, p. 58.

matriculou-se na Faculdade de Filosofia em 1898 instalando-se “numa espécie de palacete da rua da Ilha, com um estadão de criadas e um *groom* vestido de verde, muito esperto e muito patife, a quem ele e nós conhecíamos, não sei porquê, pelo romântico nome de *Rocambole*.”<sup>124</sup> António Lago Cerqueira era natural de Amarante, descendia de uma abastada família da região do Porto, nasceu e viveu seus primeiros anos de vida na Casa da Calçada, então freguesia de Cepelos.<sup>125</sup>

O distinto grupo reunia-se com frequência na casa de António Cerqueira. Ali festejavam, promoviam colóquios literários, tramavam insurreições, agitavam a opinião pública, contavam histórias, faziam juramentos, discutiam temas e *blagues* que coloriam dissertações, livros e folhetos que circularam em Coimbra nos primeiros anos do século XX, como a *Revista do Civil* e o semanário republicano *Resistência*, ambos com colaborações desses estudantes, o primeiro organizado e editado por *Pad Zé e Carlos da Mendonça*. Em 29 maio de 1904, nas páginas de a *Resistência*, o nome dos frequentadores da casa de António Cerqueira apareceu ilustrado ao lado de outros eminentes estudantes da geração académica do início dos novecentos. Naquela data o órgão do Partido Republicano de Coimbra homenageava a atriz portuguesa Adelina Abranches, admirada entre os estudantes universitários. Em uma de suas atuações no teatro D. Amélia, foi distribuído “um número único, em luxuosa edição, consagrado a grande atriz, e colaborado pelos distintos académicos, alguns bem conhecidos no mundo das letras”.<sup>126</sup> Entre os “distintos académicos,” figuram os nomes de “Aníbal Soares, Manuel de Souza Pinto, Gomes da Silva, António Maria Pereira Júnior, Manuel Monteiro, Carlos Amaro, Mário de Vasconcelos, Álvaro de Castro, Carlos Olavo, Carlos de Mendonça, Alberto Costa e Campos Lima.”<sup>127</sup> Segundo Alberto Costa, a ideia do número único ilustrado com

---

<sup>124</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p. 180.

<sup>125</sup> *Anuario da Universidade de Coimbra: ano lectivo 1898-1899*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

<sup>126</sup> *Resistência*, Coimbra, 29 de maio de 1904, n.º 906, 10º ano, p. 2.

<sup>127</sup> Na mesma edição uma correspondência, da atriz Adelina Sanches a Aníbal Soares, reforça a proximidade dos atores que circulavam em Coimbra com o grupo da rua da Ilha: “Coimbra, 12 maio de 1904. Não encontro palavras que sejam bem a expressão do meu agradecimento a V. Ex.<sup>a</sup> e aos seus companheiros, pelas enternecedoras e inolvidáveis palavras de simpatia de que generosamente fizeram alvo a minha humilde personalidade. Entre as amarguras do passado e as que porventura me esperam no futuro, á-de lembrar-me sempre, compensando-as em grande parte e servindo-me de estímulo para o trabalho, o acolhimento caloroso e amorável dos estudantes de Coimbra. Obrigado de todo o coração. Adelina Abranches.” *Resistência*, Coimbra, 29 de maio de 1904, n.º 906, 10º ano, p. 2.

uma caricatura da ilustre atriz partiu do grupo da rua da Ilha, em uma “noite em que viéramos de assistir ao genial desempenho da *Ressurreição*”.<sup>128</sup>

Na casa de António Cerqueira os estudantes exercitavam o corpo e a mente, transformando o lugar num verdadeiro celeiro de ideias. Alberto Costa lembrava-se que “não raras vezes, cansados da luta exterior, ali íamos, como velhos batalhadores, refazer as nossas forças nos licores e nos pratos raros dos jantares do 202”, como era conhecido o lugar pelo grupo.<sup>129</sup> A designação do lugar era inspirada na obra *A cidade e as serras* de Eça de Queiroz, provavelmente sugerida por Aníbal Soares, conhecido no ambiente académico coimbrã como o “mais completo e perfeito discípulo” do escritor.<sup>130</sup>

Assim como o “brasileiro” de Camilo Castelo Branco, Jacinto ultrapassou as tramas da ficção para transformar-se num paradigma, num tipo social. António Cerqueira encarnou, entre a sua geração académica, a emblemática imagem do *dândi*. À semelhança do que se passava no número 202 dos Campos Elísios, um grande senso estético de modernidade e cientificidade eram cultivados e celebrados no palacete da rua da Ilha, em Coimbra. Alberto da Costa recordava-se do “202” coimbrão, destacando a modernidade do espaço em comparação aos pequenos quartos onde viviam a grande maioria dos estudantes na cidade universitária na passagem para o século XX. Ao penetrar no interior do palacete, os frequentadores ficavam com uma rápida noção de iniciação. Ou seja, na descrição de Alberto Costa, ao entrar no palacete os “seus estofos, seus sofás, os seus reposteiros, os seus vinhos caros, as suas eletricidades, os seus fonógrafos, os seus livros – o que tudo a nós, batidos nas agruras duma vida incerta, dava ao penetrarmos-lhes o limiar, a impressão de nos laçarmos dentro dum mundo novo.”<sup>131</sup>

Este “mundo novo”, descrito por Alberto Costa, ofereceu aos estudantes que ali se reuniam, elementos e instrumentos para apreensão de novas ideias e experiências. Em outras palavras, assim como para José Fernandes, personagem de Eça de Queiroz em *A cidade e as serras*, o convívio no “202” da rua da Ilha dava aos seus frequentadores a sensação e o “gosto de uma iniciação.” Provavelmente o convívio na casa de António

---

<sup>128</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p. 226.

<sup>129</sup> *Idem*, p. 180.

<sup>130</sup> Aníbal Soares foi designado entre os estudantes de Coimbra, para representar a Academia no acto de inauguração do monumento à Eça de Queiroz em Lisboa. *Resistência*, 12 de novembro de 1903, n.º 850, 9.º ano, p. 2.

<sup>131</sup> *Pad Zé* lembrava-se dos suntuosos cômodos do palacete com “espelhos em todas as paredes, era um mobiliário profuso e variado, era *bico Auer* com acendedor automático, era forofone, eram companhias elétricas comunicando com vários pontos do palácio, eram, enfim, uma tal quantidade de aparelhos, eletricidades, inventos”, que aos olhos dos jovens estudantes saltavam-se como uma “nova civilização”. COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p. 185.

Cerqueira, contribuiu para despertar naqueles jovens estudantes, o desejo e a força de reação contra os símbolos, que representavam os tradicionais métodos de ensino e fornecendo elementos capaz de “desarrolhar” as forças acumuladas de antigas gerações de estudantes. Um verdadeiro “celeiro” de novas noções filosóficas, políticas, estéticas, culturais, que colaboraram no ato que levou a irromper a greve académica de 1907.

Em 1904, face aos ideais modernos em ampla discussão na Europa, António Lago Cerqueira e António Noronha tornavam público um texto sobre as condições do ensino na secular escolar. Com o título *A Reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*, Cerqueira e Noronha, analisavam e, ao mesmo tempo, insurgiam-se contra a orientação do ensino vigente na Universidade de Coimbra, que qualificaram de “processos medievais e não raro inquisitoriais, de métodos anticientíficos.”<sup>132</sup> Somando-se a outros manifestos, os autores (re)afirmavam a sua visão moderna e científica a respeito das práticas do ensino jurídico. O texto publicado no início de 1904, possui influências da doutrina positivistas, como a acirrada crítica aos métodos de estudo das lições por meio da *sebenta*, que segundo os autores resulta da mera “necessidade ocasional de *fazer frequência*, não *pregar estenderete* – e não por uma exigência natural do espírito. D’ahi, a necessidade de *apanhar*, à pressa, essas coisas da *sebenta* pelo simples exercício da memória, e repeti-las no dia seguinte, quase sem reflexão, quase na inconsciência de um fonógrafo.” Ou seja, ao limitar-se a leitura da *sebenta*, para os autores da referida obra, o aluno não reconhecia as relações entre os fenómenos sociais e os fenómenos jurídicos, como um processo orgânico e natural, como defendiam as concepções modernas para o ensino jurídico. Neste sentido, António Cerqueira e António Noronha reconheciam a importância dos princípios gerais da sociologia para os estudos jurídicos e da necessidade de inserir nos novos métodos as classificações de ciências de Augusto Comte, de Spencer, de De Greef, do dr. Garcia, do dr. Afonso Costa, do dr. Abundio da Silva. Ou seja, teóricos estrangeiros e nacionais ao lado de concepções que provavelmente se fizeram presentes nas conversas e nas estantes da biblioteca do “202” da rua da Ilha, onde Gomes da Silva e Campos Lima, discípulos de António Pinto Quartim, frequentavam frequentemente.<sup>133</sup> A sociologia positivista ao nível do direito,

---

<sup>132</sup> CERQUEIRA, António; NORONHA, António de. *A reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*. Bastorá: TYP. «RANGEL», 1904.

<sup>133</sup> Em sintonia com os novos métodos e, a novas disciplinas exigidas para estudo do direito, como a sociologia e a história do direito, António Cerqueira e António Noronha insurgiam-se contra a prática tradicional para estudos das lições através da *sebenta*. Em suas palavras, “a *sebenta* não instrui, nem orienta: desnorteia e bestializa. Aquilo é um amontoado de definições, de teorias,

não era uma novidade em Coimbra, segundo Fernando Catroga, no ano letivo de 1865-1866 o professor Manuel Emídio Garcia (1838-1904), em suas lições de direito administrativo, já “comentava e aplicava o pensamento” de Augusto Comte nas suas aulas na Faculdade de Direito.<sup>134</sup>

A semelhança do palacete do personagem Jacinto em Paris, o grupo da rua da Ilha em Coimbra também ocupou um lugar de “celeiro” na esfera política e cultural nacional. Sintomaticamente a obra *A reforma da Universidade e a Faculdade de Direito* pode ser considerada um manifesto das ideias modernas cultuadas naquele momento para o ensino jurídico e, ao mesmo tempo, um ato insurrecional contra as tradicionais orientações que pareciam persistir na Faculdade de Direito, mesmo após o decreto de 1901, que reformava o ensino universitário. Face ao importante papel da Universidade nos quadros formativos das relações sociais do país, a casa de António Cerqueira cristalizou-se no cotidiano conimbricense como uma espécie de “micrópolis”<sup>135</sup> daquele cenário, onde, ao lado da secular escola, possibilitou acumular e impulsionar as energias de diferentes gerações académicas na insurreição que fez “desarrollar” as forças revolucionárias, que precederam a implantação da República em Portugal. Ambiente que António Pinto Quartim encontrou em 1905 e que o levou a tomar parte daquela geração, como o movimento estudantil que irrompeu em fevereiro de 1907 e que motivou a sua expulsão da Faculdade de Direito, ou do manifesto revolucionário que assinou em dezembro de 1906, inserindo definitivamente o seu nome no rol dos estudantes revolucionários de Coimbra.

Assim como o palacete de António Lago Cerqueira, a “casita estreita” nos Palácios Confusos também assinalou o seu lugar neste processo de “desarrollar” das forças reacionárias dos “estudantes revolucionários de Coimbra”. Ou seja, o “202” e o seu vizinho “confuso palácio”, muito provavelmente assumiram entre os condiscípulos

---

escolas, citações, expostas sem nexos, sem ordem, sem um princípio a que subordine toda a matéria, sem uma vista de conjunto, sem unidade, - um *pêle-mêle* monstruoso, um caos... E, no entanto, é uma reprodução fiel, ou quase fiel, das palavras do lente!” CERQUEIRA, António; NORONHA, António de. *A reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*. Bastorá: TYP. «RANGEL», 1904, p. 12.

<sup>134</sup> CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal: o seu significado político-social. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, 1977, p. 314-315.

<sup>135</sup> António Cândido, utiliza a expressão como uma alusão ao 202 do Campos Elísio, como uma noção de cidade. Em suas palavras “a civilização torna-se um culto requintado, um dever penoso e absorvente, exercido com reverência na micrópolis do ‘202’”. CÂNDIDO, António. *Entre Campo e Cidade*. In: *Tese e Antítese: ensaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Ensaio, Vol. 1, 1964, p.46.

de António Pinto Quartim um lugar mais proveitoso, do que propriamente a Universidade e os seus lentes. Em suas memórias do tempo estudantil, Quartim lembrava-se que aprendeu mais nos convívios “do que se tivesse devorado todos os livros de uma biblioteca inteira.”<sup>136</sup> Do “202” ao “confuso palácio” das *tascas* á Universidade, ideias e experiências eram compartilhadas e experimentadas pelos estudantes não restringindo suas discussões à cátedra da Universidade.

Ou seja, a casa de António Cerqueira, a república no Palácios Confusos, as *tascas* de Coimbra, tiveram um papel muito importante no conjunto das relações sociais que configuraram o quadro que teve seu desfecho na greve académica de 1907. Em outras palavras, os elementos que forjaram o espírito revolucionário da geração que precedeu a República, passou não exclusivamente pela tradicional escola; sua significação política e ideológica acompanhou a dinâmica da vida da academia, nos espaços marcados pela presença dos estudantes e do público que ali circulavam diariamente, seja pelos interesses comuns, de alimentação ou moradia, ou pela presença temporária na cidade, que favorecia contactos e trocas de experiências num ambiente multifacetado e transnacional.

As noites animadas eram passadas frequentemente nas *tascas* de Coimbra, “um apertado compartimento de rés-de-chão, de pinho não aparelhado, à luz do azeite, mortiça e vaga, ou no quintalejo próximo sob uma parreira à radiante luz das estrelas”, como descreveu Vicente Arnoso em a *Ilustração Portuguesa* de janeiro de 1908. Ali alimentavam o corpo e a alma, em noites memoráveis, “conversação agitadas e veemente, cortada de incidentes, vibrantes e de amadora, criadora de iniciativas, inspiradoras de ideias, todos unindo num afectivo laço fraternal.”<sup>137</sup>

Neste cenário, em uma estreita viela da Baixa, ficava a hospedaria do *Zé-seminariz*, estabelecimento em que “não se comia mal e que tinham por companheiros coristas de ambos os sexos, da opereta que então funcionava no teatro-circo.”<sup>138</sup> O grupo de Campos Lima, Gomes da Silva, *Pad Zé*, *Pai Mendonça*, Carlos Amaro e Aníbal Soares, regularmente eram convidados pelo anfitrião à juntarem-se aos hospedes nos eventos noturnos e dividir a mesa com jantares que “se repetiram, sucedidos de ceias no fim dos espetáculos, com aproveitamento intelectual de todos nós”. Além do cultivo da arte na hospedaria, Alberto Costa destacou a presença de múltiplas vozes circulando neste

---

<sup>136</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

<sup>137</sup> As *tascas* de Coimbra. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27 de janeiro de 1908, n.º 101, série II, p.123-128.

<sup>138</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p.172.

espaço, propiciando o contacto e o “choque de ideias e dos pontos de vista diversos”, forjando novos sentimentos e novas ideias.<sup>139</sup> Em meio ao convívio literário e ideológico na hospedaria *Zé-sem-nariz*, Alberto Costa revelava uma das principais características destes espaços entre os estudantes da Universidade de Coimbra:

E sob este desígnio os jantares se repetiram, sucedidos de ceias no fim dos espetáculos, com tamanho aproveitamento intelectual de todos nós e mormente do Aníbal, que este se encontrou a ponto de remodelar as páginas já escritas do seu belo romance - *Ambrósio das Mercês*<sup>140</sup> - introduzindo-lhe as noções, opiniões e conceitos novos, que o convívio de tão notáveis cultores da Arte acrescentara à sua bagagem espiritual.<sup>141</sup>

No início do século XX, os estudantes, abandonando a sebenta, e tendo por companhia “uma caneca de verdasco ou um simples copo de aguardente”, ocupavam os seus respetivos lugares nas “*tascas fórum*” de Coimbra.<sup>142</sup> Na descrição de Vicente Arnos, nestes ambientes desfilavam “filosofias, religiões, ali são inquiridas civilizações, interrogadas as grandes figuras históricas, julgadas, condenadas, absorvidas e glorificadas.” Através dos discursos do tipo intelectual, “Hugo e Baudelaire, Guerra Junqueiro e João de Deus, Balzac e Zola, Flaubert e Eça” compareciam todos os dias diante da “sentença implacável que ao dar da meia noite, batendo com o punho cerrado sobre as taboas de pinho da mesa rude, lhes será deferida por pontífice literário da rua do Norte, Palácios Confusos ou da rua do Borrvalho, que logo a roda aplaude sonorosamente.”<sup>143</sup>

Além das capas e batinas negras, outros “tipos” característicos da paisagem coimbrã dividiam as mesas e a cena no interior das tascas. Vivente Arnos, em sua crónica sobre a *Tascas de Coimbra*, descreveu os frequentadores destes ambientes como um público diverso. Em meio aos “discursos que não tinham fim”, outras vozes misturavam-

---

<sup>139</sup> *Idem*, p. 172-173.

<sup>140</sup> A respeito da obra de Aníbal Soares, a *Resistência* estampava a seguinte nota: “Sob o ponto de vista do intuito geral, as memórias de ‘Ambrósio das Mercês’, representam uma charge da nossa civilização – universal e nacional -, representando assim também uma continuação e uma repercussão da obra de Eça de Queiroz, especialmente do último livro. De comum, logo nos dois se lê, através dos seus personagens e episódios, a ironia da vida social de hoje, da existência desenraizada, inconsciente de sua razão e fim, estéril de felicidade tranquila. E de comum há também, diga-se a injusta noção da civilização, que os dois vêem, e bem dizer, de fora, não quanto á conclusão melancólica a tirar, mas quanto á escolha e visão dos verdadeiros tipo e elementos produzidos como representativos.” Manuel da Silva Gayo, Coimbra, 17 de agosto de 1903. *Resistência*, Coimbra, 20 de agosto de 1903, n.º 826, 9.º ano, p. 2.

<sup>141</sup> COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis... op. cit...* p.173.

<sup>142</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27 de janeiro de 1908, n.º 101, série II, p.123-128.

<sup>143</sup> *Idem*

se ao tom literato, por vezes a voz do funcionário ou do proprietário da tasca, contrastava com o falar do vendedor ambulante ou com as histórias de um cocheiro. Na ocasião da formatura de Afonso Lopes Vieira, na tasca do *Ruivo da Sophia*, “que pelo pitoresco dos convivas produziu escândalo”, entre os discursos literatos a voz de França Rolié, um conhecido cocheiro da cidade, coloria a cena em homenagem ao ilustre poeta. França Rolié era um tipo conhecido das gerações académicas, sua presença era frequente nos espaços de convívio da academia. Em 1899, no Centenário da Sebenta, foi ornamentado com a imposição da insígnia de “lente das faculdades das tretas.”<sup>144</sup> Além do cocheiro, o vendedor ambulante *Quatorze*, “alto, sólido como uma torre, facínora”, o *Barnabé*, “garoto discursador, que alguém comparara ao dr. Calixto, com um pouco menos de instrução, menos *pose* e menos corpo”, o *Beb’Agua* e o cego Monteiro “o costumado companheiro dos poetas”, coloriram aquela pitoresca noite no *Ruivo da Sophia*.<sup>145</sup>

Para além de um facto isolado, o evento descrito parece sugerir que além dos estudantes, músicos, atores, escritores e literatos, outras vozes interagiam e davam vida à noite de Coimbra, no alvorecer do século XX. Vozes que, provavelmente, António Pinto Quartim ouviu nas noites de boémia na cidade universitária, ao lado do seu inseparável condiscípulo Gomes da Silva. Nas suas memórias dos tempos de faculdade, Quartim menciona que manteve contacto com excluídos e indesejáveis. Entre os anos de 1904 a 1907, relembra do convívio nas cidades de Lisboa, Évora, Funchal, Coimbra e Viana do Castelo, nesta última costumava passar as férias na casa da avó materna dona Antónia Josefina de Lemos Quartim, onde ficava o *chalet* do seu estimado tio, o Barão de Quartim. Além do círculo demarcado pelo ambiente familiar, António Pinto Quartim conviveu “com operários e vagabundos, bêbados e prostitutas”, inquerindo e vivenciando muito de perto as suas condições de vida e de trabalho.<sup>146</sup> Para além da posição nata de observador

---

<sup>144</sup> Mário Monteiro descreveu França Rolié como “um cocheiro que estava encarregado de conduzir as malas do correio à estação do caminho de ferro... Mesmo no pino do verão, o França andava sempre vestido com quanto fato possuía, acrescentando a isso tudo, no inverno, um capote com certeza maior do que a arca de Noé. Tendo a seu cargo, todos os anos, o segurar o S. Jorge na procissão do Corpus Christi, fazia nisso imensa gala e apresentava-se impávido aos olhos de toda gente que via lá do alto da sua magnanimidade. Chegava a levar a sua autoridade ao ponto de dizer ao comandante da força quando se deviam dar as descargas. Homem robusto, que numa voz grossa, mascando o seu charuto, metia palão de meia noite, depois de ter desempenhado o glorioso papel de lente da faculdade das tretas pelo Centenário da Sebenta, jamais largou a capa que então mandara fazer para ornamentar o *bonnet*.” *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 28 de janeiro de 1907, n.º 49, série II, com 42 ilustrações. p. 114.

<sup>145</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27 de janeiro de 1908, n.º 101, série II, p.123-128.

<sup>146</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista...*

e inquiridor atento, Quartim sentiu a necessidade de contribuir para modificar a situação económica e moral destes indivíduos. Presenciou e tomou parte de tudo aquilo que se manifestava ao seu redor, das tascas às moradas da classe trabalhadora, experimentando novas noções, novas realidades, experiências e ideias que o levaram a buscar a fórmula mais eficaz para tentar “remediar o mal, de por termo a tanta miséria, a tanta dor, a tanta corrupção.” Neste período, “longe da vigorosa vigilância da família, com mesadas avultadas”, reencontramos os antecedentes de sua profissão de fé, forjada através do contacto nos múltiplos espaços, do palácio ao casebre, dos lupanares luxuosos às tabernas rudimentares, da academia a vida simples nas aldeias, lugares que forjaram “pouco a pouco o carácter específico do socialismo-libertário” que, a partir do meio, foram sendo adubadas ao “ponto de alcançar a fertilidade onde o anarquismo mais tarde havia de se enraizar, crescer e florir”. Ainda em suas palavras, do período da sua mocidade, Quartim registou a seguinte descrição:

“Vi crianças de 10 a 12 anos trabalharem desde o erguer ao pôr do sol, e a mim próprio perguntava: - Que é da mocidade d’aqueles desgraçaditos?

Vi um pai miserável querer vende-me a filha, na flor dos dezessete anos. Vi uma pequenita de rosto gentil, macilento e magrito estender-me a mão erguia fazendo-me propostas obscenas, e inquirindo da sua situação vim a saber que a mãe a esperava a dois passos de distância disposta a acoitá-la se lhe não levasse dinheiro. Conheci uma rapariga acostumada a viver numa mediania honrada, que por não ter tido a energia de dominar o seu coração, de resistir ao ímpeto bestial do namorado, viu-se expulsa do seio da família, e viu-se despenhando de degrau em degrau até cair no lupanar.

Encontrei um dia pradiando prazeres, caricias e beijos a troco de alguns tostões, uma rapariguinha que quando honesta frequentava a nossa casa. ~~(E a sua narração foi igual às outras).~~ Narrou-me chorando as privações porque passava para não chegar àquela situação. ‘Com fome e sem trabalho - disse-me ela - apresentou-se-me em frente apenas dois caminhos: roubar ou prostituir-me.’ ~~(O lupanar espera a operária como a vala espera a rameira.)~~

Nas casas de prostituição que percorri encontrei crianças de 14 e até de 12 anos entregando-se a todos os vícios, a toda espécie de deboche.

Nesse tempo a minha boa fé, a minha lealdade de rapaz moço, sofreu muita traição, foi vítima de muita hipocrisia. A minha boca escancarava-se a toda hora, espantado do que observava.

Debaixo de muito sobrecasaco encontrei muito coração honrado.

Presenciei muita mentira, muita desigualdade, muita injustiça.

Vi parasitas de mão enluvada roubar para ter o supérfluo e a sociedade á sua passagem descobria-se com respeito. Vi o produtor de mão calosa e emagrecida roubar para fazer calar os filhinhos que na angústia morrem de fome, e a sociedade anematizava-o e condenava-o. Vi mulheres amarrotando sedas prostituírem-se por prazer, por vícios, e a sociedade, curvada a espinha em arco, beijava-lhes as mãos.

Vi raparigas trajando farrapos prostituírem-se para terem de comer a tarde e albergue para noite, e a sociedade voltava-lhes as costas em desdém e fugia como de animal leproso.

Falei com aristocratas, capitalistas e trabalhadores; visitei palácios e entrei em casebres. E então vi que enquanto nas casas dos reis se respira muito luxo e demasiado conforto, nas casas dos pobres existe muita (~~pobreza~~) imundice, demasiada miséria; e que enquanto aqueles dissipam centenas de mil reis em orgias, em futilidades, estes lutam desesperadamente para ganhar o indispensável para arrastarem a vida. Visitei cidades e aldeias e por toda a parte o mesmo espetáculo. Eu que julgava a vida aldeã simples, sã e boa, tive ocasião de ver que na aldeia lavra a mesma perversidade de carácter, e o mesmo fogo de descontentamento.

As cenas horríveis de miséria, (~~factos~~) as desigualdades que quando mais novo nas minhas excursões pelo continente tive ocasião de observar com indiferença, surgiram-me então á miséria. E naquela que eu tinha chegado á idade de reflexionar, eu conclui que precisamente não estamos no melhor dos mundos, que descontentamentos em geral, que a miséria alastrava em toda a parte, que a sociedade estava mal organizada.

Via o mal nos seus efeitos, mas ignorava a sua causa. Senti em mim desejos de remediar o mal, de por termo a tanta miséria, a tanta dor, a tanta corrupção, mas não sabia onde encontrar o remédio. (...)."<sup>147</sup>  
(grifos do autor)

Para além de observar a realidade, António Pinto Quartim inquiriu e tomou parte de experiências destes indivíduos. Originário de uma tradicional família de comerciantes atlânticos, que possibilitava uma situação mais vantajosa, com “mesadas avultadas”, aquela realidade social, permeadas por desigualdades, saltava aos seus olhos e ouvidos, criando em seu espírito novas noções e sentimentos.

Ao passo que a Universidade de Coimbra cumpria com a sua função tradicional na esfera política do país, outros espaços constituíam-se e legitimavam-se a partir da vida da academia, como formativos deste mesmo quadro, emoldurando ideias, imagens e experiências que eram partilhadas entre diferentes “tipos”, académicos, escritores, intelectuais, operários, vendedores ambulantes, comerciantes, cancioneros populares, dentre outros indivíduos que circulavam pela cidade. Do simples passeio notívago pelas estreitas ruas da cidade, aos animados discursos “num apertado compartimento de rés-de-chão, de pinho não aparelhado, á luz do azeite”, ou ainda ao “passeio poético á Lapa dos Esteios, de barco, no rio murmurante e plácido, com o velho almirante Ratto ao leme”, literatos e subalternos partilhavam sentimentos, ideias e

---

<sup>147</sup> *Idem*

experiências.<sup>148</sup> Além das estéticas literárias, ideológicas ou culturais, tradicionalmente relacionadas à secular escola, outras noções, ideias e valores surgiam em pequenos centros periféricos de Coimbra, como a casa de António Cerqueira e a “república” nos Palácios Confusos, colorindo a paisagem coimbrã com tons que iam além da imagem de um rito de passagem.

---

<sup>148</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27 de janeiro de 1908, n.º 101, série II, p. 123-128.

### 3.4. *MOCIDADE, VIVEI!*

*“Não é simplesmente à trindade abstrata de Lei, Religião e Autoridade que declaramos guerra. Como anarquistas, declaramos guerra a toda essa onda de embuste, de velhacarias, de exploração, de depravação, de vício – de desigualdade numa palavra – que elas derramaram nos corações de nós todos. Declaramos guerra à sua maneira de proceder, à sua maneira de pensar. O governado, o iludido, o explorado, a prostituta, ferem primeiro que tudo os nossos sentimentos de igualdade. É em nome da igualdade que não queremos mais prostitutas, nem explorados, nem iludidos, nem governados.”*

*Piotr Kropotkine. A Moral Anarquista.*

Em novembro de 1907, em plena efervescência política, António Pinto Quartim tornava pública a sua profissão de fé ao anarquismo, assinando sua obra como Pinto Quartim, designação que ficou conhecido até o final da sua vida. O opúsculo *Mocidade, Vivei!*, cuja primeira edição chegava ao público em 19 de novembro, recebeu editoração pela Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & c.ta que, em correspondência com o autor, manifestava o desejo de “expô-lo á venda o quanto antes” em sua loja na Praça dos Restauradores.<sup>149</sup>

Nas primeiras páginas do opúsculo aparece um trecho da obra *A Moral Anarquista* de Kropotkine, dando introdução ao tema e uma ideia inicial ao leitor, do que encontraria nas páginas a seguir. Possivelmente a epígrafe foi retirada do primeiro exemplar do escritor russo, que recebeu em Coimbra, na época dos encontros noturnos e dos estudos extraescolar na casa dos anarquistas Campos Lima e Gomes da Silva, que despertou em seu espírito o desejo de conhecer mais sobre o anarquismo.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> A respeito da editoração e venda do opúsculo “Mocidade, Vivei!”, a livraria de António Maria Teixeira escrevia à Pinto Quartim em 19 de novembro de 1907, apenas dois dias depois da explosão na Rua do Carrião. “Comunicamos-lhe que está pronto o opúsculo de V.Ex.<sup>a.</sup>, como poderá ver pelo exemplar que lhe enviamos. Desejando expô-lo á venda quanto antes, rogamos-lhe o obsequio de parecer por esta sua casa para lhe arbitramos preço. Lisboa, 19 de novembro de 1907.” Correspondência de A. M. Teixeira & Costa (Livraria Clássica Editora), dirigida a Pinto Quartim. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-96. *Subsérie 096 - Correspondência de Livraria Clássica Editora, 1907 (Produção)*.

<sup>150</sup> O trecho de *A moral anarquista* utilizado por Pinto Quartim para iniciar a obra é fidedigna á tradução de 1901 da Bibliotheca Sociologica -nº1, curiosamente são as últimas palavras de

O opúsculo inicia-se com uma observação estrutural e conjuntural da realidade social do país. Um quadro que podemos associar às forças, das experiências imediatas, que forjaram os primeiros sentimentos libertários em Pinto Quartim. Além do convívio com intelectuais e os grupos de afinidades em Lisboa e Coimbra até aquele momento, onde obteve contacto com a literatura anarquista, sua experiência no quotidiano com a classe subalterna foi decisiva para o carácter libertário que assumiu em *Mocidade, Vivei!*. A respeito do contacto com operariado português, seu relato é um retrato histórico da condição em que viviam nos princípios do século e, ainda, um quadro reflexivo sobre a aproximação dos libertários com as associações de classe naquele período:

Olhai em volta, e o que vedes se não uma multidão de homens, mulheres e crianças que se lamentam, choram e desesperam? Em toda a parte encontrais operários que protestam contra o excesso de trabalho e a sua péssima remuneração; vagabundos que roubam e mendigam; mulheres que se prostituem.

Meditai sobre a vida do operário: mora numa casa que ameaça desabar de carcomida e velha, onde a custo o ar penetra, situada numa rua estreita cuja calçada o sol nunca aquece, numa rua tortuosa e imunda que exala um cheiro a podre que asfixia e adoente.

Tem três divisões pequenas esses casebres e nelas vivem cinco ou seis pessoas numa promiscuidade imoral, dormindo sobre enxergas remendadas e sujas, e sua aparência doentia e enfezada logo nos denuncia que o seu alimento é insuficiente para a força que despendem.<sup>151</sup>

Após esboçar alguns traços sobre a realidade social da classe operária portuguesa, Pinto Quartim inicia uma abordagem mais doutrinária. Em harmonia com as concepções libertárias de Kropotkine, o anarquista português apresenta em seu opúsculo uma definição conceitual do anarquismo muito próxima das noções formuladas pelo teórico russo.<sup>152</sup> O autor de *Mocidade, Vivei!*, em resposta a um amigo “colaborador de

---

Kropotkine na obra. Na biblioteca particular do jornalista encontra-se um exemplar de 1901, impresso em Coimbra pela Biblioteca Sociológica n.º 1, porém, não podemos precisar se é o mesmo que recebeu de Gomes da Silva já que, além de adepto, Pinto Quartim também era um memorialista do movimento ácrata, pois ao longo de sua vida reuniu diversos materiais sobre a história do movimento anarquista, não somente de Portugal.

<sup>151</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & c.ta., 1907, p. 14-15.

<sup>152</sup> Segundo observou Jean Préposiet, “Homem de ciências, Kropotkine considerava ser necessário dar bases científicas ao anarquismo. Longe de ser utópica, a ideia de uma sociedade anarquista é aquilo a que chama ‘um ideal de sociedade’ e o seu papel é bastante comparável ao da hipótese no trabalho do cientista.” Ou ainda, “Kropotkine pensa que a prática revolucionária não pode dispensar objetivos rigorosos nem uma consciência clara dos meios a utilizar.” PRÉPOSIET, Jean. *História... op. cit...* p. 297-325.

várias revistas libertárias”, mas que lhe dizia que o “anarquismo era um absurdo”, defende “uma organização social que, como o anarquismo, é formulada exclusivamente em princípios científicos.” E que tem como principais defensores, entre outros intelectuais, ainda nas palavras de Pinto Quartim, “Eliseu Rèclus, o maior geógrafo do mundo, Herbert Spencer, o mais eminente sociólogo moderno, Henrique Ibsen, o maior dramaturgo de todos os tempos, Pedro Kropotkine, o mais poderoso cérebro da Europa contemporânea.”<sup>153</sup> Considerando o anarquismo a partir dos princípios “exclusivamente” científicos, Quartim aconselhava não somente a observação atenta da realidade social, mas também ao estudo das filosofias modernas. Processo, que segundo o jovem anarquista, conduziria espontaneamente o indivíduo à fé, ao ideal libertário e assim automaticamente à insurreição e à revolta. Em outras palavras, a experiência, a observação e o estudo do ideal, conduziria à “revolução social que fatal e irresistivelmente se há de produzir.”<sup>154</sup> Neste sentido o anarquista aconselhava: “vencei essa vossa ignorância”, através do estudo, da análise e crítica da questão social, “e, vencida ela, brotará espontaneamente a fé e com a fé nascerá a vida.”<sup>155</sup> Compreende-se, portanto, em *Mocidade, Vivei!*, uma noção de fatalidade, de automatismo da revolução social. Nas palavras de Pinto Quartim:

Se empregardes a vossa inteligência no estudo das ciências positivas e naturais, o vosso cérebro se libertará dos dogmas da fantasiosa teológica, o fantasma de deus com que uma nociva educação religiosa vos escravizou desaparecerá do vosso espírito, e ficareis espantados em face da perversidade, das iniquidades e das mentiras sobre que assenta esta engrenagem social corrompida até ao âmago. Finalmente, se com ânimo sereno e imparcialidade de espírito, vos dedicardes ao estudo da filosofia libertária, esse estudo voos indicará onde estão as causas do descontentamento da humanidade vos insinará os remédios eficazes para os sofrimentos humanos; porque essa filosofia vos convencerá de que o homem, produto da Natureza, deve unicamente estar sujeito às imprescritíveis leis naturais, e de que o gerador do mal estar universal é a não observância dos direitos naturais do homem e que esses direitos inalienáveis são: a igualdade, a liberdade e a busca da felicidade.<sup>156</sup>

Cronologicamente o opúsculo “*Mocidade, Vivei!*” situa-se, na divisão formulada por João Freire, entre a primeira e segunda fase de difusão do anarquismo em Portugal. Na primeira fase, a matriz teórica kropotkiniana coloria com tinturas anarco-

---

<sup>153</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!... op. cit...* p. 32-33.

<sup>154</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>155</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 24-25.

comunistas a propaganda libertária em Portugal desde a década de 1871, data da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores em Lisboa.<sup>157</sup> Neste período alguns intelectuais, depois de um contato com as obras do anarquista russo, assumiam-se como libertários. Segundo Maria Filomena Mônica, na década de 1870, “depois de ter lido Kropotkine” o médico Eduardo Maia “declarava-se anarquista”. Em 1881, a União Democrática Social e a Associação União dos Trabalhadores, separavam-se do Partido Socialista, também “declarando-se anarquistas.”<sup>158</sup>

O período demarcado pela formação da AIT em Portugal e a publicação de *Mocidade Vivei!*, caracterizou-se, sobretudo pelo fluxo contagiante das concepções anarquistas de Kropotkine no país. Momento em que os libertários portugueses dedicavam-se à propaganda doutrinária e à organização do “partido” anarquista. Com a virada para o século XX, verifica-se uma nova atitude dos anarquistas portugueses que, em sintonia com as discussões dos militantes franceses, começavam a refletir sobre as ações dos anarquistas face ao sindicato.<sup>159</sup> Segundo João Freire, a obra *O movimento operário em Portugal* de Campos Lima pode simbolicamente ser associada ao início da segunda fase de difusão do anarquismo no país. O texto preparado no ambiente académico para a cadeira de Ciência Económica da Faculdade de Direito apresentado no ano letivo de 1903-1904, recebeu publicidade em 1905 no número 52º da revista científica e literária da Universidade de Coimbra. O artigo foi publicado em *O Instituto*, na seção de ciências morais e sociais. Entre outras discussões em seu trabalho académico, como as noções de greve geral, Campos Lima defendia a necessidade da presença anarquista no interior das associações de classe, para que leve a força necessária que conduzirá à transformação social. Entre outras discussões, o jovem libertário dissertava sobre a proximidade do “partido” anarquista com o sindicato. Em suas palavras: “intimamente ligado com as

---

<sup>157</sup> FREIRE, João. *100 anos de anarquismo... op. cit...*

<sup>158</sup> MÔNICA, Maria Filomena. Os trabalhadores e os anarquistas. in FREIRE, João. *100 anos de anarquismo... op. cit...* p.11-12.

<sup>159</sup> Para João Freire, nesta “primeira fase” de propaganda e organização do “partido” anarquista “consistia essencialmente na existência de grupos locais e afinitários que se dedicavam ao estudo e à propaganda doutrinária. se é verdade que esta época tem já sido qualificada de radical, catastrófica e terrorista – no que à acção dos anarquistas se refere, em geral – julgamos que, no caso português, este adjectivos tiveram sobretudo um valor expressivo e simbólico, a que não correspondeu um grau de violência física comparável. É certo que violência verbal é grande, mas o enfrentamento com as classes e instituições dominantes é sobretudo vivido *através* das peripécias da acção terrorista praticada em França, em Espanha, na Rússia ou na Itália. De resto, o período propriamente terrorista é curto, quase um episódio na vida do movimento. O que não impede que tenha crescido desmesuradamente nos imaginários sociais, tanto dos seus adeptos como dos seus adversários.” FREIRE, João. *100 anos de anarquismo... op. cit...* p.19-20.

reclamações operárias anda o problema da transformação da sociedade, sendo certo que o movimento operário só consegue ter alguma coesão e força quando norteado pelos ideais revolucionários.”<sup>160</sup> Antes da sua viagem a Paris, em abril de 1906, ocasião em que conviveria com militantes de grande influência no movimento social francês, como Jean Grave, Sébastien Faure e Charles Malato, Campos Lima já se ligava aos temas relacionados à organização operária e os anarquistas, discutidos por libertários franceses. O tema sobre a atitude dos libertários face ao sindicato já embalava as discussões em torno do Núcleo de Educação Anarquista, em meados de 1906. Artigos de Errico Malatesta recebiam espaço nas páginas do semanário *A Éra Nova*, trazendo ao debate as noções organizacionistas do anarquista italiano, no interior do partido anarquista português. Os estudantes do NEA defendiam que a presença libertária nas organizações populares deveria fazer parte do programa do partido anarquista. Desta forma, os académicos em torno do núcleo, compreendiam, a partir de Malatesta que:

Para fazer propaganda é preciso estar entre a gente, e é nessas associações operárias que o operário acha os seus companheiros e especialmente os que mais dispostos estão a compreender e aceitar nossas ideias. Mas ainda que se pudesse fazer fora das associações toda a propaganda possível, esta não poderia ter efeito sensível sobre a massa operária. À parte um pequeno número de indivíduos, mais instruídos e capazes de reflexão abstrata e de entusiasmo teórico, o operário não pode chegar de golpe ao anarquismo. Para ficar anarquista a sério, e não apenas de nome, é necessário que ele comece a sentir a solidariedade que o liga aos seus companheiros, aprenda a cooperar com os outros na defesa dos interesses comuns (...).<sup>161</sup>

Entre 1903 e 1904, Campos Lima reverberava em sua dissertação as noções de ordem estratégica. Segundo ele a ideia revolucionária tomava “também as grandes classes e, é já vulgar que um conde ou um príncipe venha tomar nas suas mãos aristocráticas o pendão das reivindicações do povo.”<sup>162</sup> O anarquista português não se restringiu aos traços teóricos da doutrina. Ainda nos finais do século XIX, aos 17 anos, Campos Lima participou em Coimbra de um “comício de trabalhadores no bairro dos Olivais, discursando ao lado dos precursores do movimento operário em Portugal,

---

<sup>160</sup> LIMA, Campos. O movimento operário em Portugal. Dissertação para a cadeira de Ciência Económica da Faculdade de Direito apresentada no ano lectivo de 1903-1904. In *O instituto: revista científica e litteraria*. vol. 52, n.º 7, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1905, pp. 385, 518, 588, 650 e 712. ISSN: 0378-4193. Consultado: 18 de julho de 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/12006>

<sup>161</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 9 de junho de 1906, ano I, n.º 18, p. 2-3.

<sup>162</sup> LIMA, Campos. O movimento operário... *op. cit.*... p. 519.

Ernesto da Silva e Azevedo Gneco.”<sup>163</sup> Em 22 de outubro de 1905, o jovem anarquista discursava na Liga das Artes Gráficas do Porto, para um auditório composto exclusivamente por operários. Seu entusiasmo pelo ambiente é retratado nas primeiras páginas da sua obra, “além de tudo, é este um auditório especial, aquele que eu tenho procurado mais.”<sup>164</sup>

As relações entre o partido e as associações de classe, também receberam reflexão em *Mocidade, Vivei!*. Além da propaganda doutrinária, Pinto Quartim discutia sobre o tema caro ao sindicalismo revolucionário. Apesar do termo não receber uma reflexão, ou mesmo não aparecer em seu texto, o anarquista compreendia o papel revolucionário das associações, não somente composto por operários, mas como um ambiente estratégico para difusão do anarquismo que conseqüentemente levaria à transformação social. Aos libertários e aos futuros adeptos, o anarquista aconselhava: “Ensinai a toda a gente, burgueses e operários, quais são os direitos do homem e indicai-lhe o caminho a trilhar para a regeneração de todos! Espalhai pelas cidades e pelas aldeias, nos clubes e nas fábricas, na rua e nos salões, os princípios do verdadeiro anarquismo.”<sup>165</sup>

A atitude de Pinto Quartim neste momento é, sobretudo no plano teórico. Em outras palavras, evidencia-se em seu texto uma discussão direcionada principalmente aos “afinatórios”, ou seja, aos partidários da sua ideologia, do que propriamente à classe operária em si. Suas palavras eram, sobretudo, lançadas em direção à juventude portuguesa, “aos mancebos e às mulheres jovens”, e não diretamente aos trabalhadores. Desta forma, iniciava seu texto com a seguinte pretensão: “são estas páginas unicamente escritas para aqueles que, como eu, atravessam a primavera da vida, essa quadra em que todo nos sorri como um cântico, em que os nossos corações se abrem para tudo o que é belo, para tudo o que é justo.”<sup>166</sup> A este público, Pinto Quartim aconselhava:

Estudai a doutrina anarquista e esse estudo vos fará ver que não é quimérica a Felicidade Humana, e quanto mais aprofundares as aspirações dos libertários mais vos convencereis da sua possível realização. Por agora limito-me a lembrar-vos que se o homem não *nasce bom* como afirmou Rousseau, também não *nasce mau* como nos quer fazer crer o pessimista alemão. Que nasça bom, mau ou neutro deve ser-nos indiferente, pois sabemos que o homem é um ser amoldável ao meio em que vive, que a educação modifica o seu carácter

---

<sup>163</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição... op. cit...* p.168.

<sup>164</sup> LIMA, Campos. *A questão social... op. cit...* p.3-9.

<sup>165</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!... op. cit.*, p. 41.

<sup>166</sup> *Idem*, p. 9.

e, conseguintemente, num meio são e com uma educação racional o homem há de forçosamente ser pródigo em generosidade e altruísmo.<sup>167</sup>

Depois de ler *A moral anarquista* e professar os ideais libertários inspirados no anarco-comunismo de Kropotkine, Pinto Quartim buscou refletir em seu opúsculo algumas noções da moralidade ácrata, conceitualizada pelo revolucionário russo, como as concepções de bom e mau, como vimos na citação anterior. Para o príncipe anarquista, em sua obra sobre a moral, estas concepções correspondem às ações do indivíduo e são determinadas pelas suas necessidades naturais, orgânicas e não pelas crenças, superstições ou por uma “consciência misteriosa”. Nas palavras de Kropotkine, a “acção do homem, seja qual for a sua linha de conducta, ele *obra sempre por obediência a uma necessidade da sua natureza*. O acto mais repugnante, bem como aquele para nós indiferente ou atraente, são igualmente ditados por uma necessidade do indivíduo.”<sup>168</sup>

Determinantes variáveis segundo o grau de inteligência e conhecimentos adquiridos pelo indivíduo, assim como exposto por Pinto Quartim, ao reconhecer o papel da educação na formação dos preceitos morais. Neste sentido, o anarquista russo, reconhecia que tais concepções não são imutáveis, sendo também forjadas por meio da educação e da relação dialética do indivíduo com a realidade em que está inserido. Em outras palavras é moldável pelo meio, para valer da expressão de Pinto Quartim, que no fundo traduz as considerações de Kropotkine sobre a formação do senso de moralidade. Quando este compara as relações entre bom e mau em diferentes espécies, procura analisá-la nas relações coletivas e não individuais.<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> *Idem*, p. 27.

<sup>168</sup> KROPOTKINE, Pedro. *A moral anarchista*. Coimbra: Bibliotheca Sociológica nº I, 1901, p. 19-20.

<sup>169</sup> A partir da comparação com outras espécies, o geógrafo e anarquista russo, estabelecia o que entendia por uma moral anarquista, em oposição á uma moralidade baseada em crenças, superstições ou em preceitos filosóficos, considerando que o mundo animal oferecia uma base mais sólida para distinguir os conceitos de bom e mau, do que propriamente a religião ou a filosofia. Em síntese o anarquista argumentava: “A ideia do bem e do mal nada tem pois que ver com a religião ou a consciência misteriosa; é uma necessidade natural das raças animais. E quando os fundadores das religiões, os filósofos e os moralistas, nos falam de entidades divinas ou metafísicas o que fazem é repetir o que todas as formigas, todos os pardais, praticam em suas pequenas sociedades: - É isto útil á sociedade? Nesse caso é bom. - É nocivo? Então é mau.” Ou seja, não somente pensado a partir da ideia de repressão e, muito menos uma noção destinada ao bem exclusivo do indivíduo, mas da coletividade como um todo. Noções como a ajuda mútua, ou do princípio de solidariedade, na fórmula: “faça aos outros o que gostaria que te fizessem nas mesmas circunstâncias”, bases presentes no anarco-comunismo. KROPOTKINE, Pedro. *A moral... op. cit...* p. 28-30.

Em sintonia com as discussões em França, sobre o papel da educação e da força do meio na formação carácter do indivíduo, Pinto Quartim também fundamentava seu posicionamento a partir dos escritos de Charles Malato, citando um trecho da obra “*Philosophie de l'anarchie*”, onde o anarquista francês reconhecia que:

A educação e o meio fazem o homem; a história inteira é a melhor prova. Se a educação cristã fez suportar durante onze século cem milhões de homens o julgo da Idade Média, a educação anarquista saberá, sem padres, sem juízes e sem soldados, fazer com que reine a verdadeira harmonia social.<sup>170</sup>

Os escritos de Pinto Quartim e de Campos Lima traduzem uma particularidade dos anarquistas portugueses nos primeiros anos do século XX. Entre as reuniões dos grupos de afinidades e organização do partido, os libertários também se dedicaram à preparação do terreno (das associações operárias) para a sementeira do ideal ácrata. Este trabalho de propaganda, foi ganhando força a partir das resoluções do Congresso da *Confédération Générale du Travail*, de outubro de 1906 em Amiens na França. Após a emblemática *Carta de Amiens*, um certo entusiasmo tomou conta dos libertários em nível internacional. A introdução da *idéa* em Portugal, segundo a historiadora Joana Dias Pereira, ocorreu de forma progressiva a partir dos anos seguintes, sobretudo em 1908, com a publicação do periódico *A Greve*. Com um discurso “apelando à convergência entre socialistas e anarquistas, sob a bandeira da luta de classes, de forma a potenciar a ofensiva em curso.”<sup>171</sup>

A semente libertária, lançada no terreno operário nos primeiros anos do século XX, foi germinando ao passar do tempo, em Portugal. A concepção revolucionária do sindicalismo veio a florescer, de forma sistemática, a partir da implantação da República em Portugal. João Freire em seu estudo sobre a presença do pensamento malatestiano no país, identificou que após 1910 a convergência entre anarquistas e o operariado, embalou não somente as discussões no interior do partido anarquista, mas a própria dinâmica do movimento operário português, a partir da difusão do pensamento de Malatesta, através das páginas dos periódicos *Aurora* no Porto e d'*A Sementeira* em Lisboa.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> MALATO, Charles. *Philosophie de l'anarchie*. apud QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!...* op. cit., p.27.

<sup>171</sup> PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário a história de uma idea*. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio, 2011, p. 9.

<sup>172</sup> FREIRE, João. Malatesta e o anarquismo português. *Ler História*, nº6, 1985, p. 35-49.

Por outro lado, esta viragem na atitude dos libertários se deu em âmbito internacional, não somente no caso português, em decorrência das influências da *Carta de Amiens*. Porém, a circulação de pessoas pelo Atlântico contribuiu para reforçar o carácter estratégico e ideológico das novas noções libertárias para o movimento social dos trabalhadores na Europa. O regresso do militante anarquista Neno Vasco a Portugal em 1911, após uma década no Brasil, será um dos principais fatores responsáveis pela difusão do pensamento malatestiano<sup>173</sup> na “porta” da Europa e do sindicalismo revolucionário, conforme destacou o historiador brasileiro Alexandre Samis.<sup>174</sup> Em outras palavras, a concepção anarquista do sindicalismo, ou as teses “os anarquistas no movimento operário”, ganharam maior ressonância na organização social dos trabalhadores com a presença de Neno Vasco em Lisboa a partir do início da segunda década do século XX.<sup>175</sup> João Freire, no estudo introdutório da reedição da obra que Neno Vasco dedicou ao tema, refere que esta fase de difusão do sindicalismo revolucionário no país, foi marcada não mais exclusivamente por textos propriamente teóricos, “mas de literatura de agitação e combate, de divulgação popular, onde a fórmula se avanta à reflexão, e o conceito cede o passo ao slogan.”<sup>176</sup>

Na primeira década do século XX, quando o terreno ainda era preparado para sementeira da *idéa*, questões e temas a respeito da “missão da mulher na revolução”,<sup>177</sup> também recebiam espaço na literatura de propaganda doutrinária. Olinda da Conceição de Jesus Gama, em sua investigação sobre o anarquismo e as relações de poder e de género em Portugal, argumenta que o discurso anarquista sobre o tema, nas duas primeiras décadas do século XX, possuiu pontos divergentes entre os seus interlocutores. Porém, identifica a historiadora, “todos direcionam para o reconhecimento e legitimidade da

---

<sup>173</sup> FREIRE, João. Malatesta... *op. cit.*...

<sup>174</sup> Sobre a trajetória de Neno Vasco e, do sindicalismo revolucionário em Portugal e no Brasil ver SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

<sup>175</sup> Tese elaborada por Neno Vasco e apresentada por Aurélio Quintanilha no Congresso Anarquista da Região Sul, em 27 e 28 de junho de 1914. Temas como o anarquismo e sindicalismo; o automatismo sindical; a liberdade de propaganda no sindicato; o funcionalismo sindical; a atitude dos anarquistas no sindicato; propaganda anarquista nos sindicatos; as reformas econômicas burguesas; embalsamaram as discussões no congresso anarquista. Arquivo Histórico Social / Projecto Mosca. BNP/N61/Núcleo Neno Vasco/CX55-55<sup>a</sup>. *Os anarquistas no movimento operário. Tese apresentada pelo grupo editor da Brochura Social à conferência Anarquista da Região Sul reunida em Lisboa em 27 e 28 de junho de 1914*.

<sup>176</sup> FREIRE, João. Estudo introdutório, In VASCO, Neno. *A concepção anarquista do sindicalismo*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1984, p. 22.

<sup>177</sup> *A Era Nova*, Coimbra, 28 de abril de 1906, ano I, n.º. 12, p. 3.

igualdade de género.”<sup>178</sup> Em *A moral anarquista*, Kropotkine considerava que o princípio de igualdade equivale à própria anarquia, em suas palavras:

“Declarando-nos anarquistas, proclamamos de antemão o princípio pelo qual renunciamos a tratar os outros como não queríamos ser tratados por eles; declaramos que não mais suportaremos a desigualdade que possa permitir a qualquer de nós exercer a sua força, velhacaria ou habilidade de uma forma que nos é repugnante. Mas igualdade em tudo – sinónimo de equidade – é a Anarquia.”<sup>179</sup>

Em abril de 1906, quando Pinto Quartim já era um assíduo frequentador da casa de Gomes da Silva e Campos Lima nos Palácios Confusos, o Núcleo de Educação Anarquista publicou um artigo de Soledad Gustavo, pseudónimo da escritora e professora anarquista Teresa Mané, conhecida pela sua luta em favor da igualdade e emancipação feminina. No texto a militante espanhola respondia a seguinte questão: “Qual é, pois, a missão da mulher?” na revolução. Em resposta, a libertária acrescentava:

A sociedade atual caminha para a sua destruição á medida que o homem tende a emancipar-se; porém, o homem não se poderá emancipar se antes não consentir na emancipação da mulher.

O homem julga, e, no meu entender, julga bem, que a revolução não se faz por causa da mulher e que só efetuará quando ela esteja a seu lado... Qual é pois, a missão da mulher? (...)

Aplinar o caminho do homem para que depressa chegue á sua emancipação, que é a sua própria emancipação; instruir-se na verdade, ainda a despeito dos que sempre lhe disseram que a verdadeira instrução era a que se baseava na fé... Saber resolver, sem a intervenção do padre nem do juiz, as soluções mais importantes da vida, e com outras que o seu mesmo critério lhe fará observar, se o tiver livre de preocupações rotineiras, será um digno elemento para a revolução. Depois do que

---

<sup>178</sup> Com o objetivo de analisar a “arquitetura anarquista” a respeito das relações e poder de género, Olinda da Conceição de Jesus Gama debruçou-se sobre três publicações libertárias: a publicação mensal ilustrada *A Sementeira*, o semanário *O Protesto* e seu sucessor *Guerra Social*. A partir da análise destas publicações, Olinda Gama considerou que nos princípios do século XX, emerge um discurso por vezes dissonante dos organizadores dos periódicos e, em alguns casos com a doutrina anarquista, revelando uma multiplicidade de olhares e interpretações sobre o papeis sociais, políticos e culturais da mulher. Segundo a historiadora, de modo geral “todos direcionam para o reconhecimento e legitimidade da igualdade de género; nenhum ignora a existência de uma hierarquia de género; assumem categoricamente os princípios de autonomia e independência para todos; admitem uma maior soberania intelectual no homem – em parte devido ao reduzido investimento feito na educação da mulher; situam-se num polo radicalmente oposto ao das propostas feministas de matriz republicana, assumindo uma voz crítica face às suas posições; assumem lutar por um progresso social e moral do indivíduo.” GAMA, Olinda da Conceição de Jesus. *Anarquismo e relações de género: o olhar anarquista do início do século XX*. Lisboa, 2014. (Dissertação de Mestrado – ISCTE-IUL)

<sup>179</sup> KROPOTKINE, Pedro. *A moral anarchista... op. cit.*, p. 40-41.

temos visto no primeiro de maio de 1891, podemos muito bem augurar que o porvir é da mulher.<sup>180</sup>

Teresa Mané considerava em seu artigo que a situação socioeconómica e política da mulher era decorrente das condições da sua instrução. Neste sentido, reconhecia que somente com uma mente instruída a mulher identificaria no anarquismo as garantias “da igualdade de direitos em ambos os sexos”, que segundo a militante, o ideal oferecia. No entanto, apesar da filiação às concepções da anarquista, precursora do movimento feminista em Espanha, a visão a respeito da igualdade de género parecia não ser predominante no interior do Núcleo de Educação Anarquista de Coimbra, sobretudo, no âmbito do projeto de instrução concebido pelo grupo. Na edição seguinte ao texto de Teresa Mané, em 5 de maio, *A Éra Nova* trazia um texto que fazia parte de uma série de artigos sobre a instrução, cuja autoria pertencia ao estudante libertário Alfredo Pimenta, um dos dirigentes do núcleo. Nesta edição os organizadores do semanário anarquista apresentavam um conceito contraproducente ao da professora espanhola e, porque não, ao próprio princípio de igualdade manifesto na concepção anarquista. O estudante, entendia que em comparação ao homem havia diferenças físicas e mentais que tornavam a mulher “propensa à religiosidade, a tudo quanto se refira ao sobrenatural, à superstição, ao fatalismo cego.” Desta forma, o militante do Núcleo de Educação Anarquista, a partir da noção que “enquanto no homem o acto predominante é o dinâmico, na mulher aquele que mais acentuadamente a forma, a caracteriza, é o estático”, aconselhava uma metodologia de ensino diversa para os géneros. De acordo com as reflexões de Alfredo Pimenta:

A educação literária da mulher deve ser, tanto quanto possa, subordinada a um método experimental. A parte meramente teórica deve ser resumida. Assim, ao lado de noções as mais gerais sobre história, literatura e história da moral, ela deve ter conhecimentos mais concretos, embora não muito profundos, da física, química, biologia, anatomia comparada, fisiologia e higiene.<sup>181</sup>

Contradições e divergências que circulavam em Coimbra no período em que Pinto Quartim frequentava a “república” nos Palácios Confusos, espaço em que os estudantes, que gravitavam em torno do núcleo anarquista, organizavam e editoravam os escritos pedagógicos e de propaganda estampados em *A Éra Nova*, fonte onde Quartim

---

<sup>180</sup> GUSTAVO, Soledad. Missão da mulher na revolução. *A Éra Nova*, Coimbra, 28 de abril de 1906, ano I, n.º 12, p.3.

<sup>181</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 5 de maio de 1906, ano I, n.º 13, p. 1-2.

bebeu as primeiras noções anarquistas, e que manifestou em sua obra inaugural sobre o ideal. Na coluna sobre as subscrições voluntárias e receitas financeiras do semanário do núcleo, em março de 1906, o nome de Pinto Quartim aparece entre os assinantes do jornal em Coimbra, como uma contribuição de 900 réis. O número avulso do semanário era comercializado em março daquele ano a 10 réis. A quantia entregue por Pinto Quartim aos editores, associava o seu nome as causas e as atividades desenvolvidas pelo núcleo anarquista de Coimbra.<sup>182</sup>

Assim como outros propagandistas anarquistas da época, Pinto Quartim reconhecia e condenava as relações de poder de género impregnadas na sociedade. “Mulheres vós que”, clamava o jovem anarquista em seu opúsculo, “quer como esposas quer como filhas, sois escravas; vós que sois obrigadas a prestar obediência a vossos maridos como se deles fosseis propriedade; vós que pelo despotismo da casa paterna nem sequer pode escolher livremente o homem que ambicionais”.<sup>183</sup> A estas mulheres aconselhava a instrução e a luta em favor da sua emancipação, acrescentando: “quereis ser livres, mulheres? quereis sorver o prazer inefável da Liberdade? Quereis enfim viver? – Instrui-vos! procurai a Verdade, e quando de posse dela sereis livres e sereis felizes”.<sup>184</sup>

Em face da situação da mulher e, sobretudo, em decorrência da instrução destinada à elas em relação ao homem, o jovem anarquista colocou em seus primeiros escritos doutrinários um esforço para promover a instrução e, conseqüentemente a emancipação da mulher, com uma estética literária destinada principalmente “ao coração das mulheres”. Em agosto de 1908, o seu semanário anarquista *O Protesto*, informava sobre uma série de publicações do grupo libertário intituladas: *Libertai-vos*. Com tinturas anarquistas, o opúsculo “do camarada Pinto Quartim que, falando ao coração das mulheres, pretende estimulá-las ao estudo da única doutrina capaz de as elevar ao seu verdadeiro nível,” ou seja, o anarquismo.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> *A Éra Nova*, Coimbra, 31 de março de 1906, ano I, n.º 9, p. 4. Para o mês de março de 1906, entre subscrições voluntárias, assinaturas e venda do semanário, o Núcleo de Educação Anarquista obteve uma receita bruta de 31\$619 réis, e entre despesas um total de 34\$260, portanto, ficando com um déficit de 2\$641 réis. *A Éra Nova*, Coimbra, 7 de abril de 1906, ano I, n.º 10, p. 4.

<sup>183</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei... op. cit...* p. 44

<sup>184</sup> *Idem*

<sup>185</sup> Em seguida a notícia do opúsculo de Pinto Quartim dedicado á mulher, surge outra publicação que se direcionava exclusivamente ao público feminino. Lia-se na coluna “Publicações d’O Protesto”: “Cartilha de instrução social ‘á mulher’. Este livrinho de propaganda libertária, composto de 128 páginas, encontra-se á venda, ao preço de 100 réis apenas, no Quiosque Elegante, do Rossio e na Livraria do Povo, travessa de S. Domingos, 60, Lisboa.” *O Protesto*. Lisboa, 29 de agosto de 1908, ano I, n.º 6, p. 3.

O assunto também mereceu algumas páginas em *Mocidade Vivei!*. Citando Laugel, Pinto Quartim reconhecia o princípio de igualdade entre os géneros, essencial ao próprio anarquismo. Buscando não fazer “a mais leve distinção entre os sexos”, nosso autor dedicava parte do seu manifesto doutrinário, não somente ao clamor pela necessidade da emancipação feminina, mas também à temas particularmente direcionados ao público feminino.

E a dedicar à gente moça este livrinho, de forma alguma faço a mais leve distinção entre sexos. “O tipo da espécie é uma imagem dupla. O Homem não é Adão, é Adão e Eva” – escreveu Laugel. Com efeito, a mulher completa o homem, e tudo o que interessa a este deve interessar também aquela.

A mulher, companheira do homem, participe em tudo o que o alegra e contenta e, em tudo o magoa e aflige, só gozará da felicidade plena no dia em que o seu esposo se sinta inteiramente feliz, e vice-versa.

Dotada dos mesmos sentimentos e das mesmas faculdades, ela, que compartilha a sua sorte, deve dar-lhe todo o auxílio, pondo o seu cérebro e o seu afecto na investigação do caminho que conduzirá a Humanidade ao templo sumptuoso da Paz e do Amor.

E ambos de braço dado, ela reclinando a cabeça sobre a seu ombro, dando-lhe o sorriso que tudo esquece e a tudo anima, ambos muito unidos, com os olhos fitos no mesmo *Além*, percorrerão mais suavemente a estrada clara e recta do Progresso e da Libertação.<sup>186</sup>

Apesar de reconhecer que a mulher possuía “os mesmos sentimentos e as mesmas faculdades” em relação ao homem, compreende-se do seu texto uma distinção de papéis entre os géneros, assim como o artigo de Alfredo Pimenta em *A Éra Nova*. Pinto Quartim refletia em seu opúsculo uma imagem, de certo modo, ainda tradicional atribuída à mulher, uma missão social regida pelo costume e em parte relacionada à natureza feminina, fortemente enraizada nos meios burgueses, ou seja, a “arte de educar”. Após enumerar os principais elementos *sui generis* da natureza feminina, o anarquista tece algumas considerações acerca do seu papel na “estrada clara e recta do Progresso e da Libertação”.

Não sois vós que, primeiro com a seiva do vosso sangue, depois com o leite do vosso seio, dais vida aos filhos da vossa alma? Não sois vós que, com o vosso sorriso airoso, insiniais a criancinha a sorrir também? Não é a mulher que, com a sua solicitude inexcedível e com a sua voz harmoniosa, insina esses pequeninos entes a darem os primeiros passos e a balbuciarem as primeiras palavras? Não sois vós também que despertais os primeiros sentimentos nesses corações inocentes? Não sois vós, enfim, que criais, formais e educais as crianças que serão mais tarde homens? (...)

---

<sup>186</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei... op. cit...* p. 10.

Cultivai, pois, mulheres, o vosso cérebro para que vos emancipeis da tutela do homem, e com cuidado aplicai-vos à Arte da Educação para possais educar vossos filhos de forma a fazê-los felizes.<sup>187</sup>

Em meados 1907, a militante feminista Lucinda Tavares<sup>188</sup> escrevia a Pinto Quartim, recentemente expulso da Universidade de Coimbra, solidarizando-se com o amigo, considerando aquele ato um “indigníssimo procedimento da academia de Coimbra”. Porém, aconselhava a ouvir “os conselhos de sua mãe, continuando a estudar aqui, continuando a amar este cantinho da Europa.”<sup>189</sup> As palavras de Lucinda Tavares, além de revelar uma certa proximidade com o ambiente familiar de Pinto Quartim, sugere um possível desejo do ex-aluno de direito em deixar Portugal, após os desdobramentos da “Questão Académica”. Naquela ocasião, Lucinda Tavares, tendo em seu poder os originais de “Angelina Vidal, Virgínia Quaresma e Albertina Paraíso”, convidava o anarquista para colaborar com um artigo “sobre Feminismo, sobre a influência da mulher no obstruir das noções”, para publicá-lo na revista *Alma Feminina*. A eminente militante parecia reconhecer em Quartim as qualidades necessárias para a empreitada e de este estar em sintonia com o posicionamento das intelectuais entorno da revista.<sup>190</sup>

Além do seu opúsculo de propaganda anarquista, Pinto Quartim preparava ao mesmo tempo um esboço para a sua defesa pública contra o foro académico da Universidade de Coimbra, que lhe fechou as portas da Faculdade de Direito em agosto daquele ano. Apesar da nota da Livraria Clássica Editora “a sair em breve”, não foi possível localizar edição do manuscrito: *Eu e a Questão Académica: o meu processo académico*, somente a versão original, datada de 18 de outubro de 1907.<sup>191</sup>

À medida que o ano avançava o clima intensificava-se, a política de engrandecimento do poder real, encabeçada por João Franco, corroborava para incendiar

---

<sup>187</sup> *Idem*. p. 46-47.

<sup>188</sup> Além do contacto com Pinto Quartim, Lucinda Tavares circulava pelos espaços de convívio ligados ao movimento anarquista. Em setembro de 1908 o seu nome aparecia nas páginas de *O Protesto* associado às iniciativas de propaganda anarquista em território português. Em 1º de setembro daquele ano a Biblioteca de Estudos Sociais começava a publicar *A sociedade moribunda e a anarquia* de Jean Grave, obra traduzida por Lucinda Tavares. *O Protesto*, Lisboa, 5 de setembro de 1908, ano I, n.º 7, p.3.

<sup>189</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-307. *Subsérie 307 - Correspondência de Lucinda Cardoso Tavares. 1907 (Produção)*.

<sup>190</sup> *Idem*

<sup>191</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-507. *Item 507 - Textos de Pinto Quartim sobre a Questão Académica de 1907. QUARTIM*, Pinto. *Eu e a questão académica: o meu processo académico*. Lisboa, 18 de outubro de 1907. (manuscrito).

ainda mais os ânimos dos mais revoltosos. Neste período, libertários aproximavam-se da maçonaria para angariarem recursos e maior viabilidade aos seus projectos. Em 12 de outubro de 1907, Campos Lima em correspondência a Neno Vasco, então em São Paulo, compartilhava a sua iniciação no Grande Oriente Lusitano Unido, com o fim de conseguir apoio para a sua Escola Livre. O libertário planejava ainda, por intermédio do Grande Oriente Lusitano, realizar uma viagem ao Brasil e a Buenos Aires, exclusivamente para fins de propaganda anarquista e para promover o seu projecto pedagógico na América Latina.

Assim como Pinto Quartim, Campos Lima instalou-se em Lisboa logo após o decreto que fechou para ambos a *Porta Férrea*. Em novembro de 1907, Campos Lima dividia um escritório de advocacia com Afonso Costa, na rua dos Fanqueiros. Porém, na carta a Neno Vasco, o anarquista reafirmava suas posições pessoais em relação a Afonso Costa: “Sabes bem que as minhas relações com o Afonso são neste particular perfeitamente... comerciais. Pois, eu preciso de estar estes seis meses em Lisboa para praticar e estar pelo menos outros seis com o escritório do Afonso para arranjar clientela.”<sup>192</sup> Em Lisboa, Campos Lima dedicou-se às atividades de escritor, colaborou em jornais e revistas. Como advogado defendeu trabalhadores e anarquistas, perseguidos ou condenados por crimes políticos ou de opinião. Mantendo estreitas relações com a classe trabalhadora, com indivíduos ligados ao Partido Republicano e a maçonaria.

Em agosto de 1907, quando Pinto Quartim organizava sua obra de propaganda libertária, um grupo ligado à Loja Maçónica Obreiros do Futuro, arquitetavam uma conspiração armada contra a monarquia e o ditador João Franco. Num edifício na rua de Santo António à Estrela, os revolucionários, Brito de Bettencourt, Manuel Vaz Rebordão, António Alcochetano e Carlos Antunes, fabricavam os explosivos, destinados a municiar outras organizações secretas, espalhadas por Lisboa. Porém, os trabalhos foram suspensos devido a uma explosão acidental na noite do dia 6 de agosto, quando o operário Manuel Vaz Rebordão manipulava os materiais explosivos, tarefa que, segundo as impressões de José Nunes, colhidas logo após o evento, era de responsabilidade de António Alcochetano.<sup>193</sup> A explosão vitimou fatalmente Manuel Vaz Rebordão e levou à prisão do seu irmão Luís e do professor Brito Bettencourt. António

---

<sup>192</sup> Arquivo Histórico Social. BNP/ESP/N-61/ Cx58. *Correspondências de Campos Lima a Neno Vasco, 1907-1910*.

<sup>193</sup> NUNES, José. *E para quê? Subsídios para a história*. Tipografia Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1918, p. 21-33.

Alcochetano e Carlos Antunes “informados da lamentável ocorrência, correram imediatamente á sede da Loja Obreiros do Futuro, e até as 2 horas da madrugada de 7 fizeram desaparecer material explosivo que devia chegar para carregar 1.500 bombas.” Em diligências pela casa de Manuel Vaz Rebordão a força policial, liderada pelo juiz Veiga, “fez uma colheita de 80 já prontas.” Dados que revelam que o plano conspiratório projetado pelo dr. António José de Almeida, para o mês de setembro, andava em avançado estado.<sup>194</sup>

Além do apoio de António José de Almeida para o fabrico das bombas, o grupo da rua de Santo António à Estrela, angariava fundos com a venda de opúsculos de propaganda doutrinária, de influência anarquista. O professor Brito de Bettencourt, que participava da manipulação dos explosivos, traduziu do inglês *O Rei e o anarquista*, e preparava a obra *Catecismo Ateu*. Segundo José Nunes, “com o produto da venda destas obras, junto às verbas com que cada um ia contribuindo, é que compraram ferramentas e material explosivo.”<sup>195</sup>

Em 8 de agosto, D. Carlos escrevia à João Franco alertando sobre as possíveis ameaças dos anarquistas. Quanto aos libertários, considerava o rei, “não me admira que nestes momentos turvos alguns aparecem e alguma coisa tentem; mas para isso é que nós cá estamos e por certo nem a ti nem a mim será o medo que nos fará mudar de caminho.”<sup>196</sup>

Em plena agitação política, a legação portuguesa em Paris comunicava ao governo estar informada que “anarquistas projetavam um atentado contra a vida d’El-Rei, por ocasião da sua visita ao Brasil.” Apesar do alerta, João Franco mostrava-se ciente da movimentação de anarquistas pelo Atlântico e sabia que o acto planejado em Paris articulava uma rede transnacional de militantes, não apenas de colonos portugueses residentes no Brasil, contrários ao seu governo. O ditador tinha conhecimento da intensa propaganda e atividade libertária na América do Sul. Como o próprio João Franco constatou anos mais tarde, em suas palavras: “um número crescido de anarquistas, alguns de nomeada, batidos dos países europeus, haviam-se estabelecido na Argentina; e, sendo de lá a breve trecho expulsos, também pela agitação violenta desenvolvida e atentados cometidos, tinham muitos deles passados clandestinamente ao Brasil.”<sup>197</sup> A viagem

---

<sup>194</sup> *Idem*

<sup>195</sup> *Idem*, p. 28-29.

<sup>196</sup> D. Carlos I, Pedras Salgadas, 08 de agosto de 1907. CASTELO-BRANCO, João Franco. *Cartas D’el Rei D. Carlos I... op. cit...* p.164.

<sup>197</sup> *Idem*, p. 41-42.

política planejava para março de 1908, não se concretizou em decorrência do trágico espetáculo, que teve como palco o Terreiro do Paço, em 1º de fevereiro. Naquela tarde, quando a família real regressava de Vila Viçosa, o rei D. Carlos e príncipe herdeiro D. Luís Felipe, foram alvejados a tiros.<sup>198</sup>

Segundo registou José Nunes, logo após o Congresso de Imprensa realizado em Paris nos finais de 1907, um grupo de revolucionários, portugueses e franceses, reuniram-se no café *Le Bréban*, no *Boulevard Poissonière*, para discutirem os planos contra João Franco”, confirmando as informações da legação portuguesa na capital francesa. No entanto, a tentativa de colocar em prática o plano tramado no estabelecimento francês fracassou em 28 de janeiro. Porém, como enfatizou José Nunes, “o 28 de janeiro foi o alvorecer do regime republicano de que o 5 de outubro resultou uma consequência fatal.”<sup>199</sup>

Em novembro de 1907, neste contexto de intensa movimentação de revolucionários em Lisboa, à véspera da publicação de *Mocidade, Vivei!*, numa tarde de domingo de final de outono, quando as últimas folhas insistiam em não cair, o estudante Aquilino Ribeiro, o médico Gonçalves Lopes e o comerciante Belmonte de Lemos, “preparavam tranquilamente o extermínio da Guarda Municipal,” em um modesto quarto de estudante na rua do Carrião. Por volta das três horas da tarde “um estrondo formidável sobressaltou a vizinhança”, nas proximidades com a Avenida. O estrondo alarmava novamente a população, lançando no imaginário social a imagem da presença de partidários mais radicais em meio à sociedade lisboeta, que ainda sentia os efeitos da explosão de agosto na rua de Santo António à Estrela.<sup>200</sup> Diante do alarme realçado por alguns veículos da imprensa, o *Diário Ilustrado*, na edição do dia 19 de novembro, procurava tranquilizar os ânimos da população, com a alegação de que os boatos, sobre o fim “manifestamente criminoso” do fabrico das bombas na rua do Carrião, não eram verdadeiros.<sup>201</sup>

Devido ao carácter ideológico do opúsculo *Mocidade, Vivei!*, este foi censurado durante o Estado Novo, tendo sua circulação e comercialização proibida no

---

<sup>198</sup> Sobre o regicídio ver SAMARA, Maria Alice; TAVARES; Rui. *O Regicídio*. Tinta da China, Lisboa, 2008.

<sup>199</sup> NUNES, José. *E para quê... op. cit...* p. 58-65.

<sup>200</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 9 de janeiro de 1911, n.º 255, e *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 16 de janeiro de 1911, n.º 256.

<sup>201</sup> Da mesma forma procedeu o *Diário de Notícias* e o *Jornal da Noite*, suprimindo das suas colunas as palavras “com fim manifestamente criminoso”. *Diário Ilustrado*, Lisboa, 19 de novembro de 1907, 37.º ano, n.º 12.389, p. 1.

país. Entre março de 1963 a fevereiro de 1969, os serviços de segurança da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE, mantinha o jornalista Pinto Quartim e sua filha, Glicínia Quartim, sob vigilância permanente, revelando que sua militância ainda causava riscos ao regime político do país. No relatório N° 149/63 de março de 1963, o inspetor responsável pelo levantamento dos aspectos morais e políticos e a identidade completa de António Pinto Quartim, qualificava o anarquista como um “individuo pouco sociável sendo bastante irascível e pouco acessível. É considerado adversário do Regime Político Português.”<sup>202</sup>

Após a publicação de *Mocidade, Vivei!*, Pinto Quartim lançou-se na propaganda da sua nova crença “com o entusiasmo e a sinceridade de um convicto, escrevendo, falando, organizando, e editando em 1907” o semanário anarquista *O Protesto*.<sup>203</sup> Na correspondência ao representante da delegação brasileira em Lisboa, o ministro Óscar de Teffé em agosto de 1913, Pinto Quartim classificou esta fase como “sectária e romântica e que todos os iniciados num credo religioso, político ou social atravessam”.<sup>204</sup> No entanto, esta fase correspondeu, sobretudo, ao processo de nivelamento das ideias que professou em seu opúsculo, refletindo as noções de aproximação do partido anarquista com os anseios da classe trabalhadora, mesmo que em nível inicial e no plano teórico. Ou seja, como veremos a diante, a sua expulsão para o Brasil pelo governo de Afonso Costa em agosto de 1913, colocou o jovem anarquista em contacto com a “família” anarquista brasileira. Alguns dias após a sua chegada ao porto do Rio de Janeiro, Pinto Quartim já se encontrava imerso no movimento anarquista e no operariado nacional, atraído pelas “forças de atração” que atuavam na América do Sul. Neste momento o “perigoso anarquista”, participou nos principais debates organizativos no interior da Confederação Operária Brasileira (COB). Influenciado pelas discussões de ordem estratégicas e ideológicas do 2º Congresso Operário Brasileiro, um novo entusiasmo e novas experiências, compartilhadas pelos militantes no Brasil, contribuíram para forjar em seu espírito novos sentimentos e ideais libertários, que deitaram raízes na “porta” da Europa após a anistia concedida pelo congresso português para retornar ao país.

---

<sup>202</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo: PIDE (Lisboa, Portugal). Processo, nº 411.sc/CI (2), np. 7007. *Conjunto de documentos da PIDE – Polícia Internacional e de defesa do Estado, processo: Pinto Quartim.*

<sup>203</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto... op. cit...*

<sup>204</sup> *Idem*

#### 4. “OH! AS REPÚBLICAS!”: UMA TERRA LIVRE, NUMA TERRA NÃO LIVRE

*“Não sou um revolucionário de ação, sou um propagandista de ideias.”*

*Pinto Quartim. A Época, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913.*

No inverno de 1912, após “assistir à falência absoluta das promessas dos republicanos e a queda consequente de todas as ilusões populares”, os libertários António José de Ávila, Carlos Rates, Jorge Campelo e Pinto Quartim, faziam circular um manifesto anarquista, que iniciava da seguinte forma:

No processo da evolução de todas as ideias, é fácil observar que nem sempre há uma marcha gradual ascendente para o seu objeto final. Há períodos de avanço como há outros também que, olhados superficialmente pelos menos, parecem ser de retrocesso. Um destes períodos atravessa presentemente o anarquismo na região portuguesa. Não é que o anarquismo esteja em crise – como impropriamente se costuma dizer – porquanto as crises que se atribuem aos ideais não são outra coisa do que crises que os homens sofrem na sua mentalidade e nos seus sentimentos. E, no caso de que nos ocupamos, são os anarquistas que atravessam, na sua maioria, um período de esgotamento e de impotência – resultado de circunstâncias várias e a que não são de forma alguma alheias as dificuldades materiais aterradoras da vida, – e os que não se abandonaram a esse abatimento moral uns, tem todas as suas energias absorvidas pelo movimento sindicalista com que se preocupam quiçá em demasia; outros, limitam-se a prestar de boa fé a sua cooperação a iniciativas burguesas na intenção excelente, mas baldada, de irem pensar em que as suas modificações serão aceites até onde convenham aos interesses políticos ou financeiros dos seus organizadores. (...)

Nesta conjuntura, nenhum trabalho de propaganda tem auxiliado a marcha natural, lenta, firme e incessante do pensamento para a anarquia. Tem-se deixado correr e enraizar-se mil corrupções originadas pela má fé de uns, e pela ignorância de outros. Tem-se permitido, com o assentimento tácito, que detratores sistemáticos deturpem as nossas intenções e os nossos atos, que políticos capciosos deturpem as nossas ideias e as nossas afirmações no sentido da sua conveniência. E mais; tem-se vindo a assistir a falência absoluta das promessas dos republicanos e a queda consequente de todas as ilusões populares sem que se tenha ido ao encontro do povo a fim de rasgar ante os seus olhos, novos e mais amplos horizontes, instigando-o a que não desanime na luta encetada pela sua liberdade e pelo seu bem estar, orientando, enfim, a sociedade portuguesa na sua marcha progressiva.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-P-100. Item 100 - «Terra Livre». Com este título aparecerá brevemente, em Lisboa, um semanário anarquista. Apelo a todos os que professam as ideias anarquistas ou que com elas simpatizam / A. J. Avila, Carlos Rates, Pinto Quartim e Jorge Campêlo. Data: 1912-01-10 (Produção).

Impresso num contexto em que as transformações políticas, inauguradas pela revolução republicana de outubro de 1910, pareciam não atender aos anseios das camadas populares, as linhas do manifesto revelam um estado de descontentamento e ilusão por parte dos militantes anarquistas com o novo regime. Através da atitude dos signatários, pode-se ainda perceber as ondas que abalavam e estremeciam o movimento libertário naquele momento, uma espécie de “sismógrafo”<sup>2</sup> do anarquismo em terras portuguesas. O manifesto circulou em 10 de janeiro de 1912, exatamente dois meses após o 1.º Congresso Anarquista Português. Para a Federação Anarquista da Região do Sul, o congresso, realizado entre os dias 11 e 13 de novembro de 1911 com a presença de 37 agrupações libertárias de todo o país, vinha de encontro com a necessidade de harmonizar e dar maior coesão aos princípios anarquistas.<sup>3</sup> A circular de janeiro era uma tentativa de somar esforços, para superar as divergências de princípios ideológicos e de ordem estratégicos entre os libertários, e assim conduzir a anarquia na “marcha gradual ascendente para o seu objeto final”, como pretendiam os signatários do manifesto.

Apesar da proclamação da República, os anarquistas portugueses enfrentaram duras perseguições nos primeiros anos do regime. Projetos de leis eram propostos e assinados por antigos companheiros de propaganda do Partido Republicano, com o objetivo de minimizar ou anular o impacto do ideal ácrata na edificação do novo projeto político, desenhado pelos republicanos. A imagem disseminada pelas páginas da grande imprensa e nos discursos de parlamentares, apresentando os anarquistas como detonadores de explosivos em cortejos de crianças, de verdadeiros “inimigos da Pátria”, revivendo os atentados dos últimos anos da monarquia. Sentenciados pelo governo e pela opinião pública, com uma condenação sem julgamento, propagandistas eram encarcerados nos “ferros da República”, jornais eram apreendidos e espaços, conhecidos por abrigar e difundir ideias sindicalistas ou anarquistas, eram encerrados pelo governo e atacados com violência pela população. A turba enfurecida, embalada com “estridentes vivas à República”, invadia espaços conhecidos pela frequência de operários e de militantes ou então, por meio de “fogueiras inquisitoriais”, reduzia à cinzas

---

<sup>2</sup> Jean-François Sirinelli, ao propor certos instrumentos de análise e de reflexão das correntes ideológicas, considera que abaixo-assinado é bom exemplo para “revelar e medir as ondas, os abalos e estremecimentos que percorrem,” por exemplo, o terreno da consciência nacional. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003, p. 249.

<sup>3</sup> Circular da Federação Anarquista da Região do Sul. *Autora*, 6 de agosto de 1911. Citado por RODRIGUES, Edgar. *O despertar... op. cit...* p. 235-245.

estabelecimentos que vendiam jornais e materiais de propaganda libertária.<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, as estruturas burguesas da República levavam propagandistas a trabalharem em searas alheias ao ideal, reduzindo sobremaneira as fileiras anarquistas. Ondas que abalavam a propaganda do ideal, pois muitos militantes isolavam-se em grupos de afinidades, prejudicando a imersão dos princípios anarquistas no movimento social dos trabalhadores.

A atitude panfletária dos signatários do manifesto “Terra Livre” era, portanto, uma tentativa de injetar novo fôlego nos meios libertários de Lisboa, de minimizar o impacto sofrido pelo movimento anarquista no país. Para esta empreitada, prometiam para breve a publicação de um semanário anarquista em Lisboa, com o título *Terra Livre*, “todas as quintas-feiras com 8 páginas, formato de *Temps Nouveaux* (38X26), apresentando atraente aspecto tipográfico, custará avulso 20 réis.”<sup>5</sup>

A ideia da publicação da *Terra Livre* nasceu nas reuniões de intelectuais anarquistas, na residência dos Quartins e Vieiras, em finais de 1911. Na ausência de uma sede própria para discutirem os principais assuntos em favor da “marcha gradual ascendente” rumo à futura sociedade anárquica, Quartim e sua companheira, a professora da Escola-Oficina nº 1, Deolinda Lopes Vieira, transformaram a casa em um importante espaço de convívio e de harmonização dos princípios anarquistas.

Deolinda Lopes nasceu na cidade alentejana de Beja, em julho de 1888, e faleceu em Lisboa no ano de 1993. Nos tempos de militância política ou em seu trabalho pedagógico para modernizar os métodos de ensino do país, a professora atuou quase sempre de forma autónoma em relação ao marido. Nos meios libertários e de ensino, construiu fortes elos de amizade e afinidades políticas com Rosalina Ferreira e Lucinda Tavares que em 1908 traduziu *A Sociedade Moribunda* de Jean Grave.<sup>6</sup>

Reuniam-se com frequência na casa do casal, além da professora Lucinda Tavares, os militantes: Neno Vasco, Sobral de Campos, António Manaças, Afonso Manaças, Aurélio Quintanilha, Suzana Quintanilha e Mário Costa. O grupo anarquista,

---

<sup>4</sup> Na sequência do atentado de 10 de junho de 1913 na rua Nova do Carmo, “muitas pessoas dirigiram-se ao antigo e conhecido quiosque da *Boia*, situado em frente á calçada do Duque, e lançaram-lhe fogo, levantando estridentes vivas á República.” Os manifestantes dirigiram-se até a Casa Sindical, “á praça das flores, partido os vidros do edifício.” *A Capital*, Lisboa, 10 de junho de 1913, n.º 1028, 3.º ano, p. 1-2.

<sup>5</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-P-100. *Item 100 - «Terra Livre». Com este título aparecerá brevemente... op. cit...*

<sup>6</sup> FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória urbana – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 99.

reunido em torno da residência do jornalista, destacou-se na arena política do país, contribuindo para importantes discussões e publicações a respeito do ideal anarquista e das concepções sindicalistas que os libertários assumiram nas primeiras décadas do século XX, não somente em Portugal, mas também no Brasil.

Em algumas ocasiões, as reuniões também aconteciam na residência de António Manaças, na rua do Amparo, nas proximidades do quiosque “Boia”.<sup>7</sup> A partir de agosto de 1913, com o afastamento forçado de Pinto Quartim do país, os encontros transferem-se para casa do estudante de medicina Aurélio Quintanilha e sua companheira Suzana Quintanilha, que reúnem-se “como de costume, aos domingos, às 20hs00.”<sup>8</sup> Nesta época, os temas dos debates misturavam-se com as aulas de italiano, ministradas por Neno Vasco. Entre os alunos que aprendiam o idioma de Malatesta, estavam Adriano Botelho, Maria Amélia Caldas, Suzana e Aurélio Quintanilha, Sobral de Campos e António Manaças que, certamente, ouviam Neno falar com entusiasmo as ideias do anarquista italiano, bem com as histórias narradas da década que viveu no Brasil ao lado dos libertários de fala italiana. Nos primeiros anos que passou em São Paulo, Neno conviveu com os “italianos Giulio Sorelli, Gigi Damiani, Angelo Bandoni, Luigi Magrassi, Alessandro Cerchiai, Tobias Boni, Augusto Donati, o espanhol Juan Bautista Perez e os brasileiros Ricardo Gonçalves e Benjamim Mota.” A partir desta “comuna plural”, nasceu o jornal *O Amigo do Povo*, em abril de 1902.<sup>9</sup>

Entre 1911 e 1912, as reuniões na residência de Pinto Quartim e Deolinda Lopes ocorreram sucessivamente na Vila Sousa e no número 17 da rua Heliodoro Salgado. O primeiro endereço, era um conjunto habitacional destinado à operários, inaugurado na última década dos Oitocentos, junto ao Largo da Graça.<sup>10</sup> Neste período, o jornalista dividia o seu trabalho de redator nos republicanos *A Capital*, *O Tempo* e *A*

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos: Portugal 1911-1922*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1981, p. 190.

<sup>8</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-290. *Subsérie 290 - Correspondência de Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, Susana Quintanilha e outros. Data: 1914 (Produção)*.

<sup>9</sup> SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro... op. cit... p. 151-152*. Sobre o coletivo *O Amigo do Povo*, ver ainda TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas: UNICAMP, 1993. Dissertação de mestrado.

<sup>10</sup> FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória urbana – Lisboa... op. cit... p. 63*.

*Lucta*,<sup>11</sup> e os cuidados com as suas plantas e com sua filhinha Orquídea Quartim, com os assuntos políticos e sociais e com materiais de propaganda anarquista que movimentavam os encontros em sua casa.

Os encontros também aconteciam com frequência no quiosque “Elegante”, no Rossio, popularmente apelidado de “Boia”, uma referência, segundo Edgar Rodrigues, à função principal do estabelecimento, “uma espécie de ponto de atração dos libertários à procura de um contacto para localizar companheiros”, na cidade de Lisboa.<sup>12</sup> Nos últimos anos da monarquia era comum que militantes e entusiastas utilizassem o lugar como ponto de encontro, onde se encontravam antes das reuniões. Em setembro de 1908, através das colunas de *O Protesto*, um texto do Grupo Jovens Libertários, assinado por um “revoltado”, convocava os seus companheiros para comparecerem no estabelecimento, a fim de “nos dirigirmos ao local da reunião.”<sup>13</sup>

Dominando a colina da Graça, nas proximidades com a Escola-Oficina n.º 1 e com o edifício da *Voz do Operário*, a Vila Sousa, com sua suntuosa fachada decorada por azulejos, onde um grande portão de ferro ostenta o nome do seu construtor, João Luís Sousa e a data em que fora contruída, testemunha o processo de transformação que a população de Lisboa presenciou, com a intensificação da atividade industrial na cidade, na transição do século XIX para o século XX. A instalação dos pátios e das “vilas operárias” na cidade levava em consideração a presença de núcleos industriais próximos, que colaborava para densificar a composição social do espaço urbano. Acompanharam esse crescimento, particularmente as zonas de Alcântara, Xabregas, Poço do Bispo, Graça e Sapadores.<sup>14</sup>

Através do imponente portão da Vila Sousa, moradores e frequentadores, podem desfrutar de um espaçoso pátio, onde um candeeiro, instalado propositalmente no centro parece convidar, nas noites mais quentes, para instantes de conversa. Ali operários e estratos da burguesia lisboeta cruzavam-se quotidianamente, quando estes não utilizavam as entradas separadas no prédio frontal. O espaço oferecia a Pinto Quartim e aos anarquistas reunidos em torno da *Terra Livre* modelos e experiências que serviam

---

<sup>11</sup> Apontamentos biográficos, esboços de autobiografia de Pinto Quartim, recortes de imprensa com notícias contendo dados biográficos. 1942-1960 (Produção). Código de referência: PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 190.

<sup>13</sup> *O Protesto*, Lisboa, 5 de setembro de 1908, ano I, n.º 7, p. 3.

<sup>14</sup> PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, Vol. 127, 1994, p. 509-524.

para construírem suas impressões sobre as condições de vida e trabalho da família proletária, pois o lugar permitia-lhes a percepção da realidade vivida pela classe operária, que procurava o bairro para habitação. As condições de moradia da população operária que habitava a Graça, certamente não passaram despercebidas à observação atenta do jovem libertário. Em novembro de 1907, em seu opúsculo de profissão de fé ao anarquismo, Quartim já registava como as difíceis condições de vida e moradia, enfrentadas por muitas famílias operárias, afetavam o físico e a mentalidade dos operários que viviam amontoados em pequenos casebres dividindo o espaço com “cinco ou seis pessoas numa promiscuidade imoral, dormindo sobre enxergas remendadas e sujas, e a sua aparência doentia e enfezada logo nos denuncia que o seu alimento é insuficiente para a força que desempenham.”<sup>15</sup> À medida que a indústria intensificava a sua atividade, a situação pouco ou nada alterava-se. Entre os anos de 1911 e 1912, greves pela redução da jornada de trabalho e melhores salários tornaram-se mais frequentes e violentas no país.

Em contraste com o estado de desilusão e esgotamento que atingia parte dos anarquistas em terras portuguesas, o movimento operário vive, no biénio de 1911-1912, um momento de crescimento. Novas associações e sindicatos, que acompanham o crescimento da atividade industrial, atraem cada vez mais trabalhadores, compondo uma rede ampla que irá culminar na criação da Confederação Geral do Trabalho em 1919.<sup>16</sup>

Neste contexto, quando o manifesto “Terra Livre” circulou pela primeira vez em janeiro de 1912, os trabalhadores rurais do Alentejo revoltavam-se contra as estruturas socioeconómicas que, mesmo com o advento da República, ainda insistiam em permanecer no campo. Em meados de 1911, proprietários de terras e trabalhadores rurais entraram em acordo sobre o salário, em que o mínimo deveria ser de 320 réis, porém, o incumprimento da tabela levou a paralisação dos trabalhos em Évora. Em seguida, de acordo com a imprensa, outras regiões somaram-se aos grevistas da capital alentejana. A *Sementeira* falava em torno de 50.000 grevistas emparedados em todo o distrito, números que levaram o governo a encerrar associações operárias, efetuar prisões dos principais envolvidos e “lançar a guarda republicana contra o povo que pacificamente se concentrara” em Évora. A partir das notícias que chegavam a Lisboa, dando conta da repressão, iniciou-se no meio do operariado da capital e de “vários outros pontos do país, a ideia da greve geral”, em solidariedade aos trabalhadores do campo. E, de facto, a meia-

---

<sup>15</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei... op. cit...* p. 15.

<sup>16</sup> FREIRE, João. Apresentação. In RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 17.

noite do dia 28 de janeiro de 1912, a “greve se fez”. À medida que o movimento ganhava força e os trabalhadores rurais conseguiam alguma vitória, “uma inocente bomba lançada por elementos estranhos aos grevistas”, levou à suspensão de garantias concedidas aos trabalhadores.<sup>17</sup> Sob o efeito da “inocente bomba”, a Casa Sindical foi cercada por forças do governo e os operários e propagandistas que ali se encontravam foram conduzidos para os porões dos navios e prisões, onde permaneceram amontoados.

Nesta época, um grupo de propagandistas havia-se deslocado ao Alentejo e à Estremadura, com o objetivo de “semear ideias entre os trabalhadores rurais.” Faziam parte do grupo: Carlos Rates, Evaristo Marques Esteves, António Henrique, Manuel da Conceição Afonso, Jerónima de Sousa e Rosendo J. Viana, que percorriam grandes distâncias a pé, a fim de conhecerem de perto as realidades dos trabalhadores. Em meio às perseguições de proprietários de terra e prisões, a sementeira das ideias gerou os seus primeiros frutos, “em pouco tempo já existiam mais de 100 sindicatos de camponeses e nos dias 25 e 26 de agosto de 1912 realizava-se, na cidade de Évora, o 1.º Congresso dos Trabalhadores Rurais.”<sup>18</sup> Entre as resoluções do encontro, no âmbito organizativo, foram aprovadas a criação da Federação Rural e a publicação de *O Trabalhador Rural*, iniciativas impulsionadas em parte pelos propagandistas libertários de Lisboa, como Carlos Rates, um dos signatários do manifesto “Terra Livre”. A diversificação de terreno, para sementeira das ideias, era muito comum entre os militantes mais engajados na propaganda. Em uma coletânea de artigos, escritos por volta de 1880, reunidos em *Palavras de um revoltado*, publicado em Portugal em 1904 e 1912, Kropotkine aconselhava sobre a necessidade de semear a ideia também entre os camponeses, a fim de que a noção de expropriação “seja discutida em cada vilarejo e torne-se, para cada operário, para cada camponês, uma parte integrante da palavra Anarquia e, então, - mas só neste caso – estaremos certos de que no dia da Revolução ela estará em todos os lábios.”<sup>19</sup>

Data ainda desta quadra a inauguração da Casa Sindical em Lisboa, em 31 de dezembro de 1911, na antiga residência do Marquês de Pombal no número 85 da rua do Século, que abrigou “várias associações operárias.”<sup>20</sup> Neste espaço ouviam-se múltiplas vozes e experiência de militantes estrangeiros. Na ocasião da sua inauguração, entre os

---

<sup>17</sup> *A Sementeira*, Lisboa, março de 1912, ano IV, n.º 41, p. 34-36.

<sup>18</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 104-105.

<sup>19</sup> KROPOTKIN, Piotr Alekeseevich. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário: Ícone Ed., 2005, p. 235.

<sup>20</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 17.

dias 31 de dezembro e 1 de janeiro de 1912, realizaram-se ali importantes sessões de propaganda anarquista. Além de figuras conhecidas do sindicalismo português, falaram aos associados os anarquistas espanhóis Abelardo Saavedra e Francisco González Sola, recentemente expulsos de Cuba por propaganda libertária e que permanecendo na capital portuguesa por algum tempo, aproveitaram para trocarem experiências com os militantes e trabalhadores portugueses. Falaram ainda, nesta ocasião operários franceses filiados a CGT de França.<sup>21</sup>

Em fevereiro de 1913, o delegado da Confederação Operária Brasileira António Vieites também fez uso da palavra na Casa Sindical, onde proferiu uma importante conferência sobre as condições enfrentadas pelos emigrantes europeus no Brasil, alertando a respeito da lei de expulsão, revista no início daquele ano pelo governo brasileiro, que deportava sumariamente estrangeiros acusados ou suspeitos de perturbar a ordem. O convívio com Vieites e o grupo redator da *Terra Livre* contribuiu para aprofundar a aproximação entre os militantes reunidos em torno do semanário com as lutas e as realidades enfrentadas pelos militantes e pelo operariado no Atlântico Sul. A campanha contra a emigração para o Brasil, divulgada pelo representante da COB circulou pelas colunas da *Terra Livre*, na série de artigos intitulados “Oh! as repúblicas”, alargando e coordenando a dimensão da luta dos militantes brasileiros.<sup>22</sup>

Ainda em finais de 1911, as reuniões anarquistas na Graça já eram bem animadas. As notícias das discussões, que circulavam nos meios libertários de Lisboa, atraíam novos frequentadores, tipos que deixavam o jovem Quartim “tão embevecido”, ao ponto de retratar ao experiente António José de Ávila o seu entusiasmo com o crescimento do grupo, como revelam as cartas entre os dois anarquistas, de 10 de novembro de 1911 a 3 de janeiro de 1912:

“Recebi seu bilhete que muito gosto me deu saber que estavam todos (e mais um) de perfeita saúde. Em todo o caso, admiro o vosso egoísmo - em estares tão embevecidos com o tal frequentador que no dia 20 aí bateu a porta - e não me mandarem dizer, que tal vai passando o outro que é já conhecia.

Quando breve me escreveres e tiveres de me dar a notícia do aparecimento de mais algum frequentador (agora será frequentadora) espero não fiquéis tão embasbacados que vais olvidais de dar-me notícias dos outros dois. (...) Espero me recomendem muito muito a

---

<sup>21</sup> *Idem*, p. 104.

<sup>22</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 20 de fevereiro de 1913, n.º 2, 1º ano, p. 3-4; *Terra Livre*, Lisboa, 6 de março de 1913, n.º 4, 1.º ano, p.8; *Terra Livre*, Lisboa, 13 de março de 1913, n.º 5, 1º ano, p.6.

suas *Mães*, mana e cunhado e muitos beijinhos na menina já crescida e boa maminha ao tal que eu ainda não conheço.”<sup>23</sup>

O antigo companheiro de Antero de Quental, que em 1871 presenciou a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores e acompanhou o alvorecer do internacionalismo operário no país, parecia não se contagiar pelo entusiasmo de Quartim com a chegada de novos frequentadores, mas otimista que a causa ganhava novos adeptos. A troca de correspondências entre os dois libertários revela um ambiente familiar onde as reuniões aconteciam, e já movimentado no contexto do 1º Congresso Anarquista Português. Na carta de 10 de novembro de 1911, António Ávila demonstra certa proximidade com os familiares de Quartim, revelando alguma amizade, com dona Guilhermina e Esther Quartim e com António Martins Viana, cunhado do jornalista.

Antes de somar aos libertários da *Terra Livre*, Ávila já havia circulado nos principais meios revolucionários internacionais. Em Espanha e França, relacionou-se com importantes personalidades do anarquismo, como Kropotkine, Eliseu Réclus, Malatesta, Jean Grave e Anselmo Lorenzo.<sup>24</sup> Em 1886, na ocasião da visita de Eliseu Réclus a Lisboa, António Ávila conviveu e trocou experiências com o geógrafo francês.<sup>25</sup> A presença de Ávila transmitia aos jovens do grupo, como Aurélio Quintanilha e o próprio Quartim, as experiências acumuladas ao longo da sua vida, tanto no campo teórico como prático, condições que levavam o anfitrião dos encontros a reportar informações sobre os assuntos e acontecimentos, ocorridos na ausência do experiente anarquista.

Em setembro de 1960, Aurélio Quintanilha escrevia de Lourenço Marques a Deolinda Lopes Vieira, recordando com “saude e gratidão” como foi recebido pelo casal nas “reuniões da rua Heliodoro Salgado”, onde encontravam-se com frequência “o Neno Vasco, o Ávila, o Córdova, o Emílio Costa, o Adolfo Lima, todos já desaparecidos do nosso convívio”, diziam o eminente anarquista. Desta época, além dos temas e projetos discutidos, Quintanilha recordava-se de uma imagem comum que marcava os encontros. O peso dos debates e as possíveis divergências de ideias entre os frequentadores eram aliviados pela presença da filha do casal. Quintanilha retratou esses momentos lembrando da cena da menina Orquídea “ensaiando os seus primeiros passinhos dos meus braços para os da mãe. Que imagens admiráveis e de ternura guardo desse tempo em meu

---

<sup>23</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-361. *Subsérie 361 - Correspondência de António José d'Ávila. 1911-1912 (Produção)*.

<sup>24</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária... op. cit...* p.146-147.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 169.

coração.”<sup>26</sup> Descrevendo um ambiente permeado por relações afetivas, onde os laços de amizade e afinidades ideológicas atavam-se em prol de um mesmo propósito. Os encontros na casa de Pinto Quartim permitiram articular uma rede de intelectuais e militantes mais ilustrados, rumo à futura *Terra Livre*.

Na época das reuniões da rua Heliodoro Salgado, Aurélio Quintanilha era um dos mais jovens do grupo. Aos 20 anos de idade era estudante de medicina da Faculdade de Lisboa. No convívio com figuras já experimentadas no anarquismo e no movimento social dos trabalhadores, como António José de Ávila, Carlos Rates, Adolfo Lima, Emílio Costa e Neno Vasco, o jovem anarquista nivelava as suas ideias, com figuras experientes. Ainda na mesma carta, Quintanilha manifestava ao casal a sua “gratidão pela influência que exerceram na minha vida e por tudo quando lhes fiquei devendo. Diga isto da minha parte ao Quartim para que ele tenha a consciência de que não foi em vão que sofreu pelas ideias que neste mundo semeou.”<sup>27</sup> Referências a possíveis heranças, materiais e imateriais, que herdou dos tempos do convívio na casa do jornalista.

O anarquista Campos Lima, apesar de não aparecer mencionado pela literatura de referência, ou nas correspondências analisadas, certamente participava das reuniões na residência de Pinto Quartim, pois os dois anarquistas já conviviam desde os tempos da “república” nos Palácios Confusos em Coimbra, entre 1905-1907. Na edição de dezembro de 1912 de *A Sementeira*, o nome de Campos Lima aparece ao lado de Manuel Ribeiro, Neno Vasco, Pinto Quartim e Sobral de Campos, entre os signatários da iniciativa para hospedar Kropotkine.<sup>28</sup> A propósito do 70º aniversário do anarquista russo, e principalmente pelas notícias que chegavam através das páginas de *Tierra y Libertad* sobre o seu estado de saúde, o grupo reunido em torno da ideia *Terra Livre* escreveu uma carta ao ilustre camarada, convidando-o para passar o inverno em Portugal. A atitude dos anarquistas portugueses sensibilizou o velho anarquista, que de Brighton respondia agradecendo o convite, mas justificando sua recusa por não querer prejudicar ainda mais a saúde, numa viagem muito longa.<sup>29</sup>

Em princípios de 1913, o semanário de Pinto Quartim, onde Campos Lima também colaborava, noticiava a iniciativa de um “grupo de camaradas”, dentre eles Lucinda Tavares, Afonso Manaças, Campos Lima, Manuel Ribeiro e Sobral de Campos,

---

<sup>26</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-226. *Subsérie 226 - Correspondência de Aurélio Quintanilha. 1926-1964 (Produção)*.

<sup>27</sup> *Idem*

<sup>28</sup> *A Sementeira*, Lisboa, dezembro de 1912, ano 5.º, n.º 50, p. 170.

<sup>29</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 13 de fevereiro de 1913, n.º 1, 1.º ano, p. 4.

que promoviam na Casa Sindical uma série de conferências populares, científicas e artísticas. Reforçando o convívio do advogado com frequentadores das reuniões na rua Heliodoro Salgado.<sup>30</sup>

Apesar do empenho de Pinto Quartim, do seu grupo e da colaboração de entusiastas com o projecto de propaganda libertária, em princípios de 1912, o primeiro número de *Terra Livre* circulou somente em 13 de fevereiro de 1913, com a seguinte ressalva:

Por uma coincidência sai neste dia o primeiro número do nosso semanário. Em todo o caso, não queremos deixar de lembrar a célebre lei de 1896 forjada contra nós por João Franco e tão combatida pelos republicanos antes de assaltarem o poder.

Assaltaram o poder e revogaram-na... mas para logo fazerem a atual lei de imprensa com o aditamento de julho e a lei de 12 do mesmo mês contra a propaganda antimilitarista... Não há liberdade de pensamento. Estamos na mesma. Estamos mesmo pior, o que um dia provaremos analisando e confrontando as leis.<sup>31</sup>

A escolha da data para a circulação do primeiro número da *Terra Livre*, por Quartim e pelo grupo redatorial do semanário, certamente não foi ao acaso, ou uma coincidência como indica a nota anterior.<sup>32</sup> Em 1896, a data entrava para o calendário anarquista português, como uma efeméride a lembrar, mas também a combater. A Lei, que criminalizou o anarquismo e seus propagandistas, foi assinada em 13 de fevereiro daquele ano pelo rei; pelo presidente do conselho de ministros, Hintze Ribeiro; pelo ministro e secretário do Estado e dos Negócios da Fazenda, João Franco; pelos ministros e secretários do Estado dos Negócios do Reino, dos Negócios Eclesiástico e de Justiça, António d’Azevedo Castelo Branco e Jacinto Cândido da Silva. A Lei estabelecia penas aplicáveis de prisão e expulsão do reino a todo “aquele que por escrito, de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação defenderem, aplaudirem, aconselharem ou provocarem atos subversivos contra a segurança das pessoas ou da propriedade, ou professarem doutrinas de anarquismo.”<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>32</sup> *O Protesto*, cuja circulação foi interrompida em novembro de 1908, retornou com a segunda série, iniciada por Pinto Quartim, em 13 de fevereiro de 1909.

<sup>33</sup> Ministério dos Negócios Eclesiástico e de Justiça. Paço das Necessidades, em 13 de fevereiro de 1896. EL-REI, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, António d’Azevedo Castelo Branco, Jacinto Cândido da Silva. (Logar de sello grande das armas reaes). *Diário do Governo*, n.º 37, de 15 de fevereiro. Ministério dos Negócios Eclesiástico e de Justiça. In *Collecção oficial de Legislação Portuguesa: anno de 1896*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 33-34.

Revogada pelos republicanos em outubro de 1910, a “célebre lei de 1896” foi substituída por uma nova legislação, “necessária para defender a Pátria dos seus inimigos”, nas palavras do seu relator, o deputado António Granjo, na sessão de 27 de junho de 1912.<sup>34</sup> O seu primeiro artigo previa punição de prisão de trinta dias a dois anos e multa para todo indivíduo que por “meio de propaganda verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de atos atentatórios da dignidade, integridade e independência da Pátria.” O dispositivo concedia ainda às autoridades administrativa e policial o poder de “apreender quaisquer escritos, impressos ou publicações que aconselhem, instiguem ou provoquem os crimes previstos e punidos no artigo 1.º.”<sup>35</sup>

A “democrática lei de imprensa”, como foi ironicamente apelidada pelos anarquistas da *Terra Livre* era, para estes, uma “reprodução correta e aumentada da de João Franco, outrora tão combatida pelos mesmos que assinaram a presente.”<sup>36</sup> O acréscimo, à qual se referiam os editores no primeiro número do semanário era, sobretudo, o aditamento da propaganda antimilitarista. Presente no ideário republicano, o militarismo entrava na ordem do dia, como extensão da defesa da própria Pátria contra os seus inimigos. Certamente para os libertários da *Terra Livre*, o acréscimo do agravante da propaganda antimilitar e antipatriótica, não somente ampliava a legislação como novamente inseria os anarquistas na posição de inimigos da ordem e dos interesses políticos, como fizeram os monarquistas constitucionalistas de 1896. Agora, a lei era reforçada contra aquele que pregasse o internacionalismo e o antimilitarismo, concepções que se confundiam com o próprio anarquismo. A publicação de *Terra Livre* numa data emblemática, reafirmava os princípios ácratas do grupo editor diante do governo, uma atitude de protesto contra as leis que legitimavam a autoridade e fortaleciam o poder do Estado-nação.

Antigos companheiros de Pinto Quartim participaram da comissão constituída na câmara dos deputados para formular a nova Lei de imprensa. Dentre eles os deputados Amílcar Ramada Curto e António Granjo, este último como relator do

---

<sup>34</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República, Lisboa. República Portuguesa. 148.<sup>a</sup> Sessão, em 27 de junho de 1912, p. 9-10.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>36</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 3 de julho de 1913, n.º 21, 1.º ano, p. 5.

“projeto de lei da defesa da República sobre publicações.”<sup>37</sup> Ambos conviveram com Quartim e Campos Lima em Coimbra na primeira década do século XX, destacando-se ao lado dos anarquistas nos eventos que levaram à “Questão Académica”. Se durante a monarquia, estes mesmo deputados lideravam uma greve estudantil contra o “ensino catedrático” e autoritário da Universidade de Coimbra, agora, durante o regime republicano, apresentavam um projecto de lei de exceção que amordaçava a imprensa e a liberdade de pensamento no país, com o “fim de punir todo aquele que faça propaganda verbal ou escrita contra as instituições militares e contra a Pátria.” Ao defender a necessidade da promulgação da Lei, António Granjo, mantinha em seu discurso as mesmas linhas dos demais defensores da referida lei:

Todos aqueles que convidam os soldados a desertar ou a não obedecerem aos seus superiores praticam um crime de natureza especial, porque a desobediência às leis, nesse caso, tem efeitos, mais perniciosos para a vida nacional que a desobediência a qualquer outra lei.

Até hoje ainda não se encontrou a maneira de disciplinar uma sociedade a não ser por um exército forte e disciplinado.

Dentro e fora do país, nacionais e estrangeiros, estão fazendo continuamente uma acérrima e feroz campanha contra a Pátria, e a comissão entende que estes crimes devem ser punidos, como de resto já o eram pelo Código Penal.<sup>38</sup>

Os argumentos do antigo companheiro de Quartim na greve académica de 1907 pareceram suficientes para a maioria dos deputados aprovarem o projeto de lei, que traria consequências sem volta para o anarquista nascido no Rio de Janeiro.

O início da publicação de *Terra Livre* também condiz com a suspensão da primeira série de *A Sementeira*. Segundo João Freire, apesar de dirigir-se ao público operário, o mensário de crítica e sociologia do arsenalista Hilário Marques era de facto uma publicação libertária e não operária. Seus leitores eram “no essencial, a camada operária militante, os animadores dos sindicatos, os ‘operários conscientes’, sem que tenha podido penetrar mais amplamente no meio associativo popular.” Suspensa, no seu número 52, *A Sementeira*, retomará com sua segunda série somente em janeiro de 1916.<sup>39</sup>

A iniciativa de Pinto Quartim, portanto, parece uma resposta à pouca imersão do anarquismo no operariado até aquele momento e, conseqüentemente uma tentativa de

---

<sup>37</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República, Lisboa. República Portuguesa. 148.<sup>a</sup> Sessão, em 27 de junho de 1912.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 9-10.

<sup>39</sup> FREIRE, João. «A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, p. 767-826.

penetrar nos meios populares, com um instrumento de propaganda mais eficaz, no entanto, manterá características do seu antecessor, como a presença de militantes intelectuais em sua redação e do público leitor.

Do ponto de vista gráfico, *Terra Livre* apresentava-se em excelente aspecto tipográfico, em comparação as demais periódicos anarquistas e sindicalistas da época. Composto e impresso nas Oficinas Gráficas, na rua do Poço dos Negros, o jornal circulou de 13 fevereiro a 31 de julho de 1913, com a publicação de 24 números. Deste total, 23 números afiguraram o nome de Jaime de Castro como editor, sendo substituído por Salvador P. Gonçalves somente na última edição. Com a suspensão do semanário, o grupo redatorial fará renascer *O Protesto*, cujo primeiro número circulou em 24 de junho de 1913, na mesma redação de *Terra Livre*.<sup>40</sup>

O semanário, cuja redação e administração ficavam no primeiro andar do número 55 na rua das Gáveas, era publicado no formato de 36,8X8,26 centímetros, com oito páginas impressas em bom papel, características que contribuíam diretamente no valor do editorial e conseqüentemente no público que assinava ou comprava o jornal. *Terra Livre* era comercializada nos quiosques e tabacarias de Lisboa à 20 réis, um valor alto, sobretudo, para a massa operária, se comparado com outros jornais deste período. *O Século*, *A Capital*, *O Dia*, *O Mundo*, *O Sindicalista* e o anarquista *A Aurora*, que eram comercializados a 10 réis. O seu modelo francês, o anarquista *Les Temps Nouveaux*, era comprado pelos trabalhadores franceses por 10 centimos. Certamente o valor representava um impedimento para *Terra Livre* chegar às mãos de muitos trabalhadores, que mal conseguiam manter o sustento diário e pagar a renda de onde viviam ao seu senhorio.

Na primeira edição do semanário, Pinto Quartim e os demais membros do corpo redatorial, escreveram as seguintes considerações:

*Terra Livre* é a socialização do solo, das matérias primas, dos instrumentos e dos produtos do trabalho. É a produção organizada e feita diretamente pelo trabalho; é o consumo livre, sem intermediários, nem monopolizadores, ao alcance de quem precisa; é a livre troca das utilidades cujo estalão será, não o metal convertido em moeda, mas a satisfação das necessidades dos indivíduos, e o valor, a intensidade dessas necessidades no tempo e no espaço em que os indivíduos as sentem. É a distribuição justiceira entre as necessidades do consumidor e os esforços do produtor.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> MEDINA. João. Um semanário anarquista durante o primeiro Governo de Afonso Costa: “Terra Livre”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3, p. 739.

<sup>41</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 13 de fevereiro de 1913, n.º 1, 1.º ano, p. 1-2.

A “distribuição justiceira”, a que se referiam, revela uma clara alusão à organização económica assente no comunismo anarquista, cuja síntese encontra-se na clássica fórmula: “a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas forças”. Baseando-se na livre socialização dos meios de produção, no livre consumo e na extinção dos sistemas de salários, pois a recompensa pelo trabalho não seria mais o “metal convertido em moeda”, fruto da quantidade de horas ou do esforço empregados por cada um, mas na “intensidade” da satisfação das “necessidades no tempo e no espaço em que os indivíduos as sentem.”<sup>42</sup>

A organização económica, imaginada por Pinto Quartim e pelo corpo redatorial para a *Terra Livre*, expressa como uma espécie de programa do grupo, estabelecia-se não por meio do trabalho, mas segundo as necessidades de cada indivíduo, ponto que distingue o anarquismo de Kropotkine, do coletivismo de Bakunin, ou do mutualismo de Proudhon.<sup>43</sup>

O anarco-comunismo, disposto nestes termos por Kropotkine, apareceu publicamente pela primeira vez no Congresso da Federação Jurassiana, realizado na cidade suíça de La Claux-de-Fouds, em outubro de 1880. A Federação era o “último reduto dos antiautoritários daquilo que foi a AIT,” ocupando durante a década de 1870, o lugar de epicentro do pensamento libertário de toda uma época, numa década marcada pelo distanciamento de Bakunine, das fileiras da Internacional. Em La Claux-de-Fouds, Reclus, Kropotkine e Cafiero “exigiram o abandono do ‘coletivismo’ em proveito de um autêntico ‘comunismo anarquista’”.<sup>44</sup>

Em *A conquista do pão*, obra publicada originalmente em 1892 em França, mas que reunia artigos escritos durante a década de 1880, Kropotkine fixou as principais linhas do comunismo anarquista que inspiravam os anarquistas reunidos em torno da *Terra Livre*. Segundo o anarquista russo, no lugar do coletivismo, o comunismo anarquista conduziria ao “bem-estar para todos”.<sup>45</sup> Em Portugal, *A conquista do pão* ganhou três edições, 1895, 1910 e 1913.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> *Idem*

<sup>43</sup> WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Vol. 1, Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

<sup>44</sup> PRÉPOSIET, Jean. *História... op. cit...* p. 101-107.

<sup>45</sup> KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

<sup>46</sup> FREIRE, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 309.

Ao lado de textos de doutrinação e divulgação do comunismo anarquista, as colunas de *Terra Livre* registaram, de modo particular, o estado de espírito dos anarquistas desta geração, face ao regime republicano. O entusiasmo de anos anteriores à causa republicana cedia lugar à ilusões e ataques ao governo, partindo não exclusivamente de anarquistas, mas também de republicanos mais radicais. De entusiasta republicano a fervoroso propagandista do anarquismo, Pinto Quartim ventilou nas páginas do seu semanário o descontentamento que atingia os libertários, no período de maior turbulência política e social, iniciado com a revolução de outubro de 1910. Em artigos sem assinatura, mas que podem ter a autoria atribuída ao seu diretor, o semanário promoveu ataques e severas críticas ao ministério de Afonso Costa, comparando o seu governo como uma “autêntica monarquia de barrete frígio. Ou talvez melhor, - em pleno miguelismo vermelho.”<sup>47</sup> Em outro momento, comparava as atitudes do presidente do ministério aos últimos dias da ditadura franquista, quando os republicanos tentaram a revolução. De acordo com o editorial: “Hoje: em 27 de abril, alguns republicanos, refletindo o geral descontentamento pela marcha dos negócios públicos, tentam uma rebelião que foi sufocada como a de 28 de janeiro.”<sup>48</sup> O anarquista referia-se à brutalidade do governo para sufocar a tentativa revolucionária da ala mais radical republicana, e de vários sindicalista, na madrugada de 27 de abril de 1913. Era, portanto, uma “república de falidos, tristíssima e pelintra - pelintra de coração, pelintra de inteligência, pelintra de dinheiro e por tudo isto tristíssima”, na leitura do jovem anarquista.<sup>49</sup>

Na sequência desses artigos, talvez num dos textos mais emblemáticos do período, publicado há três dias da “sarrafusca militaresca da madrugada de 27 de abril”,<sup>50</sup> Pinto Quartim reforçava sua posição diante do regime, reafirmando que a Revolução Republicana, não trouxe grandes transformações políticas ou socioeconómicas para a nação, apenas substituiu os seus protagonistas:

Para onde vamos? Decididamente, pelo caminho que as coisas vão tomando, não o sabemos. Se mal nos encontramos, política e economicamente falando, antes de 5 de outubro de 1910, mal ficamos depois desse dia celebre, em que o povo, o bom povo, o eterno iludido de todos os tempos, tingiu as ruas de Lisboa com o seu sangue generoso, batendo-se face a face contra os pretorianos da Realeza, numa ânsia indómita e sagrada de Liberdade e de Justiça. Sim continuamos na

---

<sup>47</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 24 de abril de 1913, n.º 11, 1.º ano, p. 4.

<sup>48</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 8 de maio de 1913, n.º 13, 1.º ano, p. 1.

<sup>49</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 1º de maio de 1913, n.º 12, 1.º ano, p. 1.

<sup>50</sup> Em relação a tentativa revolucionária de abril de 1913, o grupo *Terra Livre*, posicionou com uma certa indiferença ao que considerou pejorativamente de “sarrafusca militaresca de 27 de abril.” *Terra Livre*, Lisboa, 8 de maio de 1913, n.º 13, 1.º ano, p. 1.

mesma situação. Apenas houve, como resultado desse esforço heroico, uma única mudança: a substituição de Manuel II pelo sr. Manuel de Arraiga. Deixamos de sustentar uma criança coroada, - para manter, em seu lugar, um velho cidadão de chapéu alto. Com franqueza, é pouco. O esforço produzido, o sangue derramado, mereciam mais alguma coisa, - o que tantas vezes, do alto do tablado dos comícios e nas colunas dos seus jornais, os bons senhores da República prometeram garantir àqueles que tinham a ingenuidade de os escutar e de os ler.<sup>51</sup>

A atitude de Pinto Quartim, não passou despercebida pelos agentes do poder, que, invocando a “Lei da defesa da República sobre publicações”, apreenderam a décima terceira edição de *Terra Livre*, de 8 de maio, nos quiosques e tabacarias onde era comercializado em Lisboa.<sup>52</sup> O posicionamento assumido pelo anarquista nas colunas do seu semanário não é um caso isolado e tão pouco particular dos libertários em Portugal. Do outro lado do Atlântico as condições assumidas pela República no Brasil, após o 15 de novembro, também desagradaram libertários, que haviam depositado suas esperanças e energias na mudança de regime.<sup>53</sup>

Em Portugal, em junho de 1912, pelas páginas de *A Capital*, Emílio Costa, que figurava entre os frequentadores das reuniões na rua Heliodoro Salgado e futuro colaborador em *Terra Livre*, em seu último artigo da série de *Cartas dum provinciano*, acreditava que estava perdida “a obra iniciada em 5 de outubro. Esta falhou. Outra virá, mais longínqua, n’outros moldes realistas.”<sup>54</sup> Na década de 1940, Emílio Costa, juntamente com Pinto Quartim, Campos Lima, Alexandre Vieira, Jaime Brasil, ao lado de outros anarquistas da sua geração, elaboraram um projeto constitucionalista que pretendia substituir a Constituição de 1911, revelando que a obra “mais longínqua”, imaginada por ele, seis meses depois da revolução republicana, ainda era um sonho.<sup>55</sup>

Apesar de manter uma postura crítica e de combate ao republicanismo pelas páginas do seu semanário, Pinto Quartim colaborou em jornais com proximidades ideológicas ao regime republicano. Após a expulsão do quadro da Universidade de

---

<sup>51</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 24 de abril de 1913, n.º 11, 1.º ano, p. 4.

<sup>52</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 15 de maio de 1913, n.º 14, 1.º ano, p.1.

<sup>53</sup> Além dos militantes dos grandes centros brasileiros, atingidos pelas ilusões com o republicanismo, nas regiões mais periféricas do país, o abalo também se manifestou, como o caso do mineiro Avelino Fóscolo que desenvolveu intensa propaganda anarquista no quotidiano da cidade de Taboleiro Grande, em Minas Gerais. Sobre a trajetória de Avelino Fóscolo ver DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

<sup>54</sup> *A Capital*, Lisboa, 15 de junho de 1912, n.º 675, 2.º ano, p.1.

<sup>55</sup> FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória urbana – Lisboa... op. cit...* p. 118-119.

Coimbra em meados de 1907, impedido de concluir a sua formação jurídica, Quartim iniciou, em maio de 1909, a profissão de jornalista, exercendo atividades nos republicanos *O Século*, *A Capital*, *O Tempo e A Lucta*.<sup>56</sup> Nos primeiros anos da República, pelas páginas de *O Século*, cuja redação foi chefe entre 1922 e 1923, o jornalista colaborou com temas voltados sobre a análise e informações do movimento associativo dos trabalhadores, não se afastando da dinâmica e atuação da massa operária, mesmo no jogo dos interesses burgueses. Além de informações acerca do movimento associativo dos trabalhadores, Quartim utilizava a ampla circulação das folhas republicanas para promover os projetos de instrução popular. Em benefício da Escola-Oficina n.º 1, o jornalista, empreendeu pelas páginas de *O Século*, em 29 de outubro de 1912, uma campanha a favor da instituição.<sup>57</sup> Após a prisão do seu redactor, sobre quem pesava a acusação de propaganda violenta e de instigar o operariado à revolta, *O Século* manteve integralmente seus honorários, enquanto Quartim permanecia fechado no Limoeiro. Ao mesmo tempo em que exercia a profissão, que manteve até o final da sua vida, o jornalista desempenhou uma intensa atividade de propaganda e educação libertária, voltadas para instrução popular.

Em junho de 1908, logo após afastamento do governo ditatorial de João Fanco, baseando-se na tríade “instruir, revoltar e confraternizar”,<sup>58</sup> Pinto Quartim iniciava a publicação de *O Protesto*, semanário anarquista, cujos “artigos não assinados ou firmados pela redação”, assumia “integralmente” a responsabilidade, como proprietário e redator principal.<sup>59</sup> Em seu primeiro número, o grupo redatorial de *O Protesto* apresentava-se como um:

Semanário de orientação científica e racional que se publica aos sábados. Secções de ciência, filosofia, arte, educação, literatura e crítica. Análise e comentário dos factos capitais da vida social portuguesa. Desenvolvido noticiário do movimento obreiro. Correspondências das províncias e do exterior. Colaboração artística de Cervantes de Haro. Colaboração literárias de alguns dos mais conhecidos agitadores revolucionários.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista... op. cit...*

<sup>57</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-340. *Item 340 - Voz do Operário – Correspondência. Data(s): 1912-1955 (Produção)*.

<sup>58</sup> *O Protesto*, Lisboa, 25 de julho de 1908, ano I, n.º 1, p. 1.

<sup>59</sup> *O Protesto*, Lisboa, 25 de junho de 1908, ano I, n.º 1, p. 2.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 3-4.

Nas colunas do editorial anarquista, com um caloroso discurso libertário, a fim de não ser apodado de “*talassas* e de agentes da polícia e outras torpes calúnias, como sucedeu à *Greve*, à *Boa Nova* e à *Rusga*”,<sup>61</sup> não faltavam a exposição doutrinal e reflexões de caráter político e social, acompanhados de artigos científicos e culturais, como seu primeiro número anunciava. Entre seus principais colaboradores, figuravam os nomes de: Homem Cristo Filho, Bartolomeu Constantino, Jorge Coutinho e Emílio Costa. Na seção “contos e versos” contou com a colaboração literária de Rosalina Ferreira e do artista Cervantes de Haro, que no ano seguinte irá compor a capa da revista anarquista *Ámanhã*, que Pinto Quartim editou ao lado de Grácio Ramos.

*O Protesto* era comercializado pelo valor de 10 réis, sendo facilmente encontrado nas tabacarias e quiosques de Lisboa e em Sinta, na tabacaria “Camélia”.<sup>62</sup> Pinto Quartim pretendia que seu semanário fosse uma “obra de idéia e não de comércio”, por isso facultava exemplares gratuitos àqueles que não dispunham dos recursos para comprá-lo, facilitando a sua circulação entre as camadas mais pobres. O grupo criou ainda uma “mesa de leitura” que possibilitava a toda gente o acesso livre e gratuito a jornais, revistas, folhetos e livros sobre as ideias que comungavam.<sup>63</sup> Devido ao bom acolhimento, os três primeiros números esgotaram rapidamente, facto que levou o seu diretor a solicitar àqueles que possuíam mais de um exemplar de cada número, que disponibilizassem para leitura “a fim de poder satisfazer as múltiplas requisições que lhe tem sido feitas.”<sup>64</sup> Após quatro meses de circulação, o editorial era substituído por *Guerra Social*, com Jorge Coutinho assumindo a direção, reaparecendo em 13 de fevereiro de 1909, novamente com Pinto Quartim figurando como proprietário e principal redator.

Na sua missão de instrução e propaganda libertária, circulou, juntamente com *O Protesto*, um opúsculo intitulado *Libertai-vos!*, composto por Pinto Quartim “ao coração das mulheres”, com o objetivo de estimulá-las ao estudo do anarquismo, para alcançarem a sua completa emancipação. Destinada também ao público feminino, foi divulgada pelo mesmo grupo a cartilha de instrução social *A Mulher*, revelando que o projeto de transformação compreendido por Pinto Quartim e pelos libertários reunidos em torno do jornal, não excluía o papel da mulher, para isso atuavam de forma a

---

<sup>61</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>62</sup> *O Protesto*, Lisboa, 1º de agosto de 1908, ano I, n.º 2, p. 2.

<sup>63</sup> *O Protesto*, Lisboa, 25 de junho de 1908, ano I, n.º 1, p. 3-4.

<sup>64</sup> *O Protesto*, Lisboa, 14 de agosto de 1908, ano I, n.º 4, p. 4.

conscientizá-la sobre a sua função social, com uma linguagem mais particular ao público feminino.<sup>65</sup>

Nesta época Pinto Quartim já era conhecido nos meios anarquistas e de círculos de instrução popular, “pelo seu belo espírito de revoltado e pela sua inteligência”, atributos que levaram o diretor da Escola Liberal de Setúbal, “fundada como protesto antijesuítico”, a convidar o jovem anarquista para representar a instituição no Congresso Nacional do Livre Pensamento, que realizou-se em abril de 1908, em Lisboa.<sup>66</sup>

Em 1909, em oposição ao sistema oficial de ensino e em favor do método pedagógico libertário, Pinto Quartim participou de uma conferência no Centro Escolar Democrático de Santa Isabel, onde falou acerca da educação racionalista, despertando um caloroso debate entre seus pares, sobretudo, com Lucinda Tavares.<sup>67</sup> Seu posicionamento sobre o papel da educação e o debate com a professora coloriram as páginas do semanário *A Vida*, em finais de 1909 e início de 1910, estampando nas colunas da folha anarquista a visão de Pinto Quartim a respeito do tema.<sup>68</sup> O episódio, revela que o comportamento calmo e brando do jornalista ocultava um temperamento mais ardente, traços típicos do socialista libertário, de acordo com o estudo de psicologia social então publicado por Augustin Hamon inicialmente em finais do século XIX.<sup>69</sup>

Além da atuação em ambientes de instrução popular e da imprensa, Pinto Quartim foi também entusiasta do Teatro Social, como meio de educação e propaganda

---

<sup>65</sup> Sobre as relações de poder de género no interior do movimento anarquista, nos princípios do século XX ver o estudo de GAMA, Olinda da Conceição de Jesus. *Anarquismo e relações de género: o olhar anarquista do início do século XX*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Dissertação de mestrado

<sup>66</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-249. *Subsérie 249 - Correspondência de Escola Liberal de Setúbal. Data: 14 de abril de 1908.*

<sup>67</sup> Advertindo a companheira de ideias Lucinda Tavares sobre a questão da neutralidade na educação, Pinto Quartim considerava que o ato de educar, “não pode ser simplesmente desenvolver e aperfeiçoar faculdades. Não. Isso será a educação de amanhã. A educação de hoje, tem também alguma coisa a destruir. A escola deve preparar o aluno para derrubar tudo o que oprime a humanidade, deve insinar-lhe a razão da desarmonia entre os homens, a causa da infelicidade universal para que ela, mais tarde melhore o meio em que vai viver. A ‘Escola Moderna’ de Ferrer tende a fazer uma transformação social.” *A Vida*, Porto, 21 de novembro de 1909, série II, ano V, n.º 47.

<sup>68</sup> Ver *A Vida*, 21 de novembro de 1909, série II, ano V, n.º 47, p. 1-2. *A Vida*, Porto, 5 de dezembro, série II, ano V, n.º 49, p. 1-2. *A Vida*, Porto, 26 de dezembro de 1909, série II, ano V, n.º 52, p. 1-2. *A Vida*, Porto, 16 de janeiro de 1910, série II, ano VI, n.º 55, p. 1-2.

<sup>69</sup> Ao estabelecer o tipo médio ideal do socialista libertário, o intelectual francês considerou que a aparente calma ou frieza, caracteres comuns encontrados nos indivíduos adeptos do anarquismo, segundo Hamon, são resultado de uma considerável tensão de espírito, porém, em algumas ocasiões esta tensão não é suficiente para conter a paixão pela causa e a explosão acontece. HAMON, Augustin. *Psicologia do anarquista-socialista*. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> – Editores, 1915.

doutrinária. Ao longo da sua vida escreveu algumas peças. Em meados de 1908, compôs o ato em prosa *Unidos!*, que foi representado pelo Grupo de Amadores Teatro Livre, conforme anunciou *O Protesto* em 25 de julho daquele ano.<sup>70</sup> Neste período, conviveu ao lado de indivíduos ligados à Sociedade Theatro Livre, como Adolfo Lima, que utilizavam o palco do Teatro do Príncipe Real de Lisboa para difusão do anarquismo, num espaço habituado aos dramas e ao público burguês.<sup>71</sup> Criada em 1902, por um coletivo de intelectuais, a Sociedade Theatro Livre atuou na tentativa de renovar a arte, no âmbito do teatro nacional, levando “à cena repertórios de matriz naturalista e revolucionária que visavam combater a estética dominante, assente no drama romântico e histórico e na comédia.”<sup>72</sup>

Em junho de 1909, iniciou com Grácio Ramos a publicação quinzenal da revista popular de orientação racional *Ámanhã*, de inspiração anarquista, onde colaboravam, além da colega Lucinda Tavares, os militantes Emílio Costa, José Bacelar, Manuel Ribeiro, Tomás Fonseca e sua companheira Deolinda Lopes Vieira, entre eles, futuros frequentadores das reuniões na rua Heliodoro Salgado. Com um claro projecto pedagógico moderno voltado para a instrução popular, *Ámanhã* surgia na tentativa de “expurgar do cérebro dos Homens as ideias falsas legadas por um passado de obscurantismo e de ignorância, e aferradas na mente das nossas gerações pela educação oficial, servil, dogmática e metafísica.” Com a finalidade de eliminar os erros e defeitos do ensino oficial, purificando os ambientes e métodos de ensino no país, a professora da Escola Oficina n.º 1, Deolinda Lopes escreveu para o primeiro número da revista um importante artigo defendendo uma ampla renovação no método de ensino. Entre as sugestões pedagógicas, influenciadas pelo modelo libertário, a professora propunha a introdução, na organização escolar, do ensino conjunto, ou seja, a “educação comum de ambos os sexos”, uma inovação para época.<sup>73</sup>

Esta fase de atuação de Quartim, cujo próprio militante classificou de “sectária e romântica e que todos os iniciados num credo religioso, político ou social

---

<sup>70</sup> *O Protesto*, Lisboa, 25 de junho de 1908, ano I, n.º 1, p. 3-4.

<sup>71</sup> De acordo com o estudo de Cláudia Figueiredo, a atividade teatral da Sociedade, divide-se em três fases, numa primeira temporada em março de 1904, uma segunda temporada em 1905, que contou com encenação de um total de dez peças, sob a direção Adolfo Lima e Luís da Mata, e uma última temporada em 1908. FIGUEIREDO, Cláudia Alexandra Gonçalves. *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado

<sup>72</sup> *Idem*, p.1.

<sup>73</sup> VIEIRA, Deolinda Lopes. Sobre educação integral. *Amanhã*, Lisboa, 1 de junho de 1909, 1 série, número I, p.5-8.

atravessaram”, durou pouco tempo.<sup>74</sup> Um período que compreende a publicação dos semanários *O Protesto* e a *Terra Livre*. Na sua carta ao representante da legação brasileira em Lisboa e amigo da família, o ministro Óscar de Teffé, Quartim declarou que entre 1909 a 1913, conservou-se “completamente arredado do movimento operário, abstendo-me, quase que por completo, de fazer propaganda porque, tendo constituído família, o trabalho absorvia-me em quase inteiramente o tempo.” Nesta fase, de acordo com o próprio militante, o jovem anarquista modificou o seu “modo de pensar sobre a tática de luta e processos de propaganda.”<sup>75</sup>

A exposição de Quartim ao ministro, reforça o estado de espírito dos militantes anarquistas no alvorecer do século XX em Portugal, manifestadas publicamente no *Manifesto* de janeiro de 1912. Em outras palavras, as atividades profissionais afastavam o jovem libertário das fileiras operárias, facto que pode ter ocorrido com outros militantes. Ainda de acordo com a carta, após traduzir em 1908 *Como não ser anarquista?*, de José Chueca e *Ao Meu irmão Camponês*, de Elisée Reclus, radicava no espírito do jovem libertário “a convicção de que o anarquismo é a verdade e a justiça, por estar conforme com a ciência social, por traduzir todas as previsões sociológicas e harmonizar-se plenamente com as induções que nos são os factos históricos.” E, concluía que a melhor forma de alcançar a transformação social, encontrava-se na fórmula “educar, criar individualidades e transformar a massa em unidades conscientes.”<sup>76</sup>

Após este período, onde permaneceu “arredado” do movimento operário, Quartim retomará, pelas páginas de *Terra Livre*, a propaganda doutrinária do anarquismo, iniciando a publicação do seu semanário com uma importante polémica a respeito da autossuficiência do sindicato, presente na conhecida fórmula “o sindicalismo basta-se a si próprio”. Passados alguns anos do emblemático debate entre Malatesta e Pierre Monatte no congresso de 1907, em Amsterdam, o assunto ainda dividia sindicalistas e anarquistas, mais “puros.”<sup>77</sup> A ideia, publicada nas páginas do semanário de Pinto

---

<sup>74</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartim dirigida ao ministro dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa, sobre a sua prisão na sequência de ter sido considerado suspeito de ter instigado um atentado à Bomba no jornal «Terra Livre». Data: 11 de agosto de 1913.*

<sup>75</sup> *Idem*

<sup>76</sup> *Idem*

<sup>77</sup> Em síntese, Monatte em seu relatório ao Congresso de 1907, afirmou “que o sindicalismo basta-se a si mesmo como meio para realizar a revolução social e realizar a anarquia”, em outras palavras, militante da ala revolucionária da C.G.T. francesa considerava que os sindicatos poderiam oferecer as bases estruturais da nova sociedade e não o anarquismo ou comunismo,

Quartim, “de que o sindicalismo era uma coisa diferente dos velhos Socialismo e Anarquismo”,<sup>78</sup> provocou suscetibilidades entre sindicalistas e militantes no território português. Nos primeiros meses de 1913 opiniões foram trocas publicamente entre *Terra Livre* e *O Sindicalista*, este último com artigos de Manuel Ribeiro,<sup>79</sup> e também nas colunas do anarquista *A Aurora*, pela pena de Neno Vasco.<sup>80</sup> Os artigos publicados no semanário de Pinto Quartim, assinados por conhecidos militantes como Emílio Costa, Campos Lima e Adolfo Lima, em síntese, resumem a opinião dos anarquistas reunidos em torno da *Terra Livre*, sobre o tema. Divergindo dos sindicalistas “puros”, Emílio Costa considerava que as bases da sociedade futura “ou há de cair no que tem pregado o Socialismo de Estado ou no que tem pregado os comunistas anarquistas” e não no sindicalismo, pois entendia que não havia uma concepção doutrinária nova com o nome de “sindicalismo revolucionário”.<sup>81</sup>

A partir da troca de opiniões ventilada entre os meses de fevereiro e maio de 1913, os anarquistas de *Terra Livre* posicionavam-se em relação a filiação doutrinária e estratégica, cujas linhas eram inspiradas, principalmente nas obras de Kropotkine e nas publicações do libertário russo em *Les Temps Nouveaux*. Emílio Costa, antigo discípulo de Elisée Reclus e colaborador no editorial francês, afirmava em seu artigo que o sindicato constituía-se essencialmente como um meio, em suas palavras, “uma fase, um aspecto da luta social, e uma condição, se o termo é apropriado de transformação social, do triunfo de dadas doutrinas – Socialismo ou Anarquismo.” E, portanto, um campo de ação, “o principal de todos se quiser – onde eles (os anarquistas) preparam a sociedade futura,

---

como os anarquistas comunistas imaginavam. Malatesta, por sua vez, interveio “energicamente” contra a proposta de Monatte. “O sindicalismo,” aconselhava o anarquista italiano, “mesmo ganhando consistência com o adjetivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio económico e político que o Capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral, senão deixando de ser sindicalismo, ligando-se não mais à melhoria das condições dos assalariados e à conquista de algumas liberdades, mas à expropriação da riqueza e à destruição radical da organização estatista. Reconheço toda a utilidade, até mesmo a necessidade da participação ativa dos anarquistas no movimento operário, e não preciso insistir para que acreditem em mim, pois fui um dos primeiros a lamentar a atitude de isolamento altivo tomada pelos anarquistas depois da dissolução da antiga Internacional, e a incitar novamente os camaradas na via que Monatte, esquecendo a história, denomina nova.” MALATESTA, Errico. Prefácio do relatório do Congresso Anarquista, Amsterdã, *Les Temps Nouveaux*, Paris, 05/10/1907. In MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989, p. 111-117.

<sup>78</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 13 de fevereiro de 1913, n.º 1, 1.º ano, p. 2.

<sup>79</sup> RIBEIRO, Manuel. *Crónicas subversivas*. Lisboa: Empresa Editora Popular, 1920.

<sup>80</sup> *A Aurora*, Porto, 9 de março de 1913, p. 1. *A Aurora*, Porto, 13 de abril de 1913, p. 2.

<sup>81</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 13 de fevereiro de 1913, n.º 1, 1.º ano, p. 2.

baseada, economicamente, na socialização da riqueza e politicamente na abolição da autoridade”.<sup>82</sup>

A sociedade futura, imaginada pelos libertários em torno da *Terra Livre*, estava baseada, não no sindicalismo autoritário, mas sim no anarquismo, sobretudo no anarquismo comunista, cuja síntese pode ser encontrada na fórmula: “a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas forças.” A emblemática frase foi invocada por Campos Lima, no quarto número do semanário, para “desfazer equívocos” segundo o propagandista, pois para o anarquista “o essencial não está na forma de agrupamento dos produtores, mas nos princípios fundamentais da economia comunista anarquista.”<sup>83</sup> Princípios baseados na distribuição livre, na extinção dos sistemas de salários e na coletivização dos meios de produção, levando sempre em consideração as necessidades de cada indivíduo.

Meses antes, atitude semelhante era adotada nas páginas de *A Sementeira*, publicação mensal em que grande parte dos militantes que gravitavam em torno da *Terra Livre* também colaboravam. Entre dezembro de 1912 e fevereiro de 1913, a revista de Hilário Marques traduziu as opiniões de Kropotkine sobre o sindicalismo e anarquismo, originalmente publicada em *Les Temps Nouveaux*.<sup>84</sup>

A postura adotada nas colunas de *Terra Livre* a respeito do sindicalismo, contribuiu para o arrimo de uma polémica ainda maior, contribuindo para propagar uma

---

<sup>82</sup> *Idem*

<sup>83</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 6 de março de 1913, n.º 4, 1.º ano, p. 3.

<sup>84</sup> Em dezembro de 1913, lia-se em *A Sementeira*, a seguinte tradução de Kropotkine: “O sindicalismo, verdadeiramente, é apenas um nome novo para uma tática á qual recorriam há muito com proveito os trabalhadores britânicos – a duma luta *direta* do Trabalho contra o Capital no campo económico. A luta no campo económico mostrou assim ser uma arma eficaz para obter tanto resultados económicos como algumas concessões políticas. Esta ideia era tão forte na Inglaterra que já em 1830-1831 Robert Owen tentava fundar uma grande ‘União Nacional de Ofícios’ e uma organização internacional do Trabalho, para a luta directa contra o Capital.” Continuando no número 52: “Naturalmente os anarquistas nunca imaginaram que foram eles que deram ao movimento sindicalista a sua atual concepção dos seus deveres relativamente á regeneração da sociedade. Nunca apresentaram a pretensão absurda de serem eles os diretores dos grandes movimentos de ideias que conduzem a espécie humana a um desenvolvimento progressivo. Mas o que nós, com inteira segurança, podemos asseverar é que compreendemos desde os seus inícios a imensa importância das ideias que hoje constituem o escopo principal do sindicalismo. Essas ideias são as que na Inglaterra foram desenvolvidas por Godwin, Hodgskin, Gray, e seus seguidores, e em França por Proudhon – nomeadamente a ideia de que as organizações operárias para a produção, troca e consumo devem tomar o lugar da presente exploração capitalista e do Estado; e essa outra ideia, que é dever, função das organizações operárias elaborarem esta nova forma de sociedade. Estas duas ideias fundamentais não são invenções nossa.” *A Sementeira*, Lisboa, 1.ª série, ano 5.º, n.º 50, p. 108-109; n.º 51, p. 115-116 e n.º 52, p. 123-124.

“onda” pelo Atlântico que circulo entre os dois lados do oceano, até novembro de 1914, agitando as discussões do 2.º Congresso Operário Brasileiro e as teses da Conferência Anarquista da Região Sul, redigidas por Neno Vasco em junho do mesmo ano. A importância do assunto colocou o colaborador de *Terra Livre* na arena do debate, que agora ultrapassava as fronteiras nacionais. Neno Vasco, através do anarquista *A Aurora* do Porto e do sindicalista *A Voz do Trabalhador* do Rio de Janeiro, publicava a sua opinião a respeito do tema, em uma troca de opiniões transatlântica com o militante da Federação Operária de Santos, o anarquista João Crispim.

A atitude dos anarquistas da *Terra Livre* ofereceu aos militantes que compunham a redação do semanário o ensejo de nivelar noções e estratégias libertárias sobre o sindicalismo discutidas internacionalmente e que ganhou maior fôlego com a chegada de Neno Vasco. O regresso de Neno a Portugal, bem como sua atuação no grupo, desempenharam consequências imprescindíveis para o desenvolvimento do movimento sindicalista português, como a questão da presença anarquista no interior da massa popular.<sup>85</sup> Antes de deixar o país, Pinto Quartim acompanhou a troca de opiniões, sobretudo compartilhou em sua casa e na redação do seu semanário as concepções anarquistas para o sindicalismo, dividindo com importantes libertários a propaganda destas noções entre o operariado português e os militantes anarquistas. As publicações em *Terra Livre* serviram, portanto, de cimenteira para fortificar a compreensão do tema e ainda uma tentativa de contribuir para aparar as arestas entre sindicalistas mais “puros” e anarquistas. As principais linhas do debate convergiram nas Teses da Conferência Anarquista da Região Sul.

Em segundo lugar, o polémico debate revela a multiplicidade das condições e formas de atuação dos anarquistas no interior do movimento social dos trabalhadores, nos dois lados do Atlântico. Em Portugal, a atitude dos anarquistas de *Terra Livre*, como a linguagem adotada, o caráter das publicações, a invocação do público leitor, e mesmo o posicionamento do grupo ainda no manifesto de janeiro de 1912, como a advertência a demasiada participação de anarquistas nos organismos da classe operária, não deixam de ser uma evidência para o conjunto de ideias que o grupo adotou ao longo da vida do semanário.

Diante das perseguições e ataques do governo aos anarquistas e sindicalistas, os libertários em torno do grupo saíram em sua defesa com a publicação, em 19 de junho

---

<sup>85</sup> SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro... op. cit...*

de 1913, de um curioso artigo intitulado *Perseguição à “Terra Livre”*, em que apresentavam informações e argumentos que invocam a imagem de uma “folha burguesa.” No artigo, afirmavam que *Terra Livre* era “difícilmente acessível aos operários” e, portanto, “não podia ter influído no atentado que se praticou na rua do Carmo já pela sua orientação e doutrinas, já pela pouca circulação que tem entre a massa operária.”<sup>86</sup>

Por ser um jornal caro e de difícil acesso aos trabalhadores mais miseráveis, “só faziam esse sacrifício os operários mais ou menos conscientes, mais ou menos ilustrados, os inteligentes e estudiosos”. Estas afirmações eram confirmadas, não somente pelas impressões dos leitores e assinantes, mas ainda pelos números apresentados pelo grupo. De acordo com o editorial, entre os assinantes e leitores figuravam personalidades do governo, como deputados e senadores, altos funcionários, militares e autoridades administrativas.<sup>87</sup> Alegação surpreendente por parte de um jornal anarquista, cujos fins, manifestados em suas colunas, compreendiam o “operariado organizado”, sobretudo “porque só á sua apatia atribuímos a culpabilidade das violências do governo, e porque só com ele contávamos como força capaz de oferecer resistência.”<sup>88</sup> Em sua defesa, o grupo invocava os seguintes argumentos:

A acusação feita á Terra Livre é improcedente. Nunca se publicou em língua portuguesa um jornal anarquista tão correto e tão moderado. Isso tem sido reconhecido por toda a gente, apenas com a diferença de que enquanto uns nos elogiam por essa orientação, outros nos censuram.

*Terra Livre*, nunca foi um jornal violento, iconoclasta, desorientador e fomentador da desordem, da rebelião; antes o seu corpo redatorial com o concurso dos seus colaboradores, teem procurado torná-lo tanto quanto possível educador e construtor do futuro. (...) norteado apenas pelos seus princípios, que ele tem conquistado a simpatia do público, de todas as camadas sociais sobretudo das pessoas mais ilustradas. (...) A tiragem da *Terra Livre* é de 3:500 exemplares. Desprezando 500 que se inutilizam nas sobras enviadas pelos agentes, das tabacarias e da venda na rua; que se permutam com os jornais portugueses e estrangeiros e que ficam na administração sem serem vendidos, restam três mil que se vendem. Desse três mil, 1800 são vendidos na província, ilhas, África, Brasil e outros países, sendo apenas o restante, 1200 exemplares, vendidos em Lisboa, dos quais 300 são de assinaturas de Lisboa e arredores, e 900 de venda avulso. Ora sucede que estes 900 exemplares são na sua maior parte comprados pela classe burguesa, por estudantes e empregados do comércio como se conclui pela qualidade das tabacarias onde eles são procurados.

Por consequência, apenas uma pequena percentagem da tiragem da *Terra Livre* é comprada pelos operários da capital e esses, como

---

<sup>86</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 19 de junho de 1913, n.º 19, 1.º ano, p. 4-5.

<sup>87</sup> *Idem*

<sup>88</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 3 de julho de 1913, n.º 21, 1.º ano, p. 4.

dissemos, são os mais conscientes, os inteligentes e estudiosos, incapazes de terem praticado ou aconselhado a praticar o ato de 10 do corrente.

*Terra Livre*, pois, não podia ter influído no *atentado* que se praticou na rua do Carmo já pela sua orientação e doutrinas, já pela pouca circulação que tem entre a massa operária. E por hoje temos dito.<sup>89</sup>

Escritas sob o efeito da explosão durante o cortejo à Camões em 10 de junho de 1913, que imprimiu na opinião pública a imagem do anarquista violento, detonador de explosivos, num período marcado pela forte perseguição aos inimigos da República, estas palavras, provavelmente, eram uma tentativa de aliviar a perseguição ao semanário e ao seu diretor.

Nas primeiras impressões após o atentado circulou pela imprensa que o indivíduo acusado de lançar o explosivo “era um assíduo frequentador do quiosque do Rossio, onde dias antes das festas estivera fazendo propaganda contra as mesmas, combatendo-as, por nesta ocasião se encontravam muitos operários sem trabalho.”<sup>90</sup>

As condições tipográficas, o valor e a linguagem empregada, certamente contribuíam para despertar a simpatia em setores burgueses da sociedade portuguesa, muitos deles com interesses contrários à classe operária. Características que foram invocadas por Pinto Quartim em 11 de agosto de 1913, na tentativa de minimizar os efeitos da bomba sobre o seu semanário e consequentemente da sua acusação. Segundo o seu diretor, *Terra Livre* era “honesto e leal nos seus processos de crítica e de combate, moderado e raciocinado na sua estrutura, redigida em linguagem polida, com a moderação, correção e ponderação de quem procura educar e não sugestionar romances e não exacerbar paixões.”<sup>91</sup>

João Medina, em 1981, ao debruçar-se sobre o significado político do semanário *Terra Livre*, no âmbito da imprensa anarquista e sindicalista no primeiro governo de Afonso Costa, considerou que de facto o semanário era uma publicação anarquista, porém “*ma non troppo*”, predominando em suas colunas “um certo moderantismo filosofante,” nas palavras do historiador.<sup>92</sup> Com uma linguagem por vezes dificilmente acessível às camadas populares, o semanário restringia a sua circulação

---

<sup>89</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 19 de junho de 1913, n.º 19, 1º ano, p. 4-5.

<sup>90</sup> *A Capital*, Lisboa, 11 de junho de 1913, n.º 1029, 3º, ano, p. 1-2.

<sup>91</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartim... op. cit...*

<sup>92</sup> MEDINA, João. Um semanário anarquista durante o primeiro Governo de Afonso Costa: “*Terra Livre*”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3, p. 735-765.

priorizando os militantes e “operários mais ou menos conscientes, mais ou menos ilustrados, os inteligentes e estudiosos”, como o próprio grupo editorial afirmava. Certamente a predominância de intelectuais e militantes mais ilustrados no grupo redator colaborava para a linguagem e o tom impresso no semanário, como revela uma carta do seu diretor a Óscar de Teffé, ministro da legação brasileira em Lisboa:

Chamando a vida ativa tanto os elementos avançados, de ilustração como Bel-Adam pseudônimo de um erudito (Severino de Carvalho); dr. Adolfo Lima, professor e autor do Contrato de Trabalho; Neno Vasco, bacharel em direito; dr. Campos Lima, Sobral de Campos e Humberto S Avelar, advogados; Afonso Manaças, Aurélio Quintanilha e Gaspar dos Santos, estudantes de medicina; Cezar Porto, poeta, romancista e dramaturgo; Edmundo d’Oliveira, Emílio Costa e José Bacelar, jornalistas e tantos outros, e reunindo-os em torno da Terra Livre, tinha-se em vista e como propósito fazer uma obra de educação e de orientação consciente, apresentando as doutrinas anarquistas sob uma forma elevada, desfazendo o confucionismo e as deturpações existentes em volta de muitos termos e de intensões honestas, louváveis e respeitáveis.<sup>93</sup>

No entanto, a manifestação de ideias e opiniões ventiladas pelas suas colunas foram suficientes para levar a prisão do seu diretor que, após sessenta e nove dias fechado no Grupo E da cadeia do Limoeiro, era expulso por dez anos para o Brasil, com base numa lei que regulava as publicações. A Lei de imprensa determinava uma pena de 1 a 4 anos de prisão pelos crimes previstos em seus artigos. Em 11 de agosto, quando completou dois meses da sua prisão, sob a acusação de abuso de liberdade de imprensa, Quartim já desconfiava do destino que o aguardava. Nesta ocasião, na carta que escreveu ao ministro brasileiro, ao relatar um episódio no interior da cadeia, as suas suspeitas eram confirmadas. Ao expor ao funcionário da Procuradoria da República, Augusto Ivans, sobre as condições da sua prisão, este manifestou estranheza pelo facto de ainda encontrar-se ali encarcerado. O funcionário do governo acrescentou que “naturalmente não de arranjar mais alguma coisa para justificar a sua prisão”, testemunhava o jovem anarquista ao ministro brasileiro.<sup>94</sup> A suspeita concretizou-se somente em 20 de agosto daquele ano. A “coisa” que faltava foram encontrar em seu bilhete de identidade. Apesar da origem portuguesa, Quartim não havia reclamado a cidadania lusa, mantendo-se como cidadão brasileiro, condição que levou Afonso Costa a decretar a sua expulsão sem julgamento. A atitude do governo revestia-se ainda de uma possível retalhação ao governo

---

<sup>93</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartim... op. cit...*

<sup>94</sup> *Idem*

brasileiro, que deportava sumariamente inúmeros imigrantes portugueses “indesejáveis” de volta a Portugal.

#### 4.1. OS EFEITOS DE UMA BOMBA SOBRE UMA “TERRA LIVRE”

*“Não foi sindicalista  
Mas sim republicano  
O vilão que a bomba lançou  
No cortejo Camoniano.”<sup>95</sup>*

De acordo com os relatos publicados na imprensa em 21 de agosto de 1913, nos dois lados do Atlântico, “de facto, às 15 horas precisas” do dia 20 daquele mês, o jornalista brasileiro Pinto Quartim, “acompanhado por um guarda cívico,” deixava discretamente o Governo Civil de Lisboa “pela porta que comunica com a rua Serpa Pinto e, sem que fosse notado, seguiu para a ponte do Vapores da Parceria”. No cais, o anarquista era aguardado pela polícia do porto, que o acompanhou até ao interior do paquete inglês *Darro*, onde “achavam-se algumas pessoas de sua família, sua esposa e filha.” Naquele mesmo dia, o transatlântico da Mala Real Inglesa levantou ferro e seguiu em direção à América do Sul, destino que o anarquista teve conhecimento, somente nas vésperas de deixar a pisão. Segundo *O Século*, jornal no qual era redator, Pinto Quartim desejava ser colocado na fronteira com a Espanha, de onde seguiria com sua esposa para a Bélgica, porém, para sua surpresa ao deixar o Limoeiro, era “notificado que seguiria, não para a Espanha, mas embarcado em 3.<sup>a</sup> classe para o Brasil.”<sup>96</sup>

Assim que a notícia da expulsão correu a cadeia do Limoeiro, “dentro de poucos minutos” os presos foram para as grades e numa atitude de solidariedade, davam gritos de vivas ao companheiro de cela e “morras ao governo de Afonso Costa, acenando-me com lenços onde ao mesmo tempo limpavam as lágrimas. Foi uma manifestação enternecedora que jamais esquecerei”, como relatava Quartim, em entrevista ao jornal carioca *A Época*, em 5 de setembro de 1913.<sup>97</sup>

Durante os anos finais da monarquia em Portugal, Pinto Quartim se envolveu intensamente na propaganda do Partido Republicano Português, sobretudo no período em que João Franco era ministro. Em suas anotações autobiográficas o anarquista registou que durante a sua mocidade “corria a assistir a todos os comícios de protesto contra a

---

<sup>95</sup> Verso de uma cantiga popular, em voga na época do atentado da rua Nova do Carmo. RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 21.

<sup>96</sup> *O Século*, Lisboa, 22 de agosto de 1913. Cit em *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1913. p.19.

<sup>97</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

monarquia”, tomando parte em diversos encontros pelo país.<sup>98</sup> Como vimos no segundo capítulo, até completar 20 anos de idade, Quartim foi “republicano d’alma e coração.” Nesta fase, cooperou nas fileiras republicanas numa campanha eleitoral em favor do Partido pelo concelho de Sintra.<sup>99</sup> Em Coimbra, em janeiro 1906, filiava-se ao Centro Académico Republicano de Coimbra. No final deste mesmo ano, afigurava entre os signatários do manifesto estudantil, contra a dinastia dos braganças, registando o seu nome na lista dos “estudantes revolucionários de Coimbra”. Apesar, da sua atuação nas fileiras republicanas e da colaboração nos jornais republicanos, Pinto Quartim agora era considerado, pelos antigos companheiros, inimigo do país e um “individuo perigoso à sociedade.”<sup>100</sup>

O jornalista foi preso em 11 de junho de 1913, por volta das seis horas da manhã em sua casa, no número 17 da rua Heliodoro Salgado, por dois agentes da polícia preventiva de Lisboa, que o conduziram até ao Governo Civil. Foram presos também quatro trabalhadores, um enfermeiro, três serralheiros, dois corticeiros, dois carpinteiros, um tipográfico, um pedreiro, um canteiro e um indivíduo que “esteve em África cumprindo sentença pelo crime de vadiagem, de onde regressou há dois meses.”<sup>101</sup> O tipógrafo Alexandre Vieira, diretor de *O Sindicalista*, foi preso na oficina em que trabalhava no mesmo dia e conduzido ao Limoeiro.<sup>102</sup> Sobre estes homens pesava-se os efeitos de uma bomba. Eram considerados suspeitos de participarem indiretamente do ato que a opinião pública definiu como um atentado “brutal, revelador de uma desumanidade revoltante.”<sup>103</sup>

O anarquista professo e autor de diversos artigos de ataque ao governo de Afonso Costa em seu jornal permaneceu isolado dos demais presos durante todo o dia.

---

<sup>98</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista... op. cit...*

<sup>99</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartim... op. cit...*

<sup>100</sup> Pinto Quartim, Governo Civil de Lisboa, 21 de agosto de 1913. Correspondência a Pedro Muralha. *O Socialista*, Lisboa, agosto de 1913. Cit *A Época*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1913, p. 3.

<sup>101</sup> Segundo lia-se em *A Capital*, em 12 de junho de 1913, os nomes dos operários presos, eram: Augusto Cândido dos Anjos Carvalho Rodrigues, Gabriel Ferreira, Manuel Francisco, José Sebastião, José Maria da Fonseca, Américo Ferreira, António dos Santos (pseudónimo de Raymundo Marques da Costa), José dos Santos Mourinha, António Marques Lino, António de Almeida Olivença, Carlos José de Souza, Bernardo Montes, José Marques, José Luiz da Costa, Manuel Joaquim Portelinha, Amadeu Dias, José Lopes. *A Capital*, Lisboa, 12 de junho de 1913, n.º 1030, 3.º ano, p. 1-2.

<sup>102</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 19 e junho de 1913, n.º 19, 1.º ano, p. 4.

<sup>103</sup> *A Capital*, Lisboa, 10 de junho de 1913, n.º 1028, 3.º ano, p. 1.

Somente às 11 horas da noite, na presença do chefe de polícia de investigação criminal, Alfeu da Cruz, e do subdiretor de investigação Aarão de Carvalho, Quartim prestou os primeiros esclarecimentos e respondeu as questões do inquérito policial. Após o seu depoimento, foi “verbalmente acusado de ter escrito artigos em que incitava o operariado à revolta,” nas páginas da *Terra Livre*. Porém, sem conhecer os detalhes das acusações que pesavam sobre si, foi conduzido, no silêncio da madrugada, “juntamente com mais 17 presos”, para o Limoeiro, onde passou as primeiras horas do dia na chamada “*casa dos entrados*” e depois conduzido ao “grupo E”, junto com os demais prisioneiros, onde permaneceu até a sua expulsão do país.<sup>104</sup>

No Limoeiro, Pinto Quartim encontrou o amigo e companheiro de redação de a *Terra Livre*, o propagandista Carlos Rates, que naquela época participava nas reuniões libertárias em sua residência. O eminente dirigente sindical das primeiras décadas do século XX, futuro Primeiro Secretário do Partido Comunista Português, autor da obra *A Ditadura do Proletariado* na década de 1920, e que em junho de 1931 passaria a apoiar a ditadura de Oliveira Salazar, aderindo à União Nacional,<sup>105</sup> encontrava-se há um mês encarcerado como vadio “entre os ferros da Republica.”<sup>106</sup> Carlos Rates fora preso no Funchal e conduzido à penitenciária de Lisboa na companhia de António Henriques. Os dois propagandistas pretendiam proferir algumas conferências e organizar a classe trabalhadora daquela região, semelhantemente como Rates havia feito entre os trabalhadores rurais do Alentejo. Nesta ocasião, o propagandista era escriturário da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais de Évora, organização que, em 5 de junho de 1913, colocava-se ao lado dos anarquistas da *Terra Livre* numa campanha “em prol da imediata soltura de Rates, bem como dos propagandistas arbitrariamente presos pelas autoridades

---

<sup>104</sup> Perseguição á “Terra Livre”. *Terra Livre*, Lisboa, 19 e junho de 1913, n.º 19, 1.º ano, p. 4.

<sup>105</sup> A cerca da adesão do antigo propagandista libertário à União Nacional em 1931, lia-se no *Diário da Manhã*, a seguinte nota de Carlos Rates, “Sr. dr. Garcia Pulido. – Meu prezado amigo: – Um encontro fortuito com v. levou-nos à troca de impressões sobre o manifesto da Coligação Republicano-Socialista. Exposto os meus pontos de vista doutrinários disse v. que eles cabiam perfeitamente dentro da diretriz traçada pela União Nacional. Por meu turno afirmei que tendo seguido os discursos do sr. dr. Oliveira Salazar, que encerram doutrinação, me parecia não existir contradição, mas antes coincidência de critério filosófico. Daí eu manifestar o desejo de colaborar politicamente no Diário da Manhã, o que v. prontamente aceitou. (...) Mas eu não sou um simples doutrinário. O que pretendo, sobretudo, é realizar; logicamente, vista a concordância de ideias, impunha-se a minha filiação.” Uma adesão à União Nacional. *Diário da Manhã*, Lisboa 16 de julho de 1931. Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Carta de Carlos Rates sobre a sua adesão à União Nacional. Julho de 1931. Pasta: 09769.162. Disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.162>

<sup>106</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 12 de junho de 1913, n.º 18, 1.º ano, p. 4.

republicanas”, nos primeiros meses daquele ano.<sup>107</sup> Apesar de acreditar que o regime autoritário de Oliveira Salazar possuía “um plano de política aceitável”, Carlos Rates e Pinto Quartim continuaram a manter contacto ao longo dos anos, trocando opiniões políticas. Em carta dirigida ao velho amigo, em agosto de 1944, Rates reforçava os laços com o antigo companheiro de ideias, tendo a certeza de que a divergência política “não estorvará a nossa velha amizade.”<sup>108</sup>

No dia que Pinto Quartim foi conduzido ao Governo Civil, as ruas de Lisboa revestiam-se de cores e luzes, anunciando a chegada das “Festas da Cidade”, inauguradas no início daquela semana. No mês de junho a população de Lisboa vivenciava, como de costume, o clima das festas populares que decoravam as ruas e transformava a cidade, que era coroada pelo brilhantismo dos suntuosos cortejos, embalados por cantigas ao som de grupos musicais. Os moradores e visitantes da cidade gozavam das “delícias das festas cheias de encanto e de largas aspirações para a terra onde Camões, o grande épico nacional, nasceu, onde sofreu e onde se celebra no meio das apoteoses que decorrem cheias de brilho, de júbilo e de entusiasmo.”<sup>109</sup>

Em 10 de junho de 1913, por volta do meio-dia, um cortejo em homenagem a memória de Luís de Camões deixava o Terreiro do Paço em direção ao Chiado. Em meio aos moradores, visitantes, curiosos, autoridades políticas e a Guarda Republicana, que dias antes era informada sobre a possibilidade de transgressão do carácter festivo, uma multidão acompanhava o cortejo, que seguiu pelas principais ruas da cidade.

Nas vésperas da festa ao poeta, a Praça Luís de Camões foi vandalizada com os seguintes dizeres: “eis os prenúncios das festas”, alarmando a população e o comando

---

<sup>107</sup> No ofício enviado ao grupo *Terra Livre*, a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais de Évora, manifestava o seu apoio às iniciativas do grupo de Lisboa, em prol dos presos políticos do governo de Afonso Costa, nas palavras do secretário-geral da federação, Joaquim José Candieira, “Prezados camaradas: Inteiramente colocada ao lado de *Terra Livre*, pela campanha empreendida a favor do nosso querido companheiro de lutas Carlos Rates, a F. N. T. R., reconhecendo a ineficácia de um protesto na imprensa operária, está disposta a empregar outros meios, se as outras organizações o queiram também entender... Não pode esta corporação deixar passar por alto as infâmias que se têm lançado sobre o nobre carácter do denotado e inteligente batalhador a que o movimento rural deve tantos sacrifícios, sem que, sabendo-o impoluto, repila violentamente tão vilíssimas atoardas. Saúde e Emancipação. Pela Federação, o secretário-geral. Joaquim José Candieira. *Terra Livre*, Lisboa, 12 de junho de 1913, n.º 18, 1.º ano, p.4. Joaquim José Candieira, impulsionou as importantes greves no Alentejo, liderando os trabalhadores rurais, nos anos de 1912/1913. RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária em Portugal 1939-1974*. Editora Sementeira, SCARL, Lisboa, 1982, p. 186-187.

<sup>108</sup> Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-269. *Subsérie 269 - Correspondência de Carlos Rates. Data(s): 1944 (Produção)*.

<sup>109</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 9 de junho de 1913, n.º 381, p. 710.

da polícia, sobre um possível atentado durante as celebrações à memória do épico.<sup>110</sup> Em face aos boatos e ameaças à ordem, o comando da polícia convocou no Governo Civil de Lisboa alguns dos principais propagandistas sindicalistas, dentre eles, Sebastião Eugénio, Bartolomeu Constantino, Henrique José Moreira, Alexandre António Assis e Sobral de Campos, este último redator de a *Terra Livre*. A estes indivíduos o “comandante da polícia conferenciou largamente sobre os boatos que tem corrido de alteração da ordem durante as festas”, ameaçando responsabilizá-los por futuros incidentes que alterasse o clima de tranquilidade da cidade durante as festividades.<sup>111</sup>

Diante dos factos, à frente do cortejo camoniano um esquadrão da cavalaria da guarda republicana buscava assegurar a ordem e a tranquilidade pública, abrindo caminho ao préstito, composto em sua maioria por alunos de diversos liceus e por crianças, estas “quase todas com ramos de flores e algumas a mais com palmas”, entoavam a *Portuguesa* e o hino a Luís de Camões “numa estridente chalrada de milhões de pardais. O povo saudava-os e com elas e nelas a pátria de amanhã.”<sup>112</sup> Nas palavras do diário carioca *O Paiz*, em sua edição dedicada às festividades da capital portuguesa daquele ano, além da grande presença popular no cortejo, nota-se a intenção da comissão organizadora das festas de consolidar na data símbolos concebidos ainda nos tempos da monarquia. Em meio à exaltação dos heróis nacionais, as festividades foram acompanhadas por um discurso voltado para o engrandecimento nacional, bem como uma tentativa de lançar sobre as camadas sociais uma mensagem política, elementos ideológicos e estratégicos presentes nas comemorações camonianas desde as primeiras manifestações de celebração do centenário de Camões.

Para aquele dia, a comissão organizadora dos festejos, havia planejado o trajeto do cortejo pelas principais ruas da cidade, saindo do Terreiro do Paço, seguindo pela rua da Arsenal, dando volta ao largo do Pelourinho, vindo desfilar em frente a Câmara Municipal. Nas portas do edifício, Manuel de Arriaga e o coronel Correia Barreto, este constituído presidente da comissão dos festejos,<sup>113</sup> cumprimentavam

---

<sup>110</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1913, ano XXVIII, n.º 10.498, p. 9-10.

<sup>111</sup> *A Capital*, Lisboa, 7 de junho de 1913, n.º 1025, 3.º Ano, p. 2.

<sup>112</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1913, ano XXVIII, n.º 10.498, p. 9-10.

<sup>113</sup> Segundo a *Ilustração Portuguesa*, para aquele ano a comissão das festas da cidade era composta por José Pontes, José Júlio Correia da Silva, José Sarmento, Artur Tavares de Melo, Alexandre Ferreira, Manuel Dias Pereira, Augusto Pina, Júlio Cardona, Alfredo da Cunha vice-presidente da comissão, coronel Correia, presidente da comissão, Francisco Barreto, tesoureiro da comissão, José Alexandre Soares, Rodrigues Simões, Inácio Peixoto, Albino José Batista, Ricardo Covões, Luiz Cardoso, Manuel Joaquim do Santos, Eduardo Franco. As festas da cidade de Lisboa. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 9 de junho de 1913, n.º 381, p. 710.

membros do governo, dividindo a cena com Afonso Costa que, da varanda da Câmara, saudava o público que compunha o préstito. O povo então rompeu “em grandes manifestações, sendo o chefe do Estado aclamado com delírio”, ao mesmo tempo que ouviam-se “vivas à Pátria e à República”, conforme descreveu o republicano *A Capital*.<sup>114</sup>

O historiador Fernando Catroga considerou que a comemoração de Luís de Camões em Portugal surgiu pela iniciativa do Partido Republicano à luz do positivismo, como “réplica dos positivistas portugueses às celebrações centenárias em honra de Rousseau e Voltaire.” Os republicanos portugueses e seus correligionários franceses, buscaram nas celebrações nos grandes homens símbolos para a propaganda do partido, com o objetivo de consolidar a sua mensagem política. Nas palavras de Fernando Catroga, assim como os franceses “o que lhes interessava era explorar uma forma ritualista através da qual, sem envolver qualquer dimensão de culto dogmatizado, pudessem veicular a nova visão do mundo e provocar os efeitos políticos que lhe eram inerentes.” Em outras palavras, os republicanos portugueses “assenhorearam-se da figura do Épico, símbolo de um período áureo da nossa história, para que, em contraponto e de modo pragmático, pudessem mostrar o estado de decadência económica, política e intelectual, provocado pela política monárquica das últimas centúrias.”<sup>115</sup> Ou seja, o positivismo emprestou o carácter filosófico aos instrumentos de propaganda ideológica e política do Partido Republicano, não somente em França, mas também em Portugal. Reforçando o argumento, da contribuição filosófica e simbólica do positivismo nas comemorações à Camões em Portugal, Fernando Catroga, argumentava:

(...) a ideia de enaltecimento das figuras e acontecimentos decisivos no aperfeiçoamento político, científico, cultural e moral da humanidade foi uma das notas essenciais da ética positivista e situava-se na linha do antropocentrismo que está na base de todo os sistemas. O homem, ou melhor, a Humanidade surgia como um indivíduo sucessivamente melhorado através da acção dos povos, incarnada nas obras e nos actos dos indivíduos. (...) a educação do presente, se devia ter em vista o futuro, tinha igualmente de pautar-se pelos grandes exemplos do passado. Daí que, para Comte, os mortos devessem comandar os vivos, o que levou à entificação da humanidade – o Grande Ser – e à sua consagração numa sociologia perfeitamente dogmatizada e ritualizada.”<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> *A Capital*, Lisboa, 10 de junho de 1913, n.º 1028, 3.º ano, p. 1.

<sup>115</sup> CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal: o seu significado político-social. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, 1977, p. 357-360.

<sup>116</sup> *Idem*, p. 357-358.

No caso português, o carácter das celebrações aos grandes personagens, no discurso dos seus principais idealizadores, salta o desejo de que o momento não se consolidasse como uma releitura dos ritos dogmatizados, santificando os grandes personagens da história do país. Dentro desta perspectiva, de crítica ao carácter dogmático da data, ver por exemplo as publicações de Teófilo Braga em *O Positivismo*, alusivas ao centenário de Camões, bem como o discurso de Júlio de Matos em 10 de junho de 1880, um dos principais animadores das comemorações no Porto.<sup>117</sup> No entanto, como identificou Fernando Catroga, a estruturação das celebrações ao épico em Portugal, e sua respectiva simbologia, não foram mais “do que uma secularização das festividades católicas.”<sup>118</sup>

Com estes emblemas, semelhantes aos que a colônia portuguesa no Rio de Janeiro procurou registrar em 10 de junho de 1887, na mesma ocasião em que Pinto Quartim era consagrado na Igreja de Santo António, o cortejo camoniano, de junho de 1913, deixou os Paços do Conselho de Lisboa e seguiu pela rua do Comércio em direção ao Rossio, onde entrou pela rua Nova do Carmo rumo à Praça Camões. Porém, o entusiasmo e o tom festivo que embalavam o cortejo logo transformaram-se em tristeza e comoção. Segundo noticiou *A Capital*, no momento em que o cortejo deixava o Rossio em direção à Praça Camões, já entrando pela rua Nova do Carmo, em frente ao hotel Universo “vários operários tentam incorporar-se com uma bandeira negra no préstito, rebentando nessa ocasião uma bomba.”<sup>119</sup> A bandeira negra estava estampada com as palavras em branco: “Pão e Trabalho”. Apesar das recomendações e ameaças do comandante da polícia de Lisboa àqueles que tentassem transgredir o carácter festivos dos dias de junho na cidade desvirtuando seu significado, alguns indivíduos, classificados como “tipos operários” tanto pela imprensa como pelas testemunhas do atentado, parece

---

<sup>117</sup> “Sendo assim, nós, ao fixarmos respeitosamente a marcha secular das sociedades, nem divinizamos a humanidade, substituindo-a ao velho mito religioso, nem, celebrando o centenário dos homens eminentes, os santificamos, fazendo do Pantheon um simulacro das catedrais cristãs. Não! Em ocasiões como estas, nós apenas manifestamos a coerência do coração com o espírito, demonstrando-nos a solidariedade humana e acção beneficente, embora limitada, dos homens superiores; o coração sente-se simpática e respeitosamente comovido, docemente estimulado às mais generosas acções. É segundo esta doutrina que se chama *Humanismo*, é à luz desta concepção sistemática que nós vemos o 3.º centenário de Camões.” (Júlio de Matos, *Significação Filosófica e Social das Festas do Tricentenário de Camões. O Positivismo*, n.º 5, II ano, junho-julho de 1880, p. 398. Cit CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo... *op. cit...* p. 360. Ver também Teófilo Braga, O Centenário de Camões em 1880. *O Positivismo*, n.º 1, II ano, outubro-novembro, 1879, pp. 1-9.

<sup>118</sup> CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo... *op. cit...* p. 361.

<sup>119</sup> *A Capital*, Lisboa, 11 de junho de 1913, n.º 1029, 3.º, ano, p. 1-2.

que não se fizeram coagidos pelas ameaças da polícia. Logo identificado pelo capitão de polícia Amaral, como possível tentativa de transgressão da ordem, “ordenou aos seus subordinados que detivessem os manifestantes. Estes, a todo o transe, queriam postar-se atrás da filarmónica de Castelo de Vide, ao que a polícia se opôs.”<sup>120</sup>

Na tentativa de reiterar a ordem do desfile e retirar a bandeira negra que contrastava com o colorido da festa, o guarda de número 1033 travou uma luta corporal com o portador da bandeira, na tentativa frustrada de afastar os indivíduos que tentavam misturar-se ao cortejo. Mais tarde apurou-se que se tratava de operários desempregados. De acordo com *A Capital*, enquanto travava-se a confusão, em meio a composição do cortejo, soou um “enorme estampido, semelhante ao de uma bomba.” Por todos os lados ouviram-se “gritos dilacerantes, gemidos, choros, sendo enorme o pânico. Nos primeiros momentos, ninguém se entendia. Gente que fugia em direções várias não pensava sequer em prestar auxílio aos que jaziam por terra e que depois se apurou, estarem mais ou menos feridos.”<sup>121</sup> Logo após a explosão, lia-se no diário republicano da noite as primeiras impressões sobre o atentado:

Foi no meio d’um entusiasmo cada vez maior que o cortejo entrou na rua do Carmo, onde as janelas se encontravam apinhadas de senhoras, como já sucedera nas ruas Augusta e Capellistas.

Quando a retaguarda do cortejo passava em frente ao hotel Universo reparou o guarda n. 1:033 da polícia, José Bernardino Ayres Pereira, que um grupo, com tipo de operário, que se encontrava no passeio, tentava incorporar-se no préstito, para o que desfraldava uma bandeira negra, onde se liam os dizeres *Pão ou trabalho*, desenhados a branco.

O guarda 1:033 lançou-se então ao portador da bandeira, tentando arranca-la e travando-se por essa ocasião pequena luta, acabando o guarda por conseguir os seus desejos.

O que depois se passou torna-se difícil descrever. (...)

O guarda 1033 conseguiu deter o portador do tal estandarte, que era um rapaz novo, de nome Valério Benjamin Ferreira, operário serralheiro do Arsenal da Marinha, que, vendo-se subjugado, tirou da algibeira uma bomba e arremessou-a ao chão. O autor do atentado ficou muito ferido na virilha, pelo que foi conduzido ao hospital de S. José. Sendo revistado pela polícia, foi-lhe encontrado na algibeira um baralho de cartas, um livro de quotas escrito á pena com tinta vermelha, que o preso declarou ser de um grupo de Football à que pertence.<sup>122</sup>

O rapaz que levava o estandarte, Valério Benjamin Ferreira, segundo a apurou a imprensa de Lisboa, era um “tipo de operário, a roupa enodoada, a barba por fazer, não parecendo ter mais de 25, 26 anos”. Assim que circulou a notícia que o serralheiro Valério

---

<sup>120</sup> *Idem*

<sup>121</sup> *A Capital*, Lisboa, 10 de junho de 1913, n.º 1028, 3.º ano, p. 1-2.

<sup>122</sup> *Idem*

Ferreira era operário da marinha, uma comissão do Arsenal da Marinha e da Cordoaria Nacional procurou a imprensa para manifestar que o seu referido operário, havia participado nas provas de aptidão para admissão no cargo de serralheiro mecânico, porém, “ele não satisfazia profissionalmente, e por isso foi mandado embora na tarde de 7” de junho, ou seja, três dias antes do atentado do qual era considerado principal autor. Dias antes da explosão, o serralheiro havia participado de uma “reunião dos operários sem trabalho da construção civil”, e reforçando a imagem descrita pelo noticiário de Lisboa, de que Valério Ferreira frequentava o conhecido ponto de encontro de libertários no Rossio, o quiosque “Boia”, onde além de comprar tabaco, “falava com os conhecidos.” Após a polícia apurar os factos, sobre o principal autor do atentado, alegou que este “estivera, momentos antes do cortejo, no quiosque “Boia”, onde alguns companheiros lhe perguntaram se ia armado.”<sup>123</sup>

Logo que tomaram conhecimento dos detalhes do atentado, as mesmas pessoas que horas antes desfilavam alegres no cortejo, saudando o presidente e dando vivas à Pátria, foram tomados por um espírito de revolta e indignação, contra o quiosque “Boia”. Em poucos instantes, a praça de D. Pedro estava “completamente apinhada de gente”. A turba, levantando estridentes “vivas à Pátria e à Republica”, voltaram-se contra o conhecido reduto anarquista na cidade, deitando fogo e destruindo o antigo estabelecimento.<sup>124</sup>

Durante o dia do atentado, Quartim circulava tranquilamente pelo Chiado, visitando amigos e companheiros de profissão e de ideias nas redações dos principais jornais da cidade, como costumeiramente fazia nas tardes. Instantes antes da explosão o redator de *O Século* visitava a redação do republicano *A Capital*, na rua do Norte, há poucos metros do número 55 da rua das Gáveas, onde concentrava-se a administração da *Terra Livre*.<sup>125</sup> Além de *O Século*, Quartim colaborou em outros jornais de Lisboa, e com frequência era consultado para escrever artigos, com temas ligados à sua trajetória política e pessoal. Em janeiro de 1912 a redação de *A Capital* escrevia ao distinto jornalista solicitando “as suas opiniões exclusivamente para *A Capital*”, sobre “as necessidades nacionais do actual momento histórico”.<sup>126</sup> O tema correspondia à uma série de artigos publicados na coluna “pró pátria”, espaço destinado a “todos os portugueses competentes

---

<sup>123</sup> *A Capital*, Lisboa, 11 de junho de 1913, n.º 1029, 3.º ano, p. 1-2.

<sup>124</sup> *Idem*

<sup>125</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402 p. 1.

<sup>126</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-034. *Subsérie 034 - Correspondência de A Capital. Data: 15 de janeiro de 1912.*

e bem intencionados quanto no interesse pelo levantamento moral e material do país concorrerão para o nosso plebiscito no mesmo patriótico sentido orientados”. Ainda segundo o diário, o plebiscito, foi distribuído aos “nossos amáveis e prestimosos colaboradores.”<sup>127</sup>

A primeira série destes artigos visava sobre a instrução e era iniciada pelo artigo *A instrução popular e a educação em Portugal*, da autoria de outro libertário conhecido, o professor Adolfo Lima. Além de propagandista anarquista, Adolfo Lima, quando seu artigo saiu no diário, era então diretor da Escola Oficina n.1, no Largo da Graça.<sup>128</sup>

Em sua defesa, publicada no jornal carioca *A Época*, em 5 de setembro de 1913, Quartim confirmou que de facto se encontrava no Chiado na tarde do dia 10 de junho, mas que preferiu não participar da homenagem ao épico. Somente que presenciou uma intensa movimentação de indivíduos, muitos deles conhecidos seus, nas mediações do monumento à Camões. Em suas palavras, quando estava na redação de *A Capital*, cruzou com alguns “manifestantes republicanos que, então, corriam de ponta a ponta a cidade e que tão bem me conheciam, nada me disseram, nada me fizeram, não podendo sequer suspeitar do que o governo me reservava.”<sup>129</sup>

No dia seguinte a explosão, às 15hs, a câmara dos deputados iniciava a sessão ordinária, ainda sob os efeitos da bomba, dividindo os assuntos da ordem do dia com as devidas medidas que deveriam ser tomadas pelo governo face ao ocorrido. O presidente da câmara, José Augusto de Simas Machado, por meio de uma inscrição especial, propôs aos deputados e ao chefe de governo ali presente uma manifestação de protesto contra o que chamou de “atentado sindicalista do Rossio”, e um voto de pesar pelas vítimas e louvor aos agentes da polícia que se faziam presentes no momento da explosão, ato aprovado por unanimidade pelos demais deputados. Abrindo a discussão sobre os efeitos da bomba, o presidente da câmara tomou a palavra proferindo o seguinte discurso:

A cidade de Lisboa e, pode dizer-se, com ela o país inteiro, foram sobressaltados ontem por um facto que contristou todas as pessoas de bem e amantes da sua Pátria. Mão criminosa lançou uma bomba sobre o cortejo que se encaminhava para junto do monumento de Camões, cortejo em que predominavam as crianças. Esta monstruosidade denota uma perversão tão grande de sentimentos, que indispensável se torna

---

<sup>127</sup> *A Capital*, Lisboa, 15 de janeiro, de 1912. N.º 526, 2.º ano, p. 1.

<sup>128</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária... op. cit...* p. 148.

<sup>129</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

estigmatizá-la, e é isso que eu neste momento faço, interpretando certamente o sentir de toda a Câmara.<sup>130</sup>

Logo a seguir, abriu espaço para as manifestações de opiniões e “inscreveram-se vários srs. deputados”. Em meio a discursos de protesto contra o atentado, e de condenação aos seus autores, como as palavras do deputado Francisco Cruz, que não votaria “mais cinco réis para os operários sem trabalho”, Afonso Costa, “das cadeiras do poder”, sentenciava a Casa Sindical como “os únicos responsáveis pelas perturbações da ordem em Portugal.” O presidente continuava em seu discurso prometendo perseguição aos funcionários do Estado, filiados à agremiações sindicais e, sobretudo, aos sindicalistas revolucionários, “tendo a certeza de que só serão atingidos os inimigos da República e da ordem.”<sup>131</sup>

(...) Os sindicalistas hão-de ser sistematicamente arredados, para o que basta cumprir a lei. Todos os indivíduos que sejam funcionários do Estado, ou dele recebam qualquer remuneração, e que pertençam a agremiações sindicalistas revolucionárias, serão demitidos do serviço do Estado, nos termos do artigo 19.º do decreto de 22 de fevereiro; todos os outros que incitarem ou defenderem a desordem pública, serão sujeitos aos tribunais, na hipótese de praticarem actos de anarquismo. A todos a lei será aplicada inexoravelmente, tendo a certeza de que só serão atingidos os inimigos da República e da ordem.

Mas se ele, orador, se achar em presença dalguém que, embora tendo prestado muito bons serviços à República, se transviasse, depois, do caminho legal, também não hesitará em aplicar a lei.<sup>132</sup>

O governo aproveitava o momento para reforçar a perseguição aos “inimigos da República”, mesmo àqueles que haviam colaborado ao lado do Partido Republicano no derrube da monarquia e na proclamação do atual regime, como era o caso da corrente dos anarquistas intervencionistas, que “ligaram-se aos republicanos, convencidos de que o triunfo destes” abriria novas possibilidades para o movimento libertário, e caminho para a sociedade anárquica.<sup>133</sup>

---

<sup>130</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa 123.ª sessão ordinária do 3.º período da 1.ª Legislatura 1912-1913, em 11 de junho de 1913, p.1.

<sup>131</sup> *Idem*

<sup>132</sup> *Idem*, p.7-8.

<sup>133</sup> Segundo Edgar Rodrigues, em Portugal, nos últimos anos do regime monárquico, os anarquistas dividiam-se em duas correntes, de um lado os “puritanos”, que se dedicavam exclusivamente a propagando do ideal, e do outro lado os “intervencionistas”, como era o caso dos libertários em torno do grupo Obreiros do Futuro. RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 13.

O discurso do chefe do Governo, após o atentado na rua Nova do Carmo, passados apenas dois anos e oito meses da revolução de outubro, revela que os republicanos não hesitaram em punir exemplarmente antigos companheiros de propaganda, revestindo lhes agora com a imagem de inimigos da sociedade e da Pátria, pecha que caiu sobre os principais dirigentes sindicais e propagandistas das ideias libertárias do país, incluindo o jornalista brasileiro Pinto Quartim.

Afonso Lopes, ainda em seu discurso na câmara dos deputados, buscou reforçar o carácter do 10 de junho para o regime, procurando exaltar o povo e a imagem de Luís de Camões, na tentativa de aproveitar o momento para consolidar a aproximação do Partido Republicano com as camadas sociais.

(...) O povo de Lisboa mostrou mais um vez a sua índole heroica, e ele, orador, ao mesmo tempo que sente o mais profundo pesar pelas vítimas da selvageria praticada, sente a maior admiração e consideração pelo conhecimento que esse heroico povo mostrou da sua própria vontade, que era a da manifestação ao grande épico Luís de Camões, quer evidenciando a sua consagração ao regime a que tinha votado as suas maiores e mais carinhosas aspirações. Desde o primeiro momento, o povo de Lisboa, não só mostrou a sua completa reprovação para com o malvado que praticara essa estupidez sem nome e sem precedentes, como ainda fez ver que aquilo era um caso esporádico, obra dum criminoso desvairado, e que não pertencia ao coração de Lisboa esse tumor maligno que está sendo implantado na cidade por meia dúzia de malfetores que vivem à custa alheia e a quem a consciência pública está disposta a ver castigar como é preciso.<sup>134</sup>

O atentado praticado por “mão criminosa”, nas palavras do presidente da câmara dos deputados, para além da qualificação terrorista e criminosa, atribuído ao episódio da rua Nova do Carmo, a explosão da bomba era também compreendida e estigmatizada pelos deputados como um acto permeado por concepções políticas e ideologias. Dai a perseguição do governo à Casa Sindical e aos sindicalistas e militantes anarquistas, procurando culpabilizá-los e criminalizá-los pelo atentado. A partir da qualificação do atentado, o governo iniciou uma verdadeira “caçada às bruxas”, aos principais dirigentes do sindicalismo no país.

Apesar da perseguição que recaiu sobre os anarquistas e sindicalistas, apontados inicialmente como responsáveis pela explosão, circulou na época do atentado que a “bomba teria sido lançada pelos republicanos hostis ao governo para jogá-lo contra

---

<sup>134</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa 123.<sup>a</sup> sessão ordinária do 3.º período da 1.<sup>a</sup> Legislatura 1912-1913, em 11 de junho de 1913, p.7-8.

os operários.” Estas afirmações eram do anarquista Acácio Tomás de Aquino ao também militante Adriano Botelho. Tomás de Aquino, ao atribuir aos republicanos a culpa da explosão e a morte das vítimas, dava a sua versão dos factos argumentando que “quem teria interesse em atirar uma bomba sobre trabalhadores sabendo que seriam os atingidos e ainda por cima punidos com prisão pelo governo que os perseguia nessa época com redobrada ferocidade?”<sup>135</sup> Ainda sobre os efeitos da bomba, o libertário recordava de um verso que circulou naquela época:

*“Não foi sindicalista  
Mas sim republicano  
O vilão que a bomba lançou  
No cortejo Camoniano.”*<sup>136</sup>

O relato do anarquista Acácio Tomás de Aquino, coligido por Adriano Botelho e citado por Edgar Rodrigues na obra *Os anarquistas e os sindicatos*, bem como o depoimento de Pinto Quartim ao jornal carioca *A Época*, sobre a movimentação de “manifestantes republicanos que, então, corriam de ponta a ponta a cidade”,<sup>137</sup> em outras palavras, sugere um possível envolvimento dos republicanos nos acontecimentos. Ou seja, se de facto participaram ou não do lançamento da bomba no cortejo camoniano, composto em sua maioria por crianças e trabalhadores, souberam utilizar os seus efeitos para a propaganda do novo regime, perseguindo opositores e consolidando, entre as diferentes camadas sociais, a mensagem política do Partido Republicano.

Após as perseguições aos dirigentes sindicais, aqueles que permaneceram fechados no Limoeiro foram removidos em outubro de 1913, “sob forte escolta” para o Forte da Graça, em Elvas, onde “cerca de 80 sindicalistas permaneceram durante 9 meses sem culpa formada nem julgamento, entre perचेvejos, nos corredores escuros daquele pardieiro imundo, execrados pelos senhores do poder de 1913.”<sup>138</sup>

No entanto, apesar dos principais dirigentes sindicais se encontrarem presos no Limoeiro pelo governo, em decorrência do atentado na rua Nova do Carmo, realizaram-se o Congresso Socialista no Porto e a Conferência Nacional Operária, que entre outras resoluções definiu a organização de um Congresso Nacional Operário, a realizar-se na cidade de Tomar. O Congresso, realizado entre 14 e 17 de março de 1914, possibilitou, no âmbito organizativo, a reunificação do movimento operário através da

---

<sup>135</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 21.

<sup>136</sup> *Idem*

<sup>137</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 402, p. 1.

<sup>138</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 22.

criação da União Operária Nacional e a tentativa de convergir em uma única corrente a acção socialista e sindical.<sup>139</sup>

Em 20 de agosto de 1913, sentenciado à expulsão sem direito a um julgamento, Pinto Quartim deixava o Governo Civil de Lisboa em direção ao transatlântico da Mala Real Inglesa, ancorado no porto de Lisboa e que naquele mesmo dia partiria em direção ao Rio de Janeiro. O destino fora comunicado ao jornalista somente “à hora do embarque”, como revelava Quartim em carta ao amigo Pedro Muralha. Apesar da diplomacia do ministro brasileiro Óscar de Teffé, junto ao governo português, não foi permitido ao prisioneiro organizar os preparativos para sua longa viagem, muito menos despedir de familiares e amigos que ficavam em Lisboa. Mesmo fechado no calabouço 8 do Governo Civil, enquanto aguardava a resolução do governo, Quartim encontrou tempo para escrever algumas palavras ao diretor de *O Socialista* que, apesar de longa, pode contribuir na compreensão de alguns traços biográficos do jornalista antes do seu desembarque no Rio de Janeiro.

“Amigo Pedro Muralha: Coroou-se a infâmia com outra infâmia. À hora a que esta carta, cuja publicação peço, chegar às tuas mãos, já eu vou barra fora, expulso por dez anos deste país, onde vivi 20 anos, onde constitui família e onde os que hoje me condenam, me tornaram com o seu verbo inflamado de demolidores, o individuo perigoso à sociedade, que dizem eu ser. Mas, não contentes com a infâmia de me expulsarem do país, tão somente por ser um propagandista pela imprensa, do anarquismo, apresentando-o, sempre, na sua concepção mais elevada, ainda me obrigaram a tomar o destino que ele muito bem entenderam. Não é esta ocasião propícia para analisar a resolução do governo e o que a motivou. Farei essa análise entre os “nossos irmãos d’além mar”, nessa nação irmã e amiga a que nos ligam tão estreitos laços de amizade, “nesse país, cujos filhos não são estrangeiros, em Portugal”, como usa dizer a imprensa portuguesa. Por ora, apenas, desejo que se registre estas notas: parto para o Brasil, apesar de diretamente e por intermédio do ministro daquele país, ter declarado que não desejava tomar esse destino, mas, sim, ser posto, como é de uso, na fronteira espanhola. Dadas as notícias contraditórias dos jornais, e o facto de só me ter sido participado, à hora do embarque, qual o meu destino, não me foi permitido fazer-me acompanhar de minha esposa e filha, nem tempo tive para os indispensáveis preparativos de uma tão longa viagem. Retiro-me com o coração transbordando de saudades desta bela região, em que a natureza toda canta alegres hinos de amor e de liberdade, e de gratas recordações deste povo inteligente e sentimental, por quem as ideias libertadoras, que me são tão caras, tão facilmente são acolhidas, não tanto pelo que elas encerram de revolucionário, como pela bondade, que é infinita.

Mas, apesar das saudades que levo, parto contente, porque não é prazer nenhum viver em Portugal, neste período de tanta opressão, tanta, que ao ser consentida só se explica como tática dos oprimidos, tal como o

---

<sup>139</sup> PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário... op. cit...* p. 81-88.

leão que recua, para melhor armar o salto sobre que o feriu. Parto, pois, confiado em que o povo português, soberano e altivo como o leão, dará, em breve, o salto e se libertará do despotismo infrene que o tortura e o deprime, que o algema e amordaça, que o sufoca e o subjuga. E, então, uma era nova raiará neste país, cuja encantadora natureza convida os homens a viverem felizes, alegres e livres.

A minha expulsão não me deprecia, não me vexa, nem me humilha. Honra-me, porque ser-se expulso por um governo opressor, dignifica, representa que não me submeto de cócoras ao seu despotismo, que cumpro o meu dever de homem, revoltando-me contra a tirania, lutando pela liberdade. Mas, cumpro, com efeito, o meu dever? Não: e esse é a mágoa que levo.

É que, de facto, nada justifica minha expulsão, porque é falso o fundamento que a inspira. Fui um propagandista teórico, apenas, moderado e filosófico, mas, se não cooperei com minha ação ou meu conselho em nenhum dos movimentos revolucionários, não foi porque com eles não estivesse em espírito, mas por este meu temperamento, por este meu feitio.

Dei o que pude e como soube. Foi pouco, mas foi com dedicação e sinceridade. Não tardará – eu sei – que os, que, perante a minha sinceridade e independência, tão pequeninos se sentem, me caluniem, dizendo-me emparceirado com Homem Cristo Filho e Mário Monteiro. Mas, eu apelo para os meus camaradas e eles saberão fazer-me justiça. A esses, irmãos pelo sentimento, e em ideas, o meu agradecimento pela amizade que sempre me dedicaram.

Muita coragem, muito entusiasmo, muita consciência e muita fé no triunfo das suas e minhas mais fortes aspirações. Pinto Quartim, Governo Civil, calabouço nº 8.”<sup>140</sup>

Ao mencionar os “nossos irmãos d’além mar”, Quartim referia-se, sobretudo, à família anarquista, mas também às relações estabelecidas entre os dois países ao longo do tempo, sugerindo ainda que o jornalista, não se sentia um estrangeiro em terras portuguesas. Os últimos 20 anos em terras lusas não haviam transformado somente o seu modo de falar, numa fala “muito cantante e muito viciosa”, como registou o diário carioca *O Paiz*, na ocasião da sua chegada ao Rio de Janeiro. O longo período de convivência com os irmãos portugueses marcou a sua própria identidade. Em segundo lugar, a consideração de Quartim aos militantes da América do Sul, reflete a sintonia com o internacionalismo anarquista e a existência de pontes sobre o Atlântico, criadas antes da sua partida.

A circulação de pessoas pelo oceano, ultrapassa a mera noção de um lugar de passagem, pois ao cruzar o Atlântico, contatos, trocas e a conexão com uma rede transatlântica, multiétnica e multiforme, de trabalhadores e militantes alargavam as

---

<sup>140</sup> Pinto Quartim, Governo Civil de Lisboa, 21 de agosto de 1913. Correspondência a Pedro Muralha. *O Socialista*, Lisboa, agosto de 1913. Cit *A Época*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1913, p. 3.

noções ideológicas e as formas de lutas. Se, por um lado as noções e experiências compartilhadas no grupo reunido em torno da *Terra Livre* por Pinto Quartim, como o comunismo anarquista de Kropotkine, encontrariam um novo terreno “fértil” no Rio de Janeiro para a sua sementeira, por outro lado as contradições que encontrou na capital brasileira, contribuiriam para o contacto com novas noções e experiências em relação às estratégias libertárias para sindicalismo. Quartim encontraria uma “terra livre” já cultivada e semeada por anarquistas nacionais e estrangeiros. A permanência do jovem anarquista nos trópicos, contribuirá para uma “ambientalização” das ideias anarquistas, favorecido pelas condições próprias do ambiente brasileiro e das características que o movimento libertário assumia no país no momento do seu desembarque.

À primeira vista parece curioso o facto de o jornalista não desejar ser expulso para o Brasil, país em que nasceu e onde vivia boa parte da sua família. No entanto, a vontade de ser colocado na fronteira com a Espanha, pode ser explicada pelas ondas de expulsão e preconceitos contra os estrangeiros e anarquistas que agitavam os grandes centros brasileiros nos primeiros meses de 1913. Para o jovem libertário, desembarcar no Brasil, era assumir os riscos de uma nova expulsão, mesmo sendo natural do Rio de Janeiro.

Pinto Quartim, Deolinda Lopes Vieira e a filha do casal, Orquídea Quartim, desembarcaram na Capital Federal em 4 de setembro de 1913, nas vésperas do 2.º Congresso Operário Brasileiro. O evento realizou-se no Centro Cosmopolita do Rio, entre 8 e 13 de setembro. Um longo debate marcou as discussões entre os congressistas a respeito da autonomia sindical, prevalecendo as resoluções do 1.º Congresso Operário Brasileiro, de 1906, que aconselhou a organização sindical, baseada no sindicalismo revolucionário. As concepções revolucionárias do sindicalismo, na ocasião da realização do 2º Congresso, já se encontravam avançadas entre os confederados da COB. Sobre o congresso, Quartim registou as seguintes impressões:

O Segundo Congresso Operário Brasileiro proporcionou-me o felicíssimo ensejo de, logo quatro dias depois de minha chegada a esta capital, conhecer os meus camaradas daqui, os meus irmãos em ideias e em aspirações, a minha família, enfim, porque minha família não são só aqueles a quem me ligam de parentesco ou de sangue, a muito dos quais nenhuma outra afinidade me prende, mas principalmente aqueles para quem me sinto irresistivelmente atraído por uma força invisível proveniente da comunhão de ideias e de sentimentos.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1914, ano VII, n.º 48, p. 6.

A “força invisível”, que atraiu o jovem libertário, criou uma onda pelo Atlântico, conectando uma rede transoceânica de comunicação e de trocas, que já se manifestava nos finais do século XIX, a partir da intensificação da circulação de pessoas e mercadorias. Anarquistas e sindicalistas portugueses e brasileiros, não somente leram informações uns dos outros ou mantinham relações pessoais entre si, através da circulação de correspondências e impressos, de uma margem a outra do oceano. Os contactos, além-fronteiras, coordenavam as próprias ações e lutas. Nascido no Brasil, filho de imigrantes portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro, o seu retorno para o país onde nasceu, ultrapassa as representações imediatas do deslocamento, presente no imaginário social e de muitos imigrantes, que cruzavam o Atlântico em busca de melhores condições de vida, que esperavam encontrar nos frutos da “árvore das patacas.” No entanto, para além das “patacas”, o jornalista fora “atraído”, por uma força invisível, para um convívio muito próximo ao lado dos mais atuantes militantes anarquistas brasileiros, contribuindo para os principais eventos que marcaram o anarquismo e o movimento operário brasileiro na segunda década do século XX.

## 5. UM INDESEJÁVEL PELO ATLÂNTICO

“Por mim, eu creio que não há ‘uma solução’ para os problemas sociais, mas mil soluções diversas e variáveis, como diversa e variável é, no tempo e no espaço, a vida social.”

Errico Malatesta. *A propósito do “revisionismo anarquista”, 1924.*<sup>1</sup>

As realidades políticas e sociais do Brasil não eram desconhecidas do “perigoso anarquista”. Antes da sua partida forçada para o Rio de Janeiro, informações e relatos sobre a organização social dos trabalhadores e a situação política brasileira cruzavam o Atlântico e chegavam à redação da *Terra Livre* e à outros grupos de afinidades em Portugal. A partir das notícias, que davam conta da situação dos trabalhadores nas grandes cidades e nos campos brasileiros, Pinto Quartim empreendeu uma intensa campanha contra a emigração para o Brasil, em solidariedade aos companheiros da Confederação Operária Brasileira. Do Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira enviava ao semanário de Quartim crónicas a respeito do movimento revolucionário no país e das condições de vida da classe operária. Em seus artigos, com o título “*Guanabarinhas*”, o então anarquista falava sobre a carestia da vida, do entusiasmo com a reorganização da COB, dos preparativos para a realização do 2.º Congresso Operário Brasileiro e dos protestos contra a lei de expulsão que agitavam a capital brasileira no ano de 1913. Neno Vasco, após o seu regresso a Portugal, teve um papel importante na construção das redes que conectavam os grupos de Lisboa com os militantes no Brasil. Anarquistas e sindicalistas, brasileiros e portugueses não somente trocaram informações ou leram a respeito uns os outros, mas através da circulação de pessoas e impressos pelo Atlântico, coordenavam as suas ações, em projetos que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

As ações coordenadas, entre o grupo *Terra Livre* e os militantes brasileiros, eram resultado de “forças invisíveis” de atração que atuavam através do Atlântico, sobretudo, a partir dos finais do século XIX, “proveniente da comunhão de ideias e de sentimentos”, segundo registou o próprio Pinto Quartim já nos primeiros dias de convívio no Rio de Janeiro. Forças que levaram o jornalista luso-brasileiro a se sentir

---

<sup>1</sup> MALATESTA, Errico. A propósito do “revisionismo anarquista”. *Pensiero e Volontà*, Roma, ano I, n.º 9, 1.5.1924. In FREIRE, João. Errico Malatesta: dois textos da maturidade – seleção, tradução e apresentação de João Freire. Suplemente ao n.º 5 da revista *A Ideia*. Lisboa: Sementeira, 1991, p. 5.

“irresistivelmente atraído”, e que o impeliu do convívio mais estreito com familiares, estabelecidos na capital brasileira, como o comerciante e banqueiro António Thomas Quartim, para um convívio mais profundo com “os meus irmãos em ideias e em aspirações, a minha família, enfim”. Quatro dias depois da sua chegada ao Rio, o jovem Quartim já manifestava que a sua família não era “só àqueles a quem me ligam laços de parentesco ou de sangue, a muitos dos quais nenhuma outra afinidade me prende”.<sup>2</sup>

Ainda durante a monarquia portuguesa, Pinto Quartim já era uma figura conhecida dos militantes espalhados pelo território brasileiro. Em 1º de maio de 1908, um artigo de sua autoria, sobre o papel das mulheres no processo revolucionário, aparecia nas colunas do jornal porto-alegrense *A Luta*. Neste mesmo jornal, os redatores elogiavam *O Protesto*, informando que o semanário anarquista de Lisboa estava disponível para leitura nos gabinetes da Escola Eliseu Réclus.<sup>3</sup>

Os primeiros companheiros na capital brasileira foram os libertários João Gonçalves da Silva, Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti, Astrojildo Pereira, Primitivo Soares, Carlos Augusto de Lacerda, José Oiticica, Fábio Luz, Nilo Pereira, Elisa de Oliveira e Manuel Gonçalves de Oliveira. Relações iniciadas ainda no cais Pharoux no momento do desembarque do “perigoso anarquista”. Da comissão enviada pelo Centro de Estudos Sociais (fundado em maio de 1913) para saudar o camarada expulso, surgiria a ideia de criar uma “revista quinzenal de sociologia, arte, ciência, literatura e crítica” e de orientação anarquista, sob o título *Novos Horizontes*.<sup>4</sup> No entanto, diante das dificuldades económicas que impossibilitaram o projeto de vulgarização das ideias do grupo, atenuadas com o início da Grande Guerra, a revista apareceu somente em novembro de 1914, com um novo título, *A Vida*. Em torno do grupo editor reuniam-se os principais e mais ativos propagandistas do anarquismo no país, compondo as ações e experiências que culminariam na realização do Congresso Internacional da Paz e no Congresso Anarquista Sul Americano, realizados no Rio de Janeiro em finais de 1915. Estas experiências, somadas aos anos anteriores, forjaram uma geração de militantes libertários que impulsionaram o movimento operário brasileiro nos eventos que agitaram a cidade do Rio entre 1917 e 1918. Neste período, o anarquismo tornou-se uma “força poderosa” no interior da classe operária brasileira, possibilitando a articulação de uma

---

<sup>2</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1914, ano VII, n.º 48, p. 6.

<sup>3</sup> BILHÃO, Isabel. *Identidade operária: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 180-181.

<sup>4</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 16 de maio de 1914, ano XIII, n.º 243, p. 3.

tentativa insurrecional em finais de 1918, na capital federal,<sup>5</sup> e nos desdobramentos que colaboraram na fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922.

*A Vida* circulou de novembro de 1914 a maio de 1915, figurando em seu corpo redatorial, sobretudo, intelectuais nascidos no Brasil. Apesar de efémera, a qualidade do material que chegava ao público leitor transformou a revista numa das primeiras obras de referência sobre a história do anarquismo no país e da doutrina em si para os próprios militantes. Após o último número, o conteúdo publicado no mensário serviria de arrimo para futuros debates entre os próprios militantes. José Oiticica, assíduo colaborador do editorial, numa troca de ideias com Silva Marques nas páginas de *Na Barricada* (jornal de combate e de crítica social, cujo diretor era Orlando Corrêa Lopes), em setembro de 1915, aconselhava o camarada a ler os seus artigos em *A Vida*. Segundo Oiticica o conjunto dos seus textos apresentavam uma sistematização da doutrina anarquista, que pretendia publicar “sob o título de *Sistema da Sociologia Anarquista*. Você poderá ver em resumo os meus trabalhos insertos na revista *A Vida*, sob os títulos: *O desperdício da energia feminina e Catecismo anarquista* (incompleto).”<sup>6</sup>

Durante a sua estada no Brasil, além do convívio com os companheiros de ideias na capital federal, em torno d'*A Vida*, do Centro de Estudos Sociais e da Liga Anticlerical do Rio, Pinto Quartim estreitou relações com militantes de São Paulo, dentre eles Edgard Leuenroth e o titaliano Gigi Damiani. Como veremos, estes militantes possuíam posições distintas a respeito do sindicalismo, no entanto, apesar das diferenças estratégicas e/ou ideológicas para o sindicato, ambos participaram da organização do movimento operário brasileiro nos primeiros anos do século XX. Em segundo lugar, a troca de experiências e noções entre o jovem Quartim e os experientes propagandistas, revelam que a convivência interna, no movimento anarquista brasileiro, se fazia em meio a uma multiplicidade ideias, muitas vezes conflitantes e diversas, sobretudo, em relação a instrumentalização do sindicato.

Pinto Quartim e Deolinda Lopes desembarcaram no Rio de Janeiro em um momento em que a cidade passava por grandes transformações urbanas e políticas, que afetavam o modo de viver e a visão a respeito dos elementos externos, considerados em muitos casos como ameaças ao projeto civilizador promovido pela elite política e

---

<sup>5</sup> GÓES Jr., Plínio de. *The Luso-Anarchist Reader: The Origins of Anarchism in Portugal and Brazil*. Information Age, 2017, p. 13. Sobre o tema ver ainda ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

<sup>6</sup> *Na Barricada*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1915, ano I, n.º 15, p. 1.

económica do país. A imagem de desordeiro, de “hóspede indesejável”, era atribuída aos “estrangeiros que, por palavras ou ações, voltaram-se contra a ordem política, económica, moral e social existentes, considerados nocivos à sociedade e perigosos à segurança pública”.<sup>7</sup> O discurso oficial forjou na opinião pública, por meio dos dispositivos que representavam os interesses burgueses, uma imagem avessa daquela imposta pelos potentados da ordem. De modo geral, “vagabundos, mendigos, cáftens, anarquistas e bandidos profissionais, expulso de toda a parte”<sup>8</sup>, segundo o discurso do deputado Adolfo Gordo, em finais de 1912. Para Pinto Quartim, apesar de natural do Rio de Janeiro, o retorno ao Brasil era assumir o risco de uma nova expulsão, pois encarnava, para todos os efeitos, a imagem cristalizada do imigrante militante, por sua fala “muito cantante e muito viciosa”, pelas ideias que professava, agravado pela acusação de participação num atentado a bomba na Europa.

No Rio o “perigoso anarquista” encontrou uma geração de militantes libertários atuantes nas organizações operárias, sobretudo, no que diz respeito aos debates em torno das concepções anarquistas para o sindicalismo. Quartim teve a oportunidade de presenciar a participação dos anarquistas nas discussões do 2.º Congresso Operário Brasileiro, realizado quatro dias depois da sua chegada. As resoluções aprovadas e os debates suscitados no congresso, revelam, como já sublinhou Tiago Bernardon de Oliveira, um “acenso anarquista no interior da COB”, manifestado na ratificação das resoluções do 1.º Congresso Operário Brasileiro de 1906. Nas palavras do historiador brasileiro, “as resoluções do 2.º Congresso seriam, portanto, uma manifestação do processo de instrumentalização da estratégia sindicalista por parte dos anarquistas, processo esse iniciado em 1906 e que estava ainda em curso e se mantinha indefinido.”<sup>9</sup>

Em 1913, Quartim experimentou parte do processo de instrumentalização do sindicalismo ao lado dos militantes reunidos em torno do Centro de Estudos Sociais, da Liga Anticlerical do Rio e do seu porta voz *A Lanterna*. Em 1946, o anarquista José Oiticica, com quem Quartim manteve estreitas relações, ao recordar deste período

---

<sup>7</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 91.

<sup>8</sup> *A Expulsão de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo snr. Adolfo Gordo, deputado por São Paulo*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913, p. 20.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Tese de doutoramento, p. 78-79.

escreveu em *Ação Direta* que, “tão intensa foi a campanha que era rara a noite, em que não falávamos em algum sindicato.”<sup>10</sup>

Portanto, neste capítulo, procura-se identificar quais e como as “forças invisíveis” de atração, proveniente da comunhão de ideias, colocaram o jovem Pinto Quartim ao lado dos militantes anarquistas mais atuantes nos meios operários da capital federal. Procurando, desta forma, mapear a rede de sociabilidade que o “perigoso anarquista” construiu durante a sua estada no Rio, com o objetivo de identificar as novas experiências forjadas pela particularidade da conjuntura brasileira. Para além de tentar captar as possíveis permanências ou rupturas, pretende-se compreender o papel das novas experiências, em território brasileiro, nas posições políticas e ideológicas que Quartim manifestou ao longo da sua vida, nomeadamente quando regressou a Portugal, e participou como “parteiro” do diário *A Batalha*, porta voz da União Operária Nacional e consequentemente da Confederação Geral do Trabalho, a CGT portuguesa. Mais do que uma importação das concepções francesas para o sindicalismo, as ações em torno do quotidiano operário publicado em Lisboa, possuíam noções experimentadas nos trópicos. Além de colaborar no nascimento, Pinto Quartim foi o primeiro chefe de redação do jornal. A expulsão de Portugal colocou o jovem militante em contacto com uma realidade (cultural, social, económica e política) diferente daquela experimentada nos últimos anos da monarquia e nos primeiros da República Portuguesa, forjando novas experiências e noções, novos sentimentos e valores. Pois, conforme observou Thompson, diante de novas experiências “velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.”<sup>11</sup>

Pretende-se ainda, contribuir para os estudos sobre a circulação de pessoas e ideias pelo Atlântico, por meio da atuação de Pinto Quartim no movimento anarquista e na organização operária brasileira, se este foi um “anarquista perigoso”, como queriam fazer acreditar a elite política da época, ou uma propagandista de ideias. Contribuindo assim com os estudos sobre o imigrante militante, “expulso de toda parte”, que ameaçavam a ordem e o processo de modernização do país, imaginado pelas elites

---

<sup>10</sup> DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 35.

<sup>11</sup> De acordo com E.P. Thompson “ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolve os exercícios intelectuais mais elaborados.” THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 16.

brasileiras. Norteiam este capítulo, questões sobre a atuação de Quartim em torno da revista *A Vida*, a fim de compreender a presença anarquista no cotidiano carioca na segunda década do século XX e a suas conexões com o movimento europeu.

## 5.1. UMA VIAGEM “ARRELIADA”: DO LIMOEIRO AOS TRÓPICOS

“A Bahia é cidade mais ‘brasileira’ do que o Rio de Janeiro: falta-lhe a feição cosmopolita da capital, e suas casas, em grande número revestidas de azulejos, parecem-se mais com as de Lisboa.”

Élisée Reclus.<sup>12</sup>

Logo após o paquete inglês *Darro* ter fundeado na Baía de Guanabara, na manhã de 4 de setembro de 1913, antes dos cumprimentos e saudações de familiares e amigos mais próximos, Pinto Quartim era rodeado por “jornalistas, anarquistas, representantes de Estudos Sociais, Candinha e filhos<sup>13</sup>”, para aflição do comerciante António Thomas Quartim que, no cais, aguardava o desembarque do sobrinho.<sup>14</sup> Para receber Pinto Quartim e sua família, o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro designou uma comissão composta pelos conhecidos libertários: João Gonçalves da Silva, Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti e Astrojildo Pereira.<sup>15</sup> Além do Centro de Estudos Sociais, compareceram representantes das seguintes associações: Jovens Libertários, Grupo Dramático Cultura Social, Liga Anticlerical, Grupo Dramático Anticlerical e, o Grupo Dramático *Idea Livre*, que enviou um telegrama de felicitações à família.<sup>16</sup>

Para o comerciante António Thomas Quartim, representante da elite local, a presença de libertários e curiosos, tornava inserto o futuro profissional do sobrinho na cidade, comprometendo as possibilidades de recomendar o “Antonico” nos círculos de amizades estabelecidos no Rio de Janeiro pelo próprio barão e pelos familiares desde as últimas décadas do século XIX. O rótulo de anarquista, poderia render certos inconvenientes, tanto para o indivíduo como para família. No caso de Pinto Quartim, as condições da sua expulsão pelo governo português era um agravante, pois os diários

---

<sup>12</sup> Impressões de Élisée Reclus durante a sua viagem pelo Brasil, em finais do século XIX, registadas em RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, statistica*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

<sup>13</sup> Expressão popular da época para referir-se aos curiosos.

<sup>14</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim (Tio de Pinto Quartim)*. Data(s): 1902-1931 (Produção).

<sup>15</sup> Segundo o jornal *A Época*, os libertários que receberam Pinto Quartim no porto convidaram o jornalista para proferir uma conferência, sobre a situação em Portugal, na sede do Centro de Estudos Sociais. *A Época*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1913, ano II, n.º 401, p. 3.

<sup>16</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 401, p. 3.

burgueses noticiavam a chegada de um “perigoso anarquista”. À medida que crescia a militância anarquista no interior do movimento operário, concomitantemente aumentava a repressão contra o anarquismo, que segundo os representantes da elite política e económica do país era uma “planta exótica”, deitada no solo brasileiro pelas mãos dos imigrantes. Imagem frequente na grande imprensa da época, e presente no imaginário social já nos finais dos Oitocentos, quando as concepções libertárias ainda germinavam no Brasil.

Nos primeiros anos do século XX, ser rotulado como anarquista representava, para qualquer indivíduo, inúmeros obstáculos para conseguir um emprego, pois a imagem de “anarquista perigoso” circulava rapidamente pela sociedade e alertava os empregadores. A sensação de aflição causada no tio de “Antonico”, pela aproximação do sobrinho com a causa libertária, reforça que a presença de militantes e representantes de grupos anarquistas, no “salão de visita da cidade,”<sup>17</sup> contrastava com o projeto de modernização, empreendido pela elite política e burguesa do Rio de Janeiro, que alterou a cena e o quotidiano da cidade no alvorecer do regime republicano. O barão de Quartim sabia que o espetáculo público no desembarque certamente podia comprometer o futuro do sobrinho na capital federal, por isso desejava “desviá-lo de tudo que não fosse família.”<sup>18</sup> Atitude motivada, certamente, pelos noticiários da grande imprensa, para quem Pinto Quartim era um anarquista perigoso e nocivo à ordem, portanto, um “hóspede indesejável” da jovem república portuguesa e da oligarquia que governava o Brasil.

Após as notícias da expulsão do jornalista brasileiro circularem pelo Atlântico, em 21 de agosto de 1913 o jornal *O Paiz* ocupava-se do facto com a observação que “Pinto Quartim é português que se naturalizou brasileiro, para poder alegar essa qualidade num aperto como o que agora teve, às voltas com a polícia de Lisboa.” Acrescentando ainda, que se tratava de um “anarquista conhecido e dos mais perigosos.”<sup>19</sup> Na intenção de formar a opinião pública e de alarmar a sociedade carioca para as ameaças que representavam a chegada do “anarquista perigoso” à capital federal,<sup>20</sup> o diário

---

<sup>17</sup> Expressão cunhada por Luís Edmundo em *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições Senado Federal, vol. 1, 2003.

<sup>18</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim... op. cit...*

<sup>19</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1913, ano XXVIII, n.º 10.545, p. 1.

<sup>20</sup> Nos primeiros anos do regime, os republicanos nem sempre valiam das ações e ideias libertárias para lançar sobre indivíduos a imagem de anarquista. De acordo com Alexandre Samis, “quase sempre a ‘pecha’ de anarquista era a síntese de diversos estereótipos que culminavam na identificação dos libertários como inimigos da ordem pública. O imigrante involuntariamente ocioso, o operário mais radical e até mesmo desempregados em agudas crises de violência podiam

procurou lançar sobre o jornalista uma imagem muito comum na época, a do estrangeiro “indesejável.” No dia seguinte, o mesmo editorial reforçava o discurso, alegando que “Pinto Quartim é português e só agora alega a qualidade de brasileiro naturalizado, para se livrar dos incômodos com a polícia de Lisboa, que procura como petroleiro e anarquista, perigosíssimo a ordem pública.”<sup>21</sup> Narrativas que colaboraram para a movimentação de militantes, adeptos do anarquismo, curiosos e repórteres da imprensa local, os primeiros para saudarem o companheiro e os últimos para confirmarem as informações a respeito da nacionalidade e as ameaças que representavam o desembarque do perigoso anarquista, a poucos dias da realização do 2.º Congresso Operário Brasileiro.

Ao mesmo tempo que admirava a paisagem e as transformações urbanas ocorridas nas mediações do cais desde a sua partida para Portugal, em finais dos Oitocentos, Pinto Quartim respondia as inúmeras questões inquiridas pelos repórteres que o cercavam. Com um “sorriso calmo e com palavras incisivas”, mesmo após uma longa viagem atenuada por complicações a bordo, concedeu uma entrevista ao repórter do diário *A Época*, muito provavelmente ao anarquista Orlando Corrêa Lopes. Entre questões sobre o seu envolvimento nos assuntos políticos e sociais em Portugal, Quartim afirmava:

– (...) Sou um estudioso, um propagandista e não um homem de ação. Abstenho-me de estar agora aqui a explicar as minhas *ideas* sobre as revoluções em geral, ou sobre as que, em especial, se têm dado em Portugal. Cumpre-me somente dizer de minha justiça: não sou um “anarquista perigoso”, não sou mesmo um homem de acção, como já declarei.

– Que nos tem a dizer sobre a sua nacionalidade?

– Que sou brasileiro, porque nasci e fui criado no Brasil, porque daqui é quase toda a minha família. Olhem, trago comigo a minha certidão de idade. Vejam...

Um rápido golpe de vista e basta para nos certificarmos da veracidade do que o nosso interlocutor afirma.

Pinto Quartim prossegue:

– Em todos os atos oficiais da minha vida tenho dedicado a minha qualidade de cidadão brasileiro. Não entrei no recenseamento militar por esse motivo; não requeri nunca um emprego público por me considerar juridicamente um estrangeiro em Portugal.

– Era lícito, portanto, agora, que tivesse alegado ser brasileiro pra voltar à sua pátria, em lugar de ser condenado...

– Não, enganam-se todos os que isso julgam. Estive dois meses no Limoeiro, mas nunca da minha boca, saiu um grito nesse sentido. Sentia-me inocente e aguardava tranquilamente a minha pronúncia para proclamar a minha inocência. Foi então que se lembraram de me repatriar.

---

ser identificados como anarquistas.” SAMIS, Alexandre. Desvio e ordem: o anarquismo e a política na República Velha. In DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). História do anarquismo no Brasil. Vol. 1. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 57-74.

<sup>21</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1913, ano XXVIII, n.º 10.546, p. 1.

- Que é que fez o ministro do Brasil no caso da sua prisão?
  - Pediu ao governo português que me desse quatro dias de liberdade para eu arranjar as minhas coisas e partir.
  - E ele?
- Recusou terminantemente. Sai na véspera da minha partida, do Limoeiro para o Governo Civil e daí para bordo. (...) <sup>22</sup>

As dúvidas a respeito da nacionalidade de Quartim, não se restringiram à ocasião do seu desembarque no Rio de Janeiro. Conforme noticiou a grande imprensa carioca, o embarque do jornalista no paquete *Darro* no porto de Lisboa desencadeou instantes de constrangimentos, entre o anarquista e a colónia brasileira que seguia a bordo. De acordo com *O Paiz*:

Poucos momentos após ter o *Darro* entrado em Lisboa, correu a notícia de que o jornalista, dito brasileiro, Pinto Quartim, seria nele embarcado e expulso para o Brasil. Logo toda a colónia brasileira que vinha a bordo se preparou para receber o compatriota. Realmente, antes de partir, o navio recebeu o passageiro, que, com a voz muito cantante e muito viciosa, o que absolutamente não é peculiar aos brasileiros, se dizia brasileiro. Mas, um natural retraimento produziu-se entre os passageiros, pois, evidentemente, tratava-se de um embusteiro. <sup>23</sup>

Segundo o relatório da polícia marítima do Rio de Janeiro de 4 de setembro de 1913, “toda a colónia brasileira” a qual se referia o diário carioca, estava acomodada na primeira classe do navio e pertenciam, principalmente, à elite política e económica do país. <sup>24</sup> Ou seja, o retraimento entre os passageiros, ao notarem a fala “muito cantante e muito viciosa” de Pinto Quartim, era decorrente não da surpresa dos passageiros brasileiros, que aguardavam o embarque de um compatriota, mas possuía raízes no Atlântico Sul, na imagem do estrangeiro “indesejável”, criada e disseminada por representantes da elite política e económica brasileira, na virada dos novecentos e nos primeiros anos do século XX. <sup>25</sup> A atitude do jornal *O Paiz*, era uma tentativa de barrar a propagação de contradições no quadro da sociedade carioca, reforçando o discurso oficial

<sup>22</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano II, n.º 401, p. 3.

<sup>23</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XXVIII, n.º 10560, p. 5

<sup>24</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF. Notação: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.14211. *Relação de Passageiros em vapores, Porto do Rio de Janeiro. Vapor: Darro, 04 de setembro de -1913. Procedência: Liverpool.*

<sup>25</sup> O termo foi utilizado, na época, para definir aos estrangeiros que por “meios variados, contestavam a propriedade, o trabalho, a família, a moral cristã e os poderes constituídos, apresentando-se como desviantes aos padrões de comportamento socialmente aceitos: desordeiros, na apreensão global do termo.” MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit...* p. 91.

da época que, entre outras disposições, procurou nivelar valores e comportamentos, tendo como referências os padrões estabelecidos do alto e com fortes raízes no passado escravocrata.<sup>26</sup> Uma visão de mundo, que enxergava no anarquista uma imagem destoante da nova sociedade. A fim de assegurar os seus interesses, esforçaram-se para disseminar a noção do anarquismo como “planta exótica”, germinada no solo brasileiro pela presença do imigrante.

Assim como para os republicanos portugueses, que se valeram de uma Lei de “defesa da República sobre publicações” para expulsar Pinto Quartim, para as elites políticas brasileiras o “anarquista perigoso” era uma ameaça aos padrões e visões estabelecidas a partir da virada republicana. Embora os princípios defendidos pelo jornalista em seu semanário, não comportassem o uso da violência no processo revolucionário<sup>27</sup> – quando comparados com outros instrumentos de propaganda pelo ato – e mesmo após as suas declarações na imprensa lisboeta e carioca, de não ser um homem de ação, mas um propagandista de ideias e mesmo comprovando a sua origem, Quartim experimentou os dissabores do preconceito contra os indivíduos com sotaque na fala que desembarcavam nos portos brasileiro, nos primeiros anos do século XX. A particularidade da situação, experimentada por Quartim ainda no porto de Lisboa, na presença de membros da elite brasileira e a imagem desenhada pela imprensa oficiosa, de anarquista conhecido e perigoso, portanto, nocivo à ordem e à tranquilidade pública, é um caso sintomático de que não somente estrangeiros sofreram as consequências de leis e do discurso oficial contra os indesejáveis, mas também nacionais e com origem burguesa. Apesar da apresentação do documento de identidade, o modo de falar do jornalista e as motivações da sua viagem ao Rio de Janeiro inseriram Pinto Quartim na história dos indivíduos indesejáveis que cruzaram o Atlântico no alvorecer do século XX.

---

<sup>26</sup> Junto com a mão-de-obra, a classe dominante brasileira importou ideias e valores, que foram reproduzidas no contexto do país, que havia recentemente abolido o trabalho escravo. Neste cenário, “os senhores de escravos e condutores do lento processo de abolição da escravidão partilhavam da convicção tomada das classes dominantes inglesas e francesas, de que existia um vínculo estreito entre pobreza, ociosidade e crime, o que, aos seus olhos, tornava as classes populares em ‘classes perigosas’. Segundo sua lógica, as classes populares não eram apenas o reduto social onde se reproduziam os mais vis crimes, mas uma massa explosiva em que bastaria algumas poucas fagulhas para incendiar todas as conquistas da civilização, espelho da ordem social vigente.” OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit...* p. 50.

<sup>27</sup> Na edição de 22 de maio de 1913, ou seja, dois números antes da explosão na rua Nova do Carmo, *Terra Livre* fazia publicidade do livro de José Maria Nunes, “*A Bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários (28 de janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910)*”. De acordo com a nota, os interessados poderiam adquirir a obra na administração do semanário de Pinto Quartim. *Terra Livre*, Lisboa, 22 de maio de 1913, n.º 15, 1.º ano, p. 7.

A partir da virada republicana a cidade do Rio de Janeiro viveu um grande processo de transformações, espaços e comportamentos eram moldados a partir de modelos impostos pela elite carioca. Segundo Lená Menezes, o processo de modernização da capital federal brasileira, que “tragava morros, mar, construções e todo um ser e sentir”, caracterizou-se pela “negação do passado por parte daqueles que tinham os olhos na Europa, glorificando uma forma burguesa de viver”. À medida que os traços coloniais, “presentes nas ruas estreitas com valas centrais; nos becos mal iluminados, mal cheirosos e afamados; nos cortiços e estalagens que proliferavam no coração da Cidade Velha”, apagavam-se, uma nova cidade surgia-se sobre os escombros do passado, condicionando novos comportamentos e sentimentos na população.<sup>28</sup>

Transformações que impressionavam até mesmo viajantes e imigrantes europeus. As novas ruas largas, praças e jardins embalavam o novo modo de viver, colorindo o imaginário social, com a imagem de uma “cidade maravilhosa que me deixa extasiado a cada canto de rua”, registava Pinto Quartim em fevereiro de 1914, ao experimentar a sensação de uma nova vida nos trópicos.<sup>29</sup> Por trás da imagem de “cidade maravilhosa”, a imagem de “hóspedes indesejados” era forjada pelos representantes do regime oligárquico. Durante os primeiros anos da república, indivíduos apontados como: “vagabundos, mendigos, cáftens, anarquistas e bandidos profissionais, expulso de toda a parte”<sup>30</sup>, compunham uma cena contraditória do processo civilizatório, que políticos, como o deputado paulista Adolfo Gordo, esforçaram-se para apagar do país. Os dispositivos criados pelo poder executivo, contribuíram para criar a imagem do imigrante militante nocivo à ordem e à tranquilidade pública e, conseqüentemente, do anarquismo como planta exótica.

No início de 1913, após pressão dos deputados da bancada paulista, em favor da aprovação de uma lei mais rígida em favor da soberania nacional, um novo dispositivo fora sancionado pelo Marechal Hermes da Fonseca, endurecendo as linhas da Lei de 1907 contra os indivíduos considerados indesejáveis. Conhecida pelo nome do seu principal articulador no parlamento, o deputado Adolfo Gordo, a Lei Gordo foi uma resposta encontrada pelo governo para tentar minimizar as ondas de contestação que agitavam os principais centros em industrialização do país. Nos últimos meses de 1912, as greves e

---

<sup>28</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit...* p. 28.

<sup>29</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1 de fevereiro de 1914, ano VII, n. 48, p.6.

<sup>30</sup> *A Expulsão de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo snr. Adolfo Gordo, deputado por São Paulo*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913, p. 20.

protestos, sobretudo, em São Paulo, fizeram reacender o debate sobre o “direito de expulsão de todo o estrangeiro cuja permanência no território nacional constitua um perigo ou uma ameaça à ordem e à tranquilidade pública”. Nas sessões de 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912, o deputado Adolfo Gordo apresentou um novo projeto justificando a necessidade de revisão da lei de expulsão de estrangeiros. Entre outras considerações, o deputado defendia que:

O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é o *jus imperii*: não é a lei que o cria, pois que é anterior a lei, e esta regula, apenas, o seu exercício.

O direito de expulsão é inerente à soberania nacional e é essência à segurança e à defesa das nações.

O direito que tem o estrangeiro de entrar e de fixar-se em nosso território tem uma restrição – qual é a de conformar-se com a nossa vida social, respeitando as nossas leis e instituições, obedecendo as nossas autoridades e não constituindo jamais um perigo para a ordem e segurança pública.

A expulsão é uma medida de alta política de prevenção, de segurança social e política, é um instrumento de governo, de defesa, que cabe ao Estado no exercício de sua soberania.<sup>31</sup>

Para além de uma medida de segurança pública, tanto a lei como o discurso em favor do direito de expulsar do território nacional o estrangeiro indesejável, era um ato político em si, como exposto pelo seu principal articulador, como inerente ao próprio sentido de nação, imaginado por Adolfo Gordo e pelos representantes das elites políticas e económicas da época. A atitude do parlamentar era uma medida para barrar, especialmente, os elementos externos que ameaçavam os seus interesses, que para o articulista equivalia à soberania do país.

Em janeiro de 1913, junto às discussões sobre o reaparecimento de *A Voz do Trabalhador*, a COB nomeou uma comissão destinada a organizar uma campanha nacional contra a revisão da lei de expulsão, recebendo a adesão das principais associações operárias nacionais confederadas. Em 27 de janeiro, “entendendo que a agitação no estrangeiro contra a emigração para o Brasil seria de utilidade em face da lei de expulsão,” a Confederação deliberou enviar à Europa o militante António Vieytes, com a missão de convencer o trabalhador europeu a não emigrar para o Brasil, enquanto vigorasse o novo decreto. “Munido de importantes documentos,” o delegado da confederação brasileira iniciou em Lisboa com os libertários do grupo *Terra Livre* uma intensa campanha demonstrando aos “companheiros de além-mar a posição insustentável,

---

<sup>31</sup> *Idem*, p. 11.

melindrosa do trabalhador no Brasil, principalmente agora, depois desta infame lei”, segundo informava o periódico *A Voz do Trabalhador*.<sup>32</sup> Em entrevista ao grupo editor da *Terra Livre*, no salão da Casa Sindical, Vieytes resumia os principais efeitos após as alterações na legislação de expulsão, que passava a vigorar no Brasil, meses antes da chegada de Pinto Quartim à capital federal brasileira.

“Prosseguindo o delegado da C.O.B. diz-nos: – Para operar mais a vontade, os fazendeiros e políticos de S. Paulo obtiveram dos poderes federais uma lei de expulsão, que suprimiu todas as exceções antes existentes: residência superior a dois anos, filhos brasileiros, esposa brasileira... Qualquer estrangeiro, acusado ou suspeito de “perturbador da ordem” é sumariamente expulso.

– Entretanto, os naturalizados... íamos a dizer.

– Nem esses escapam! Atalhou-nos imediatamente. Demais, até um brasileiro nato pode ser expulso (sem contar os menores, filhos de estrangeiros), pois a lei não admite sequer o *habeas corpus*... que afinal pouco vale, pois a polícia sabe sempre iludi-lo. Assim, requerendo-se *habeas corpus* em favor dos primeiros expulsos, a polícia respondeu que os não tinha, limitando-se a mudá-los de “posto policial” ou de cidade... Eu fui um deles... (...).”<sup>33</sup>

A atitude dos dirigentes da COB em apelar ao internacionalismo operário era uma medida encontrada para ampliar a dimensão da campanha contra a Lei Adolfo Gordo, pois compreendiam que uma agitação no estrangeiro representava uma ação estratégica, que poderia minimizar as determinações do governo brasileiro contra a organização do movimento operário no país. Em segundo lugar, com a ampliação da luta, os dirigentes brasileiros esperavam reduzir o fluxo migratório para o Brasil, na intenção de alcançarem melhorias imediatas para classe trabalhadora nacional, pois a grande oferta de força de trabalho nos centros urbanos “contribuiu para permanentemente para deprimir salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência.”<sup>34</sup>

A partir da presença de António Vieytes nos círculos libertários de Lisboa, sobretudo, do convívio com o grupo *Terra Livre*, Pinto Quartim iniciou uma intensa campanha contra a emigração para o Brasil, publicando uma série de artigos, sempre com o título: *Oh! as repúblicas!...*, com a finalidade de reduzir o fluxo migratório, conseqüentemente, gerando impactos na oferta de braços nas fazendas e nos principais centros urbanos que atraíam imigrantes portugueses. Ao cumprir uma missão social, alertando sobre as duras condições de vida e trabalho além-mar, o editorial anarquista

---

<sup>32</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1913, ano VI, n.º 24, p. 1.

<sup>33</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 20 de fevereiro de 1913, n.º 2, 1.º ano, p. 3-4.

<sup>34</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, p. 28.

contribuía para coordenar e ampliar a dimensão da luta e da resistência dos trabalhadores brasileiros contra os patrões, já que estes últimos, valiam-se do grande “contingente *de refresco* que diariamente se apresentam a oferecer os seus braços, sem saber o perigo que correm.”<sup>35</sup> No entanto, o apelo à solidariedade internacional dos dirigentes da Confederação Operária Brasileira era impulsionado não somente tendo por base uma intenção estratégica, de ampliar a campanha, mas uma tentativa de promover os interesses em comum dos trabalhadores brasileiros e portugueses, pois conforme alertava *A Voz do Trabalhador*, “certo é que tanto aqueles (nacionais) como estes (estrangeiros) serão os alvos da terrível lei.”<sup>36</sup> Portanto, a cooperação internacional articulada pela COB ocorreu não somente por meio de uma intenção estratégica, mas também como um fenómeno movido por forças que atuavam nos dois lados do Atlântico, como a identificação dos interesses em comum.

Neste caso, as condições de vida e de trabalho no Brasil, tanto do trabalhador nacional como do estrangeiro, alteraram-se “de tal forma que seus interesses se tornam mais ou menos idênticos, criando a possibilidade de uma promoção conjunta de interesses”, o que o historiador Marcel van der Linden classificou como a manifestação, por parte dos trabalhadores, da “identidade de interesses grupais de curto prazo.”<sup>37</sup> Em outras palavras, os dirigentes brasileiros compreendiam que uma propaganda contra a emigração, nos principais países de origem dos trabalhadores que migravam para aquelas regiões, “governadas por estes régulos, antigos escravocratas dos homens pretos e hoje verdugos dos homens de todas as raças e cores”<sup>38</sup>, além de ampliar a propaganda contra a lei de expulsão, ganharia outros significados, já que o principal alvo de conscientização da campanha era o trabalhador estrangeiro. Além de transmitir os efeitos da lei às

---

<sup>35</sup> *Terra Livre*, 13 de março de 1913, n.º 5, 1º ano, p. 6-7.

<sup>36</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1913, ano VI, n.º 22, p.1.

<sup>37</sup> De acordo com Marcel van der Linden, além das motivações de natureza estratégica, que sugere uma possível tentativa de ampliação da dimensão de uma luta local, existem outras razões que fazem com que trabalhadores de diferentes países, unam na promoção dos seus interesses em comum. Pois as alterações das condições de vida e de trabalho, e até mesmo das condições políticas, de um ou mais países, podem representar, para os trabalhadores de outros países, possíveis ameaças os seus interesses de curto e longo prazo. Linden, nomeou estas motivações por: “identidade de interesses grupais de curto prazo”; a “identidade de interesses de longo prazo”, a “identidade indireta de interesses grupais” e o “envolvimento normativo”. Sobre as propostas de Marcel van der Linden, para o conceito de internacionalismo operário ver o capítulo 11 de LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 289-315.

<sup>38</sup> *A Sementeira*, Lisboa, 1º de maio de 1916, ano 1.º, 2.ª série, n.º 5 (57), p. 69-70.

associações e jornais da Europa, não exclusivamente sindicalistas,<sup>39</sup> alertavam os trabalhadores europeus sobre as duras condições que aguardavam àqueles que desejassem emigrar.

Em 5 de maio de 1913, o diário *A Noite* informava sobre os primeiros efeitos da campanha transnacional iniciada pela confederação brasileira. Não somente reproduzindo a campanha anti-emigração proposta pela COB, os dirigentes do movimento operário europeu iniciaram uma campanha em apoio aos companheiros da América do Sul, prometeram aos representantes do governo brasileiro no estrangeiro o boicote ao café brasileiro, impedindo a sua descarga no porto de Havre, porto, segundo o editorial, para “onde se descarrega quase todo o café que mandamos para a Europa.” Dentre as associações, da Europa, que aderiram ao apelo da COB, estavam a “União Geral dos Trabalhadores de França e as Confederações do Trabalho de França, Espanha e Portugal” que, após as conferências de Vieytes, enviaram um “ultimatum” ao ministro brasileiro em Madrid, Fontoura Xavier, exigindo a revogação da lei de expulsão, caso contrário ameaçavam com a tática do boicote e a intensificação da propaganda contra a emigração nas cidades de onde partiam grande parte dos imigrantes com destino ao Brasil.<sup>40</sup>

O decreto n.º 2.741, sancionado pelo poder executivo em 8 de janeiro de 1913, revogava as disposições dos artigos 3º e 4º, parágrafo único e 8º, do decreto n.º 1.641, de 7 de janeiro de 1907.<sup>41</sup> A partir daquele ano uma nova onda de expulsão agitou as águas do Atlântico, meses antes da chegada de Quartim ao Rio. A anulação dos respectivos parágrafos foi uma medida encontrada pelo governo para dificultar a defesa de estrangeiros condenados, criando obstáculos para o deferimento de recursos pelo

---

<sup>39</sup> Dentre os periódicos que aderiram ao apelo da C.O.B. no continente europeu estavam: *A Aurora e Terra Livre*, de Portugal; *Tierra y Libertade*, da Espanha; *Le Peuple*, da Bélgica; *La Guerre Sociale* e *Les Temps Nouveaux*, da França.” *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1913, ano VI, n.º 30, p. 5.

<sup>40</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1913, ano III, n.º 562, p. 1.

<sup>41</sup> O art. 3º., da Lei sancionada em janeiro de 1907, determinava que “não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando: a) casado com brasileira; b) viúvo, com filho brasileiro.” Já o seu art. 4º, considerava que o “Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo o estrangeiro cujo antecedentes autorizem incluí-los entre aqueles a que se referem os artigos 1º e 2º”, ou seja, aqueles que ameaçassem a segurança nacional e a tranquilidade pública, os estrangeiros com condenação ou processo por crime comum no Brasil ou no estrangeiro e aqueles enquadrados no crimes de vagabundagem, mendicância e lenocínio. O art. 8º., também revogado pelo novo decreto, assegurava ao estrangeiro condenado, o direito de apresentar recurso junto ao poder executivo, ou em casos específicos ao poder judiciário. *Decreto n.º 1641*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1907. (Lei Adolfo Gordo).

ministério da justiça, como a concessão de *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal, como denunciava o delegado da COB aos libertários da *Terra Livre*. Membros do STF julgavam inconstitucional o novo decreto, valendo-se do art. 72 da Constituição Federal de 1891, que equiparava o estrangeiro “residente” ao brasileiro nato. Conforme descrito por António Vieytes, o novo decreto “suprimiu todas as exceções antes existentes”, passando a legitimar a deportação a todo estrangeiro considerado uma ameaça, mesmo àqueles com residência no território nacional superior a dois anos, casados com brasileira ou então viúvos com filhos brasileiros. Transformações que refletiram no discurso oficial a respeito do estrangeiro perigoso em comparação ao brasileiro ordeiro. Representações que a imprensa burguesa buscou lançar sobre Pinto Quartim na tentativa de barrar a sua entrada no território nacional, mesmo sendo ele natural da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, conforme alertou António Vieytes aos companheiros portugueses, em fevereiro de 1913, a nova lei de expulsão estigmatizava tanto o estrangeiro como brasileiro nato, “acusado ou suspeito de ‘perturbador da ordem’”.<sup>42</sup>

Em março de 1913, a propósito da expulsão do operário espanhol José Ayres de Castro, membro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rui Barbosa manifestou a sua opinião publicamente a respeito do novo decreto. Nos tramites do processo de expulsão, operário espanhol era acusado de perturbar a ordem e ameaçar a tranquilidades pública, tomando “parte nos comícios contra a carestia da vida”, que marcaram a cidade do Rio de Janeiro ao longo daquele ano. Em carta a redação do jornal *A Noite*, publicada em 15 de março, Rui Barbosa revelava o carácter de exceção da nova lei de expulsão e a possibilidade de favorecer casos arbitrários pela força policial em benefício da ordem:

“Ipanema, 15 de março de 1913, às 7 da manhã.  
Srs. Redatores d’*A Noite*: - Anuncia a sua folha de ontem que a polícia prendeu e o governo resolveu deportar o operário José Ayres de Castro, procurador da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Naturalmente, a medida se buscará legitimar com a consideração de que José Ayres é espanhol, e como tal está sujeito a deportação por arbítrio da polícia e conveniência da ordem. [...]  
Ora, se este é, indubitavelmente, o nosso direito constitucional, desde que o operário José Ayres de Castro reside no Brasil há mais de vinte anos, tendo construído a casa onde mora, em terreno que comprou, com sua mulher e filho, tão deportável se deve considerar esse espanhol como qualquer cidadão brasileiro. A ele, pois, assiste o direito, como a mim a caso igual assistiria, de provocar a intervenção da justiça,

---

<sup>42</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 20 de fevereiro de 1913, n.º 2, 1.º ano, p. 3-4.

defendendo-se por meio do *habeas corpus* contra a violência desumana, que lhe está iminente.”<sup>43</sup>

Ao mencionar o “nosso direito constitucional”, Rui Barbosa referia-se ao artigo 72º da Constituição Federal de 1891 que assegurava a brasileiros e aos estrangeiros (residentes no país) o direito à propriedade, à segurança individual e à liberdade.<sup>44</sup> O caso, longe de ser um evento ocasional, que despertou a atenção do eminente jurista, pertencia a um conjunto mais vasto de processos, muitas vezes silenciados pelas autoridades. Segundo os dados oficiais, entre 1910 e 1913 um total de 126 indivíduos foram expulsos do território brasileiro, deste número 64 representam as expulsões no ano em que Pinto Quartim desembarcou no Rio. Apesar de mencionar somente os números oficiais, o documento registra um aumento na quantidade de deportação, em comparação com os anos anteriores, sendo inferior somente a 1907, ano em que 132 estrangeiros foram condenados com base na Lei Adolfo Gordo.<sup>45</sup> Durante a república oligárquica, estrangeiros que haviam chegado no Brasil ainda criança, e constituído família e propriedade, conheceram o regresso forçado ao seu país de origem, muitos deles “por arbítrio da polícia e conveniência da ordem”, conforme alertava Rui Barbosa.

De acordo com a historiadora Lená Medeiros, eventos como a expulsão do imigrante espanhol José Ayres de Castro, estabelecido no Brasil há mais de vinte anos e com propriedade e família constituída, eram comuns nas três primeiras décadas do século XX. Durante a República oligárquica “a prática da expulsão deixou de se caracterizar pela excepcionalidade para assumir a conotação de fato cotidiano, destinado a assegurar a ordem pública e a segurança nacional através da estratégia de combate aos indesejáveis.” Justificada com base num discurso científico, a deportação de estrangeiros indesejáveis

---

<sup>43</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1913, ano III, n.º 519, p. 1.

<sup>44</sup> O artigo 72 da Constituição Federal de 1891, assegurava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, abolindo pelo parágrafo 20, a pena de “banimento judicial” do país, tanto a nacionais como aos estrangeiros residentes. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte na cidade do Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891, terceiro da República. p. 20-21. O respectivo artigo foi anulado em 1926, durante a reforma da Constituição.

<sup>45</sup> Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, os números de expulsão de estrangeiros do país, nos primeiros anos de vigência da Lei Adolfo Gordo, correspondem a 24 indivíduos em 1908, 25 em 1909, 10 em 1910, 8 em 1911 e 44 em 1912. BRASIL. II - Expulsão de Estrangeiros, segundo a nacionalidade dos expulsos – 1907-1939. In *Anuário Estatístico do Brasil, ano V – 1939/1940*. Rio de Janeiro, BGE/Conselho Nacional de Estatística. p. 1.428.

“tornou-se”, ao longo do regime republicano, “uma solução cirúrgica destinada a garantir a saúde social, ameaçada por agentes patológicos que chegavam por importação.”<sup>46</sup>

Como medida para barrar o contágio das ideias anarquistas e reduzir a ameaça de estrangeiros nocivos aos novos padrões, as autoridades marítimas brasileiras valiam-se da lei de expulsão já no momento do desembarque. O “brilhante fecho” da “viagem arreliada” dos passageiros do paquete *Darro*, como o repórter de *O Paiz* classificou aquela travessia, aconteceu no momento do desembarque dos passageiros, quando um indivíduo, identificado como Haury Levy foi impedido de desembarcar, pois segundo apurou a polícia marítima tratava-se de um cáften. Ao perceber que seria proibida a sua entrada no Brasil e deportado de volta ao país de origem, o indivíduo começou a gritar que era brasileiro causando “um monumental escândalo, escândalo que tinha o seu cunho de pilhérico, porque, de um lado, declarava ele, com uma pronúncia arrevesada, que era brasileiro; á pouca distância, o sr. Quartim, com voz cantante, dizia-se igualmente, brasileiro. Ó terra *cubiçada!*”<sup>47</sup>

Assim como passageiro Haury Levy, inúmeros indivíduos, “com uma pronúncia arrevesada” ou “cantante”, como a de Pinto Quartim, sofreram os efeitos dos mecanismos de controle, criados pelo regime oligárquico para manter a ordem e afastar os estrangeiros indesejáveis. A imagem de estrangeiro perigoso, que a imprensa burguesa circulou sobre Quartim, mesmo este declarando por meio de documento oficial que era brasileiro, revela que o discurso oficial a respeito do imigrante militante e, ainda o controle de entrada no país, pelo porto do Rio de Janeiro a partir do decerto de 1913, ocorriam segundo a conveniência da ordem e arbítrio da polícia.

Apesar das notícias na imprensa e dos protestos que agitaram a capital brasileira nos últimos dias do mês de agosto de 1913, a autoridade portuária não possuía informações oficiais sobre a chegada de Pinto Quartim na capital federal, na manhã de 4 de setembro daquele ano. De acordo com o *Correio da Manhã*, logo que desembarcou no cais, o anarquista “foi abordado pelo inspetor da Polícia Marítima, Júlio Bailly, que, colhido de surpresa, pela chegada não anunciada do jornalista expulso, aguardava ordens direta da chefatura de polícia sobre o passageiro.”<sup>48</sup>

Os serviços de Intendência de Imigração do Porto do Rio de Janeiro, ao compor a lista dos passageiros a bordo do vapor inglês, curiosamente identificou António

---

<sup>46</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit...* p. 185.

<sup>47</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XXVIII, n.º 10560, p. 5.

<sup>48</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XIII, n.º 5.332, p.2.

Thomas Pinto Quartim como natural de Portugal. Possivelmente, a observação do inspetor da polícia marítima foi motivada pelo facto que Quartim viajava na terceira classe, com passagem paga pelo governo português e por possuir sotaque na fala.<sup>49</sup> Ou seja, o jornalista apresentava todas as características atribuídas aos imigrantes portugueses que desembarcaram no porto carioca nos finais do século XIX e princípios do século XX.

Ao registar o nome do jornalista na lista de passageiros que chegavam a bordo do paquete *Darro*, o inspetor da polícia marítima tinha como referência as “Bases regulamentares para o serviço do Povoamento do Solo nacional”, aprovadas em 1908 pelo governo. De acordo com o decreto 6.455 de abril de 1907, eram considerados como imigrantes os indivíduos que desembarcavam nos “portos nacionais com passagem de terceira classe, à custa da União, dos Estados ou de terceiros: e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quiserem gozar dos favores concedidos aos recém-chegados.”<sup>50</sup>

Nas divisões da terceira classe, múltiplas vozes, sentimentos, histórias e olhares entrelaçavam-se em torno do projeto migratório, servindo de inspiração para o jovem Quartim. Para o libertário, observador atento da realidade que o cercava, era uma oportunidade de testemunhar e experimentar a seção de viajar entre os trabalhadores que cruzavam o Atlântico em busca de uma nova vida na América. Além do contacto, com trabalhadores de diferentes origens, um episódio protagonizado pelos passageiros da terceira classe colocou o jornalista novamente numa cena de revolta e resistência contras as contradições que marcavam a sociedade da época. Após o momento de retraimento entre os passageiros da primeira classe, causado pelo embarque do “perigoso anarquista”, a travessia do Atlântico seguiu calma e tranquila. Porém, à medida que o paquete se aproximava da costa brasileira um episódio agitou novamente o interior do transatlântico.

De acordo com o noticiário carioca, “um grande número de passageiros que viajavam em 3.<sup>a</sup> classe, a bordo do paquete inglês *Darro*, da Royal Mail, alguns dias depois da saída do porto de Lisboa, mostrou-se indignado contra o procedimento de dois

---

<sup>49</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF. Notação: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.14211. *Relação de Passageiros em vapores... op. cit...*

<sup>50</sup> Bases regulamentares para o serviço do Povoamento do Solo nacional. In BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1908. vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 61. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873730/13046>

empregados do vapor, encarregados da distribuição da comida.” Diziam que a tripulação “davam melhor comida aos passageiros que lhe gratificavam, enquanto os outros eram maltratados e até passando fome.” Em primeiro de setembro, no momento em que era servido o almoço, “um passageiro de nome Martinez, antigo cocheiro da cervejaria Brahma, atirou com a comida que havia recebido no convés, e em seguida fez um violento discurso contra o pessoal de bordo.” Logo em seguida os imigrantes Carlos Alberto da Silva e Avelino de Andrade, “armados de revólver e faca”, iniciaram o conflito com a tripulação. Neste momento “houve tiros e disparos a esmo” e um “formidável pânico” tomou conta do navio. Ainda segundo o diário *A Notícia*, apesar de não informar de que lado partiram os disparos, o motim durou cerca de 3 horas deixando dois tripulantes feridos, e cinco passageiros fechados na prisão do navio.<sup>51</sup> *O Paiz* falava de uma “viagem arreliada” e de um “grande conflito” entre a tripulação e os passageiros da 3.<sup>a</sup> classe que, de “facas e revólveres” em punho, conforme descreveu o editorial, reivindicavam melhores condições dos serviços a bordo, deixando os demais passageiros do navio “desassossegados.”<sup>52</sup>

A inquietação dos passageiros, sobretudo, das primeiras classes, não foi causada somente pelos ruídos dos tiros e movimentos na parte inferior da embarcação, mas também pela possibilidade daquela revolta abalar o microcosmo social do navio. Para os passageiros do convés superior, em quantidade inferior as centenas de imigrantes que se aglomeravam-se na 3.<sup>a</sup> classe, uma vez estes senhores do navio, não seria possível contê-los ou manter a ordem e os privilégios a bordo, ameaçando, portanto, as divisões que caracterizavam as organizações sociais e económicas da embarcação.

De acordo com o relatório da Divisão da Polícia Marítima do Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro de 1913, pelo paquete de 7291 toneladas da *Male Real Inglesa*, desembarcaram 344 passageiros e 194 pessoas da tripulação. Desta relação, 26 viajavam na 1.<sup>a</sup> classe, 8 na 2.<sup>a</sup> classe e 310 imigrantes na 3.<sup>a</sup> classe, entre lavradores, pedreiros, jornaleiros, pescadores, pintores e empregados do comércio.<sup>53</sup> Números que, certamente, contribuíram para o “desassossego” dos demais passageiros a bordo. A embarcação simbolizava, na prática, um modelo de sociedade que libertários, como Pinto Quartim, engajaram-se ao longo das suas vidas para abolir. O navio a vapor do princípio do século

---

<sup>51</sup> *A Notícia*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XX, n.º 210, p. 2

<sup>52</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XXVIII, n.º 10560, p. 5.

<sup>53</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF. Notação: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.14211. *Relação de Passageiros em vapores... op. cit...*

XX reunia as contradições sociais em um único lugar, demarcando os limites hierárquicos e a qualidade dos serviços oferecidos durante a travessia. Em 1890, o libertário italiano Giovanni Rossi que, na companhia de um pequeno grupo de anarquistas, atravessou o Atlântico com o objetivo de fundar uma colônia anarquista no sul do Brasil,<sup>54</sup> descreveu a duras condições a bordo que eram enfrentadas durante a longa travessia pelos imigrantes:

(...) os dormitórios fedem, apesar das fumigações que se fazem para desinfetar, uma pátina de gordura se acumula em volta de tudo, apesar das varreduras e lavagens enérgicas que os marinheiros fazem; a água salgada e sabão não conseguem tirar totalmente do rosto e do pescoço a gordura, que parece estar grudada em tudo; procuramos tirar esta maldita gordura dos pratos e dos talheres com o miolo do pão, um pão mal assado que se pode voltar a amassar; a água para beber está quente, o vinho é azedo. Mas, quando se chega?”<sup>55</sup>

As precárias condições no transporte de imigrantes e o longo período de confinamento, colaboravam para aumentar a sensação da duração da viagem, colaborando para despertar conflitos e revoltas a bordo. As condições descritas pelo anarquista italiano, pouco ou quase nada alteraram-se com a virada para o século XX, reforçando o lugar do navio na economia capitalista, descrito por viajantes e imigrantes como um ambiente marcado pela contradição. De acordo com um anúncio publicado na revista *Brazil Magazine* em 1907 pela The Royal Mail Steam Packet Company, os seus novos paquetes, mais rápidos e modernos, que cruzavam o Atlântico nos primeiros anos do século XX, possuíam “camarotes de luxo elegantes e confortáveis instalações para os passageiros da 1.<sup>a</sup> classe”, que durante a viagem desfrutavam de “salões de conversação, *smoking room*, bar, bailes e concertos pela orquestra de bordo”. Por outro lado, as instalações na parte inferior do navio, possuíam “vastas e higiênicas acomodações para passageiros de 3.<sup>a</sup> classe.”<sup>56</sup> Em 1914, na ocasião da primeira viagem do paquete *Alcântara*, também da companhia inglesa, o repórter da *A Ilustração Brasileira* descrevia, impressionado, os luxuosos camarotes da 1.<sup>a</sup> classe, cujos traços mais

---

<sup>54</sup> Com o propósito de fundar uma comunidade anarquista no sul do Brasil, Cattina e Aschille, Dondelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arrighini, Giacomo Zanetti e Giovanni Rossi partiram de Génova em fevereiro de 1890, com destino ao Rio Grande do Sul. Porém, as dificuldades da viagem em terra obrigaram a ser instalaram-se na região de Palmeira, próximo da cidade de Curitiba no Estado do Paraná. Ali estabeleceram a Colônia Cecília, colocando em prática as bases e fundamentos de um comunismo libertário. Sobre a experiência da Colônia Cecília ver ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2000.

<sup>55</sup> ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília... op. cit...* p. 24.

<sup>56</sup> *Brazil Magazine*, São Paulo, setembro de 1907, ano II, n.º 18, p. 92.

marcantes misturavam-se com os ambientes “pintados de branco, com filetes de ouro, os magníficos salões, espaçosas cobertas, salas de leituras, *fumoir*, etc., etc.”<sup>57</sup>

Durante o motim, o microcosmo que definia o lugar de cada passageiro na embarcação, fora abalado pelos impactos de uma tentativa de revolta em alto mar, virando, por algumas horas, o mundo marítimo do início do século XX de “ponta-cabeça.” Assemelhando aos motins a bordo dos navios negreiros dos séculos anteriores.

O episódio testemunhado pela professora Deolinda Lopes e pelo jornalista Pinto Quartim,<sup>58</sup> revela que além das duras condições de viagem enfrentadas pelos contingentes de imigrantes que cruzavam o mar para “fazer a América” no alvorecer do século XX, houve também resistência à exploração. Em segundo lugar, o evento demonstra que na história da imigração o Atlântico não era apenas um lugar de passagem, mas de conexões, trocas e contactos de experiências entre trabalhadores dos dois lados do oceano. O passageiro Martinez, que proferiu o discurso incendiário que levou ao motim, conhecia muito bem as condições da travessia, pois já havia cruzado o oceano em outras ocasiões, uma vez que, segundo a imprensa carioca, era antigo cocheiro da companhia brasileira de cerveja, classe de trabalhadores formada não exclusivamente por trabalhadores brancos. De acordo com o estatuto da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas do Rio de Janeiro, organização fundada em 23 de setembro de 1906, era permitido a admissão de sócios “sem distinção de cor ou nacionalidade.”<sup>59</sup> Favorecendo o convívio, não somente entre nacionais ou imigrantes europeus, mas também com trabalhadores negros.

A categoria dos trabalhadores de transporte do Rio de Janeiro era composta por indivíduos de diferentes origens, compondo uma força de trabalho indispensável para o desenvolvimento económico da capital, com destaque para a zona portuária da cidade. Somado às formas de mobilização e de organização, destacava-se uma composição multiétnica e multirracial desta categoria. Entre os anos de 1890 e 1906, segundo Pedro Cruz Terra, dos cocheiros e carroceiros detidos na Casa de Detenção, 174 eram brasileiros, 172 portugueses, 18 italianos, 18 espanhóis e dois de outra nacionalidade,

---

<sup>57</sup> *A Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1914, 6.º ano, n.º 124, p. 260.

<sup>58</sup> Nos relatos sobre o evento a bordo do paquete *Darro*, não encontramos registo da participação do anarquismo no motim.

<sup>59</sup> Estatuto da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. *Diário Oficial*. 17 de outubro de 1906, p. 3367.

destacando para predominância lusa no setor, ao lado de nacionais, nem todos brancos.<sup>60</sup> De acordo com os dados apresentados pelo historiador, os cocheiros e carroceiros da capital federal estavam “inseridos em um processo mais amplo de construção de uma identidade de classe.”<sup>61</sup> Responsáveis pelo transporte de pessoas e mercadorias, estes trabalhadores destacaram-se como principais agentes de contestações e paralisações durante a passagem do século XIX para o século XX, despertando laços de solidariedade com outras categorias, principalmente, com os trabalhadores das zonas portuárias.

Em 1906, ano da realização do 1.º Congresso Operário Brasileiro, a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas funcionava no mesmo prédio onde ficava a União dos Operários Estivadores. Além do endereço, as duas associações uniram forças no palco das greves. No ano da fundação da associação, os trabalhadores em trapiche e café cruzaram os braços em solidariedade aos colcheiros e carroceiros, alargando os sentidos da luta e das noções de construção de uma identidade de classe.<sup>62</sup>

Levando em consideração as experiências do antigo cocheiro, da sua convivência com trabalhadores nacionais e estrangeiros no Rio de Janeiro, num momento de formação da classe trabalhadora brasileira, podemos sugerir que os motivos do motim a bordo do paquete *Darro* não foram somente devido à insuficiente alimentação oferecida aos imigrantes, mas, sobretudo, as contradições que caracterizavam as divisões do navio, “para uns muita coisa boa, para outros nada...”, nas descrições do editorial *O Correio da Manhã*.<sup>63</sup> Pois, as greves e movimentos de contestação realizados pelos trabalhadores de transporte no Brasil, não foram somente por reformas imediatas ou questões económicas,

---

<sup>60</sup> Paulo Cruz Terra, ao estudar as formas de organização e de mobilização dos trabalhadores de transporte do Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1906, com o objetivo de visualizar o papel da categoria no processo de formação da cidadania no Brasil, identificou que os cocheiros e carroceiros foram responsáveis por grande parte das greves e paralisações que afetaram a capital federal, na passagem do século XIX para o século XX. Neste período a categoria realizou um total de 22 greves, que tiveram como principais motivações, além de questões económicas, a luta e resistência contra leis e regulamentos governamentais, demonstrando que, parte da mobilização destes trabalhadores, não eram causadas por impulsos causados pelas condições de trabalho, como os salários e a jornada de trabalho, mas também pelo sentimento de pertencimento, que lhes inseria num processo mais alargado de construção de uma identidade de classe. CRUZ, Paulo Terra. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1890-1906)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese doutoramento

<sup>61</sup> CRUZ, Paulo Terra. *Cidadania e trabalhadores... op. cit...* p. 243.

<sup>62</sup> *Idem*

<sup>63</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, ano XIII, n.º 5.332, p. 3.

como aumento salariais, mas também contra dispositivos criados pelo governo, como as leis.

O episódio ofereceu à Pinto Quartim a oportunidade de travar contacto com trabalhadores dos dois lados do Atlântico. Para muitos, a viagem de navio representava o primeiro contacto com um ambiente multiétnico e multicultural, para muitos imigrantes a ida ao Brasil significava o primeiro rompimento com o local de origem. Os pesquisadores do Atlântico colonial e da história do trabalho, Peter Linebauch e Marcus Rediker, tinham razão quando afirmaram que o navio de águas profundas dos séculos XVII e XVIII “não era apenas o meio de comunicação entre continentes, mas também o primeiro lugar onde pessoas trabalhadoras de continentes diferentes se comunicavam.”<sup>64</sup> Assim como nos séculos anteriores, o navio a vapor do início do século XX mantinha estas características, reunindo em um único lugar, tanto as contradições de uma época como um contingente multiforme de pessoas, que atravessam o Atlântico em busca de uma nova vida, mas também de novas experiências.

As contradições experimentadas pelos imigrantes durante a travessia, entre os finais do século XIX e início do século XX, eram um prenúncio, para muitos indivíduos, das duras realidades que encontrariam após o desembarque em terras brasileiras. As situações enfrentadas por aqueles que decidiam emigrar para América do Sul, naquele momento, não eram desconhecidas de Pinto Quartim. O jornalista não apenas leu sobre a situação do imigrante europeu nos trópicos, mas contribuiu, através das páginas do seu semanário, para coordenar o sentido das lutas em território brasileiros, do que meramente uma atitude de reproduzir informação e circulares nas colunas da *Terra Livre*.

Como vimos, a partir do segundo número da *Terra Livre*, Pinto Quartim iniciou uma intensa campanha anti-emigração, publicando uma série de artigos alertando sobre “as extorsões e violências de que são vítimas os proletários” que partiam com destino ao Brasil “em busca de dias melhores, de trabalho melhor remunerado”. Com a intenção de barrar o fluxo migratório para a América do Sul, o semanário anarquista mostrava o outro lado da emigração, descrevendo um ambiente mais “espantoso e triste”, em comparação às fantasiosas propagandas que atraíam inúmeros trabalhadores em Portugal. Ao descrever as condições de vida e trabalho no campo, a circular, enviada pela Federação Operária de Santos ao grupo editorial da *Terra Livre*, revelava um quadro de

---

<sup>64</sup> LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 164.

permanências dos séculos anteriores, semelhante ao período da escravidão, na qual os imigrantes eram submetidos:

Nos campos os fazendeiros tem os imigrantes submetidos à antiga escravidão de gente de cor, não tendo de realizar com eles negócios lucrativos, isto é, vende-los em público leilão, tão pouco se importam de que a miséria, a fome e o excesso de trabalho continuem causando entre esses infelizes uma mortandade incrível, cujos claros são rapidamente preenchidos pelos contingentes *de refresco* que diariamente se apresentam a oferecer os seus braços, sem saber o perigo que correm.

Obrigados a vegetar e a morrer nas choças de ramagem e palha, dizimados pelo incalculável número de enfermidades tão frequentes ou melhor permanentes, nestes climas insalubres e mortíferos, não conseguem ao menos perceber recursos para adquirir camas e roupas de abrigo, e por isso, durante as poucas horas de repouso, aglomeram-se sobre o pavimento térreo em promiscuidade horrível.<sup>65</sup>

Se no campo os imigrantes “eram submetidos à antiga escravidão”, nos grandes centros a situação não era muito diferente:

Nos Estados em que os géneros não são demasiado caros, os salários não passam de 1\$000 ou 2\$000 por dia e onde se faz alarde de grandes salários de 3 a 4 mil réis não se pode viver, porque não chegam para atender a metade das despesas mais indispensáveis. E para prova basta dizer que o quilo de carne bovina é de 800 a 1\$000; o de pão 400, e uma habitação de 6 ou 9 metros quadrados, um cubículo sem ar e sem luz, custa a brincadeira de 40 ou 50 mil réis mensais de aluguel. (...)

Os trabalhadores estrangeiros são cognominados com os epítetos desprezíveis de carcamanos, galegos e gringos.

A palavra imigrante é sinónimo de escravo e miserável.

São incontáveis as vítimas destes negreiros, para quem a abolição da escravatura foi um sonho amargo que passou, e consideram-se com o direito de dispor das pessoas plebeias como nos tempos da gleba. (...)<sup>66</sup>

Em terra, após os procedimentos obrigatórios para o desembarque, Pinto Quartim encontrou-se com os familiares que o aguardavam. Feitos os primeiros contactos com jornalistas e militantes, seguiu em direção a casa do “estimado tio”, onde ficou hospedado nos primeiros dias no Rio. Após conhecer a sua futura morada, Quartim dirigiu-se rapidamente à redação do diário *A Época*, para conceder uma entrevista exclusiva sobre a sua expulsão e a situação política e social em Portugal. No dia seguinte a primeira página do editorial evidenciava o jornalista muito a vontade ao lado do

---

<sup>65</sup> *Terra Livre*, 13 de março de 1913, n.º 5, 1º ano, p. 6-7.

<sup>66</sup> *Idem*

anarquista Orlando Corrêa Lopes, de Vicente Piragibe, diretor de *A Época*, e de Virgínia Quaresma, antiga companheira de redação em *A Capital* e *O Século*.<sup>67</sup>

Assim como Pinto Quartim, Virgínia Quaresma, a “primeira jornalista portuguesa”, pertencia a geração que presenciou em Portugal os principais eventos que marcaram a passagem do século XIX para o século XX. Viveram os últimos anos da monarquia constitucional, assistiram ao trágico episódio do regicídio, em fevereiro de 1908 e a revolução republicana de outubro de 1910. Militante feminista, defensora da igualdade de direitos entre homens e mulheres, em Portugal e no além-mar, a jornalista esteve à frente da revista *Alma Feminina* como principal redatora, colaborando ao lado de Lucinda Tavares e Albertina Paraíso, no período de 1907 e 1908. Entre os anos de 1912 a 1917, movida por uma vontade de exercer a profissão de jornalista além das fronteiras do seu país, Virgínia Quaresma atravessou o Atlântico e assentou residência no Rio de Janeiro.<sup>68</sup> Ali atuou na imprensa, com destaque para o jornal *A Época*, consagrando-se num ambiente predominantemente masculino, distinguindo-se por entrevistar as principais personalidades políticas brasileiras da época.<sup>69</sup>

A primeira entrevista publicada com o nome de Virgínia Quaresma, que se tem registro no Brasil, foi com o vice-presidente do senado, o general Pinheiro Machado. Após vencer a resistência do influente político brasileiro, avesso às entrevistas, o profissionalismo de Virgínia chamou a atenção de diretores de jornais do Rio de Janeiro, assegurando o seu lugar na sociedade e na imprensa carioca. No final da *interview* com o eminente estadista, Pinheiro Machado, no intuito de obter informações acerca das condições que levaram a portuguesa a deixar o seu país de origem inverte os papéis, “tomando para si a tarefa de repórter” passa a inquirir a jornalista acerca das suas relações

---

<sup>67</sup> Ver anexo D

<sup>68</sup> Virgínia Sofia Guerra Quaresmas, nasceu em Elvas, em 1882 e faleceu em Lisboa, em 1873, três anos após a morte de Pinto Quartim. Ambos não assistiram à Revolução de 25 de Abril, que restaurou a liberdade em Portugal. Em Lisboa, Virgínia diplomou-se no curso de magistério, pela Escola Normal de Lisboa e, em 1903, licenciou-se em letras, sendo uma das primeiras mulheres a tirar o curso superior no país. Licenciada para a ensinar, foi através do jornalismo que encontrou a realização profissional, e onde a sua voz se fez mais presente, tanto em textos pela causa militante, da igualdade de género, como pela imprensa burguesa, nos dois lados do Atlântico. Sobre a sua trajetória ver a dissertação de mestrado de Maria Augusta Seixas: SEIXAS, Maria Augusta. *Virgínia Quaresma (1882-1973). A primeira jornalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004.

<sup>69</sup> A *interview* de Pinheiro Machado com Virgínia Quaresmas, saiu em *A Época*, em setembro de 1912, sob o título: *A actual situação política*. *A Época*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1912, ano I, nº 60, p. 1.

com representante do governo português no Rio de Janeiro, o ministro Bernardino Machado. Ao responder o estadista brasileiro, Virgínia Quaresma, considerou:

“...apesar de saber que eu nunca fora uma filiada da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e que nunca largara o meu lápis de repórter e desviara a minha atenção dos acontecimentos do dia para empunhar a bandeira verde e encarnada e berrar nas praças públicas a favor do regímen vigente. Sou uma independente no campo da política: nunca aceitei favores da monarquia como nunca os solicitei da república, não obstante o meu curso tirado com distinção na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, me tivesse permitido o direito de pedir um lugar à mesa do orçamento, o que nunca fiz. Repito, porém: a amizade com que me distingue o sr. dr. Bernardino Machado é me muito grata e confesso pela figura prestigiosa deste ilustre homem público do meu país, profunda admiração.”<sup>70</sup>

A atitude de Pinheiro Machado era uma resposta à constante presença de militantes e escritores libertários nos quadros da imprensa carioca, sobretudo, estrangeiros. Apesar da particular imparcialidade política em seus textos, publicados na imprensa burguesa, Virgínia Quaresma não deixou de sofrer os efeitos do seu posicionamento de crítica ao regime republicano português. Num artigo, publicado em *A Época*, em novembro de 1913, a jornalista respondia aos ecos “insolentes com que certa imprensa jacobina do meu país tem apreciado outras entrevistas por mim feitas com adversários irreduzíveis da República Portuguesa”, na imprensa carioca.<sup>71</sup>

O caso de Virgínia, longe de ser uma exceção representava uma imagem muito comum nas colunas da imprensa diária no Rio de Janeiro. Durante o ano de 1913, a “imprensa burguesa”, registava em suas páginas assuntos e notícias relacionadas com a classe operária. Libertários assinavam artigos sobre as condições dos trabalhadores, sobre a carestia da vida, contra as violências praticadas pelas autoridades policiais ou promoviam campanhas em favor de operários presos, por questões sociais, ressoando o grito e a voz de indivíduos excluídos pela camada burguesa da Capital Federal, já que muitos jornalistas gozavam de uma certa “imunidade” frente às perseguições e aos processos “cirúrgicos” dos agentes da ordem, para afastar da cena a imagem indesejável que a elite política e económica desejavam varrer para os bastidores, em outros casos para fora das fronteiras do país.

---

<sup>70</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1912, ano I, nº 60, p. 1.

<sup>71</sup> Artigo de Virgínia Quaresma sob o título: *As violências sofridas pelos jornais e jornalistas que não apoiam o governo de Afonso Costa*, publicado em *A Época*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1913, ano II, n.º 470, p. 2.

O engenheiro Orlando Corrêa Lopes, frequentador do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, que aparece ao lado de Pinto Quartim e Virgínia Quaresma na edição de 5 de setembro de 1913 na primeira página do jornal *A Época*, meses antes assinava um artigo na qual condenava a ação violenta das autoridades policiais do Rio de Janeiro, tornando público o rompimento das suas relações pessoais com o então chefe de polícia da cidade, Belisário Távora. As opiniões do anarquista, publicadas nas páginas do jornal de Vicente Piragibe, tiveram origem após o conflito entre a polícia e trabalhadores, que se reuniam no Largo da Carioca em 8 de maio de 1913 num *meeting* de protesto, organizado pelo Centro de Estudos Sociais e pelas organizações operárias do Rio. Durante o momento em que Orlando Corrêa tinha a palavra, os agentes de segurança pública, que acompanhavam de perto o protesto, “mantiveram a postos, mas com calma”, em consideração as relações do ilustre jornalista com o chefe de polícia. No entanto, como revelou em seu artigo, os guardas civis e os agentes da polícia, que ali se encontravam, aguardavam um sinal, definido “para quando qualquer operário assumisse a tribuna popular” para agirem, “e assim foi”. Quando o sapateiro Zenon Budaszewski (filho de imigrantes poloneses e que colaborou ao lado de Orlando Corrêa Lopes e Pinto Quartim no mensário anarquista *A Vida*) iniciou o seu discurso, “uma frase um pouco mais forte” foi suficiente para dar início à repressão aos trabalhadores, com espancamentos e prisões. Certamente, os guardas possuíam ordens superiores para silenciar o protesto, já que na ocasião “o ataque foi simultâneo de todos os lados.” Interrompendo o discurso do orador, os agentes de segurança, “de ‘cassetete’ em punho, investiram contra os populares, agredindo-os a torto e a direito.” Os operários, Zenon Budaszewski e Severino Alves de Seabra, foram presos e “barbaramente espancados”, no caminho da delegacia.<sup>72</sup>

Se por um lado a repressão ao anarquismo ganhava novos contornos, como o endurecimento da lei de expulsão, por outro o ideal libertário era pregado em praça pública, transformando-se num espaço recorrente onde militantes proferiam ataques ao governo e às autoridades, não se restringindo somente às colunas da imprensa ou aos sindicatos.

Ainda em maio de 1913, em resposta às violências praticadas pela polícia para silenciar o grito de protesto dos trabalhadores da capital, um novo protesto fora convocado pelo Centro de Estudos Sociais e pelas associações sindicalistas revolucionárias da capital federal, para o dia 9 do mesmo mês. O carácter que assumiu a

---

<sup>72</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1913, ano II, n.º 283, p. 4.

manifestação e a forte presença libertária à frente do protesto, particularidade que marcava o movimento sindicalista na ocasião que Pinto Quartim desembarcou no Rio, revela uma intensa proximidade de anarquistas com as associações operárias. Conforme noticiou *A Época*, entre os oradores que tomaram a palavra naquela ocasião destacaram-se dentre eles, João Gonçalves da Silva, Orlando Corrêa Lopes, o sapateiro Zenon Budaszewski, o carpinteiro Cândido Costa, em nome do sindicato dos carpinteiros e Cecílio Vilar pela COB, “todos anarquistas e todos brasileiros”, grifava o editorial. Segundo o mesmo jornal, o *meeting* “foi uma reunião onde se fizeram afirmações essencialmente anarquistas.” Em meio as discussões da Lei de expulsão de estrangeiros, aprovada em janeiro de 1913 e as vésperas da realização do 2.º Congresso Operário Brasileiro, a presença libertária na capital federal era sentida pela elite carioca, não somente através da ação de estrangeiros indesejáveis, mas também pela atuação de militantes brasileiros. Por outro lado, em meados daquele ano o anarquismo era “pregado na praça pública”, conforme informava *A Época*, por nacionais e, principalmente, já se fazia presente nas camadas populares da sociedade carioca. Do alto de uma improvisada tribuna, em meio a aplausos e vivas à anarquia, Orlando Corrêa “falava como anarquista, e queria demonstrar ao povo que a anarquia é o régimen para o qual fatalmente caminhamos, destronando as misérias sociais da burguesia e implantando por fim, sobre esses destroços, uma nova era de paz e de justiça, de bem-estar geral e universal.”<sup>73</sup>

Numa brochura publicada no Rio de Janeiro em 1921, sob o título *O Syndicalismo e os Intelectuaes*, Pinto Quartim refletia sobre importância de os intelectuais compreenderem a “função social da sua profissão.” Para além de meros colaboradores nos projetos da burguesia, os intelectuais, segundo o jornalista, deveriam aproximarem-se do operariado, contribuindo ao lado destes, dentro do campo de cada ofício, para atenuar as desigualdades e lutas sofridas pela classe trabalhadora.<sup>74</sup>

Em setembro de 1913, logo nos dias seguinte ao seu desembarque no Brasil, “Antonico”, como era carinhosamente chamado pelo tio, “alguma coisa” já ia “fazendo num jornal de Niterói, onde o apresentou o coronel Romão de Castro Paes.” O jornal, era o *Diário Fluminense*.<sup>75</sup> Em 9 de setembro, um artigo com as impressões do 2.º Congresso Operário Brasileiro surgia nas colunas do diário sob a autoria de Quartim, mantendo

---

<sup>73</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1913, ano II, n.º 284, p. 4.

<sup>74</sup> QUARTIM, Pinto. *O Syndicalismo e os Intelectuaes*. Rio de Janeiro: Agência Lux, 1921.

<sup>75</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim... op. cit...*

assim as mesmas linhas redatoriais do tempo em que colaborava em *O Século* na secção sobre o movimento operário. Semelhante aos seus pares no Brasil e de Portugal, Quartim buscava nas páginas da grande imprensa espaço para as suas opiniões e reflexões sobre o movimento social dos trabalhadores. Durante o período brasileiro, além de colaborar no *Diário Fluminense* e no matutino *A Época*, o anarquista foi redator da folha da tarde *A Notícia*, do jornal da manhã *O Diário*, de Nuno de Andrade.<sup>76</sup>

Cinco dias após sua chegada ao Rio, Pinto Quartim já parecia ter superado os motivos que o traziam a sua terra natal. As relações estabelecidas pelos Quartins na capital federal e a sua atuação nos diários de Lisboa, logo levaram o jovem jornalista a se inserir na sociedade carioca. A carta do barão de Quartim a dona Guilhermina Augusta, revela que além da imprensa, o anarquista estava “resolvido a fundar uma escola, em Niterói.”<sup>77</sup> Ou seja, a expulsão e a nova vida nos trópicos não afastariam o antigo diretor da *Terra Livre* da causa libertária, mostrando, já nos primeiros dias em terras brasileiras o desejo em dar continuidade as suas ideias e projetos de instrução e educação popular. No entanto, foi na imprensa que encontrou maior espaço para a propaganda das ideias que haviam motivado a sua expulsão de Portugal por dez anos.

---

<sup>76</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. Item 567 - Apontamentos biográficos, esboços de autobiografia de Pinto Quartin, recortes de imprensa com notícias contendo dados biográficos. Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

<sup>77</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-CP-207. Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartin... op. cit...

## 5.2. O ANTICLERICALISMO E O OPERARIADO CARIOCA

*“Bom, ser anarquista... Em primeiro lugar era não ter religião.”  
Elvira Boni.<sup>78</sup>*

As condições impostas pelo regime oligárquico brasileiro, que Pinto Quartim experimentou logo em seu desembarque no cais Mauá, dificultavam as possibilidades de os trabalhadores assumirem um papel mais decisivo como agentes de transformação social ou então de elegerem representantes diretos. O cenário fortemente excludente para ações no campo político, ao mesmo tempo que contribuía para forjar um terreno fértil para germinação dos ideais libertários, funcionou como um “fator de incentivo à adoção do anarquismo” por parte dos trabalhadores.<sup>79</sup> Anarquistas como Orlando Corrêa Lopes, antigo adepto do positivismo, alertavam para as ilusões por trás do jogo político. Responsabilizando as engrenagens do Estado pelas crises que avassalavam a sociedade, agravadas com a conflagração europeia, Corrêa Lopes criticava as eleições como forma de alcançar melhorias no sistema económico e político, “eleger governantes honestos para moralizar a política e a administração”, dizia o libertário nas páginas da revista *A Vida*, “é a mesma coisa que casar os reis com camponesas para produzirem reis populares.” Em síntese, defendia o articulista, era preciso “transformar e não reformar.”<sup>80</sup>

A imersão anarquista nos meios de socialização dos trabalhadores era uma medida para tentar barrar ou minimizar a influência da tendência reformista entre o proletariado e, ao mesmo tempo, fazer propaganda doutrinária. Não somente o combate ao Estado era recorrente nas conferências e palestras proferidas por militantes, mas também

---

<sup>78</sup> Depoimento da atriz do Grupo Dramático da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro Elvira Boni ao CPDOC em 1983, sobre o que era “ser anarquista” no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Elvira Boni, nasceu em 1899 em Espírito Santo do Pinhal, interior do Estado de São Paulo. Filha de imigrantes italianos da região de Cremona, Elvira teve contacto com o anarquismo através do pai e dos irmãos, que passaram a frequentar a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, logo que a família se mudou para a capital. Antes disso, seu pai, Ângelo Boni, experimentou as primeiras noções anarquistas em Espírito Santo do Pinhal, no Círculo Socialista Dante Alighieri. Ainda muito nova, aos 12 anos de idade, atuou em sua primeira peça no Centro Galego, representando a personagem Rosa Rodrigues (uma viúva, de cerca de 50 anos de idade) da comédia em um ato, *O pecado de simonia*, de Neno Vasco. Elvira Boni: anarquismo em família. In GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes – depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 19-72.

<sup>79</sup> TOLEDO, Edilene. A Trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 65.

<sup>80</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915, 1.º ano, n.º 4, p.32.

uma veemente crítica ao dogmatismo clerical, reforçava o discurso anarquista de emancipação. Em outras palavras, “a importância do anticlericalismo para a doutrina e propaganda anarquista era muito grande e se conjugava tanto com a defesa que faziam do livre pensamento dos homens, quanto com sua crença no progresso social orientado pela ciência e pela experiência.”<sup>81</sup>

No caso brasileiro, nas primeiras décadas do século XX as Ligas e os jornais vinculados às entidades anticlericais foram um importante ponto de convergência entre o livre pensamento com as propostas de transformação social e política. Nesta época, Carlos Augusto de Lacerda, secretário da Liga Anticlerical do Rio e um dos expoentes do livre-pensamento no país revelava, em carta a Pinto Quartim, que a sua intenção, bem como dos demais correligionários era de preparar o terreno e lançar a semente, e não se fechar nos círculos ou nas questões internas:

“Certamente seria de muita vantagem a realização de um Congresso Brasileiro do Livre Pensamento. No entanto, porém, com elementos seguros para o bom êxito do empreendimento, temos deixado de lado por enquanto este assunto para concentrar todos nossos esforços na preparação da terra em que vamos lançando o grão que mais tarde se transformará em abundante messe.”<sup>82</sup>

O discurso anticlerical no Brasil, de acordo com Eduardo Valladares, despertava reações entre lideranças e sindicalizados em muitos casos por uma manifestada aversão, sobretudo, a partir do início da década de 1910, momento em que se evidencia uma maior ação do clero nos meios operários. No entanto, nos primeiros anos do século XX “em várias ocasiões os sindicalistas-revolucionários apresentaram e aprovaram monções nitidamente contrárias à religião e ao clero.”<sup>83</sup> Evidenciando certa proximidade com o movimento operário, principalmente nos assuntos que envolviam as bases organizativas dos sindicatos e federações confederadas à COB.

As Ligas Anticlericais do Rio e de São Paulo atraíam intelectuais, militantes e simpatizantes da causa anarquista. Alguns convertiam-se ao anarquismo depois de frequentar as reuniões e os cursos ministrados nestes espaços de convivência e efervescência política. Concomitantemente, por meio do convívio nos meios anticlericais,

---

<sup>81</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 101.

<sup>82</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-255. *Subsérie 255 - Correspondência de Carlos A. de Lacerda (da Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro)*. Data(s): 1914-1915 (Produção).

<sup>83</sup> VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 57.

militantes travavam contacto mais estreito com as associações operárias e com lutas dos trabalhadores. Em 1913, José Oiticica, após participar das reuniões na Liga Anticlerical do Rio aproximou-se da Federação Operária do Rio de Janeiro, passando a manter uma relação mais íntima com a instituição.<sup>84</sup> A partir de então, o anarquista proferiu inúmeras conferências nos sindicatos espalhados pela cidade.

Além da proximidade com as sedes das associações e das federações operárias com os grupos anticlericais ou de livre-pensamento, muitas vezes ocupando o mesmo edifício, a imersão de anarquistas nos meios operários dava-se também pela comunhão de ideias e sentimentos, o que Pinto Quartim classificou como “forças invisíveis” de atração, ao experimentar os debates no 2.º Congresso Operário Brasileiro.<sup>85</sup>

As “forças invisíveis” de atração, “proveniente da comunhão de ideias e de sentimentos”, logo colocariam Pinto Quartim em contacto com os mais ativos propagandistas das noções anticlericais e, conseqüentemente dos ideais libertários no Brasil, sobretudo, entre aqueles envolvidos diretamente com as questões sociais e com as lutas operárias. No Distrito Federal, grupos como o Centro de Estudos Sociais e a Liga Anticlerical proporcionaram ao “perigoso anarquista” um espaço imprescindível para estreitar os laços de amizade e para experimentar mais de perto a realidade e as lutas enfrentadas quotidianamente pelo operariado brasileiro. Na Liga Anticlerical, além da comunhão de ideias e de sentimentos, cursos e palestras aproximavam anarquistas, livres-pensadores e trabalhadores em busca de conhecimento científico. Durante a semana, na sede da liga eram oferecidas aulas noturnas de “português, francês, aritmética, geografia, história, desenho linear e geométrico e outros mais” aos sócios e às suas famílias,<sup>86</sup> com o objetivo de disseminar uma instrução racional.

Sempre as quinta-feira ocorriam cursos e palestras científicas, como os cursos de história natural, de religião e de sociologia ministrados pelo professor José Oiticica.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> José Romero narrou o episódio, em que José Oiticica adentrou pela primeira vez a sede da FORJ: “Um dia, José Oiticica, com sua inseparável pasta, subiu a escada do sobrado entrando no recinto dos trabalhadores que não tinham medo de ouvir falar do ideal anarquista e ler ser pensadores e propagadores; (...) Ao encontro dele, por ser pessoa desconhecida dos presentes, foi um membro da comissão administrativa da Casa. (...) – Que deseja o nosso amigo?; perguntou-lhe. – Desejava falar com o presidente ou diretores; respondeu Oiticica. Aqui não temos presidente, nem diretores; replicou por sua vez o companheiro alagoano. (...) – Muito bem; disse Oiticica.” LAMOUNIER. Aden Assunção. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista (1912-1919)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. Dissertação de mestrado, p. 39-40.

<sup>85</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1914, ano VII, n.º 48, p.6.

<sup>86</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 7 de junho de 1913, ano XII, n.º 194, p. 2.

<sup>87</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1914, ano III, n.º 576, p. 5.

Elvira Boni, que frequentou a Liga carioca logo nos primeiros anos de funcionamento das suas atividades, lembrava de um espaço de formação e de doutrinação, em suas palavras: “lá se faziam conferências sobre religião, sobre anarquismo, sobre tudo”, nestas conferências, continua a militante “se conversava muito sobre salários. Também se procurava ver quem não sabia ler para ensinar. E foi lá que alguns amigos que gostavam de teatro começaram a se reunir e fazer um grupo, do qual eu participei.”<sup>88</sup>

No início de 1914, Pinto Quartim já figurava como correligionário da Liga Anticlerical, participando das assembleias e dos assuntos de interesses em comum com os associados e frequentadores do espaço.<sup>89</sup> Em fevereiro foi nomeado para compor a comissão de propaganda, ficando, portanto, responsável pela divulgação dos fins e princípios da Liga. De acordo com uma circular publicada em *A Lanterna*, era da vontade de Carlos Augusto de Lacerda, primeiro secretário, e dos demais membros que José Oiticica e Pinto Quartim assumissem a comissão administrativa para aquele ano.<sup>90</sup> Ao participar da comissão de propaganda, o jornalista também colaborou para os temas e assuntos publicados em *A Lanterna* que, a partir de outubro de 1912, passava a ser publicado “sob os auspícios da Liga Anticlerical do Rio.”<sup>91</sup>

Em torno das questões anticlericais, Pinto Quartim conviveu com Astrojildo Pereira e José Oiticica, assíduos frequentadores a Liga Anticlerical e manteve contacto com o tipógrafo, editor e jornalista Edgar Leuenroth, eminente militante brasileiro que, ao lado de Astrojildo Pereira compôs a comissão organizadora do 2.º Congresso Operário Brasileiro. Leuenroth ficou sabendo do nome de Pinto Quartim em março de 1912, por meio de carta de Neno Vasco que, de Lisboa, escreveu ao anarquista brasileiro relatando o convívio com os libertários em torno do grupo *Terra Livre*.<sup>92</sup> Durante a sua estada no Rio de Janeiro, Quartim trocou correspondências e experiências com estes militantes, conhecidos pela atuação e presença entre o operariado nacional.

Ainda durante o período brasileiro, conviveu com o anarquista Orlando Corrêa Lopes que, no início de 1913, fazia abertamente propaganda anarquista, seja

---

<sup>88</sup> GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes... op. cit...* p. 25-26.

<sup>89</sup> Correspondência de Carlos Lacerda ao “correligionário e companheiro Pinto Quartim.” Convocatória para assembleia, da Secretaria da Liga Anti-clerical do Rio de Janeiro. 1º de janeiro de 1914. Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-026. *Subsérie 026 - Correspondência de Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Data: 1º de janeiro de 1914.*

<sup>90</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 28 de fevereiro de 1914, ano XIII, n.º 232, p. 3.

<sup>91</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 26 de outubro de 1912, ano XII, n.º 162, p.2.

<sup>92</sup> SAMIS, Alexandre, 2006, *Minha pátria... op. cit...* p. 327.

através das colunas de *A Época* ou proferindo conferências aos trabalhadores cariocas na praça pública, como vimos acima. O engenheiro e “agudo panfletário”, de acordo com Cláudio de Araújo Lima, era um “gaúcho inteligente e culto” de “temperamento vibrátil e impetuoso”.<sup>93</sup> Natural de Itaqui, cidade do Estado do Rio Grande do Sul localizada às margens do Rio Uruguai, Orlando Corrêa Lopes deixou a região platina para formar-se engenheiro na capital federal.

Assim como nos tempos de Coimbra, o exílio no Rio de Janeiro colocaria Pinto Quartim novamente ao lado de um gaúcho, que havia vivenciado as experiências comuns, vividas por “homem de fronteira”. Em 1900, Orlando Corrêa Lopes liderou uma insurreição armada contra o domínio boliviano no Acre, região estratégica e de grande importância para o ciclo da borracha. O episódio, que ficou conhecido como “expedição dos poetas”, devido à forte presença de literatos, intelectuais, advogados, jornalistas e poetas nas fileiras armadas, pretendia emancipar a região e proclamar a República Independente do Acre.<sup>94</sup> No entanto, a insurreição liderada pelo “agudo panfletário” fora abafada pelas forças militares enviada pelo governo de La Paz. A respeito da Revolução Acreana, Cláudio de Araújo Lima fez as seguintes considerações sobre Orlando Corrêa: “sua maneira de pregar a necessidade de uma reação armada no Acre é calorosa, violenta. Por isso mesmo eficaz, contagiante. O próprio Governador Silvério Nery (...) está visivelmente envolvido pela apaixonada propaganda do espadachim.”<sup>95</sup> Em 1915, o eminente duelista e panfletário, ao publicar no Rio de Janeiro *Na Barricada*, jornal de combate e de crítica social, reforçava estas características de Orlando Corrêa ao estampar na capa do seu editorial o seguinte lema: “quem vai a uma barricada precisa levar, além de uma espingarda na mão, uma ideia no cérebro.”<sup>96</sup>

Durante as celebrações do 1º de Maio de 1913 no Rio de Janeiro, Orlando Corrêa aparecia dividindo a tribuna com outro militante conhecido de Quartim, o tipógrafo Edgar Leuenroth, discursando para um público composto por trabalhadores e suas famílias, na Vila Operária. Ambos aproveitaram a ocasião para falar sobre o caráter anarquista para data. Segundo *A Lanterna*, Orlando Corrêa Lopes “fez uma bela

---

<sup>93</sup> LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*. 2ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, p. 51.

<sup>94</sup> Orlando Lopes Corrêa registou a sua experiência na expedição revolucionária em três impressos: *O Acre e o Amazonas*, *O Estado do Acre* e *Os Assassinos do Coronel Plácido de Castro*. MARÇAL, João Batista. Orlando Corrêa Lopes, um gaúcho no Rio de Janeiro. In MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas... op. cit...* pp. 101-103.

<sup>95</sup> LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro... op. cit...* p. 51.

<sup>96</sup> *Na Barricada*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1915, ano I, n.º 11, p. 1.

conferência, dissertando sobre o verdadeiro significado do 1º de maio e a questão social.” Leuenroth, por sua vez, “falou atacando o procedimento daquela associação por estar desvirtuando o 1.º de maio.” Para os anarquistas a data deveria ser lembrada como um dia de luta e luto pelos mártires de Chicago e não um dia para festas. O evento havia sido convocado pela Liga do Operariado do Distrito Federal, cuja ação, segundo os editores d’A *Lanterna* “limita-se à bajulação rasteira aos governantes do país e que promoveu a aviltante palhaçada realizada na tal Vila Operária com o fim de engraxar às botas ao presidente da República e seus lacaios.”<sup>97</sup> Era, portanto, uma oportunidade para fazer propaganda libertária entre os trabalhadores reunidos na “festa” de inauguração do bairro operário, edificado pela iniciativa do presidente Marechal Hermes da Fonseca, factos que provavelmente despertaram o ataque de Orlando Corrêa e Leuenroth aos dirigentes da Liga do Operariado do Distrito Federal.

Desse arranjo surgiu o desejo de publicar na capital federal uma revista mensal de propaganda e doutrinação anarquista, iniciativa de vanguarda no movimento anarquista brasileiro, devido às características que o editorial assumiu no campo da imprensa libertária e proletária. Ao lado de Orlando Corrêa Lopes, Astrojildo Pereira, José Oiticica e outros militantes, Pinto Quartim colaborou para a circulação do mensário anarquista *A Vida*, que reunia em seu corpo redatorial, sobretudo, libertários nascidos no Brasil. Além das experiências editoriais à frente de um semanário anarquista, o “perigoso anarquista” contribuiu como agente de ligação entre *A Vida* e os grupos congêneres em língua portuguesa como *A Sementeira* de Lisboa e *A Aurora* do Porto, construindo pontes e relações sobre Atlântico, coordenando ações e ideias entre as duas regiões opostas do oceano.

---

<sup>97</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 17 de maio de 1913, ano XII, n.º 191, p. 3.

### 5.3. UMA NOVA VIDA, NUMA TERRA MENOS LIVRE

“Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa.”

Fernando Pessoa. *Livro do desassossego*.

Em 11 janeiro de 1914, Neno Vasco, reunido na residência de Aurélio Quintanilha em Lisboa com os antigos frequentadores do grupo *Terra Livre*, escrevia a Pinto Quartim. Num tom de amizade, Neno perguntava se o amigo havia recebido os impressos enviados anteriormente e coloca-se a disposição para novas requisições, “tens recebido a *República* que te tenho mandado? Se queres outros jornais, escreve-me, porque farei o possível para te satisfazer.”<sup>98</sup> Em outra carta, de outubro daquele ano, o anarquista português agradecia ao camarada pelo envio de editoriais publicados no Rio, “Recebi a tua carta de 4 de setembro, assim como o n.º de *A Época*. Agradeço-te os teus esforços em meu favor, sabendo perfeitamente que só não fazes o que não podes fazer. Dize ao Myer que continuo a esperar carta dele.”<sup>99</sup>

As cartas revelam um traço comum entre os militantes brasileiros e portugueses nos princípios do século XX. Além da coordenação da luta, as trocas de cumprimentos e informações eram quase sempre acompanhadas de jornais ou impressos. Em segundo lugar, tanto para Neno Vasco como para Pinto Quartim era uma oportunidade de manterem-se informados e conectados aos campos políticos, culturais e sociais que marcaram as suas experiências e trajetórias e ainda um esforço para não se distanciarem das relações afetivas das regiões por onde viveram boa parte das suas vidas.

Ainda na carta de janeiro de 1914, Neno esboçava um certo contentamento com as informações que chegavam a Portugal a respeito do companheiro de ideias, “soubemos que estás fazendeiro, por uma carta que escreveste ao Adolfo Lima: depois director duma *terra livre*, não admiro que passeis a cultivador d’outra Terra, embora menos livre talvez.”<sup>100</sup> Junto às noções libertárias, Pinto Quartim prezava também pelo

---

<sup>98</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-290. *Subsérie 290 - Correspondência de Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, Susana Quintanilha e outros. Data: 1914 (Produção)*.

<sup>99</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-362. *Subsérie 362 - Correspondência de Neno Vasco. Data(s): 1914 (Produção)*.

<sup>100</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-290. *Subsérie 290 - Correspondência de Neno Vasco... op. cit...*

cultivo de orquídeas e outras plantas. Quando esteve prisioneiro no Limoeiro concedeu uma entrevista em que se queixava, não somente do facto de estar fechado nos “ferros da república”, mas da privação do convívio com sua família, dos seus livros e das suas plantas. Dizia o anarquista aos companheiros da *Terra Livre*: “– Vocês não calculam como soffro. Não tanto por estar aqui metido entres estas janelas duplamente gradeadas, longe da minha companheira e da minha Orquídea, dos meus livros e das minhas plantas, afastado do vosso convívio.”<sup>101</sup> Ao utilizar a expressão de “fazendeiro”, Neno, muito provavelmente referia-se ao cultivo da seara anarquista no território brasileiro, que envolviam tanto as atividades de preparação do solo como a sementeiras das ideias que levou consigo, mas também o contacto com novas “espécies”, estas muitas vezes aclimatadas pela nova conjuntura ou naturais do clima tropical.

Nesta época Quartim já havia estabelecido contacto e amizade com os anarquistas da capital federal. O convívio na Liga Anticlerical e no Centro de Estudos Sociais do Rio colocaram o “perigo anarquista” ao lado dos mais ativos propagandistas, colaborando para o cultivo da semente ácrata numa Terra “menos livre talvez”, na comparação de Neno à jovem República Portuguesa, que expulsou o diretor da *Terra Livre*, baseando-se numa lei de imprensa. Conhecendo a realidade brasileira, Neno talvez desconfiava de novos mecanismos para dificultar a propaganda anarquista no território brasileiro. Meses depois da sua carta, em março de 1914, entrava em vigo no país a decretação do estado de sítio, pelo presidente Marechal Hermes da Fonseca para o território do Distrito Federal, Niterói e para Estado do Ceará.<sup>102</sup> Apesar das restrições do estado de exceção, que vigorou até 30 de outubro daquele ano e dos efeitos da Grande Guerra, um grupo de libertários do Rio de Janeiro mobilizavam-se para a editoração e circulação de um editorial anarquista.

Em maio daquele ano, às vésperas da conflagração europeia, o grupo, no qual Pinto Quartim fazia parte, dava início a campanha para angariar recursos para financiar a publicação do editorial. Neste mês, *A Lanterna* anunciava para brevemente a circulação

---

<sup>101</sup> *Terra Livre*, Lisboa, 3 de julho de 1913, n.º 21, 1.º ano, p. 4-5.

<sup>102</sup> Em 26 de abril de 1914 lia-se a seguinte circular na páginas da *Gazeta de Notícias*: “Fica prorrogado até 30 de outubro do corrente ano o estado de sítio decretado pelos decretos números 10.796, de 4 de março, e 10.835, de 31 de março do corrente ano, para esta capital e comarcas de Niterói e Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e até o dia 13 de maio próximo o sítio decretado pelos decretos números 10.797, de 9 de março passado, e 10.835, de 31 do mesmo mês, para o Estado do Ceará, suspendendo-se pelos referidos prazos as garantias constitucionais nos territórios sujeitos ao estado de sítio.” *Diário Oficial*. Decreto n.º 10.861 – de 25 de abril de 1914. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1914, ano XXXX, n.º 115, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_04/31650](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/31650)

de uma “revista quinzenal de sociologia, arte, ciência, literatura e crítica”, sob o título de *Novos Horizontes*.<sup>103</sup> No entanto, devido à insuficiência de recursos para a concretização da obra de vulgarização, e pelo agravamento das condições sociais e económicas com o início da guerra e a suspensão das garantias constitucionais, o grupo carioca decidiu por não publicar a revista, definindo entre si um companheiro como “fiel depositário” da quantia angariada para causa, na esperança de um momento mais oportuno para publicar o editorial.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX as dificuldades de publicação de um editorial, que se propunha como baluarte de uma nova sociedade eram grandes, muitos tiveram uma vida efémera e alguns não passavam do primeiro número. No caso do grupo *Novos Horizontes*, como podemos constatar nas páginas do anarquista *A Lanterna*, as colaborações para a iniciativa foram apenas suficientes para o primeiro número. Numa circular, em finais de 1914, o grupo editor da revista *Novos Horizontes* prestava contas àqueles que apoiaram a iniciativa com o auxílio financeiro:

...considerando que a importância obtida apenas daria para a publicação de um só número da revista e entendendo que, sob o regime da fome em que nos encontramos, não se julga com o direito de exigir à bolsa precária dos camaradas mais nenhum sacrifício, resolveu o mesmo grupo guardar o dinheiro obtido, na importância de 326\$000 réis, até ocasião em que, continuando o seu trabalho de angariação de donativos, seja possível lançar à publicidade a revista com mais probabilidades de êxito.<sup>104</sup>

No final da circular apareciam os nomes de Elisa de Oliveira, Manuel Gonçalves de Oliveira, Francisco Viotti, Nilo Ferreira e de António Pinto Quartim, que assinavam pelo grupo. A nota diziam ainda, que a quantia em poder dos redatores ficava a partir daquele momento “em mãos do camarada Pinto Quartim, que fica como seu fiel depositário.”<sup>105</sup> A nota do grupo revela que Quartim já estava bastante à vontade entre os militantes mais ativos do movimento anarquista brasileiro, que encontraram no camarada recém chegado da Europa as qualidades necessárias para a importante função.

---

<sup>103</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 16 de maio de 1914, ano XIII, n.º 243, p. 3.

<sup>104</sup> Segundo a circular a quantia de 326\$000 correspondia às doações dos fundadores do grupo; da venda de produtos no festival da Liga Anticlerical; da venda de livros; colaboração do Grupo Dramático Cultural Social; do Centro de Estudos Sociais; de Virgílio Campos; de doações recebidas pelo grupo e valores levantados na festa pró *Novos Horizontes*, que aconteceu no Centro Cosmopolita, no Rio de Janeiro. *A Lanterna*, São Paulo, 19 de setembro de 1914, ano XIII, n.º 261, p.3.

<sup>105</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 19 de setembro de 1914, ano XIII, n.º 261, p. 3.

Somando as suas experiências anteriores com as dos anarquistas em torno do grupo *Novos Horizontes*, o jornalista passava a desempenhar funções de importância para a obra de propaganda no território brasileiro, como a tarefa de cuidar dos recursos destinados à publicação do editorial, sem os quais poderia inviabilizar uma das principais estratégias de vulgarização e divulgação doutrinária. Responsabilidade que cumpriu até fevereiro de 1915. Junto à função de “fiel depositário” do grupo *Novos Horizontes*, Quartim ficou responsável pela quantia levantada pelo Comitê brasileiro pró-Congresso Internacional Anarquista, como revela o recibo passado pelo membro da comissão administrativa do grupo, o anarquista Nilo Ferreira: “tendo recebido do camarada Pinto Quartim a quantia de 533.200 réis que pertencia a revista *A Vida*, proveniente de 205.200 da comissão do Congresso Internacional Anarquista e 328.000 réis do grupo *Novos Horizontes*.”<sup>106</sup> O valor em caixa do Comitê pró-Congresso seria destinado às despesas para enviar a Londres representações do anarquismo brasileiro, porém, o início da guerra inviabilizou a realização do evento.

Os respectivos valores em mãos do “fiel depositário”, foram declarados pelo grupo *A Vida* no balancete de 31 de janeiro de 1915: “do grupo ‘Novos Horizontes’: 328\$000; da comissão do ‘C.I.A.: 205\$000; do ‘Grupo Dramático Cultura Social’: 48\$000; 16 assinaturas: 80\$000; venda avulsa: 135\$000”, totalizando em caixa 796\$800. De acordo com balancete as despesas com a impressão dos três primeiros números de *A Vida* somavam 775\$600.<sup>107</sup>

Destarte, o grupo *Novos Horizontes*, “reputando um crime de lesa-propaganda” conservar em seu poder o dinheiro por mais tempo paralisado, tendo em vista que a iniciativa de publicar a revista fracassou junto com a impossibilidade da realização do Congresso Anarquista Internacional, reuniram-se com os demais colaboradores e decidiram utilizar o valor em caixa “numa campanha de propaganda anarquista.” Dois meses após decidirem por não publicar a revista *Novos Horizontes* e um mês depois do estado de sítio, era publicado o primeiro número de *A Vida*, cuja redação e assuntos administrativos Pinto Quartim colaborou.

As notícias do aparecimento da revista davam conta das principais intenções do grupo redator e de certa forma daquela geração de anarquistas. Para além da vulgarização dos princípios libertários, podemos perceber uma tentativa mais clara de

---

<sup>106</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-078. *Subsérie 078 - Correspondência de Nilo Ferreira. Data: 2 de fevereiro de 1915.*

<sup>107</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915, 1º ano, n.º 4, p. 64.

aproximar e conectar os militantes espalhados pelo vasto território brasileiro. O objetivo traçado pelos redatores já no primeiro número pode ser explicado pela predominância de brasileiros no corpo redatorial em detrimento do elemento estrangeiro, quando comparado com outros editoriais anarquistas e sindicalistas dos anos anteriores. Em segundo lugar, revela que as condições do meio libertário brasileiro e da conjuntura política do país, pareciam dificultar o avanço em direção até a nova sociedade almejada pelos seus adeptos, fundada na unidade e na solidariedade. Por meio de uma circular aos “companheiros anarquistas do Brasil” o grupo redator anunciava as suas intenções com a circulação da nova revista:

Tendo em consideração o dinheiro existente, as necessidades mais imediatas e urgentes da propaganda e as condições do nosso meio, acordou o grupo lançar a publicidade uma revista mensal, por intermédio da qual os anarquistas do Brasil se conheçam e se correspondam. Ela será como que o elo ou traço de união entre todos nós.

Por ela, os camaradas espalhados por toda esta enorme região terão conhecimento de todos os actos de propaganda que se realizem em qualquer ponto do país, das iniciativas que surgirem, dos novos elementos que chegam a engrossar a nossa falange revolucionária, terão, enfim, conhecimento de toda a nossa vida anarquista.<sup>108</sup>

O “elo ou traço de união entre todos nós”, ao qual se refere a circular, publicada em *A Lanterna*, descreve a vontade dos anarquistas em torno da revista, que entre outras coisas pretendiam priorizar a sua circulação nos meios libertários, intenções manifestadas logo após a publicação do primeiro número de *A Vida*. Nas palavras dos responsáveis pelo editorial: “não espera o grupo editor uma grande tiragem para a nova revista nem sonha com uma larga leitura entre o que se usa chamar de ‘grande público’”. No campo da imprensa, além das dificuldades económicas para uma tiragem mais longa, o grupo se mostrava consciente da pouca receptividade que a revista poderia despertar entre o grande público, composto não somente por representantes dos setores burgueses, mas também por trabalhadores. Neste sentido, continuava a circular:

O seu desejo reduz-se a que ela circule pouco mais além do círculo, mais vasto do que se julga, da família anarquista e dos que simpatizam ou se interessem pelas nossas doutrinas, e a que através de todas as eventualidades, ela possa, infalivelmente, visitar uma vez por mês todos os camaradas desta região, quaisquer que sejam os confins em que se encontrem isolados, - embora no seu caminho e a seu lado outros e muitos outros variados periódicos anarquistas surjam, susceptíveis de

---

<sup>108</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 5 de dezembro de 1914, ano XIV, n.º 269, p. 4.

vida efémera, mas que nem por isso deixam de ser muito úteis à nossa Ideia.<sup>109</sup>

A *Vida* apareceu em 30 de novembro de 1914, com 16 páginas “de bem cuidada apresentação material”<sup>110</sup>, com crônicas das ideias e dos principais factos que marcavam a conjuntura da época. Através das suas páginas os redatores discutiam temas que atravessavam as questões sociais e políticas no país como o positivismo, o anarquismo, o papel feminino no processo revolucionário, o ensino racionalista, a conflagração europeia, a regulamentação do serviço doméstico, entre outros. O mensário aparecia sempre no último dia de cada mês. Cada número custava o valor de 200 réis e a assinatura anual por 5\$000 réis. Mesmo com as dificuldades para manter a publicação, a revista circulou de 30 de novembro de 1914 à 31 de maio de 1915, com a publicação de 7 números, tendo à frente da redação os anarquistas Orlando Corrêa Lopes, Astrojildo Pereira, José Oiticica, Francisco Viotti e Nilo Ferreira. Apesar de efémera, *A Vida* foi uma das primeiras revistas de propaganda doutrinária, voltada para a formação ideológica e que manifestou a intenção de registrar a história do anarquismo no país.

A redação e administração ficavam no número 114 da rua da Uruguaiana, poucos metros da sede da COB, cujo endereço ficava na rua dos Andradas, número 87, onde o “camarada António Maças encontra-se diariamente, das 19 às 21 horas”, também sede do Centro de Estudos Sociais, encarregado de receber assinaturas, incluindo da revista *A Vida*.<sup>111</sup> Neste mesmo endereço funcionou em meados de 1914 a sede provisória do grupo *Novos Horizontes*. Era, portanto, um espaço conhecido, marcado não somente por tipos anarquistas ou simpatizantes da ideia, mas também por operários e sindicalistas, entre estes, àqueles que não se identificavam com o anarquismo. No número 87 da rua dos Andradas, neste mesmo período, funcionavam as seguintes associações proletárias: Federação Operária do Rio de Janeiro e suas associações federadas, Sindicato dos Estucadores, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Alfaiates, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato Operários de Ofícios Vários, Sindicato dos Operários Panificadores, Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas, Sindicato dos Operários das Pedreiras, Liga Federal dos Empregado em Padarias.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> *Idem*

<sup>110</sup> *Idem*

<sup>111</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1915, 1.º ano, número 5, p. 80.

<sup>112</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1914, ano VII, n.º 55, p. 4.

Na primeira edição da revista, uma nota indicava a colaboração de Pinto Quartim, bem como uma das iniciativas inaugurada pelo grupo editor no campo da imprensa libertária no Brasil. Ao lado de artigos de propaganda e doutrinação e textos sobre as questões da época, os redatores iniciaram, a partir do segundo número, a publicação da série “Subsídios para a História do Movimento Anarquista no Brasil”, não somente do eixo Rio/São Paulo, como o próprio título sugere:

No próximo número a sair em 31 de dezembro, “*A Vida*” além de colaboração de *Carlos Dias, Francisco Viotti e Pinto Quartim* e outros novos colaboradores, publicará um desenvolvido noticiário do movimento social internacional e iniciará a publicação da Resenha Histórica do Movimento Anarquista no Brasil, com a *Breve Notícia sobre o Movimento Anarquista em Porto Alegre*, interessante e bem elaborado trabalho dos nossos amigos da capital do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>113</sup>

Com a suspensão do Congresso Anarquista Internacional, marcado para Londres para o ano de 1914, os redatores da revista decidiram organizar os relatórios e documentos que tinham em mãos e, que seriam enviados ao evento na capital inglesa, publicá-los na revista. De acordo com Adelaide Gonçalves e Jorge Silva a atitude dos anarquistas em torno do editorial acabou “criando as condições iniciais para elaboração de uma história da questão social no Brasil.”<sup>114</sup> Junto ao esforço vanguardista para apresentar a resenha do movimento socialista em geral no país, o grupo propôs-se a publicar uma coluna com a “Biografia brasileira sobre a questão social”, com o registo de obras publicadas ou traduzidas no Brasil, numa intenção de valorização das publicações e autores nacionais face aos impressos que chegavam de Portugal, Itália e Espanha.

Antes do episódio que motivou a sua prisão na cadeia Civil de Lisboa, Pinto Quartim teve uma iniciativa semelhante nas páginas da *Terra Livre*. A partir de maio de 1913, o grupo editor do semanário se propôs a “realizar uma exposição de todas as publicações libertárias editadas em português”, com o objetivo de registrar a história do anarquismo em Portugal.<sup>115</sup> Muito provavelmente, a ideia de registrar a história do anarquismo no Brasil pode ter partido da fala Pinto Quartim, ao mencionar a sua experiência em território português. Na edição de 28 de fevereiro de 1915 de *A Vida*, a publicação do artigo “Anarquia: sua definição etimológica”, certamente surgiu também

---

<sup>113</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1914, ano 1, n.º 1, p. 16.

<sup>114</sup> GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A Bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001, p. 13.

<sup>115</sup> O grupo lançou a campanha sob o título “biografia anarquista portuguesa”. *Terra Livre*, Lisboa, 15 de maio de 1913, n.º 14, 1.º ano, p. 5.

pela iniciativa de Quartim. O artigo, uma tradução do texto de André Girard, que saiu originalmente no tomo III do *Dictionnaire* de Maurice Lachâtre, havia sido publicado anteriormente na *Terra Livre* em 29 de maio de 1913, ou seja, antes da prisão do seu diretor.<sup>116</sup>

A intenção unificadora do grupo editor de *A Vida*, particularidade que assume a imprensa anarquista e de certo modo as folhas sindicalistas da época, na prática, revela que a revista era um “agente de ligação”, cuja função Pinto Quartim teve um papel fundamental. Rumo a construção da unidade política e ideológica, além das fronteiras nacionais, o jornalista contribuiu para estreitar os laços entre os militantes brasileiros com os grupos libertários em Portugal. Com a chegada de Quartim, os anarquistas do território brasileiro valeram-se das suas relações pessoais, construídas no outro lado do Atlântico, para consolidar o internacionalismo ácrata no país. Na construção de um projeto libertário transnacional, o grupo editor dirigia o seu apelo em prol da manutenção da revista, não somente aos militantes nacionais, mas à todos os “companheiros e grupos anarquistas de língua portuguesa.”<sup>117</sup> Recém-chegado da “porta da Europa”, Quartim ficou responsável pelas correspondências e encomendas com os grupos *A Sementeira* de Lisboa, *Aurora* do Porto e com o antigo companheiro da *Terra Livre*, o português Neno Vasco. No terceiro número de *A Vida*, os pedidos e envios realizados por Quartim aos militantes em Portugal eram registados nas páginas da revista: “Neno Vasco – recebeste cartas do P. Q. e 100 exemplares do n.º 1 e n.º 2 de *A Vida*?”. A nota continuava, agora direcionada ao grupo *A Sementeira*: “conjuntamente com a encomenda feita pelo P. Q. poderia mandar, si quiserdes, 50 exemplares de *A Social democracia na Alemanha*.” Esta obra, do teórico anarquista alemão Gustavo Landauer, fora impressa em 1914 pelo editorial de *A Sementeira* como resultado da reorganização do grupo. Do Porto chegavam por intermédio de Quartim: “25 exemplares de *O dia de 8 horas*, de F.G.T.F; 25 de *Anarquia perante os tribunais*, de Pedro Gori; 25 de *Semeando para colher*, de Carlos Dias e 50 de *Os políticos, os financeiros e a guerra*, de F. Dellaisi.”<sup>118</sup> De facto, a comunicação e circulação de impressos não era uma particularidade entre o grupo *A Vida* e os libertários

---

<sup>116</sup> Ver, sobretudo, *Terra Livre*, Lisboa 29 de maio de 1913, n.º 16, 1.º ano, p. 5-6. *A Vida*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915, ano I, n.º 4, p. 59-61.

<sup>117</sup> Ao se apresentar como um espaço transnacional, permeado por trocas e contactos com grupos e jornais de outros países, os anarquistas em torno de *A Vida*, pretendiam que o grupo servisse de “centro de informações para o exterior.” Neste sentido, além de trocar correspondências, o grupo editor dedicou-se na publicação de dados históricos sobre o movimento anarquista no Brasil. *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1914, ano 1, n.º 2, p. 16.

<sup>118</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1915, p. 16.

de *A Sementeira* e *A Aurora*. No entanto, devido a sua proximidade com Neno Vasco e com os grupos em Portugal, Quartim contribuiu para reforçar a aproximação entre os militantes de fala portuguesa, papel que passou quase despercebido por escritores e pesquisadores que debruçaram sobre o movimento anarquista internacional.

Se na década anterior a militância anarquista havia contribuído para superar as barreiras étnicas, não apenas, mas, sobretudo, entre as lideranças, como as ações coletivas em torno do jornal *O Amigo do Povo*, que reuniam em sua redação italianos, espanhóis, português e brasileiros<sup>119</sup>, nos anos seguintes os militantes atuaram para ampliar e unir as fronteiras nacionais e também internacionais. Nos finais do século XIX, os jornais anarquistas eram impressos em italiano, principalmente, em São Paulo. Superados os limites colocados pela forte presença imigrante no corpo redatorial de jornais, que circularam nos primeiros anos do regime republicano, os militantes à frente dos principais editoriais na segunda década do século XX eram em sua maioria nacionais. Particularidade que marcou a imprensa, quer anarquista quer sindicalista da época, na intenção dos seus redatores de circular pelo território nacional, não somente nos principais centros em industrialização.

Os editores de *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da COB, quando o jornal reapareceu em início de 1913, esperavam superar as grandes distâncias territoriais que isolavam a classe operária em cada Estado, estendendo e esperando que suas edições circulassem das “cochilas gaúchas até os cálidos seringais da Amazônia”.<sup>120</sup> Intenções também manifestadas pelos editores de *A Vida*. Segundo o próprio grupo, a revista possuía representantes em regiões localizadas fora do eixo Rio/São Paulo. Estes eram responsáveis não somente pela venda e assinaturas, mas por quaisquer assuntos referente ao editorial. Além dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os anarquistas e simpatizantes pelo ideal poderiam adquirir *A Vida* nas cidades de Santos, Campinas, Jaú, Porto Alegre, Pelotas, Maceió e Belém do Pará.<sup>121</sup>

Na ocasião do primeiro número de *A Vida*, o jornal *A Época* saudou a nova revista que, segundo o diário, possuía uma “esplêndida e sugestiva alegoria da capa, como a bem cuidada partitura material do texto”, convidando o seu público para leitura do editorial anarquista. Reforçando o convite à leitura, *A Época* chamava atenção para

---

<sup>119</sup> TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas: UNICAMP, 1993. Dissertação de mestrado.

<sup>120</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1913, ano VI, n.º 24, p.1.

<sup>121</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1915, 1.º ano, n.º 7, p. 112.

presença de “elementos intelectuais de real merecimento” no corpo redatorial, dentre eles alguns dos mais ativos colaboradores da “grande imprensa”, como o anarquista Orlando Corrêa Lopes.

Recebemos ontem a agradável visita d’A *Vida*, publicação mensal anarquista que acaba de iniciar a sua publicação no Rio de Janeiro. Os seus editores não pensaram só em fazer publicação digna de ser lida, mas também de ser vista, pois, a esplêndida e sugestiva alegoria da capa, como a bem cuidada partitura material do texto, dão-lhe um aspecto simpático que convida à leitura. Esta é muito interessante e de valia, e os nomes que subscrevem os seus artigos, como os srs. Fábio Luz, Orlando Correa Lopes, José Oiticica e Hermes Fontes vem-nos dizer que o anarquismo no Brasil conta já com elementos intelectuais de real merecimento. Felicitando o novo colega pelo seu auspicioso aparecimento, auguramos-lhe prosperidades.<sup>122</sup>

Além de Quartim e dos libertários mencionados pela circular citada acima, colaboravam na revista, Astrojildo Pereira, que em 1922 ajudou a criar o Partido Comunista Brasileiro<sup>123</sup>; Primitivo Soares, que Pinto Quartim conheceu no congresso operário de 1913;<sup>124</sup> Efren Lima, João Penteado, Zenon de Almeida, Francisco Viotti e Nilo Pereira, Adelino de Pinho e Alfredo Vila-Sêcca. Nomes que estavam envolvidos na propaganda libertária no país, não somente na cidade do Rio de Janeiro ou nos sindicatos e na imprensa, mas, também na praça pública e nas ruas.<sup>125</sup>

A “esplêndida e sugestiva alegoria da capa”, a que se refere *A Época*, traz uma mulher fragilizada a repousar-se, cabisbaixa, sobre os ombros do companheiro, este mais forte e mais vigoroso ampara a companheira com um dos braços, quando o outro com o punho cerrado aponta na direção de um novo horizonte.<sup>126</sup> Símbolos que pareciam dialogar com a visão exposta pelo jovem Pinto Quartim em seu opúsculo de profissão de fé ao anarquismo, de outubro de 1907. Aos 20 anos de idade, logo após a expulsão da Universidade de Coimbra, o “intransigente” esboçava em *Mocidade, Vivei!* algumas linhas dedicadas às mulheres, em sua concepção “dotada dos mesmos sentimentos e das

---

<sup>122</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1914, ano III, n.º 829, p. 6.

<sup>123</sup> FEIJÓ, Martins César. *O revolucionário cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.

<sup>124</sup> *A Sementeira*. Lisboa, abril de 1916, ano 1.º, 2ª série, n.º 4 (56), p. 54-55.

<sup>125</sup> Além destes nomes, o grupo contou com a colaboração de Polidoro Santos com o artigo: “Breve notícia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre. *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1914, ano 1, n.º 2, p. 14; e Santos Barbosa, pelo Grupo Iconoclasta de Pelotas, com um “resumo histórico do movimento anarquista em Pelotas.” *A Vida*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1915, no 1, n.º 4, p. 62-63. Contribuições inerentes ao levantamento da “História do movimento anarquista no Brasil”.

<sup>126</sup> A respeito da alegoria da capa da revista *A Vida*, ver anexo E.

mesmas faculdades” que o homem. Neste estado de igualdade, a mulher, segundo Quartim, deveria oferecer ao seu companheiro “todo o auxilio, pondo o seu cérebro e o seu affecto na investigação do caminho que conduzirá a Humanidade ao templo sumptuoso da Paz e do Amor”, para que no final “ambos de braço dado, ela reclinando a cabeça sobre o seu ombro, dando-lhe o sorriso que tudo esquece e a tudo anima, ambos muito unidos, com os olhos fitos no mesmo Além, percorrerão mais suavemente a estrada clara e recta do Progresso e da Libertação.” Neste sentido, a atitude cabisbaixa da mulher pode ser explicada pelo facto da alegoria sugerir um estágio em direção à sociedade anárquica, uma direção à “estrada clara e recta do Progresso e da Libertação”, pois, ainda de acordo com Quartim, a mulher “só gozará da felicidade plena no dia em que o seu esposo se sinta inteiramente feliz, e vice-versa.”<sup>127</sup>

A imagem alegórica, estampadas em todas as edições da revista, levou Teixeira Mendes, um dos principais nomes do apostolado positivista no Brasil nos princípios do século XX, a fazer algumas ponderações ao grupo editor. Em suas palavras, “a cena imaginária da capa do vosso periódico constitui fatalmente um alimento para as paixões fraticidas.”<sup>128</sup> Diante das ponderações de Teixeira Mendes, Francisco Viotti respondeu pelo grupo considerando que a finalidade da imagem era despertar a revolução, pois para ele “não basta de lutas fraticidas, pois foi em meio de um mar de lágrimas e de sangue que a humanidade pôde chegar ao grão de desenvolvimento moral, intelectual e material, em que nos achamos.”<sup>129</sup> O debate, que se prolongou nos números seguintes da revista, revela, sobretudo, as visões do clero positivista no Brasil a respeito das concepções anarquistas e dos militantes à frente de *A Vida* sobre a doutrina de Auguste Comte.

No plano ideológico era o anarco-comunismo, professado em geral pelos militantes reunidos em *A Vida*, como o próprio grupo autodefinia-se a fim de evitar equívocos em relação a filiação ideologia da revista: “nós não somos simplesmente socialistas; somos socialistas anarquistas, ou mais precisamente, comunistas anarquistas.”<sup>130</sup> Como comunistas anarquistas entendiam que “o bem-estar universal de Godwin; a justiça, de Proudhon; o progresso, no sentido da perfeição tão completa quanto possível, de Bakunine; a liberdade igual, de Tucker e o amor, de Tolstoi” estavam

---

<sup>127</sup> QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!... op. cit...* p. 9-11.

<sup>128</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1914, ano 1, n.º 2, p. 3-6.

<sup>129</sup> *Idem*

<sup>130</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1915, ano 1, n.º 7, p. 110.

compreendidos na fórmula de Kropotkine.<sup>131</sup> No entanto, os libertários que gravitavam em torno da revista mantinham estreitos laços com o movimento sindicalista, alguns apareciam liderando protestos ou proferiram conferências aos operários antes mesmo de colaborar nas páginas do editorial.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Pinto Quartim encontrou uma geração de anarquistas envolvidos em ações que convergiam em direção à instrumentalização do sindicato como estratégia de ação e organização. Processo que se iniciou em 1906, mas que em 1913 ainda se mantinha em curso e era motivo de muitas polêmicas, mesmo com a predominância de anarquistas à frente das moções aprovadas no 2.º Congresso Operário Brasileiro.<sup>132</sup> As divergências na abertura do evento revelam que não havia um consenso, principalmente entre os anarquistas a respeito da neutralidade política do sindicato, enquanto uns defendiam um sindicato manifestamente anarquista outros eram contrários à declaração de princípios. Apesar das divergências, os congressistas aconselharam veemente às associações operárias a aderirem ao sindicalismo revolucionário, como método de luta e de organização, ratificando as resoluções do primeiro congresso. Através de organizações políticas e culturais, como o Centro de Estudos Sociais e a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, que neste período funcionavam como espaços de fermentação ideológica, Quartim teve contacto com discursos e práticas a respeito do papel da massa operária no processo de transformação da sociedade e da atuação libertária no interior dos sindicatos.

O convívio na capital brasileira com anarquistas e livres-pensadores, dentre eles personalidades diretamente ligadas à esfera pública do país, despertou no “perigoso

---

<sup>131</sup> *A Lei suprema. A Vida*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1914, ano 1, n.º 1, p. 2-3.

<sup>132</sup> No Brasil, a emergência do processo de instrumentalização do sindicato, por parte dos anarquistas, ocorreu como forma de reação, dos libertários, contra as propostas dos colaboracionistas no I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, e que apesar da forte presença anarquista no congresso de 1913, ainda não estava definida. Além de uma postura reacionária, as resoluções aprovadas no evento, refletiam as influências do sindicalismo francês, dos modelos propostos pela *Confédération Générale du Travail*, a respeito do sindicalismo revolucionário. Nesse processo, coube os anarquistas um papel de destaque e uma intensa militância no interior das organizações sindicais, como forma de propagar as suas ideias e disputar um lugar hegemônico no movimento operário, mesmo que isso representasse uma ameaça à neutralidade política, apregoada pelos anarco-sindicalistas. De acordo com Tiago Bernardo, “foi em nome dessa neutralidade, identificada com *apartidarismo*, que permitiu aos libertários poder desempenhar a função de liderança e combater seus adversários políticos no interior do movimento operário, taxando-os de impostores e oportunistas.” No entanto, “o movimento operário não era anarquista como o eram muitas de suas lideranças. Mas estas lutaram para que ele não fosse desviado em definitivo para longe das formas de organização e métodos de ação coincidentes com os princípios libertários”. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit...* p. 71-89.

anarquista” o desejo de conhecer mais profundamente a realidade do país em que nasceu. Após ter conhecimento da anistia concedida pelo governo português, Quartim decidiu realizar um importante inquérito sobre o Brasil que pretendia publicar em Portugal. Além de oferecer elementos suficientes ao jovem jornalista o conjunto de entrevistas e correspondências constituem uma importante fonte histórica para compreender como eram estabelecidos os contactos e criadas as redes de sociabilidades entre os militantes, nos primeiros anos do século XX. Em segundo lugar, podemos perceber como os migrantes que cruzaram o Atlântico criavam campos sociais, que vinculavam o seu país de origem com a sociedade de destino, e vice e versa.

#### 5.4. ANARQUISMO E JORNALISMO NOS TRÓPICOS: “O BRASIL JULGADO PELOS BRASILEIROS OU A VIDA BRASILEIRA ATRAVÉS DE ALGUMAS DEZENAS DE ENTREVISTAS”

*“Hoje a influência exercida pela imigração continua a ser extremamente benéfica para o proletariado e para a civilização em geral. Sob um ponto de vista especial, ganha tanto o país que recebe como o país de origem.*

*O proletariado leva consigo uma consciência nova e adquire do seu lado novas necessidades susceptíveis de provocar revoltas. A solidariedade, que era latente, torna-se efetiva. Realiza-se um nivelamento nas condições e nas ideias: torna-se internacional a necessidade e a consciência duma sociedade nova.”*

*Neno Vasco. O problema da imigração.  
Aurora, São Paulo, ano I, nº 8-9,  
setembro/outubro de 1905.*

As ações em torno do grupo *A Vida*, colocariam Pinto Quartim inteirado dos factos e detalhes do movimento anarquista e sindicalista no Brasil, não somente dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Comunicados e notícias de outras regiões, como Porto Alegre, Pelotas, Belém do Pará, chegavam à redação do editorial, parte dessas correspondências eram publicadas sob o formato de resenhas. Além dos textos de propaganda e doutrinação, os redatores pretendiam reunir nas colunas da revista “relatórios e documentos” registando a história e a situação do movimento operário e, especialmente, do anarquismo no vasto território brasileiro. O grupo pretendia “não só facilitar a compilação de uma resenha histórica quanto possível completa, com também dar a conhecer detalhes e particularidades da nossa ação nesta terra”.<sup>133</sup> Os anarquistas de *A Vida*, pretendiam ainda registar “inquéritos para o conhecimento do problema económico e social da região brasileira.”<sup>134</sup> Intenções que contribuíam para alargar a rede de sociabilidade que Quartim construiu durante o seu exílio, bem como favoreceram o contacto com novas noções e experiências marcadas pela particularidade da conjuntura brasileira.

Num diálogo com José Oiticica, companheiro de redação em *A Vida* e nos grupos de afinidades no Rio de Janeiro, podemos compreender o papel que o jornalista

---

<sup>133</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1914, ano 1, n.º 2, p. 14.

<sup>134</sup> *A Lanterna*, São Paulo, 5 de dezembro de 1914, ano XIV, n.º 269, p. 4.

assumiu entre os militantes brasileiros e que estava muito à vontade entre os seus pares. Ao ser questionado por Quartim, sobre as questões sociais e religiosas no Brasil, Oiticica indagava o camara de ideias: “a propósito, vejo com prazer que não tens dado muito mal cá pelo Rio depois que deixaste as margens do Tejo e as muralhas do Limoeiro”, em resposta o jornalista reiterava: “aqui tens tudo o que desejo saber.”<sup>135</sup> Assim como havia empreendido em Lisboa através das páginas da *Terra Livre*, a partir da intenção de aprofundar o “estudo sereno dos factos e das ideias” entre o público leitor do seu semanário,<sup>136</sup> Pinto Quartim resolver colher informações e relatos sobre os assuntos que marcavam as questões sociais no Brasil. Por meio de entrevistas e correspondências às mais diferentes personalidades da época, sobretudo àquelas ligadas ao campo do livre-pensamento no país, o que não significa exclusivamente anarquistas, Quartim inquiriu sobre os assuntos em torno da mulher brasileira, da mentalidade do povo brasileiro, da situação econômica e financeira, a respeito da imprensa brasileira, da questão social e do livre pensamento no país.<sup>137</sup> Mais do que conhecer sobre estes assuntos, Pinto Quartim desejava publicá-los na Europa, quando regressasse a Portugal, sob o título: “*O Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas*”. No entanto, os relatos não foram publicados em formato de livro, ficando apenas o esboço para uma futura obra, em seu arquivo pessoal. Destarte o jornalista publicou o “inquérito brasileiro” nas colunas do diário *O Século* de Lisboa e na revista *A Sementeira*. Na prática, Quartim buscava compreender melhor a realidade brasileira à luz da sua vivência nos trópicos do que propriamente através dos relatos que chegavam à Europa, seja através de impressos ou de pessoas que cruzavam o Atlântico.

As notas e registos sobre o “inquérito brasileiro” revelam que Pinto Quartim questionou personalidades como a advogada Myrthes de Campos (que se tornaria na década seguinte a primeira mulher a exercer a advocacia no país), e a professora e poetisa

---

<sup>135</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-466. Item 466 - «*O Livre Pensamento no Brasil*», texto ms. Data(s): s.d. (Produção).

<sup>136</sup> A partir do primeiro número de *Terra Livre*, artigos sob o título “sindicalistas e anarquistas”, traziam ao público leitor respostas de um inquérito realizado por Pinto Quartim aos seus companheiros de propaganda. Como vimos no capítulo anterior, nesta série de textos colaboraram anarquistas como Emílio Costa, Campos Lima, Adolfo Lima. A intenção do diretor da *Terra Livre*, era “anular atritos sem fundamento que há muito existem, desfazer confucionismos, assentar em conclusões tiradas de premissas postas com honestidade intelectual, do estudo sereno dos factos e das ideias.” *Um inquérito. Terra Livre*, Lisboa, 27 de fevereiro de 1913, n.º 3, 1.º ano, p. 2.

<sup>137</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-472. Item 472 - «*O Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas*», planeamento (?) de obra (?) de Pinto Quartim. Data(s): s.d. (Produção).

Laura Fonseca e Silva, que falaram a respeito da mulher brasileira. Sobre o teatro, procurou o diretor da Escola de Arte Dramática do Rio de Janeiro, o dramaturgo Coelho Neto; o actor João Barbosa, professor de Arte de Representar na mesma escola; o crítico teatral Melo Morais Filho; Goularte de Andrade, Alberto de Oliveira e Óscar Lopes, autores dramáticos; os críticos: Rodrigues Barbosa, do *Jornal do Comércio* e Óscar Guanabara, de *O Paiz*. A respeito do movimento literário, Quartim inquiriu Olavo Bilac, Alcides Maia, Emílio de Menezes, da Academia de Letras, Hermes Fontes, poeta, Marcelo Gama, poeta, Escragnonle Dória, literato e professor de história, Fábio Luz, romancista, Lima Barreto, Domingos Ribeiro Filho, literato, Pedro do Couto, crítico literário e Bastos Tigre, escritor. Inquiriu ainda, os companheiros de ideias, Orlando Corrêa Lopes, José Oiticica, Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Primitivo Soares, Carlos A. de Lacerda, da Liga Anticlerical do Rio, Fábio Luz, Gigi Damiani. O jornalista pretendia inquirir Paranhos da Silva, Vitor Viana, redator do *Jornal do Comércio* e o dr. Medeiros e Albuquerque, escritor e jornalista.<sup>138</sup> Nomes que ofereciam ao jornalista importantes informações a respeito do país em que nasceu e que agora exilava-se.

A análise dos dados colhidos por Quartim pode ajudar a perceber a multiplicidade de ideias e concepções libertárias sobre o sindicalismo, nos princípios do século XX e, de forma geral, compreender como eram estabelecidos os contactos entre os militantes de diferentes origens, que atuaram no país. Numa carta do anarquista Gigi Damiani a Pinto Quartim é possível perceber como ocorriam estas relações e quais as posições do militante italiano, que colaborou ao lado de Neno Vasco em *O Amigo do Povo* e em *A Lanterna* com os brasileiros Edgard Leuenroth e Benjamin Mota, a respeito do sindicalismo e do anarquismo. De São Paulo, em 9 de março de 1915 Damiani escrevia ao companheiro:

“Companheiro Quartim.

Saúde e... república portuguesa!

Doente e cansado por afazeres diversos, não dispondo do tempo e da necessária tranquilidade espiritual para seguir ponto a ponto o teu questionário, baralho as perguntas, isto é, as respostas que tu me pedes... sem ter tampouco a certeza que desse amontoado de considerações fique alguma coisa ou exposição que seja, aproveitável para as crônicas que, sobre o Brasil, é teu desejo publicar... Além de tudo (...) haver a dificuldade de idiomar o escepticismo que vai me avassalando.”<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> *Idem*

<sup>139</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-063. *Subsérie 063 - Correspondência de Gigi Damiani. Data: 20 de março de 1915.*

Mesmo com as dificuldades para transmitir uma resposta mais fidedigna ao questionário de Pinto Quartim, o experiente anarquista revelava a sua opinião a respeito do sindicalismo:

“No Brasil vivem milhares de anarquistas – europeus – os quais da propaganda anarquista... pouco ou nada se importam. Há, porém, entre eles uma minoria que sempre fez alguma coisa e a esta minoria deve-se o que diz respeito ao movimento social no Brasil. Até a propaganda sindicalista pertence àqueles poucos companheiros aos quais o clima tropical não matou toda energia. As ideias libertárias estão muito espalhadas e a influência dos anarquistas é uma realidade impugnável em toda parte onde os operários são menos embrutecidos. O terreno, portanto, pode-se dizer que encontra-se bem preparado. Faltam os agitadores competente. (...)

Sou contra o sindicato apolítico, contra o sindicato que põe à porta as ideologias. Mas não é este o lugar, e o momento, para discutir opiniões de métodos. No entretanto, posso afirmar que a maioria dos companheiros italianos são do meu parecer; muitos vão ainda mais longe... A tendência sindicalista é mais bem aceita entre os companheiros nacionais e os de origem espanhola e portuguesa.”<sup>140</sup>

Ao opor-se à neutralidade política do sindicato, Gigi Damiani equiparava às suas ideias, a respeito da atuação libertária no interior das associações, com as posições defendidas por dirigentes da Federação Operária de Santos e de anarco-comunistas paulistas, como o seu compatriota Oresti Ristori, divergindo, portanto, das concepções anarquistas para o sindicalismo propostas por Neno Vasco.<sup>141</sup> No entanto, não eram todos os italianos, que cruzaram o Atlântico que acreditavam num sindicato anarquista como Damiani, militantes como Alceste de Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni, que atuaram junto às associações operárias de São Paulo, defendiam a tendência sindicalista. Edilene Toledo, ao analisar a vida de Sorelli, de Ambris e Rossoni, apontou para uma particularidade pouco considerada por estudiosos e pesquisadores do sindicalismo revolucionário no Brasil, o facto deste movimento, apesar da participação de libertários, apresentar-se em muitos momentos como uma corrente distinta do anarquismo.<sup>142</sup>

Alguns meses antes da carta de Damiani, a questão em torno da neutralidade política do sindicato era tema de abertura do 2.º Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913, discussões que Pinto Quartim tomou parte. Aberta as discussões,

---

<sup>140</sup> *Idem*

<sup>141</sup> As ideias a respeito do sindicalismo, defendidas por Neno Vasco, encontram-se compiladas na obra: VASCO, Neno. *A concepção anarquista do sindicalismo... op. cit...*

<sup>142</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora do Unicamp, 2004. Sobre Giulio Sorelli ver também TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

a Federação Operária de Santos apresentou à mesa a seguinte questão: “sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação económica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?” Diante do questionamento da federação santista, os congressistas passaram a discussão da proposta: “a sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?” Após um longo debate, que se prolongou por toda a primeira sessão e parte da segunda, foram ratificadas as resoluções do congresso de 1906, “por considerá-las as que mais correspondem aos fins do movimento operário”, acrescentando a recomendação de se repelir do sindicato a influência política e “dedicar-se a obra da organização operária sindicalista, que, considerada dentro da ação operária, é o meio mais eficaz e mais poderoso para a conquista de melhoras imediatas de que necessita e para o fortalecimento da luta para a sua completa emancipação.”<sup>143</sup> Dos signatários da proposta, estavam os nomes de Edgard Leuenroth, delegado pela União dos Gráficos de São Paulo no congresso; José Romero, delegado do Sindicato Operário de Ofícios Vários de São Paulo; Myer Feldman, delegado do jornal *A Voz do Trabalhador*; Cecílio Vilar (pseudónimo de Henrique Martins), delegado pela Federação Operária de Alagoas, de Maceió e Astrojildo Pereira, delegado do jornal *O Trabalho*, de Bagé/RS, todos anarquistas.<sup>144</sup> Deste conjunto, os militantes Edgard Leuenroth e Astrojildo Pereira, Pinto Quartim conviveu mais de perto, devido às relações em torno da revista *A Vida*, do Centro de Estudos Sociais e da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, cuja comissão de propaganda, como vimos, Quartim ficou responsável a partir de fevereiro de 1914.

A carta de Gigi Damiani a Pinto Quartim revela que, apesar do “entendimento” entre os congressistas em 1913, o tema ainda continuava a gerar divisões entre anarquistas no Brasil. Não obstante, apesar das polémicas em torno da questão, havia um consenso no que diz respeito ao papel dos anarquistas enquanto força motriz do movimento sindical. Se para Gigi Damiani eram as “minorias” libertárias responsáveis pela dinâmica do movimento social dos trabalhadores, para Astrojildo Pereira, respondendo ao mesmo inquérito de Quartim, a organização do sindicalismo no país, era devido “exclusivamente ao esforço dos anarquistas”:

---

<sup>143</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1913, ano VI, n.º 39-40, p. 2-4.

<sup>144</sup> BATALHA, Claudio H. M. (coord). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

“Corrente anarquista e corrente sindicalista, que em geral se confundem, ou por outra, a segunda resultado da primeira, existem. Propaganda anarquista há mais de vinte anos se faz entre nós. Vários tem sido os grupos, jornais, etc., a ela consagrados, principalmente em São Paulo, cidade e estado, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, em Alagoas e mais recentemente em Belém, em Manaus, no Recife... A organização sindicalista, sistematizada, existe desde 1906, quando se realizou o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, e de onde nasceu a C.O.B. Esta organização é devida exclusivamente ao esforço dos anarquistas.”<sup>145</sup>

Os relatos de Damiani e de Astrojildo a Pinto Quartim, mais do que uma leitura particular da realidade, oferecem um exemplo dos tipos de ideias e noções que o “perigoso anarquista” experimentou a respeito do anarquismo e do sindicalismo no Rio de Janeiro durante a sua estada. Movimentos, que por serem composto por pessoas, forjavam espaços permeados por divergências. Para além de um momento de ruptura, o exílio no Brasil teve um papel fundamental no “fazer-se” anarquista de Pinto Quartim. As experiências em torno da rede de sociabilidade na capital brasileira, permitiram ao jovem anarquista um diálogo com novas noções e realidades, contribuindo para a sua formação profissional, pessoal e ideológica. Como ele próprio reconheceu, em sua autobiografia, “o carácter específico do socialista-libertário”, que professou, foi sendo adquirido através das experiências vividas até tomar forma consciente. Em outras palavras, segundo o próprio Quartim, o anarquismo foi germinando “a pouco e pouco, e por circunstâncias diversas o meu ser se foi adubando a ponto de alcançar a fertilidade onde o Anarquismo mais tarde havia de se enraizar, crescer e florir.”<sup>146</sup> Portanto, deve-se tanto à ação individual como aos condicionamentos. Ou seja, é através das experiências que indivíduos, enquanto sujeitos “não como sujeitos autónomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”<sup>147</sup>, definem e redefinem suas ações e sentimentos. Neste sentido, ainda de acordo com Thompson:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises e subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas

---

<sup>145</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-025. *Subsérie 025 - Correspondência de Astrojildo Pereira. Data: 1914 (Produção).*

<sup>146</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista... op. cit...*

<sup>147</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

conceptuais podem desmorrar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.<sup>148</sup>

Não foram somente as questões a respeito do método e de organização da classe operária, que agitaram os libertários durante o período que Pinto Quartim permaneceu no Rio de Janeiro. Além das noções do sindicalismo como estratégia, Quartim participou dos debates que envolviam os interesses do movimento anarquista Sul Americano. Em julho de 1913, o companheiro de redação em *A Vida* e na Liga Anticlerical do Rio, o militante Astrogildo Pereira, em nome da comissão especial organizadora do 2.º Congresso Operário Brasileiro, escrevia a Federación Obrera Regional Argentina e a Federación Obrera Regional Uruguaya, convidando os camaradas argentinos e uruguaios para participarem do evento organizado pela COB, pois, de acordo com Astrogildo havia “certas questões a serem debatidas.”<sup>149</sup>

O militante José Borobio, delegado das federações platinas no congresso brasileiro, teve um papel importante no debate a respeito da filiação política do sindicato. A moção enviada à mesa pelo representante das federações operárias da Argentina e do Uruguai aconselhava “todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio um ampla exposição e discussão de todas as ideias.” Proposta que foi aceita pelos congressistas, em detrimento da moção apresentada pela delegação operária de Santos.<sup>150</sup> Ainda na carta de Astrogildo Pereira, o anarquista brasileiro reconhecia a necessidade de fortalecer as relações com os militantes argentinos e uruguaios, e que a presença de delegados contribuiria “poderosamente para estreitar os laços de solidariedade que devemos não só manter, mas procurar intensificar cada vez mais.”<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>149</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Fundo: Congresso Operário, Código do fundo: COB, período 1906-1913. Microfilme AN545-2004. *Astrogildo Pereira. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1913. Cópia do convite feito à Federación Obrera Regional Argentina e Federación Obrera Regional Uruguaya, para que enviem representantes ao Segundo Congresso Operários Brasileiro.*

<sup>150</sup> Em meio ao debate a respeito da neutralidade política dos sindicatos, os delegados da Federação Operária de Santos decidiram pela propaganda do anarquismo nas associações operárias: “Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores. – *A delegação Operária de Santos.*” No entanto, após um intenso debate, a proposta foi rejeitada e aprovada a proposta de José Borobio. As Resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1913, ano VI, n.º 39-40, p. 3.

<sup>151</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Fundo: Congresso Operário, Código do fundo: COB, período 1906-1913. Microfilme AN545-2004. *Astrogildo Pereira. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1913. Cópia do convite... op. cit...*

No período que compreende a realização do 2.º Congresso Operário Brasileiro, o Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul Americano, uma rede libertária transnacional conectou-se na cidade do Rio de Janeiro, criando um “campo gravitacional” por meio da comunhão de ideias, como as discussões em torno de temas como o carácter do 1.º de Maio, o antimilitarismo, o antipatriotismo, antiguerrismo, a organização operária e o movimento anarquista. Se fizeram presentes nestes eventos, além dos dirigentes brasileiros e das agrupações internacionais que enviaram o seu apoio e adesão, a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), a Federación Obrera Regional Uruguiaia, *La Protesta*, *La Rebelión*, Federación Obrera Local Bonaerense, Comité Pró-Presos y Deportados, Liga da Educación Racional, Agrupacion Anarquista *A Preparar-se*, a Agrupación Anarquista Orientación de Buenos Aires, entre outros da Argentina e do Uruguai.<sup>152</sup>

O Congresso pela Paz, realizado em outubro de 1915, um ano após circular o primeiro número da revista *A Vida*, certamente foi um marco importante na mobilização dos libertários sul-americanos. As discussões e o desejo de coordenar ações contra a Grande Guerra trouxe à tona uma força que era latente, mas sempre presente no ideal ácrata. Os efeitos do conflito e a iniciativa dos anarquistas brasileiros, embalados pelo internacionalismo do ideal, criou um “campo gravitacional” no Rio de Janeiro, atraindo agrupações e entidades além das fronteiras do país, que entre outras resoluções aconselharam a criação de um Comité de relações internacionais com sede na capital brasileira.<sup>153</sup> Apesar da importância do evento na articulação que resultou no Congresso Anarquista Sul-Americano, o desejo dos militantes brasileiros em estreitar relações com os libertários dos países vizinhos não era recente. Em maio de 1915, durante uma assembleia realizada na sede do Centro de Estudos Sociais do Rio, tendo à frente libertários do grupo *A Vida*, deliberou-se a favor da realização de um evento Sul-Americano. Na pauta da comissão organizadora do congresso, composta por José Elias

---

<sup>152</sup> As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1913, ano VI, n.º 39-40, p. 2-4. Congresso Internacional da Paz. *Na Barricada*, 21 de outubro de 1915, ano I, n.º 20, p. 2. Congresso Anarquistas Sul-Americano. *Na Barricada*, 28 de outubro de 1915, ano I, n.º 21, p. 2.

<sup>153</sup> Com a criação do novo Comité de relações internacionais, os dirigentes sul-americanos esperavam recolher “dados e informações sobre o estado atual das organizações dos países Sul-Americanos e os remeta aos sindicatos existentes, convidando-os a resolver em congresso (locais) regionais a conveniência de realizar o mais breve possível um Congresso Internacional Sul-Americano, para constituir a Confederação dos trabalhadores deste continente, a fim de acelerar a organização da Internacional de todos os países do mundo.” Resoluções do Congresso Internacional da Paz. *Na Barricada*, 21 de outubro de 1915, ano I, n.º 20, p. 2.

da Silva, Orlando Corrêa Lopes e José Henrique Netto e publicada no último número da revista *A Vida*, preocupações de como estreitar as relações entre “os socialistas libertários desta parte do continente americano e de se organizarem com homogeneidade e estudarem os métodos e meios de tornar mais eficiente a propaganda, e, bem assim, de darem um balanço de forças”<sup>154</sup>, revelava que o assunto era uma preocupação recorrente e intensificou nas reuniões no Centro de Estudos Sociais e nos círculos anarquistas do Rio, durante os anos que Quartim permaneceu na cidade.

Em outubro de 1915, com o objetivo de “estudarem os métodos e meios de tornar mais eficiente a propaganda, e, bem assim, de darem um balanço de forças” com os companheiros de ideias da região Sul do continente americano, os antigos companheiros de Quartim na redação de *A Vida* reuniram-se na sede do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro. Orlando Corrêa Lopes, representando o jornal *Na Barricada*; José Oiticica, pelo Centro de Estudos e Astrojildo Pereira pelo Grupo de Propaganda Anarquista de Niterói, dividiram as discussões com representantes das agrupações argentinas e uruguaias. Entre os temas debatidos o que “despertou mais interesse, não só pela sua importância, como por ter levantado uma velha questão de princípios e de tática”, foi as questões em torno da autonomia ou da declaração de princípios dos sindicatos operários. Apesar de algumas discordâncias entre os congressistas, estes aconselharam “insistentemente aos anarquistas a que ingressem nas associações de classe”, não somente com a intenção de fazer propaganda doutrinária, mas “como também a fim de imprimir à ação do sindicalismo uma tendência progressivamente revolucionária e essencialmente anarquista.”<sup>155</sup>

Além das ações que buscavam estreitar os laços de solidariedade entre os libertários sul-americanos, Quartim conviveu com militantes em torno da *A Vida*, que haviam colaborado no movimento anarquista argentino, como o espanhol Primitivo Soares. Nos primeiros anos do século XX, entre prisões e deportações, Primitivo Soares viveu uma odisseia entre o Brasil, Argentina e a Europa. Em abril de 1916, numa rápida entrevista à revista *A Sementeira*, Pinto Quartim esboçava alguns traços biográficos do companheiro de ideias que conheceu no 2.º Congresso Operário Brasileiro:

“Primitivo Soares um dos elementos mais activos que o anarquismo conta no Brasil. É um operário de pouco vulgar ilustração. Escreve bem e, como orador arrebatado, empolga e convence. Primitivo Soares iniciou-se na luta operária e social em 1905, na cidade de Santos, tomando parte

---

<sup>154</sup> *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1915, ano 1, n.º 7, p. 111.

<sup>155</sup> *Na Barricada*, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1915, ano I, n.º 21, p. 2.

activa no momento de reivindicação das classes trabalhadoras, tendo sido preso, juntamente com muitos outros operários, por ocasião de uma greve de carroceiros, verificada no mesmo ano. No ano seguinte, partiu para a República Argentina, fixando residência em Rosário de Santa Fé, onde actuou, durante três anos, desde 1907 a 1910, como secretário da Federação Operária, da mesma localidade, actuando, também nos movimentos grevistas que ali tiveram lugar, durante esse tempo. Com o auxílio de vários camaradas, fundou a Escola Racionalista n.º 1, que ainda existe. Fez, também, parte da redacção do jornal *Via Libre!*. Finalmente, em 1912, foi por ordem do governo da República, expulso do território argentino, com destino a Santos (Brasil). Na cidade de Santos, a chamada Barcelona brasileira, continuou a batalhar pelos ideais libertários, dedicando as suas energias à organização dos trabalhadores e à propaganda anarquista. Finalmente em 1913, ao ser iniciado o movimento grevista dos trabalhadores da Companhia Docas, foi, com mais quatro companheiros, preso e expulso para Lisboa, o que não impediu que tomasse parte no 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1913, a que eu também assistir e onde tive o prazer de conhecê-lo.”<sup>156</sup>

Durante a sua estada no Rio, Pinto Quartim acompanhou o debate das questões que diziam respeito à necessidade da aproximação com as federações Sul-americanas e da realização de um Congresso pela Paz no Brasil, em resposta à proibição dos dois eventos marcados para o ano de 1914 na Europa. Neste período, além de colaborar na publicação da revista, Quartim desempenhou a função de “fiel depositário” do Comité pró-Congresso Internacional Anarquista de Londres, tendo sob sua responsabilidade os recursos destinados para a participação brasileira no congresso, colocando o jovem anarquista ao lado dos assuntos em torno do internacionalismo anarquista na América do Sul. Apesar do acolhimento entre os militantes brasileiros, Quartim optou por regressar a Portugal, após o parlamento português reconhecer a sua inocência no atentado na Rua do Carmo.

---

<sup>156</sup> *A Sementeira*. Lisboa, abril de 1916, ano 1.º, 2ª série, n.º 4 (56), p. 54-55.

## 5.5. PARA QUE VOLTARA: O QUE AFONSO FEZ, BERNARDINO DESFEZ

*“Num jornal da manhã, vi uma notícia, que a muita gente deixou indiferente, mas que a mim recordou um homem que há anos conheci e cuja história me contou. Pequena notícia, era de facto essa que vinha no jornal da manhã: ‘Pelo vapor Lutécia chegaram a’ ‘este porto, vindos da Argentina’ ‘123 repatriados’”*

*Pinto Quartim. Para que voltára...Nova Lisboa, 28 e 29 de maio de 1931.*

*“Deixou a janela aberta, foi abrir a outra, e, em mangas de camisa, refrescado, com um vigor súbito, começou a abrir as malas, em menos de meia hora as despejou, passou o conteúdo delas para os móveis, para os gavetões da cómoda, os sapatos na gaveta-sapateira, os fatos nos cabides do guarda-roupa, a mala preta de médico num fundo escuro de armário, e os livros numa prateleira, estes poucos que trouxera consigo, alguma latinção clássica de que já não fazia leitura regular, uns manuseados poetas ingleses, três ou quatro autores brasileiros, de portugueses não chegava a uma dezena, e no meio deles encontrava agora um que pertencia à biblioteca do Highland Brigade, esquecera-se de o entregar antes do desembarque.”*

*José Saramago. O ano da morte de Ricardo Reis.*

Em 17 de abril de 1914, os efeitos da explosão na rua Nova do Carmo ainda pareciam criar ressonâncias no outro lado do Atlântico. Em Lisboa, durante a discussão do projeto de lei sobre a anistia na câmara dos deputados, o membro do Partido Unionista, o deputado João de Meneses interrogou o então Ministro da Justiça, Manoel Monteiro, a respeito do carácter arbitrário do decreto de expulsão de Quartim. Nas palavras do parlamentar: “quanto ao decreto que expulsou o jornalista Pinto Quartim, entendo que ele deve ser revogado.” Para efeito, João de Meneses justificava alegando o facto dos outros indivíduos, presos após o atentado, não terem sido pronunciados no caso:

Por ocasião do atentado de 10 de junho, na Rua Nova do Carmo, foram presos vários indivíduos que estão postos em liberdade, e muitos deles não chegaram a ser pronunciados. Um dos presos foi depois expulso por um decreto. Pergunto ao sr. ministro da Justiça se esse decreto não poderá ser revogado pelo mesmo motivo por que foram os outros que não chegaram a ser pronunciados.

Entendo que esse decreto deve ser revogado.<sup>157</sup>

Diante dos factos apresentados pelo deputado, o Ministro da Justiça aconselhou, em seu discurso, aos poderes executivo e legislativo na revisão do decreto, e aplicar à Pinto Quartim “o mesmo benefício de que gozaram os outros pronunciado pelo crime da Rua Nova do Carmo, se as circunstâncias são as mesmas.”<sup>158</sup> Apesar da aprovação da proposta, a revogação do decreto foi assinada por Bernardino Machado, somente três meses depois de ser apresentada no parlamento. Neste período, agitações tomavam conta das ruas e praças de Lisboa, jornais como *A Vanguarda*, do Partido Socialista, *O Intransigente*, do deputado Machado Santos, *O Sindicalista*, de Lisboa, *O Despertar*, órgão das juventudes sindicalista, *A Aurora*, do Porto,<sup>159</sup> manifestavam solidariedade e engrossaram as reivindicações junto ao governo pedindo o regresso do jornalista ao país. Durante as celebrações do 1º de Maio de 1914, trabalhadores e militantes anarquistas endossaram o protesto contra as arbitrariedades aplicadas aos militantes anistiado pela república portuguesa, para fazer regressarem ao país os companheiros expulsos.

Em meio aos protestos e a partir da circular de convocatória para o Congresso Anarquista Internacional, marcado para o outono daquele ano em Londres, os anarquistas das regiões portuguesas movimentavam-se. Sessões e conferências preparatórias aconteciam nas regiões Norte e Centro e Sul do país. Em Lisboa, nos dias 27 e 28 de junho, os anarquistas aderentes da Região do Sul reuniram-se na Caixa Económica Operária, na rua da Voz do Operário. Entre temas como “organização, formação de grupos e Federações; propaganda e meios”, a “atitude dos anarquistas perante o movimento operário – imprensa anarquista”, o “Congresso Nacional – Congresso Internacional”, surgiu a proposta de organizar uma campanha em favor da revogação do decreto que expulsou Pinto Quartim por dez anos de Portugal. Durante os dois dias de congresso, a mesa que orientou os trabalhos foi composta por António José de Ávila e Emílio Campos. Dentre os aderentes, o primeiro a fazer uso da palavra foi Sobral de Campos, iniciando os debates em torno da questão da expulsão de Pinto Quartim, propondo a “formação de um núcleo de apoio”.<sup>160</sup> Aceita a proposta, Neno Vasco e os

---

<sup>157</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa. 75.ª sessão ordinária, 1913-1914, em 17 de abril de 1914, p. 9-10.

<sup>158</sup> *Idem*

<sup>159</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1914, ano III, n.º 700, p. 1.

<sup>160</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 213.

antigos companheiros da *Terra Livre* decidiram enviar a Pinto Quartim uma carta, assinada pela grande maioria dos congressista, manifestando a solidariedade e o desejo que regressasse o mais breve possível ao ceio do movimento libertário de Lisboa.

“Camarada Pinto Quartim

Os abaixo assinados, aderentes à Conferência Anarquista da Região do Sul, vem participar-vos que irá organizar uma campanha no sentido de poderdes regressar para entre nós e manifestar-vos a sua estreita solidariedade para convosco e seu protesto pela vossa arbitrária e brutal expulsão.”<sup>161</sup>

Dentre os 59 militantes signatários do manifesto, figuram os nomes de António José de Ávila, Sobral de Campos, António Manaças, Afonso Manaças, Emílio Costa, Aurélio Quintanilha, Neno Vasco e Adriano Botelho, todos antigos frequentadores das reuniões na residência de Pinto Quartim. Segundo os dados apresentados por Edgar Rodrigues, estiveram presentes nesta conferência, nos dias 27 e 28 de junho, 61 militantes na primeira sessão, 80 na segunda e 61 na terceira.<sup>162</sup> Entre os militantes que se fizeram presentes na conferência, estava Adelino Santos Pinho, que de acordo com os relatos de Adriano Botelho carregava a “bandeira negra” no momento do atentado na rua Nova do Carmo em 1913. No entanto, o anarquista não assinou o abaixo-assinado em favor da revogação do decreto que pesava sobre Pinto Quartim e manteve-se no lado de “fora do cordel”, que dividia a sala entre aderentes e não aderentes.<sup>163</sup>

Após dado o início da campanha pelo “núcleo de apoio” ao companheiro de propaganda, o antigo lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Bernardino Machado, que solidarizou-se com os estudantes expulsos em 1907, finalmente assinou a revogação do decreto, autorizando o regresso de Quartim ao território português. Em 11 de julho de 1914, ou seja, apenas alguns dias após a realização da Conferência Anarquista da Região do Sul, lia-se nas páginas do republicano *A Capital*, a seguinte nota:

---

<sup>161</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-296. *Subsérie 296 - Abaixo-assinado de aderentes à Conferência Anarquista da Região Sul, dirigido a Pinto Quartim, participando organização de campanha no sentido deste poder regressar do Brasil para Portugal. Data: Lisboa, 28 de junho de 1914.*

<sup>162</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos... op. cit...* p. 211-215.

<sup>163</sup> Segundo Adriano Botelho, durante a Conferência Anarquista da Região do Sul, além do “individualista” Adelino Santos Pinho, os anarquistas Severino de Carvalho, Sá Viana e Augusto Machado, assistiram as discussões do lado de “fora do cordel”, ou seja, do lado dos não aderentes. Sobre a participação de Adelino Pinho no atentado da rua Nova do Carmo, e na conferência anarquista de 1914, ver as páginas 21 e 212 de “*Os anarquistas e os sindicatos: Portugal 1911-1922*” de Edgar Rodrigues.

Depois da explosão da bomba na rua do Carmo, a 10 de junho do ano passado, foram tomadas pelo governo de então várias providências. Na suposição de que o atentado fosse cometido por elementos anarquistas, ordenou a expulsão do país, durante um prazo de 10 anos, do jornalista Pinto Quartim, conhecido pelas suas ideias avançadas.

Agora o sr. presidente do ministério decidiu levantar essa interdição, comunicando à nossa embaixada no Brasil que Pinto Quartim poderá regressar a Portugal quando quiser. Nenhuma acusação pesa sobre aquele jornalista, que parece ter sido expulso por uma medida de simples precaução.”<sup>164</sup>

Em outras palavras, a revogação do decreto por Bernardino Machado, que segundo Quartim “parecia dispensar-me certa deferência e a quem devo alguns favores particulares”<sup>165</sup>, ocorreu somente em meio a intensa campanha realizada pelo operariado organizado e pelos companheiros de ideias, que agitaram a cidade de Lisboa em favor da anistia de condenados por crimes políticos e sociais. Mais do que uma medida de reparação, a permissão concedida ao jornalista era um reflexo das forças de reação que agitavam a arena política nos dois lados do Atlântico.

Neste mesmo contexto era criada a União Operária Nacional, no 1.º Congresso Nacional Operário realizado em Tomar, entre os dias 14 e 17 março de 1914, exatamente um mês antes da expulsão do jornalista Pinto Quartim ser tema de debate no parlamento português. O congresso havia sido “convocado por instigação do Partido Socialista, que pretendia aproveitar-se não apenas da exaustão relativa de quatro anos de conflitos sucessivos, mas também do facto de os melhores militantes sindicalistas e anarquistas se encontrarem deditos ou expulsos do País.” Apesar da atitude dos socialistas em organizar o Congresso Nacional, e com isso “retomar um papel importante junto dos trabalhadores acabaram por se malograr” diante da oposição libertária no congresso.<sup>166</sup> Todavia, segundo observou Joana Dias Pereira, o congresso realizado em Tomar ficou marcado pela disposição dos dirigentes em superar os limites impostos pelas diferenças táticas e nas convergências de esforços na busca da unidade operária. No entanto, as finalidades da nova organização “correspondiam genericamente à estratégia sindicalista revolucionária, quer em termos de estruturas organizativas, quer no que respeita ao apoliticismo sindical”.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> *A Capital*, Lisboa, 11 de julho de 1914, n.º 1415, 5.º ano, p. 2.

<sup>165</sup> Entrevista de Pinto Quartim ao diário carioca *A Época* na ocasião da sua anistia pelo parlamento português. *A Época*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1914, ano III, n.º 700, p. 1.

<sup>166</sup> OLIVEIRA, César. Os limites da ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*, 40, p. 687.

<sup>167</sup> PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo... op. cit...* p. 87.

No início da primavera de 1915, Pinto Quartim, Deolinda Lopes e a menina Orquídea desembarcavam em Lisboa, mesmo com as ameaças que representavam os submarinos alemães a travessia aconteceu quase um ano depois de Bernardino Machado assinar a permissão de entrada do jornalista ao país. Estabelecidos novamente à Graça, e retomado a colocação na imprensa lisboeta, Quartim tratou de escrever aos amigos e companheiros informando sobre a sua chegada, restabelecendo os antigos vínculos. Em 15 de abril, em carta a Costa Sacadura, revelava ao médico e amigo que já estavam em suas antigas colocações, “eu em *O Século*, minha esposa na Escola Oficina n.º 1”, dizia o anarquista. Na correspondência, o jornalista compartilhava parte das suas experiências “como rabiscador de coisas para a imprensa diária” carioca: “no Brasil, onde me demorei ano e meio, em vez da decantada ‘árvore das patacas’ encontrei apenas e com que custo!, - umas redações de jornais que a troca dos meu modesto trabalho, me deram o estritamente indispensável para... vegetar.”<sup>168</sup> Tais palavras eram para notificar o amigo a respeito da liquidação de um empréstimo concedido por Sacadura antes da sua expulsão. A imagem de “perigoso anarquista”, disseminada pela grande imprensa, certamente dificultou uma melhor colocação nos quadros dos diários cariocas, facto que pode ter motivado o seu regresso à capital portuguesa e à imprensa lisboeta, onde desfrutava de prestígio e antigas amizades.

No lugar das esperadas “patacas”, imagem que ainda figurava no imaginário social da época a respeito do torna-viagem, Quartim trazia em sua bagagem, além de novas noções a respeito do anarquismo e das estratégias de ação, algumas dezenas de relatos e entrevistas sobre as questões sociais, políticas, religiosas, económicas e culturais do Brasil, dividindo o espaço com os poucos pertences que conseguiu levar, quando deixou os calabouços do Governo Civil de Lisboa direto para o paquete da Mala Real Inglesa. Se na ocasião da sua expulsão, o libertário não teve autorização para deixar o presídio para organizar os seus escritos, ou materiais de propaganda, agora encontrou tempo suficiente para decidir o que levar em sua viagem de regresso. Cartas, livros, folhetos, encomendas de Neno ou dos companheiros, amigos e familiares, dividiam o espaço das bagagens do viajante. Durante os últimos meses no Rio de Janeiro o jornalista reuniu elementos importantes, se não suficientes, para compreender a realidade brasileira, através da lente de diversas personalidades da época.

---

<sup>168</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-CP-157. *Subsérie 157 - Correspondência de Costa Sacadura. Data(s): 1915-1954 (Produção).*

Ao cruzar o Atlântico, Pinto Quartim colaborou não apenas como correspondente com os grupos congêneres em Portugal, devido às suas relações pessoais com militantes, o que na essência era uma prática impulsionada também pelo internacionalismo ácrata, mas como agente de ligação, consolidando relações que conectavam o Brasil à “Porta da Europa” e vice e versa, contribuindo para ampliar e unir as fronteiras dos dois países. Após organizar o “inquérito brasileiro”, já em Lisboa, sob o título “*O Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas*”, Quartim publicou na imprensa, sobretudo, na edição noturna de *O Século* e na revista *A Sementeira*. No mensário de Hilário Marques, o questionário dirigido ao libertário Primitivo Soares, sobre a questão social no Brasil, foi publicado no quarto e no quinto número da segunda série, respectivamente em 1º de abril e 1º de maio de 1916. A iniciativa de Pinto Quartim, em publicar os inquéritos brasileiros, despertou interesses entre os militantes portugueses. *A Sementeira*, na ocasião em que publicou os relatos de Primitivo Soares registou as seguintes impressões em suas páginas: “além da *Sementeira* contar no Brasil com um bom número de amigos, é útil que conheçamos um pouco da vida dos nossos camaradas dali e da organização do operariado brasileiro.”<sup>169</sup> Além de informações sobre a vida e as organizações operárias brasileiras, os inquéritos brasileiros, articulavam as duas sociedades. Como podemos constatar nas palavras de Primitivo Soares, para além de trazer dados sobre as questões sociais no Brasil, o anarquista alertava os trabalhadores portugueses para os riscos da imigração, que ganhavam ressonâncias através da iniciativa de Quartim:

As condições económicas dos trabalhadores rurais são alguma coisa monstruosa e revoltante. Os contractos simulados entre os fazendeiros e os colonos não merecem ser tidos em conta, porque os negreiros do Brasil o que querem é apanhar os infelizes trabalhadores e as suas famílias nas modernas senzalas, onde impõem pela força dos seus *capangas* e com o auxílio da polícia republicana, a sua autoridade absoluta. Estas condições resumem-se em que os trabalhadores, quer nacionais, quer estrangeiros, vivem sob o regime do látigo do bacamarte, obrigado a trabalhar desde as primeiras horas da madrugada, até à noite, sem um momento de repouso, sofrendo os rigores do sol e da chuva. A sua alimentação, além de insuficiente, pois só tem uma ou duas refeições em cada 24 horas, é composta de feijão da pior qualidade, apanhada nos resíduos que se amontoam nos armazéns. (...) Como os antigos escravos, não percebem remuneração alguma, pois quanto mais tempo trabalham, mais endividados ficam com os patrões. Entre os exorbitante preço que lhes cobram pelos géneros, que, como já disse, são um miséria, as despesas imaginárias que os encarregados assentam a mais nas cadernetas e as multas que a cada passo lhes

---

<sup>169</sup> *A Sementeira*. Lisboa, abril de 1916, ano 1.º, 2ª série, n.º 4 (56), p. 54-55.

aplicam, as dívidas dos pobres trabalhadores elevam-se a somas fabulosas, que nem com o insano trabalho das mulheres e das crianças conseguem saldar.<sup>170</sup>

A publicação do inquérito na imprensa lisboeta, era, portanto, uma forma de criar campos sociais que articulavam as diferentes sociedades, por onde o jornalista viveu,<sup>171</sup> do que propriamente reproduzir as entrevistas ou factos colhidos *in loco*. Nesta ocasião, o grupo editor de *A Sementeira* publicou uma rápida entrevista com o seu antigo colaborador. “Então, quando te dignarás colaborar também na *Sementeira*?”, perguntaram a Pinto Quartim que, por meio do seu posicionamento, parecia encontrar-se num estado de abatimento, no que dizia respeito à propaganda libertária, possivelmente, devido aos efeitos da guerra. Em resposta aos companheiros do mensário, o jornalista acrescentou:

“– Terei nisso muito gosto, respondeu-nos ele. É preciso despertamos deste abatimento a que nos entregamos; e, convencido como estou de que se a tristeza e o abatimento são contagiosos, não menos comunicativos são o entusiasmo e a audácia, estou absolutamente certo de que, desde que meia dúzia de amigos nossos voltem à propaganda, em breve esta se reanimará e voltaremos todos à actividade, neste momento tão necessária. (...)”

– Farei o possível. No entanto, se não puder mandar-te um original meu mandar-te-ei um artigo sobre a questão social no Brasil, de um camarada brasileiro, em resposta a um inquérito a que procedi durante a minha permanência no Rio, e de que já publiquei alguns artigos na edição noturna do *Século*.<sup>172</sup>

Neste período Pinto Quartim trabalhava como redator em *O Século*,<sup>173</sup> função em que se manteve até 31 de janeiro de 1919, quando assumiu a redação do diário *A Batalha* como o “primeiro chefe da redação do jornal e um dos principais obreiros do seu

---

<sup>170</sup> *A Sementeira*, Lisboa, 1º de maio de 1916, ano 1.º, 2.ª série, n.º 5 (57), p. 69-70.

<sup>171</sup> Tal atitude era uma particularidade de Pinto Quartim, uma resposta do jornalista à consciência social que possuía a respeito da sua profissão. Nos anos em que viveu em Angola (1930-1936), por não conseguir trabalho na imprensa portuguesa, Quartim empreendeu atividades semelhantes. Ver por exemplo a colaboração do jornalista em *Portugal de além-mar*, de 1943 Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-B-920. QUARTIM, Pinto. A vida cultural de Angola. In *Portugal de Além-mar*. [S.l. : s.n., 1943]. Ver também, Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-432. *Item 432 - Artigos de Pinto Quartim: A colonização e a mestiçagem; Contra o tráfico da mulher; A colonização de Angola; Em defesa do arvoredo urbano; População dispersa é população empobrecida; Terras de brancos ... em país de pretos» (incompleto); "Saber Mandar - Saber obedecer".* Data(s): 1933-1938 s.d. (Produção).

<sup>172</sup> *A Sementeira*. Lisboa, abril de 1916, ano 1.º, 2ª série, n.º 4 (56), p. 6-7.

<sup>173</sup> Quartim regressaria à redação de *O Século* em novembro de 1922, permanecendo como chefe da edição até setembro de 1923. Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. *Item 567 - Apontamentos biográficos... op. cit...*

aparecimento”.<sup>174</sup> Após um período de abatimento, encontramos Pinto Quartim ao lado dos principais propagandistas doutrinários do sindicalismo de carácter revolucionário em Portugal, num momento de grande apogeu do movimento operário português. António Bernardo Canellas, em passagem por Lisboa nos princípios de 1919 como delegado da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco para a Conferência Internacional Sindicalista realizada em França,<sup>175</sup> registou a sua impressão a respeito do movimento social dos trabalhadores portugueses naquele momento. Segundo o militante brasileiro “a situação dos camaradas portugueses parecia solida e florescente, nessa ocasião (...) a central sindical portuguesa é a maior força popular do país e os governantes tem-se visto obrigados a tomá-la em conta durante mais de um momento grave.”<sup>176</sup>

No início de 1917, ao lado de Alexandre Vieira, Jerónimo de Sousa, Joaquim Francisco e Manuel Afonso, Quartim aparecia como membro da comissão “eleita em conselho central da 1.ª secção da UON e por ele encarregada de organizar a conferência operária da região do Sul”, de acordo com a circular publicada em *A Sementeira* em 1º de abril. Instalada na sede da União Operária Nacional, na Calçada do Combro número 38-A, 2.º D, a comissão ficou encarregada de apresentar as propostas a serem debatidas, as correspondências e os recursos destinados à realização do congresso, que deveriam ser dirigidos “ao companheiro Pinto Quartim, que lhe serve de secretário.”<sup>177</sup> Simultaneamente em Lisboa e no Porto, temas como a organização operária, a carestia da vida e a organização operária perante as condições de paz, orientavam os trabalhos. Em Lisboa, estiveram presentes na conferência “2 secções da UON, 4 federações de Indústria, 2 Uniões de Sindicatos, 105 sindicatos e 6 secções de sindicatos do Sul.”<sup>178</sup> Da comissão constituída, Alexandre Vieira ficou responsável pela tese sobre a “organização operária”,

---

<sup>174</sup> BAPTISTA, Jacinto. *Surgindo vem ao longe a nova aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 107.

<sup>175</sup> Durante sua passagem por Lisboa, António Bernardo Canellas provavelmente encontrou com Alexandre Vieira e Pinto Quartim, com quem trocou impressões sobre o movimento operário português, e ao lado do editor principal e do chefe de redação de *A Batalha*, o militante brasileiro experimentou o processo de editoração do quotidiano da central sindical portuguesa. Exilado agora em Paris no ano seguinte, devido às “prisões, deportações” no território brasileiro, Canellas manteve contato com Quartim. Correspondência de António Bernardo Canellas. Paris, novembro de 1920. Arquivo de História Social. Espólio Pinto Quartim. Código de referência PT-AHS-ICS-PQ-CP-033

<sup>176</sup> CANELLAS, António Bernardo. *Relatório da viagem à Europa realizado por António Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das classes trabalhadoras de Pernambuco – 21 de janeiro a 6 de setembro de 1919*. Pernambuco: António Bernardo Canellas, 1920, p. 15.

<sup>177</sup> *A Sementeira*, Lisboa, abril de 1917, ano 2.º, 2.ª série, n.º 16 (68), p. 253.

<sup>178</sup> PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo... op. cit...* p. 106.

Manuel da Conceição Afonso, sobre “a organização operária perante as condições de paz” e Pinto Quartim escreveu sobre “a carestia da vida”,<sup>179</sup> tema de suma importância para a camada popular da época, sendo “a que maior interesse provocou e maior importância veio a ter no desenvolvimento posterior da movimentação das classes trabalhadoras.” Ainda de acordo com César Oliveira “são a discussão e a aprovação das conclusões da tese *A Carestia da Vida* que vão servir para cimentar e perspectivar manifestações dispersas e sem coesão que até aí tinha surgido.”<sup>180</sup> O carácter das teses, aprovadas durante as conferências operárias de 1917, além de injetar novo fôlego na UON e no movimento operário português é revelador do fortalecimento da presença crescente das ideias anarquistas, em detrimento da tendência reformista, no meio sindical, sobretudo, na região Sul do país.<sup>181</sup>

Neste sentido, a tese “a carestia da vida” é esclarecedora. Em primeiro lugar, à medida que criticava as lutas por melhorias, que seriam para ele apenas paliativas, e ao condenar o regime do salariado, Pinto Quartim defendia que somente através de uma transformação social seria possível superar as degradantes situações que afligiam os trabalhadores e suas famílias. O anarquista entendia que as verdadeiras causas residiam não exclusivamente na guerra, mas no regime económico, organizado “na exploração do homem pelo homem, desprezados o apoio mútuo e a solidariedade.” Neste sentido, concluía, “o que é preciso é transformar e não reformar.”<sup>182</sup> Em segundo lugar, é exemplo de como os anarquistas em Portugal atuaram juntos aos sindicatos para transformar a classe trabalhadora num agente de transformação social. Sua tese articula propostas de curto e longo prazo, das ações por melhorias no sistema vigente, como forma de conseguir melhores salários, por exemplo, aos métodos de lutas tipicamente defendidos pelos anarco-sindicalistas, como a ação direta e a boicotagem, ambos no terreno económico. De acordo com as propostas de Quartim:

A carestia da vida existirá enquanto existir o régimen do salariado. O que a motivo para o operário é que a participação que se lhe reconhece no trabalho não é suficiente para satisfazer as suas necessidades. Ora nunca o salário poderá igualar-se aos preços dos géneros porque é

---

<sup>179</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>180</sup> OLIVEIRA, César. Os limites da ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*, 40, p. 692-693.

<sup>181</sup> No Norte, as resoluções finais ainda refletiam alguma influência do reformismo. PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo... op. citi...* p. 107.

<sup>182</sup> Fundação Mário Soares, Fundo: Alberto Pedroso. “Conferência Operária Nacional (Região Sul). Sobre a Carestia de Vida”. Data: abril e maio de 1917. Pasta: 09772.130. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09772.132>

precisamente da diferença que vai de quanto custa o produto ao preço porque é vendido, que vivem os capitalistas.

A causa da carestia da vida reside pois, justamente no nosso régimen de produção, na exploração capitalista do trabalho, de que o régimen político é uma consequência.

Como pretender, portanto, solucionar a carestia da vida manejando esta mesma engrenagem política criada justamente para garantir a meia dúzia de detentores da riqueza a exploração sobre a grande massa de produtores?

Não. A solução do problema não é das atribuições do governo, não está dentro da esfera da ação dos ministros e dos parlamentos.

Está sim na transformação do régimen do trabalho libertando-o da escravidão do salariato, e na transformação do régimen da produção que hoje se faz não em atenção às necessidades do consumo, mas no interesse dos lucros do capital empregado.

Enquanto o proletariado não tirar aos capitalistas a propriedade dos meios de produção convertendo estes em propriedade comum de todo o povo, e conquistando para todos a liberdade de consumir segundo as suas necessidades, ele só tem um meio de atenuar essa carestia: é exigindo o aumento de salários. Só por uma ação enérgica e direta dos produtores exercida ao mesmo tempo sobre o terreno do consumo e da produção, exigindo dos especuladores, pela *boicotagem* ou pela ação direta, preços mais equitativos, e dos patrões obtendo, por todos os meios, salários mais elevados, é que a classe trabalhadora poderá conseguir uma bem pequena melhoria para a situação que lhe cria o régimen capitalista.<sup>183</sup>

Ou seja, a tese assinala uma postura mais próxima das concepções sindicalistas revolucionárias. Se nos anos anteriores, Quartim manifestava uma postura mais direcionada pelo caminho da educação dos trabalhadores, como forma de alcançar uma mente revolucionária, na sua proposta, apresentada na conferência operária de 1917, as estratégias de ação direta e o boicote, são defendidos como formas de transformação social. No seu programa, que poderia soar contraditório para um anarquista mais ortodoxo como as medidas a curto prazo, responsáveis pelas reformas parciais, como as melhorias nos salários, eram válidas somente enquanto a coletivização dos meios de produção e o estabelecimento do consumo, segundo a necessidades de cada um, ainda estivessem nas mãos dos capitalistas. Em outras palavras, as lutas por reformas ofereciam, para o campo de ação, uma espécie de “ginástica revolucionária”.

Ainda na Conferência Operária do Sul, em meio aos debates a respeito dos assuntos em torno das questões da organização operária, da carestia da vida e do posicionamento diante da conflagração europeia, surgiu a proposta de criar um diário editado pela UON. A proposta foi apresentada pelo militante Raul Neves Dias, que

---

<sup>183</sup> *Idem*

segundo Quartim foi “recebida como cepticismo pela assembleia”.<sup>184</sup> No entanto, em meados de 1918 o Conselho Central da UON nomeou uma comissão técnica, composta por delegados da Indústria do Livro e do Jornal e por Empregados do Comércio, destinada a estudar o assunto mais detalhadamente. Desta comissão faziam parte Augusto Carlos Rodrigues, Carlos José de Souza, Perfeito de Carvalho, Raul Neves Dias e Pinto Quartim.<sup>185</sup> Em janeiro de 1919, a comissão já possuía plenos poderes para colocar a ideia em prática. O título foi proposto pelo operário tipógrafo Perfeito de Carvalho, que em seguida já esboçava, diante dos companheiros, “ele próprio as letras do cabeçalho”, recordava Quartim em 1926.<sup>186</sup>

Em 23 de fevereiro, após “um parto feliz” de acordo com o chefe da redação, o primeiro número do matutino operário deixava as oficinas da redação. Por uma questão de dias o jornal não era publicado na emblemática data para o movimento anarquista em Portugal, como *O Protesto* e a *Terra Livre*, cujo primeiro número saiu em 13 de fevereiro de 1908 e 1913, respectivamente. Possivelmente, o diário não saio na data histórica, em decorrência dos acontecimentos no Monsanto, que agitaram a arena política do país e que foram sufocados pelo governo em 13 de fevereiro de 1919.

Depois de colaborar ao lado dos militantes brasileiros no aparecimento da primeira revista anarquista no Rio de Janeiro e participar das discussões do 2.º Congresso Operário Brasileiro, em torno da reorganização da COB, Quartim contribuía no nascimento de mais um periódico, que levava estampado em sua capa o arrojado emblema de “porta-voz da organização operária portuguesa.” Em fevereiro de 1926, ao relembrar o “parto” do jornal, o anarquista registou que, mesmo com as experiências no campo da imprensa, nunca havia presenciado “a um parto tão feliz como o de *A Batalha*.” A respeito das condições que contribuíram para o sucesso do “parto”, o experiente propagandista acrescentava:

“...a tipografia fechara o jornal cedo, a propaganda tinha sido intensa, extensa e sugestiva, a venda foi muito bem organizada, os vendedores pegaram-lhe bem, e o dia apresentou-se sem chuva. Assim foi lançado auspiciosamente o primeiro número, que foi procurado com curiosidade e conseguiu agradar.”<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> *A Batalha*, Lisboa, 23 de fevereiro de 1926. *apud* BAPTISTA, Jacinto. *Surgindo vem ao longe... op. cit...* p. 28-29.

<sup>185</sup> *Idem*

<sup>186</sup> *Idem*, p. 29-30.

<sup>187</sup> *Idem*

Junto às condições mais imediatas que garantiram o sucesso da publicação do editorial, conjugavam experiências anteriores de Pinto Quartim, e também do grupo de entusiastas que colaboraram para o nascimento do jornal que se transformaria no porta voz da organização operária portuguesa e no órgão oficial da União Operária Nacional, central dos sindicatos portugueses, que após o congresso de Coimbra, em setembro de 1919, transformaria na Confederação Geral do Trabalho.<sup>188</sup>

De acordo com Jacinto Baptista, *A Batalha* “refletirá o rescaldo da campanha contra a carestia da vida promovida pela União Operária Nacional, movimentação popular que teve a maior força de impacto em 1918,” que culminará “com uma greve geral nacional”. Neste movimento, coube a Pinto Quartim, ao lado de outras “figuras gradas do movimento social português”,<sup>189</sup> um papel de protagonista nos eventos que desembocaram na hegemonia do sindicalismo revolucionário, como método de luta e organização da classe operária portuguesa, escrevendo e atuando nos principais assuntos, que envolviam as questões sociais e políticas, de interesse dos trabalhadores.

Nos anos seguintes, o eminente jornalista seguiu atuando junto a organização operária e escrevendo na imprensa lisboeta. Em novembro de 1919, após deixar a redação do diário da CGT, Quartim regressou para *O Século* para assumir o cargo de chefia da edição da noite e da edição matutina, mantendo-se na função até setembro de 1923. Depois colaborou na *Imprensa Nova* e novamente em *A Batalha*, onde permaneceu entre

---

<sup>188</sup> Parte dos estatutos da CGT portuguesa, definidos no congresso de 1919, em Coimbra, denotam uma presente influência das ideias anarquistas no interior da confederação. Ao lado da defesa da neutralidade política, doutrinária ou religiosa, os congressistas aconselharam às associações federadas, a lutar pelo desaparecimento do salariedade e do patronato. FREIRE, João. *Anarquistas e operários... op. cit...* p. 200.

<sup>189</sup> Apesar da proximidade com Alexandre Vieira, e do seu papel na organização sindical em Portugal, a trajetória de Pinto Quartim não figurou na obra “*Figuras gradas do movimento social português*”, assim como outros nomes, ausências justificadas pelo autor, que reconheceu que apenas uma parte dos militantes da “velha guarda” apareciam em seu livro. VIEIRA, Alexandre. Introito. In VIEIRA, Alexandre. *Figura gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do autor, 1959, p. IX-XV. Após a morte de Pinto Quartim, Vieira escreveu as seguintes palavras sobre o amigo: “Se bem que há muito tempo fosse esperado o desaparecimento, do número dos vivos, de Pinto Quartim – um homem da vanguarda dos que mais contribuíram, pela ação de presença, pela pena e pela palavra, para a divulgação das ideias de renovação social, pois durante dez anos esteve retido, primeiro em sua casa, depois em três «Lares», por uma enfermidade contumaz, que o manteve inativo por tão longo tempo, o falecimento desse velho lutador abriu mais uma brecha bem visível nas fileiras avançadas, que nos últimos tempos têm sido seriamente dizimadas, já poucos elementos dos que em Portugal mais esforçadamente se bateram, como Quartim, pela adoção de condições económicas e sociais melhores para o proletariado do que as existentes à data dos últimos anos da Monarquia. Fundação Mário Soares / Alberto Pedrosa. Alexandre Vieira. *Figuras gradas: António Pinto Quartim: jornalista de vanguarda*. (s.d.). Pasta: 09769.140. Disponível em : <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.140>

abril de 1924 e junho de 1926, momento em que o jornal viveu uma nova fase com a publicação do *Suplemento Literário e Ilustrado*. Em seguida chefiou a redação de *A Tarde*, colaborou em *A Ideia Nacional*, e finalmente em *O Rebate*.

Conhecido pelos ideais avançados que professava, Pinto Quartim encontrou dificuldades para conseguir trabalho na imprensa portuguesa, nos finais da década de 1920, vendo-se impossibilitado, também, de propagar as suas ideias de transformação social e de fazer crítica ao governo. Não encontrando facilidade de se “colocar na imprensa metropolitana após a suspensão, em 24 de julho de 1928 de *O Rebate*,” o anarquista viu-se novamente forçado a deixar o país. Desta vez pôde escolher o seu destino. Em fevereiro de 1930, Quartim embarcava sozinho para Angola, deixando em Lisboa a esposa e filhos, paradoxalmente como funcionário do Banco Ultramarino. De acordo com os seus registos, a posição assumida no banco, era com o “propósito de prosseguir trabalhando como profissional da imprensa angolana”. E de facto, entre 1930 e 1934, o escriturário do Banco de Angola colaborou nos jornais *O Planalto*, *A Província de Angola* e *Última Hora*,<sup>190</sup> contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da imprensa e profissionalização do jornalismo na colónia portuguesa.<sup>191</sup> “Convencido da impossibilidade de reunir ali família”, o bancário decidiu regressar a Lisboa.<sup>192</sup> Apesar destas experiências estarem conectadas com a trajetória de vida e de formação política e pessoal do nosso biografado, e por apresentar elementos importantes e significativos sobre a história do jornalismo, do anarquismo e do colonialismo durante o período que culminará nas revoluções de libertação na década de 1970. E, principalmente, devido a quantidade e qualidade das fontes e a conjuntura específica, tanto da colónia como da metrópole, e ainda devido aos limites impostos pelo tempo e pelo espaço aqui propostos, julgamos que este período merece em si um estudo de maior fôlego.

---

<sup>190</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. *Item 567 - Apontamentos biográficos... op. cit...*

<sup>191</sup> Apesar das dificuldades técnicas para fazer jornalismo nas colónias, Pinto Quartim “incrementou a reportagem e a entrevista, deu relevo e graça ao noticiário policial, movimentou o arranjo das páginas dando-lhe vivacidade com a difusão de títulos e subtítulos e expurgou do jornalismo de certos pequenos defeitos de imprensa provinciana de que enfermava.” Texto sobre a colaboração de Pinto Quartim na imprensa de Angola: *O Planalto* (Benguela); *Província de Angola* (Luanda); *Última Hora*; etc. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-414. *Item 414 - Texto sobre a colaboração de Pinto Quartim na imprensa de Angola: O Planalto (Benguela); Província de Angola (Luanda); Última Hora; etc. O Planalto (Benguela); Província de Angola (Luanda); Última Hora; etc. Data(s): s.d. (Produção).*

<sup>192</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. *Item 567 - Apontamentos biográficos... op. cit...*

Após o seu regresso a Lisboa, levará mais alguns anos para retomar a atividade como profissional da imprensa. Somente em 1945 o distinto jornalista retomara a sua profissão. A convite de Jorge de Abreu, Quartim assumiu a delegação de *O Primeiro de Janeiro* em Lisboa, função que permaneceu até a década de 1960, quando se reformou.<sup>193</sup>

Mesmo com as vicissitudes de um homem, que viveu as condições do seu tempo, e dos limites simbólicos instituídos no ato do seu batismo no Rio de Janeiro, quando recebeu o nome do tio António Thomaz Quartim, imagens que o acompanharam ao longo da sua vida, – em carta ao estimado tio, em março de 1924, Antonico recordava-se da avó paterna lhe chamando de “barãozinho d’ouro”<sup>194</sup> – Pinto Quartim não abandonou as ideias que conheceu em Coimbra.

Durante o Estado Novo, aos 76 anos de idade, era considerado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE, “adversário do Regime Político Português.”<sup>195</sup> Durante a ditadura, Quartim ainda mantinha contacto com militantes dos dois lados do Atlântico. Quando não ocorria em sua casa, como nos anos 1911-1913, era no Café Chiado<sup>196</sup>, ou na casa de Alexandre Vieira, onde encontrava com os antigos companheiros de ideias. Em 23 de junho de 1963, “por ocasião da visita do confrade Edgard (Leuenroth) do Brasil” a Lisboa, Alexandre Vieira reuniu em sua casa parte da militância do movimento social português. Na reunião, além dos anfitriões, se fizeram presentes Marques da Costa, e esposa; Grácio Ramos; Francisco Bernardo; Emílio Santana, e esposa; Raul Pinho; Alfredo Ferreira; Georgina Monteiro, Lígia de Oliveira; Carlos Silva e Pinto Quartim.<sup>197</sup> Revelando que, apesar da idade avançada e das forças reacionárias do governo, o distinto jornalista ainda permanecia em contato com os antigos companheiros de luta e propaganda libertária, dentre eles, Edgard Leuenroth que conheceu durante o sua estada no Brasil. Na ocasião da visita de Leuenroth, Pinto Quartim

---

<sup>193</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 8 de fevereiro de 1970. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-635. *Item 635 - Coleção de recortes de imprensa de obituários de Pinto Quartim. Data(s): 1970 (Produção).*

<sup>194</sup> Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartim... op. cit...*

<sup>195</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo: PIDE. Processo, nº 411.sc/CI (2), np. 7007. *Conjunto de documentos da PIDE – Polícia Internacional e de defesa do Estado, processo: Pinto Quartim.*

<sup>196</sup> RODRIGUES, Edgar. *A oposição... op. cit...* p. 147-148.

<sup>197</sup> Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. *Sem título*. Lisboa, 23 de junho de 1968. Pasta: 09771.114. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09771.114>

foi fotografado ao lado de Correia Pires, Carlos Silva e do eminente anarquista brasileiro.<sup>198</sup>

Devido ao passado e atuação do “perigoso anarquista” nos meios libertários de Lisboa e sua aproximação com o movimento anarquista brasileiro, manifestado na recepção de Edgard Leuenroth 1968, a PIDE manteve-se em alerta, monitorando Pinto Quartim, mesmo debilitado por motivos de saúde. Na década de 1960, os inspetores acompanharam os passos do libertário e da sua família. Em fevereiro de 1963, um pedido de informações a respeito do chefe da delegação em Lisboa de *O Primeiro de Janeiro*, dava entrada nos serviços de segurança da secção central da PIDE:

À brigada da Secção Central  
Queria averiguar da identidade completa e do que constar sob os aspectos moral e político, de António Pinto Quartim, residente na Travessa de S. Vicente, nº 15, 3º Dtoº, (à Graça) nesta cidade.  
Convinha que idêntica averiguação incidisse sobre uma filha que se encontra actualmente em Itália, de quem se desconhece o nome.  
Secção Central – Centro de Informações (2), 21 de fevereiro de 1963.  
O inspector.<sup>199</sup>

A filha de Quartim, que os inspetores desconheciam a identidade, era a atriz Glicínia Quartim. Em resposta o Centro de Informações considerava:

Em referência ao assunto em epígrafe cumpre-me informar V. Ex<sup>a</sup> do seguinte:  
O referenciado tem a seguinte identidade: António Thomaz Pinto Quartim, natural do Rio de Janeiro, Brasil, nascido a 15 de janeiro de 1887, filho de Braz Leão Soares Quartim e de Guilhermina Augusta Pinto Quartim, residente na Travessa de S. Vicente nº15, 3º Dtoº. (À Graça), em Lisboa.  
É chefe da Delegação do jornal “O Primeiro de Janeiro” em Lisboa. É sócio nº 317 do sindicato dos Jornalistas de Lisboa e possui carteira e passe do mesmo, respectivamente com os números 324 e 367. É reformado do Banco de Angola.  
É individuo pouco sociável sendo bastante irascível e pouco acessível.  
É considerado adversário do Regime Político Português.<sup>200</sup>

Características que foram suficientes para os agentes da PIDE manterem o velho militante sob vigilância, até o momento do seu desaparecimento. No mesmo processo, constam um novo pedido de averiguação, datado de 12 fevereiro de 1969 e um anexo a respeito do seu falecimento. Nele, recortes de *A Capital* davam conta sobre o

---

<sup>198</sup> Ver anexo F.

<sup>199</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo: PIDE. Processo, nº 411.sc/CI (2), np. 7007. *Conjunto de documentos da PIDE – Polícia Internacional e de defesa do Estado, processo: Pinto Quartim.*

<sup>200</sup> *Idem*

estado de saúde de Quartim, encerrando o processo com o arquivamento das edições de 7 de fevereiro de 1970 de a *República* e do *Diário Popular*, que noticiavam a morte do jornalista.

Em fevereiro de 1970, a voz do “perigoso anarquista”, que ecoou pelos três continentes banhados pelo Atlântico, silenciava-se. Depois de tomar parte na revolta que levou à reforma do ensino na Universidade de Coimbra, de assistir ao trágico episódio no Terreiro do Paço, em 1908, de participar nos episódios que levaram na implantação da República Portuguesa, em outubro de 1910, e ainda, depois de vivenciar os efeitos da guerra e do Estado Novo, não quis o acaso que o libertário testemunhasse a revolução que restauraria a liberdade no país que escolheu para viver. De facto, António Thomas Pinto Quartim morreu em 7 fevereiro de 1970, quatro anos antes da Revolução dos Cravos. Após a sua morte, o libertário era lembrado na toponímia do município de Lisboa, em janeiro de 1979. Através do edital 12/79, uma rua próxima ao Palácio Nacional da Ajuda, no antigo bairro edificado pela Fundação Salazar, passava-se a chamar, não António Thomas Pinto Quartim, mas somente Pinto Quartim,<sup>201</sup> nome que passou a figurar nos escritos do jornalista a partir de 1907, quando publicou seu manifesto de profissão de fé ao anarquismo, e como ficou conhecido pela sua atuação nas questões sociais, culturais e políticas em Portugal e no além-mar.

---

<sup>201</sup> Município de Lisboa, edital n.º 12/79 – toponímia. Paços do Concelho de Lisboa, em 29 de janeiro de 1979. p. 642. *Diário municipal*, n.º 13074, de 5 de fevereiro de 1979, p. 642.

## CONCLUSÃO

Em maio de 1911, após os primeiros contactos com o antigos camaradas em Portugal, particularmente com o arsenalista Hilário Marques, logo que desembarcou em Lisboa de regresso do Brasil, Neno Vasco colaborava no mensário *A Sementeira* com um artigo sobre o movimento anarquista brasileiro. Nas páginas da revista, o português revelava uma das características essenciais do anarquismo no Brasil no alvorecer do século XX, oferecendo uma leitura da realidade que Pinto Quartim iria experimentar nos anos seguintes. “Não será certamente o Portugal anarquista”, dizia Neno, “o que menos lucrará, pois que, por exemplo o Brasil nos proporciona ambientes cosmopolitas, cujo conhecimento pessoal nos alargaria os horizontes intelectuais, pondo-nos em contacto mais direto com os diversos meios libertários e socialistas do mundo inteiro.”<sup>1</sup> Em outras palavras, Neno reconhecia que o facto de militantes portugueses cruzarem o Atlântico em direção aos trópicos, seja para “fazer a América” ou propaganda libertária, não correspondia a um prejuízo para as fileiras anarquistas em Portugal, mas sim uma ocasião para novas experiências em território brasileiro, cuja multiplicidade étnica, de ideias, de culturas, devido à grande presença de imigrantes que formavam a principal força de trabalho nas grandes cidades brasileiras, alargariam os “horizontes intelectuais” e, portanto, contribuiriam para o “Portugal anarquista.”

Se, para o militante que colaborou na propaganda anarquista no Estado de São Paulo, o ambiente forjado pela presença multiétnica significava o alargamento dos “horizontes intelectuais”, para as autoridades portuguesas representava uma ameaça à ordem e ao regime republicano português. A movimentação de pessoas pelas fronteiras nacionais da América do Sul e a articulação de uma rede transnacional de resistência e organização nas principais capitais brasileiras, como na cidade do Rio de Janeiro, alarmava as autoridades e representantes das elites políticas nos dois lados do Atlântico. Em finais de 1913, a articulação desta rede não passou despercebida ao atento olhar do ministro português Bernardino Machado que, da capital brasileira, escreveu a António Caetano Macieira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, relatando a circulação de “hóspedes indesejáveis” pelo Atlântico, que ao fazer o caminho de volta ao país, depois de expulsos da Argentina ou do Brasil, poderiam representar uma ameaça à

---

<sup>1</sup> *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911, ano III, n.º 33, p. 261-263.

segurança nacional incorporando-se “nas tentativas de hostilidade à mão armada contra a República Portuguesa.”<sup>2</sup>

Tanto Neno Vasco como Bernardino Machado sabiam que as regiões do Atlântico Sul não eram somente um lugar de passagem ou o ambiente em que floresciam as cobiçadas “árvores das patacas”, representação do *Eldorado* tropical que atraíam imigrantes de diferentes origens, mas também uma região de contacto e de trocas de experiências, proporcionado pela grande presença estrangeira.

Como vimos, no período que antecedeu a Grande Guerra (1814-1918) militantes anarquistas, sindicalistas, propagandistas e indivíduos ligados às causas operárias, na intenção de estreitarem os laços e de coordenarem as lutas na América do Sul, cruzaram as fronteiras nacionais circulando entre os principais portos do Atlântico. Entre 1913 e 1915, quando Neno Vasco já se encontrava entre os seus pares em Portugal, uma rede transnacional de sociabilidades marcou os debates e o quotidiano do movimento operário e do anarquismo no Brasil. Parte dos esforços resultaram na realização do Congresso da Paz e no Congresso Anarquista Sul-Americano, ambos na capital brasileira em 1915. Destaca-se nestes dois eventos a presença de lideranças anarquistas nascidas no território brasileiro, como Orlando Corrêa Lopes, Astrojildo Pereira e José Oiticica, que participaram intensamente das discussões. Características que não se restringiam ao caso brasileiro. Nos finais do século XIX, Malatesta, quando desembarcou em Buenos Aires fugindo da repressão na Itália, encontrou uma intensa agitação e propaganda libertária.

Se nos primeiros anos do século XX os militantes anarquistas atuaram para superar os limites étnicos em prol de uma unidade doutrinária no Brasil, que apesar dos esforços esbarrava nas diferenças culturais e linguísticas, dificultando a luta e a construção de uma cultura política em comum, na segunda década encontramos uma militância, formada quase exclusivamente por brasileiros natos, interessados em aproximarem-se e estreitar os laços com os correligionários dos países vizinhos. A atitude revela uma intenção em superar não mais as barreiras impostas pelas diversidades étnicas e linguísticas, mas alargar as fronteiras do movimento local, em prol do internacionalismo do ideal.

---

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Diplomático (Lisboa, Portugal). Pasta: Anarquistas portugueses e de outras nacionalidades expulsos da República Argentina e do Brasil. Armário 12, 2º piso, maço 50. *Correspondência de Bernardino Machado ao Ministro do Negócios Estrangeiros em Portugal. Legação de Portugal. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1913.*

A partir desta articulação de forças e ideias, à luz das realidades sul-americanas, os debates em torno do sindicalismo revolucionário acentuam-se na cidade do Rio de Janeiro, marcando os principais eventos que ocorreram entre os anos de 1913 a 1915, como o 2º Congresso Operário Brasileiro, o Congresso pela Paz e o Congresso Anarquista Sul-Americano. Em comum nas resoluções destes eventos, que contribuíram para injetar um novo fôlego no movimento operário brasileiro, encontramos a opção pelo sindicalismo de carácter revolucionário. De acordo com as resoluções do Congresso Anarquista Sul-Americano, apesar de reconhecer o conceito de autonomia das associações operárias, os libertários reunidos na capital brasileira aconselharam “insistentemente aos anarquistas” atuantes na América do Sul, não somente a permanente obra de propaganda nos meios operários, mas também empregar seus esforços na tentativa de “imprimir à ação do sindicato uma tendência progressivamente revolucionária e essencialmente anárquica.”<sup>3</sup>

Neno Vasco, em seu artigo nas páginas de *A Sementeira* sobre o anarquismo no Brasil, reforçava o carácter endógeno do movimento anarquista brasileiro. De acordo com o libertário era comum ouvir “da boca dos que na Europa foram propagandistas, como explicação da indiferença própria, que eles à América só foram para ganhar dinheiro – no próprio interesse aliás das ideias, as que dedicarão as suas melhores energias, quando voltarem ao seu meio natural.”<sup>4</sup> Para muitos imigrantes, até mesmo para aqueles envolvidos com a seara libertária nas sociedades de origem, o projeto migratório quase sempre resumia-se na ideia de “fazer a América”, deixando a obra anarquista num segundo plano. A dupla imagem apresentada por Neno, do ambiente proporcionado pela realidade brasileira e as motivações de propagandistas europeus ao cruzarem Atlântico, contrasta com alguns estudos sobre o movimento anarquista e sindicalista brasileiro. Nas palavras de Neno, “na sua quase totalidade, os militantes anarquistas do Brasil, ou são brasileiros natos, ou são estrangeiros ali residentes desde longa data”.<sup>5</sup> Realidade que Pinto Quartim experimentou muito de perto quando desembarcou no Rio de Janeiro, num momento em que o anarquismo atingira a sua maior visibilidade histórica no movimento operário nacional.

No entanto, as características do clima tropical no nivelamento das ideias ou no alargamento dos “horizontes intelectuais”, foram pouco exploradas no âmbito dos

---

<sup>3</sup> *Na Barricada*, 28 de outubro de 1915, ano I, n.º 21, p. 2.

<sup>4</sup> *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911, ano III, n.º 33, p. 261-263.

<sup>5</sup> *Idem*

estudos sobre o movimento anarquista e sindicalista. Nos últimos anos, os debates impulsionados pelas novas propostas em torno da micro-história e dos estudos biográficos, revitalizados pela História Transnacional, História Conectada, História Global, trouxeram novos embates e um novo fôlego ao campo historiográfico, resgatando objetos e propondo novas perspectivas de análise. Neste sentido, o olhar para trajetórias individuais, inspirado nas propostas da nova biografia, podem contribuir com novas reflexões a respeito de temas consagradas pela história política.

Nas páginas anteriores procuramos analisar a propagação das correntes libertárias que circularam pelo Atlântico no alvorecer do século XX, em certa medida impulsionada por “forças invisíveis” atuantes no Continente Americano e pelas medidas de controle da ordem desenvolvidas pelos republicanos brasileiros e portugueses. A partir da trajetória de Pinto Quartim, então como “fio condutor” desta tese, pode-se conhecer partes essenciais que compunham essas “ondas”, que agitaram as profundas águas atlânticas, ajudando a desvendar o emaranhado de uma rede transnacional que, ao cruzar o oceano, contribuía para o desenvolvimento do ideal anarquista nos lados opostos do Atlântico.

António Luís Gomes da Silva, discípulo de Pinto Quartim em Coimbra e quem apresentou Kropotkine ao jovem estudante da cátedra de direito, não foi só mais um aluno brasileiro entre a multidão de capas pretas na tradicional Universidade, mas atuou para o alargamento dos horizontes intelectuais da geração de estudantes universitários, nos princípios do século XX. A presença de Gomes da Silva, inseparável companheiro de Campos Lima, da sebenta e das noitadas literárias, transformou os espaços onde viveu num importante centro de debate e propaganda dos ideais libertários, influenciando uma geração académica que precedeu à implantação da República em Portugal, conhecida como geração dos “estudantes revolucionários de Coimbra.” Em outras palavras, além das noções libertárias que chegavam através dos caminhos de ferros, que ligavam Portugal à França, a geração académica da qual Pinto Quartim fez parte também conviveu com experiências forjadas nas regiões do extremo Sul do Brasil, historicamente marcada pelas relações com os vizinhos de fala castelhana.

Ao cruzar o Atlântico, Pinto Quartim travou contacto com diferentes vozes, quase sempre silenciadas, o que condiz com a imagem apresentada por Neno Vasco aos camaradas portugueses em 1911, reforçando a imagem do “alargamento dos horizontes intelectuais.” O motim presenciado pelo jornalista na terceira classe do paquete *Darro*, protagonizado pelo passageiro de nome Martinez, antigo cocheiro da cervejaria Brahma,

revela que ao mesmo tempo em que houve exploração e contradições no transporte de pessoas através do Atlântico, também houve resistência. Trajetórias como a do cocheiro podem ajudar a compreender a circulação de ideias entre regiões do Atlântico Sul e do Norte. Martinez havia presenciado e tomado parte nos principais movimentos de contestação liderados pela classe dos trabalhadores de transporte no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, que podem ter contribuído na reação às contradições experimentadas a bordo do transatlântico.

Em relação as propostas centrais deste estudo, de analisar a propagação da “onda libertária” atlântica, podemos concluir que ao tocar às margens do litoral Sul do Atlântico a onda ganhava força e tamanho a partir da influência da realidade, das contradições do clima tropical e das “forças invisíveis” de atração atuantes na América, sobretudo nas grandes cidades, como na capital brasileira. Região marcada pelas contradições que envolviam o desenvolvimento do capitalismo, pelas relações de trabalho escravo e pelo colonialismo.

Como vimos nas páginas anteriores, ao desembarcar na capital brasileira o “perigoso anarquista” encontrou uma liderança libertária formada quase exclusivamente por brasileiros natos, com destaque para os militantes Orlando Corrêa Lopes, José Oiticica e Astrojildo Pereira, ou então por indivíduos com passagem pela Argentina, como o espanhol Primitivo Soares que, antes de colaborar no mensário *A Vida*, viveu uma odisseia entre o Brasil e Argentina. A estada no Rio possibilitou ao jovem anarquista o contacto com uma rede multiétnica, favorecida pelo cosmopolitismo da cidade, mas também a vivência com o protagonismo de militantes e dirigentes nascidos no Brasil.

A partir das relações estabelecidas pelo jornalista na capital brasileira pode-se perceber como ocorriam os contactos entre militantes e indivíduos de diferentes países que cruzavam o Atlântico, bem como os caminhos escolhidos pelos propagandistas, com origem no Continente europeu, na aproximação com a massa operária brasileira. No contexto do 2º Congresso Operário Brasileiro, o elo de ligação, o meio de inserção no movimento sindicalista, nem sempre era pela porta dos sindicatos ou das associações de classe, mas através de grupos de afinidades ou de livre-pensamento, como a Liga Anticlerical e o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro. Ambos se constituíram como importantes espaços de socialização, fermentação ideológica e de aproximação com os trabalhadores cariocas.

Portanto, quando mapeamos os fios que conectavam o anarquismo com o movimento operário no Brasil, através de uma lente microscópica, nos deparamos muitas

vezes com a convivência de dois movimentos. Temos de um lado o movimento dos trabalhadores que se organizava por meio da luta de classes, pela defesa dos interesses em comum, como melhores condições de trabalho, redução das jornadas, aumento de salários, e do outro um movimento de ideias, formado em sua quase totalidade por indivíduos originários dos meios burgueses. No entanto, muitos libertários viam no sindicato um instrumento, um meio de ação para transformação social, um caminho à sociedade anárquica.

A partir das publicações de Pinto Quartim e, principalmente dos editoriais sob sua direção até o momento em que foi expulso para o Brasil, é possível perceber que para parte da “onda libertária” que circulou pelo Atlântico em direção à América, na segunda década do século XX, o sindicato apresentava-se como um meio, do que uma corrente autónoma ou independente. As bases organizativas da futura sociedade estavam fundadas não no sindicato, mas no anarquismo. Nos textos publicados pelo “perigoso anarquista”, a futura sociedade, idealizada nas páginas do seu semanário *Terra Livre*, pode ser representada pela noção de “Terra Livre.” Para o jovem anarquista a futura organização social baseava-se na livre socialização do solo, das matérias primas, dos instrumentos de trabalho, na qual o consumo levasse em consideração a satisfação das necessidades de cada indivíduo. Ideia sintetizada na clássica fórmula: “a cada um segundo as suas necessidades e a cada um segundo a suas aptidões e energias.” Neste sentido, as bases organizativas da futura sociedade fundamentavam-se no anarco-comunismo e não no sindicalismo, como acreditavam alguns adeptos da corrente sindicalista. Assim como para o grupo editor do semanário *Terra Livre* como para o seu diretor, o sindicato constituía-se essencialmente num meio, numa fase, um aspecto da luta social que conduziria à transformação social. Um ambiente de preparação para a sociedade futura, baseada economicamente na socialização da produção e do consumo e politicamente na abolição da autoridade. Nesta “Terra Livre”, cujas bases eram inspirada nas propostas de Kropotkine para uma “sociedade de consumo”, a produção está subordinada ao consumo.

As concepções manifestadas em 1913, na ocasião da sua expulsão, eram diferentes daquelas defendidas em 1907, quando o jovem Quartim escreveu o opúsculo *Mocidade, Vivei!*. Em sua obra de profissão de fé ao anarquismo, o anarquista argumentava que o estudo das questões sociais e das concepções modernas, conduziria automaticamente, fatalmente, à revolução social e à nova sociedade, fundada na igualdade, na liberdade e na solidariedade entre todos os indivíduos.

Já nos finais da segunda década do século XX, a atuação mais próxima da organização social dos trabalhadores portugueses, ao mesmo tempo que reflete a evolução do anarquismo operário de Malatesta no país, com a crescente participação de anarcosindicalistas nos sindicatos, representa um estágio das concepções de Pinto Quartim a respeito do sindicato. Encontramos o experimentado anarquista ao lado de importantes lideranças sindicais e do movimento operário, colaborando para impulsionar a imprensa operária e a Conferência Operária Nacional (Região do Sul), realizada em 1917. Na tese “sobre a carestia da vida”, que preparou para a conferência encontramos os principais traços dessa “evolução”. No documento, Pinto Quartim aconselhava as ações por melhorias imediatas como forma de atenuar a carestia da vida, por meio da ação direta e da boicotagem dos produtores exercida, não somente no campo do consumo, mas também no terreno da produção.

Assim como Neno Vasco e como Malatesta, o mais importante teórico do anarquismo operário, Pinto Quartim reconhecia as limitações das melhorias de curto prazo, que segundo o anarquista eram meros paliativos, por isso acrescentava na tese “sobre a carestia da vida” que além do aumento dos salários, o proletariado deveria organizar-se, solidarizar-se e preparar-se para a futura sociedade “que será tanto mais cedo quando mais rápida for essa preparação – proceder a expropriação da terra, da matéria prima e dos meios de produção, fazendo-os reverter em propriedade em proveito de todos. E, então, e só então, acabar-se-á a carestia da vida.”<sup>6</sup>

Todas estas experiências convergiram para o êxito do diário *A Batalha*. Assim como o componedor, peça fundamental na composição dos jornais operários nos princípios do século XX, na qual o tipógrafo alinha os caracteres móveis, Pinto Quartim uniu em torno de si intelectuais anarquistas e operários tipógrafos que em fevereiro de 1919 levaram a cabo o nascimento do porta-voz da Confederação Operária Portuguesa. Como jornalista profissional Quartim “tinha a noção exata do que era um jornal”, como funcionava uma oficina tipográfica, a composição gráfica das páginas, a linguagem, os recursos necessários para a obra almejada. Como chefe de redação “sabia avaliar o alcance e o significado de uma reportagem, de uma notícia, de uma crónica ou de um

---

<sup>6</sup> Conferência Operária Nacional – Região do Sul. *Sobre a carestia da vida*. (Tese apresentada à Conferência promovida pela UON em abril e maio de 1917). Lisboa: Oficinas Gráficas, 1917.

artigo. Movimentava com segurança e eficácia todas as peças desta máquina complexa e desta abrasadora fogueira que é a informação.”<sup>7</sup>

Em março de 1970, o republicano e intelectual português Nuno Simões (1894-1975), propagador do luso-brasileirismo em Portugal,<sup>8</sup> membro da Sociedade Luso-Africana e entusiasta da política de desenvolvimento de Norton de Matos para as colónias portuguesas na África, registava nas páginas da imprensa portuguesa a marca indelével da origem de Pinto Quartim. De acordo com o ilustre jornalista, “ele (Pinto Quartim) realizou, pode dizer-se, o ideal português, pois, nascido no Brasil, de mãe brasileira e de pai português, realizou o luso-brasileirismo ‘*en beauté*’”.<sup>9</sup> A expressão de Nuno Simões, impressa na ocasião da morte de Quartim, capta com precisão a imagem mais marcante do militante nascido no Brasil, de fala “muito cantante e viciosa”, que motivou os esforços em resgatar parte da sua história nas páginas anteriores. Ideário que também se realizava em seus familiares. Seu estimado tio, o comerciante e banqueiro António Thomas Quartim se fez “brasileiro” através das relações comerciais, culturais e políticas que estabeleceu entre Brasil e Portugal, reforçando a exemplaridade da família na aproximação entre os dois países. Identidade que, apesar da linha ténue que separa o indivíduo da imagem que se espera dele, Pinto Quartim cumpriu não somente nos laços sanguíneos.

A sua origem no Rio de Janeiro, as relações ultramarinas construídas pelos seus familiares, a atuação profissional e política nos dois lados do Atlântico, as redes de sociabilidade que construiu o longo da sua vida, contribuíram para a realização da “beleza” do ideário de aproximação cultural e política entre Brasil e Portugal. Ideário reforçado pelo ritual do seu batismo na capital brasileira nos finais do século XIX, carregado de imagens e simbolismos ligados à Portugal, que foram emoldurados pela escolha da data pelos pais e familiares de Pinto Quartim. O dia certamente não fora

---

<sup>7</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 8 de fevereiro de 1970. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-635. *Item 635 - Colecção de recortes de imprensa de obituários de Pinto Quartim. Data(s): 1970 (Produção).*

<sup>8</sup> Para Nuno Simões o luso-brasileirismo fundamentava-se “nos laços de sangue, de língua, tradições, história e amizade comum dos dois países, de modo que dentro de cada sociedade, brasileira e portuguesa, permaneça uma base de unanimidade, coordenação e motivação perante as relações económicas, políticas, sociais e culturais”. FERREIRA, Arminda E. *O Luso-Brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões. Esboço de um estudo de natureza Biográfica*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005, p. 12-13.

<sup>9</sup> *Jornal do Porto*, 16 de março de 1970, p. 1-2. Arquivo de História Social, ICS. Fundo PQ, Espólio Pinto Quartim. PT AHS-ICS PQ-DOC-635. *Item 635 - Colecção de recortes de imprensa de obituários de Pinto Quartim. Data(s): 1970 (Produção).*

definido aleatoriamente, mas revela a intenção de legitimar o ato através da representatividade da data para os portugueses, incluindo os colonos residentes no Rio de Janeiro naquele momento.

Em 1880, Teófilo Braga, ao comentar sobre o carácter das comemorações de Camões no Brasil, destacou o papel do evento na construção do luso-brasileirismo fora das fronteiras portuguesas. Se, em Portugal a data correspondeu à um momento de “revivescência nacional”, no Brasil, de acordo com Teófilo Braga, a celebração do 10 de junho “teve uma significação profundíssima, harmonizando dois povos, filhos da mesma tradição, que estavam em desconfiança hostil por errados preconceitos políticos.”<sup>10</sup> A escolha do brasileiro Joaquim Nabuco para proferir o discurso em junho de 1880 foi um exemplo do desejo dos organizadores das festividades no Brasil de reforçar a aproximação com Portugal. Ou seja, símbolos que os familiares de Pinto Quartim foram buscar em 1887 para legitimar o ato do seu batismo, imagens que acompanhou o jornalista ao longo de sua vida, e que não ficaram esquecidos por Nuno Simões na ocasião da morte do antigo colega de redação.

No entanto, o ideário do luso-brasileirismo cumpria-se não somente em sua origem, mas na própria vivência, num quotidiano marcado pela presença das duas realidades culturais, que o exílio no Rio de Janeiro contribuiu para unificar ainda mais. As mesmas forças que teceram a realização da “beleza” do luso-brasileirismo em Pinto Quartim, também exerceram ação em sua formação ideológica, mas não como um destino, uma marca identitária que esperava-se cumprir ao longo de uma vida, onde as contradições e lutas ocupam um plano intermediário ou sem importância.

Ou seja, para além de um anarquista pelo facto, um anarco-comunista, um anarco-sindicalista, um propagandista de ideias ou um indesejável da ordem, como os republicanos portugueses e brasileiros procuraram imprimir na opinião pública, Pinto Quartim foi um homem do seu tempo, condicionado pelas múltiplas realidades e ambientes que experimentou, dos lupanares aos palácios, das tabernas à cátedra, vivendo as convenções do seu meio, preso mais à trama do quotidiano do que às estrelas próprias do idealismo. Em 1º de maio de 1924, Malatesta, ao refletir nas páginas da revista *Pensiero e Volontà* sobre os meios para alcançar a revolução libertária, escreveu as seguintes palavras: “Por mim, eu creio que não há ‘uma solução’ para os problemas

---

<sup>10</sup> BRAGA, Theophilo. *História das Ideias... op. cit...* p. 357-359.

sociais, mas mil soluções diversas e variáveis, como diversa e variável é, no tempo e no espaço, a vida social.”<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> FREIRE, João. *Errico Malatesta: dois textos da maturidade – seleção, tradução e apresentação de João Freire*. Suplemente ao n.º 5 da revista *A Ideia*. Lisboa, Sementeira, 1991, p. 5.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### Fontes de Arquivo

##### **Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)**

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil). Assento de Batismo da Igreja de Santo António, livro 8, folha 12.

##### **Arquivo Distrital de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal)**

Arquivo Distrital de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal). PT-ADVCT-GCVCT-A-001-00009\_m0047. Registos de Passaportes 1835/1966. *Passaporte de Braz Leão Soares Quartin, Governo Civil do distrito de Viana do Castelo, 20 de fevereiro de 1869.*

##### **Arquivo Municipal de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal)**

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal). PT/AMVCT/AG.FPOS.000679. *Rua de Monserrate, Viana do Castelo, chalet de António Tomás Quartin.*

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (Viana do Castelo, Portugal). T/AMVCT/AG.FPOS.000504. *Chalet de António Tomás Quartin e mercado do gado.*

##### **Arquivo de História Social - Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal)**

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal) Fundo CO, Espólio César Oliveira. PT AHS-ICS CO-50. LIMA, Campos. *Os meus dez dias em Paris.* Coimbra, Typ. Democrática-Editora, 1906. Arquivo de História Social – Instituto de Ciências Sociais.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-B-788. LIMA, Campos. *A questão social: conferência feita na Liga das Artes Gráficas, do Porto, em 22 de outubro de 1905.* Coimbra, N. E. A.- Typographia Democrática, 1906.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-DOC-567. QUARTIM, Pinto. *Como me tornei anarquista.* (manuscrito). Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-DOC-507. *Item 507 - Textos de Pinto Quartin sobre a Questão Académica de 1907.* QUARTIM, Pinto. *Eu e a questão académica: o meu processo académico.* Lisboa, 18 de outubro de 1907. (manuscrito).

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-466. *Item 466 - «O Livre Pensamento no Brasil», texto ms.* Data(s): s.d. (Produção).

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-472. *Item 472 - «O Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas», planeamento (?) de obra (?) de Pinto Quartim.* Data(s): s.d. (Produção).

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-B-390. QUARTIM, Pinto. *O Syndicalismo e os Intelectuaes.* Rio de Janeiro: Agência Lux, 1921.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-FB. Fundo bibliográfico de Pinto Quartin. QUARTIM, Pinto. *Mocidade, Vivei!*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & c.ta., 1907.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-B-920. QUARTIM, Pinto. A vida cultural de Angola. In *Portugal de Além-mar*. [S.l. : s.n., 1943].

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-CP-96. *Subsérie 096 - Correspondência de Livraria Clássica Editora, 1907 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-CP-003. *Subsérie 003 - Correspondência de José de Almeida, 1952-1953 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-CP-307. *Subsérie 307 - Correspondência de Lucinda Cardoso Tavares. 1907 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-290. *Subsérie 290 - Correspondência de Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, Susana Quintanilha e outros. Data: 1914 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-361. *Subsérie 361 - Correspondência de António José d'Ávila. 1911-1912 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-226. *Subsérie 226 - Correspondência de Aurélio Quintanilha. 1926-1964 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-249. *Subsérie 249 - Correspondência de Escola Liberal de Setúbal. Data: 14 de abril de 1908.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-269. *Subsérie 269 - Correspondência de Carlos Rates. Data(s): 1944 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-034. *Subsérie 034 - Correspondência de A Capital. Data: 15 de janeiro de 1912.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-CP-207. *Subsérie 207 - Correspondência de António Tomás Quartin (Tio de Pinto Quartin). Data(s): 1902-1931 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-026. *Subsérie 026 - Correspondência de Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Data: 1º de janeiro de 1914.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-029. *Subsérie 029 - Correspondência de Jaime Brasil. Data(s): 1923-1959 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-362. *Subsérie 362 - Correspondência de Neno Vasco. Data(s): 1914 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-255. *Subsérie 255 - Correspondência de Carlos A. de Lacerda (da Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro). Data(s): 1914-1915 (Produção)*.

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-078. *Subsérie 078 - Correspondência de Nilo Ferreira. Data: 2 de fevereiro de 1915.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-063. *Subsérie 063 - Correspondência de Gigi Damiani. Data: 20 de março de 1915.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-025. *Subsérie 025 - Correspondência de Astrogildo Pereira. Data: 1914 (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-157. *Subsérie 157 - Correspondência de Costa Sacadura. Data(s): 1915-1954 (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-033. *Correspondência de António Bernardo Canellas. Paris, novembro de 1920. Arquivo de História Social. Espólio Pinto Quartim.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-340. *Item 340 - Voz do Operário – Correspondência. Data(s): 1912-1955 (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-322. *Subsérie 322 - Correspondência de João Amaral (Ideia Nacional). Data: 30 de abril de 1927.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-505. *Item 505 - Exposição de Pinto Quartin dirigida ao ministro dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa, sobre a sua prisão na sequência de ter sido considerado suspeito de ter instigado um atentado à Bomba no jornal «Terra Livre». Data: 11 de agosto de 1913.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-CP-296. *Subsérie 296 - Abaixo-assinado de aderentes à Conferência Anarquista da Região Sul, dirigido a Pinto Quartim, participando organização de campanha no sentido deste poder regressar do Brasil para Portugal. Data: Lisboa, 28 de junho de 1914.*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-567. *Item 567 - Apontamentos biográficos, esboços de autobiografia de Pinto Quartin, recortes de imprensa com notícias contendo dados biográficos. Data(s): 1942-1960 s.d. (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-574. *Item 574 - Coleção de documentos relativos a Brás Leão Soares Quartin e sua viúva Guilhermina Pinto Quartin, pais de António Pinto Quartin. Data(s): 1893-1914 s.d. (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-P-100. *Item 100 - «Terra Livre». Com este título aparecerá brevemente, em Lisboa, um semanário anarquista. Apelo a todos os que professam as ideias anarquistas ou que com elas simpatizam / A. J. Avila, Carlos Rates, Pinto Quartim e Jorge Campêlo. Data: 1912-01-10 (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT-AHS-ICS-PQ-DOC-432. *Item 432 - Artigos de Pinto Quartin: A colonização e a mestiçagem; Contra o tráfico da mulher; A colonização de Angola; Em defesa do arvoredo urbano; População dispersa é população empobrecida; Terras de brancos ... em país de pretos» (incompleto); "Saber Mandar - Saber obedecer". Data(s): 1933-1938 s.d. (Produção).*

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-DOC-414. *Item 414 - Texto sobre a colaboração de Pinto Quartin na imprensa de Angola: O Planalto (Benguela); Província de Angola (Luanda); Última Hora; etc. O Planalto (Benguela); Província de Angola (Luanda); Última Hora; etc.* Data(s): s.d. (Produção).

Arquivo de História Social, ICS (Lisboa, Portugal). Fundo PQ, Espólio Pinto Quartin. PT AHS-ICS PQ-DOC-635. *Item 635 - Coleção de recortes de imprensa de obituários de Pinto Quartin. Data(s): 1970 (Produção).*

#### **Arquivo Histórico Diplomático (Lisboa, Portugal)**

Arquivo Histórico Diplomático (Lisboa, Portugal). Pasta: Anarquistas portugueses e de outras nacionalidades expulsos da República Argentina e do Brasil. Armário 12, 2º piso, maço 50. *Correspondência de Bernardino Machado ao Ministro do Negócios Estrangeiros em Portugal. Legação de Portugal. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1913.*

#### **Arquivo Histórico Social – Biblioteca Nacional de Portugal**

Arquivo Histórico Social (BNP, Lisboa, Portugal). N. 61 - Núcleo Adriano Botelho. (Espólio - reservados), Maço 2547. *Conferência anarquista.*

Arquivo Histórico Social / Projecto Mosca (BNP, Lisboa, Portugal). BNP/N61/Núcleo Neno Vasco/CX55-55<sup>a</sup>. *Os anarquistas no movimento operário. Tese apresentada pelo grupo editor da Brochura Social à conferência Anarquista da Região Sul reunida em Lisboa em 27 e 28 de junho de 1914.*

Arquivo Histórico Social (BPN, Lisboa, Portugal). BNP/ESP/N-61/ Cx58. *Correspondências de Campos Lima a Neno Vasco, 1907-1910.*

#### **Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil)**

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF. Notação: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.14211. *Relação de Passageiros em vapores, Porto do Rio de Janeiro. Vapor: Darro, 04 de setembro de - 1913. Procedência: Liverpool.*

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). Fundo: Congresso Operário, Código do fundo: COB, período 1906-1913. Microfilme AN545-2004. *Astrogildo Pereira. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1913. Cópia do convite feito à Federación Obrera Regional Argentina e Federación Obrera Regional Uruguáia, para que enviem representantes ao Segundo Congresso Operários Brasileiro.*

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Coleções: Brasões BR RJANRIO 0D.0.0.22.

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)**

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa, Portugal), Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Direção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Governo Civil de Lisboa, Caixa 232. Cota antiga: NT 1419; NR 2137. *Correspondências recebidas, fevereiro de 1916.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portuga). Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Mç. 115, n.º 8, cx. 115/ Mç. 88, n.º 2, cx. 88. *Sentença cível em que é autor Ricardo Leão Quartin. Datas de produção: 1798 a 1798.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal). Fundo: PIDE, Processo, nº 411.sc/CI (2), np. 7007. *Conjunto de documentos da PIDE – Polícia Internacional e de defesa do Estado, processo: Pinto Quartim.*

### **Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal)**

Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Livro de Matrículas 125, p.70, matrícula n.º 247. Livro 1.º ano de direito – 1900/1901.

Arquivo da Universidade de Coimbra. Depósito IV, secção 1º E, estante 10, tabela 5, n.º. 3. Polícia Académica: *Termos de correção policial aos estudantes 1839-1907.*

### **Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil)**

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-1. *Congresso Internacional da Paz (Relatório da Comissão Organizadora), Rio de Janeiro 14 de outubro de 1915.*

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Carta de adhesión, Los Hijos de Acracia, Sevilla, 14 de setembro de 1915.*

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, Lisboa 17 de setembro de 1915.*

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da União Anarquista Comunista da Região do Sul de Portugal. Lisboa, 7 de setembro de 1915.*

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), (São Paulo, Brasil). Fundo: Astrojildo Pereira/ASMOB. ARCH.A.2,2(3)-4. *Correspondência da Federación Obrera Regional Argentina. Buenos Aires, 25 de agosto e 7 de outubro de 1915.*

### **Fundação Mário Soares / AMS - Arquivo Mário Soares (Lisboa, Portugal)**

Fundação Mário Soares / AMS - Arquivo Mário Soares - Fotografias Exposição Permanente. Pasta: 07381.296.005. “Ao País. Dos Estudantes Revolucionários de Coimbra”, 4 de dezembro de 1906. Coimbra: Typ. Literária. Consult: 4 de dezembro de 2018. Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_115008](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_115008)

Fundação Mário Soares / DCD - Documentos Carvalhão Duarte/Simões Raposo. Pasta: 04503.001.006. *A revogação da Lei de 13 de fevereiro - Projecto de Trindade Coelho, fevereiro de 1907.* Consult: 1º de fevereiro de 2019. Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_147111](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147111)

Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Carta de Carlos Rates sobre a sua adesão à União Nacional. Julho de 1931. Pasta: 09769.162. Consult: 25 de abril de 2019. disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.162>

Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Alexandre Vieira. *Figuras gradas: António Pinto Quartim: jornalista de vanguarda.* (s.d.). Pasta: 09769.140. Consult: 21 de junho de 2019. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.140>

Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. *Sem título.* Lisboa, 23 de junho de 1968. Pasta: 09771.114 Consult: 8 de setembro de 2018. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09771.114>

Fundação Mário Soares, Fundo: Alberto Pedroso. “Conferência Operária Nacional (Região Sul). Sobre a Carestia de Vida”. Data: abril e maio de 1917. Pasta: 09772.130. Consult: 12 de dezembro de 2019. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09772.132>

### **Museu Imperial (Petrópolis, Brasil)**

Museu Imperial, (Petrópolis, Brasil). Digitalização do Acervo do Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. *Fotografia mostrando a praça Visconde de Mauá. Veem-se,*

*ao fundo, a entrada do Museu Imperial e a casa do barão de Quartim, Petrópolis, 1948.*  
Consult: 7 de junho de 2018. Disponível: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/5826>

### **Museu do Neorealismo (Vila Franca de Xira, Portugal)**

Acervo Hemeroteca do Museu do Neo-Realismo, (Vila Franca de Xira, Portugal). PP 129/A. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascido no Brasil. Rua Larga: revista de antigos estudantes de Coimbra, n° 54.* Coimbra: Tipografia Comercial, 1961.

### **Legislação**

*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.* Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte na cidade do Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891, terceiro da República.

*Decreto n.º 1641,* Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1907. (Lei Adolfo Gordo).

*Diário do Governo,* n.º 37, de 15 de fevereiro. Ministério dos Negócios Eclesiástico e de Justiça. In *Collecção oficial de Legislação Portuguesa: anno de 1896.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 33-34.

*Diário do Governo,* n.º 51, de 5 de março de 1907. Ministério do Negócios do Reino. In *Collecção oficial de legislação portuguesa – anno 1907.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p. 108.

*Diário do Governo,* n.º 190, de 27 de agosto de 1907. Ministério do Negócios do Reino. In *Collecção oficial de legislação portuguesa – anno 1907.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p. 767.

Estatuto da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. *Diário Oficial.* 17 de outubro de 1906. p. 3367.

Município de Lisboa, edital n.º 12/79 – toponímia. Paços do Concelho de Lisboa, em 29 de janeiro de 1979. p. 642. *Diário municipal,* n.º 13074, de 5 de fevereiro de 1979.

### **PERIÓDICOS (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA)**

*A Época,* Rio de Janeiro, 1913-1915

*A Federação,* Porto Alegre, 1895-1919

*A Illustração Brasileira,* Rio de Janeiro, 1914

*A Lanterna,* São Paulo, 1913-1914

*A Notícia,* Rio de Janeiro, 1913-1915

*A Noite,* Rio de Janeiro, 1913

*Brazil Magazine,* São Paulo, 1907

*Campeão Lusitano,* Rio de Janeiro, 1884

*Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 1912-1913

*Gazeta de Notícias,* Rio de Janeiro, 1914

*Gazeta Luzinata,* Rio de Janeiro, 1887

*Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 1907

*Jornal do Comércio,* Rio de Janeiro, 1890-1913

*O Noticiador,* Vila do Rio Grande do Sul, 1833

*O Paiz,* Rio de Janeiro, 1890-1915

**PERIÓDICOS (BNP, ICS, AMOSB, CEDEM, AEL DIGIT@L, HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA, RIC.SLHI)**

*A Vida*, Rio de Janeiro, 1914 – 1915. Edição fac-similar. Organização: CMS – Centro de Memória Sindical. AMOSB – Archivio Storico Del Movimento Operario Brasiliano. São Paulo: Ícone, 1988.

*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1908-1915. Órgão da Confederação Operária Brasileira. Coleção fac-similar de 71 números, Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretaria da Cultura, Centro de Memória Sindical, 1985.

*A Alma Portuguesa*, Lisboa, 1905

*A Aurora*, Porto, 9 de março de 1913-1914

*A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 1957

*A Batalha*, Lisboa, 1919-1925

*A Capital*, Lisboa, 15 de janeiro, de 1912-1914

*A Éra Nova*, Coimbra, 1906

*A Ideia*, Lisboa, 1974

*A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911-1917

*A Revolução Social*, Porto, 12 de fevereiro de 1888

*A Vida*, Porto, 21 de novembro de 1909-1910

*Ámanhã*, Lisboa, 1909

*Aurora*, São Paulo, 1905

*Cultura Popular: Boletim do “Ateneu Popular”*, 1919

*Diário Ilustrado*, Lisboa, 3 de março de 1907

*Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 1907-1913

*Na Barricada*, Rio de Janeiro, 1915

*O Agitador*, Lisboa, 1911

*O Protesto*, Lisboa, 1908

*Pátria*, Coimbra, 1906

*Resistência*, Coimbra, 20 de agosto de 1903-1907

*Seara Nova*. Lisboa, 1991-92

*Terra Livre*, Lisboa, 1913

**OUTRAS FONTES**

*A Expulsão de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo snr. Adolfo Gordo, deputado por São Paulo*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913.

*Anuários da Universidade de Coimbra, 1895/1908*, Coimbra: Imprensa da Universidade. Consult: 24 de agosto de 2018. Disponível: <https://digitalis-dsp.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>

CANELLAS, António Bernardo. *Relatório da viagem à Europa realizado por António Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das classes trabalhadoras de Pernambuco – 21 de janeiro a 6 de setembro de 1919*. Pernambuco: António Bernardo Canellas, 1920.

CARVALHO, António V. O *chalet* Quartin. In MARQUES, António Dionísio. *Cadernos Vianenses: notícia do passado da região e Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, Tomo 41, 2008, pp.15-16.

Correspondência a Pedro Muralha. Governo Civil de Lisboa, 21 de agosto de 1913. *O Socialista*, Lisboa, agosto de 1913. *apud A Época*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1913, p. 3.

*De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS 1803 – 1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). 50.<sup>a</sup> sessão, em 4 de abril de 1907.

*Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa. 148.<sup>a</sup> Sessão, em 27 de junho de 1912.

*Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa 123.<sup>a</sup> sessão ordinária do 3.<sup>o</sup> período da 1.<sup>a</sup> Legislatura 1912-1913, em 11 de junho de 1913.

*Diário da Câmara dos Deputados*. Assembleia da República (Lisboa, Portugal). República Portuguesa. 75.<sup>a</sup> sessão ordinária, 1913-1914, em 17 de abril de 1914.

*Exposição de documentos do espólio Pinto Quartim integrada no seminário O MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTUGAL organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais. Biblioteca Nacional 4 a 7 de maio de 1981. Documento organizado por Maria Filomena Mônica.*

Expulsão de Estrangeiros, segundo a nacionalidade dos expulsos – 1907-1939. In *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V. Rio de Janeiro: BGE/Conselho Nacional de Estatística, 1939/1940.

FERREIRA, José Eugénio. *Commentario ao direito constitucional português*. Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907. Biblioteca das Ciências da Saúde/ Universidade de Coimbra.

LIMA, Campos. O movimento operário em Portugal. Dissertação para a cadeira de Ciência Económica da Faculdade de Direito apresentada no ano lectivo de 1903-1904. In *O instituto: revista científica e litteraria*. vol. 52, n.º 7, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1905, pp. 385, 518, 588, 650 e 712. ISSN: 0378-4193. Consult: 18 de julho de 2018. Disponível: <http://hdl.handle.net/10316.2/12006>

LLOYD, Reginald (org.). *Impressões do Brazil no seculo vinte: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain, 1913.

*Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1908*. vol. I. Rio de Janeiro:

Imprensa Nacional, 1908. Consult: 25 de setembro de 2019. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/873730/13046>

MONTEIRO, Mário. CAPÍTULO VIII: Os “intransigentes” de 1907. In BENOLIEL, Joshua. *Arquivo gráfico da vida portuguesa – 1903-1918*. Fascículo n.º 6, Lisboa: Bertrand, 1933-1934, pp. 173-191. Consult: 21 de janeiro de 2019. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoGraficodaVidaPortuguesa/N06/N06\\_item1/P1.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoGraficodaVidaPortuguesa/N06/N06_item1/P1.html)

PINTO, José Júlio Oliveira. Proudhon e a Economia política. In *O Instituto: jornal científico e litterario*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1853, pp. 75,85, 131,158, 189, 218. ISSN: 0378-4193. Consult: 30 de agosto de 2018. Disponível: <http://hdl.handle.net/10316.2/11908>

*Reformas dos Estudos da Universidade de Coimbra pelo decreto n.º 4 de 24 de dezembro de 1901*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902. Consult: 19 de dezembro de 2018. Disponível: <http://hdl.handle.net/10316.2/3244>

RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1896*. Oitavo ano, Rio Grande: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1896. Consult: 18 de março de 2019. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/829447/1726>

## FONTES LITERÁRIAS

BRAGA, Theophilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.

CERQUEIRA, António; NORONHA, António de. *A reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*. Bastorá: TYP. «RANGEL», 1904.

COSTA, Alberto. *O livro do doutor Assis*. 9ª Edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora - A. M. Teixeira & C.ª (filhos), 1945.

DARWIN, Charles. 1871. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: Abril Cultural, 1871.

DEUS, João de. *Cartilha maternal ou arte de leitura por João de Deus*. 3ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

GUEDES, Armando Marques. *Páginas do meu diário*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1957.

GRAÇA, Luís Martin. *Os Quartins, no Alto Minho: uma família a extinguir*. Viana do Castelo: Separata do Arquivo do Alto Minho, 1965.

HAMON, Augustin. *Psicologia do anarquista-socialista*. Lisboa: Guimarães & C.ª – Editores, 1915.

- JORGE, Ricardo. *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, L.da, 1930.
- LIMA, Campos. *A questão da Universidade: depoimento d'um estudante expulso*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & c.ta, 1907.
- LIMA, Campo. *O Estado e a evolução do direito*. Lisboa: Livrarias Ailland e Bertrand, 1914.
- LIMA, Campos. *A questão social: conferência feita na Liga das Artes Gráficas, do Porto, em 22 de outubro de 1905*. Coimbra: N.E.A., 1906.
- LIMA, Campos. *O movimento operário em Portugal*. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> – Editores, 1910. [Dissertação para a cadeira de Ciência Económica da Faculdade de Direito apresentada no ano lectivo de 1903-1904.]
- MACHADO, Bernardino. *A academia de Coimbra: discurso na presidência da inauguração do Centro académico republicano de Coimbra em 28 de janeiro de 1906*. Coimbra: Typographia França Amado, 1906.
- MAGALHÃES, Luís de. *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.
- MARTINS, Rocha. *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: Edição do autor, composto e impresso nas Oficinas Gráficas do ABC, 1925.
- NUNES, José Maria. *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários*. Lisboa: Editor José Maria Nunes, 1912.
- ORTIGÃO, Ramalho; QUEIROZ, Eça de. *As farpas – chronica mensal da política, das letras e dos costumes*. Fevereiro de 1872. Lisboa: Typographia Universal, 1872.
- PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio. *Vieira Brasileiro*. Vol. I. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- QUARTIM, Pinto. “*In illo tempore...*” A greve académica de Coimbra de 1907: uma página de História da Academia. In *Ver e crer: cada assunto vale um livro*. Lisboa: E.T.P., n.º 45, 1949, pp. 3-9.
- QUENTAL, Anthero de. *Odes modernas*. 2ª Edição, Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1875.
- QUEIROZ, Eça de. Carta-prefácio. In MAGALHÃES, Luís de. *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.
- QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron, 1901.
- QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. São Paulo: FTD, 1995.

RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, statistica*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

RIBEIRO, Manuel. *Crónicas subversivas*. Lisboa: Empresa Editora Popular, 1920.

ROCKER, Rodolfo. *O sindicalismo revolucionário e a organização operária*. Lisboa: Editorial de A BATALHA, 1925.

SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SILVA, António Gomes da. *O Redemptor Thomé*. Coimbra: Typ. Reis Leitão, 1903.

SILVA, António Gomes. *Auto Grau*. Farsa em verso. Coimbra: Edição da comissão executiva das “Festas do enterro do Grau”, 1905.

VASCO, Neno. *Da Porta da Europa: factos e ideias - 1911-1912*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Lisboa: Secção Editorial de A BATALHA, 1923.

VASCO, Neno. *Greve de inquilinos*. Lisboa: Secção Editorial de A BATALHA, 1923.

## **BIBLIOGRAFÍA**

ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: FCE, 1999.

ADDOR, Carlos Augusto. *Um homem vale um homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru/SP: Edusc, 2007, pp. 247-254.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2014.

- BAIRRADAS, Eduardo Martins. *Prémio Valmor: 1902-1952*. Lisboa: Serafim Silva-Artes Gráficas, 1988.
- BANDEIRA, Filomena. António Tomás Pinto Quartim. In NÓVOA, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa, 2003.
- BAPTISTA, Jacinto. *Surgindo vem ao longe a nova aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique de Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. Vol. II. São Paulo: Ibo-América, 1999-2000, p. 1850-1851.
- BATALHA, Claudio H. M. (coord). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BILHÃO, Isabel. *Identidade operária: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.
- BOTELHO, Adriano. *Memória e ideário: (antologia de textos)*. Açores: Secretária Regional Educação Cultura e Direcção Regional Assuntos Culturais, 1989.
- BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas: O que Falar Quer dizer*. 2ª. Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CAINE, Barbara. Introduction. In CAINE, Barbara. *Biography and history*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010, pp. 1-6.
- CÂNDIDO, Antônio. Entre Campo e Cidade. In CÂNDIDO, Antônio. *Tese e Antítese: ensaios*. Coleção Ensaios, Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, pp. 29-56.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

- CASTELO-BRANCO, João Franco. *Cartas D'el Rei D. Carlos I a João Franco Castelo-Branco seu último presidente do conselho*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 4ª Ed., 1924.
- CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal: o seu significado político-social. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª Ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.º 13, 1994.
- COLOMBO, Eduardo. A F.O.R.A.: o finalismo revolucionário. In COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- COLSON, Jean. The Quartim: an exemplar of Return Migration of traders between Portugal and Brazil. University of Southampton. *BICA Issue*, n.º 8, June 1992. [Consult. 14 de abril de 2018] <http://lucy.ukc.ac.uk/bicaweb/b8/colson.html>
- CORRÊA, Felipe. *Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2011.
- CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prisma, 2015.
- CORREIA, Natália. *A Questão Acadêmica de 1907*. Lisboa: Editorial Minotauro, 1962.
- CRUZ, Paulo Terra. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1890-1906)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese doutoramento
- CRUZ, Sara Nogueira. *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. Porto: Universidade do Porto, 2013. Dissertação de mestrado
- DAVIS, Natalie Zemon. *Trickster Travels: A Sixteenth-Century Muslim Between Worlds*. New York: Hill and Wang, 2006.
- DEACON, Desley; RUSSELL, Penny, WOOLLACOTT, Angela. (eds.). *Transnational Lives: Biographies of Global Modernity, 1700-present*. Basingstoke: Palgrave, 2010, pp. 1-14.
- DEMINICIS, Rafael Borges; FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. I. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.
- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições Senado Federal, vol. 1, 2003.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1867)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Tese doutoramento

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Alfragide: Texto Editores, 2010.

FEIJÓ, Martins César. *O revolucionário cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FERREIRA, Arminda E. *O Luso-Brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões. Esboço de um estudo de natureza Biográfica*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005.

FIGUEIREDO, Cláudia Alexandra Gonçalves. *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamento para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In HEINZ, Flávio M. (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 145-177.

FRANCO, António Cândido (et. al.). *Anarquismo moderno, mas não pós-moderno: antologia de textos publicados na revista A Ideia nos anos 80*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

FREIRE, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

FREIRE, João. Malatesta e o anarquismo português. *Ler História*, n.º 6, 1985, pp. 35-49.

FREIRE, João. Prefácio. In MENDES, Manuel da Silva. *Socialismo libertário ou anarquismo*. Lisboa: Letra Livre. Edição fac-símile, 2006.

FREIRE, João. *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

FREIRE, João. Errico Malatesta: dois textos da maturidade – seleção, tradução e apresentação de João Freire. Suplemento ao n.º 5 da revista *A Ideia*. Lisboa: Sementeira, 1991.

- FREIRE, João. «A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), Lisboa, 1981, pp. 767-826.
- FREIRE, João; ABREU, Carlos (orgs.). *Adriano Botelho - memórias & ideário*. Região Autónoma dos Açores: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1989.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da memória urbana – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- FREIRE, João. A evolução ideológica de alguns expoentes do anarquismo português no pós-guerra. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, s. 2, 10 (1-2) Jan-Dez., 1995, pp. 123-168.
- FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Vol. 4. Mem Martins: Europa-América, 1980.
- GAMA, Olinda da Conceição de Jesus. *Anarquismo e relações de género: o olhar anarquista do início do século XX*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Dissertação de mestrado
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DÍEFEL, 1991, pp. 179-202.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito. In GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 249-279.
- GÓES JR., Plínio de. *The Luso-Anarchist Reader: The Origins of Anarchism in Portugal and Brazil*. Information Age, 2017.
- GOMES, Angela de Castro. (coord.). *Velhos militantes: depoimentos* de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A Bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Biografias transnacionais, cosmopolitismo e a reforma da Polícia: Cristóvão Morais Sarmiento e a polícia em Portugal no final do século XIX. *Iberoamericana*, XVII, 64 (2017), pp. 35-55.
- GRIENBERG, Keila. (org.). *As fronteiras: da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GRIJÓ, Luiz Alberto; (et al.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. In GRIJÓ, Luiz Alberto; (et al.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 91-119.

GUILHERMINO, Cesar. *O “brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA, 1969.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão!: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ª Ed.rev. e ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

JENSEN, Richard Bach. *The Battle against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2014.

KESSLER-HARRIS, Alice. Why biography? *American Historical Review*. Vol. 114, n.º 3, June 2009, pp. 625–630.

KOCKA, Jurgen. Para além da comparação. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, pp. 279-286.

KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. [1.ª edição em francês de 1892]

KROPOTKIN, Piotr Alekeseevich. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário-Ícone Editora, 2005. [1.ª edição 1885]

KROPOTKINE, Pedro. *A moral anarquista*. Coimbra: Tip. De Lima e Irmão, 1901.

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na História do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, V. 7, n.º 2, p. 69-82, 1986.

LAMOUNIER, Aden Assunção. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista (1912-1919)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. Dissertação de mestrado

LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 112-113, 1991 (3.º-4.º), pp. 741-752.

LEITE, Joaquim da Costa. Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 463-480.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 167-182.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*. 2ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015, p. 571-595.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LINDEN, Marcel van der. *Historia transnacional del trabajo*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, 2006.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LORIGA, Sabina. The Role of the Individual in History: Biographical and Historical Writing in the Nineteenth and the Twentieth Century. In RENDERS, Hans; HAAN, Binne de., (ed.). *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Leiden/Boston: Brill, 2014, pp. 75-93.

LOUSADA, Maria Alexandre. O “espírito de associação” em Portugal. Dinâmica social e legislação (1820-1926). In LOUSADA, Maria Alexandre (et al.). *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro de homenagem a João Freire*. Lisboa: Almedina, 2017, pp.97-119.

MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989. [1.ª edição de 1903, sob o título “Nosso programa.”]

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995.

MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Dissertação de mestrado

MARQUES, João Carlos. Movimento operário brasileiro e o anarquismo no sindicato: divergências e debates em *A Voz do Trabalhador* (1908-1915). In PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice, GODINHO, Paula. (org.) *Espaços, Redes e sociabilidades. Cultura e Política no Movimento Associativo Contemporâneo*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea-FCSH/NOVA, 2016, p. 204-215. [Consult. 11 de janeiro de 2017] <http://hdl.handle.net/10362/18340>. ISBN: 978-972-96844-7-0.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

- MENEZES, Lená Medeiros; SOUSA, Fernando (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 73-80.
- MENEZES, Lená de Medeiros (org.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2011.
- MEDINA, João. Um semanário anarquista durante o primeiro Governo de Afonso Costa: “Terra Livre”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3, pp. 735-765.
- MEISTER, Daniel R. The biographical turn and the case for historical biography. *History Compass*, vol. 16, n. 1, 2017, pp. 1-10.
- MÔNICA, Maria Filomena. Os trabalhadores e os anarquistas, In FREIRE, João. *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Lisboa: Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Biblioteca Nacional, 1987, pp. 11-15.
- NETTLAU, Max. Contribución a la bibliografía anarquista de la América latina hasta 1914. In *Certamen internacional de la Protesta: en ocasión del 30 aniversario de su fundación: 1897 - 13 de junio -1927*. Bueno Aires: Editorial La Protesta, 1927, pp. 5-33.
- NEVES, José Manuel Veigas. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*. ed. 1. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2008.
- NUNES, José. *E para quê? Subsídios para a história*. Lisboa: Tipografia Adolfo de Mendonça, 1918.
- OLIVEIRA, César. Os limites da ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*, 40, pp. 679-702.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Tese de doutoramento
- PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário a história de uma ideia*. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio, 2011.
- PEREIRA, Joana Dias. “Anarcossindicalismo.” In ROLLO, Maria Fernanda. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I: A-E, Lisboa, Assembleia da República, 2013, p. 114-122.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, Vol. 127, 1994, p. 509-524.
- PETRUS. *Proudhon e a Cultura Portuguesa*. Vol. I-V. Porto: Editorial Cultura Portugal, 1968.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 1, 1979.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. *Academia de Coimbra (1880-1926): contributo para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.

PRÉPOSIET, Jean. *História do Anarquismo*. Coimbra: Edições 70, 2007.

RAMA, Carlos M; CAPPELLETTI, Angel J. *El Anarquismo em América Latina*. Venezuela: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 1990.

RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne. Introduction. The biographical turn: Biography as a critical method in the humanities and in society. In: RENDERS, Hans; RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (Eds.). *The biographical turn: Lives in history*. London and New York: Routledge, 2017, pp. 3-11.

RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne. Introduction: The Challenges of Biography Studies. In: RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne. (Eds.). *Theoretical discussions of Biography*. Approaches from history, microhistory and Life Writing. Leiden/Boston: Brill, 2014, pp. 1-8.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIALL, Lucy. The Shallow End of History? The Substance and Future of Political Biography *Journal of Interdisciplinary History*. *Journal of Interdisciplinary History*, XL: 3 (Winter 2010), pp. 375-397.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RICHARDS, Vernon. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionários*. 1.ª ed. Buenos Aires: Pupac Ediciones, 2007.

RODRIGUES, Edgar. *O despertar operário em Portugal, 1834-1911*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1980.

RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos: Portugal, 1911-1922*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1981.

RODRIGUES, Edgar. *A resistência anarco-sindicalista à ditadura: Portugal: 1922-1939*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1981.

RODRIGUES, Edgar. *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*. Lisboa: Editora Sementeira, SCARL, 1982.

RODRIGUES, Edgar. *História do movimento anarquista em Portugal*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz*. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

RODRIGUES, Luís Nuno. *Spínola: biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

RODRIGUES, Luís Nuno. *Marechal Costa Gomes: no centro da tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2000, p. 25.

ROTBURG, Robert I. Biography and Historiography: Mutual Evidentiary and Interdisciplinary Considerations. *Journal of Interdisciplinary History*, XL:3 (Winter, 2010), pp. 305-324.

SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui. *O Regicídio*. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre, 2009.

SAMIS, Alexandre. Desvio e ordem: o anarquismo e a política na República Velha. In DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 57-74.

SARMIENTO, Érica da Silva. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2006. Tese doutoramento

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A new analytical framework for understanding migration. In SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina (eds.). *Towards a transnational perspective on migration. Race, class Ethnicity, and nationalism reconsidered*. Annals of the New Academic of Sciences, New York. V. 645, 1992, pp. 1-24.

SCHMIDT, Benito. Construindo Biografia... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*. Vol. 10, n.º 19, pp. 3-21.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2002. Tese doutoramento.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, n.º 16, fev. 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2003.

SEIXAS, Maria Augusta. *Virgínia Quaresma (1882-1973). A primeira jornalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a queda da monarquia (1890-1910)*, Volume X. Lisboa: Editorial Verbo, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira. Imigração portuguesa e movimento operário no Brasil: fontes e arquivos de Lisboa. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Vol. 10, n.º 2, (Jul/Dez 1997), pp. 85-96.

SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographio portuguez*. Tomo 20º (décimo segundo do suplemento). Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

SILVA, Isabel Corrêa da Silva. *Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Divina Comédia Editores, Lisboa, 2013.

SILVA, Tiago Lemos. As concepções anarquistas do sindicalismo revolucionário em questão: acerca do debate entre Neno Vasco e João Crispim. In *Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre e Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003, pp. 231-269.

SOMBART, Werner. *Lujo y capitalismo*. Buenos Aires: Guillermo Dávalos Editor, 1958.

TAIBO, Carlos. *Anarquistas de ultramar. Anarquismo, indigenismo, descolonización*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2018.

TAVARES, Domingos. *Casas de Brasileiro: erudito e Popular na Arquitetura dos Torna-Viagem*. Porto: Dafne Editora – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora do Unicamp, 2004.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. (Coleção História do Povo Brasileiro) São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas: UNICAMP, 1993. Dissertação de mestrado.

TOLEDO, Edilene. A Trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-83.

TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: the transnational making of the syndicalist movement in São Paulo, Brazil, 1895–1935. In HIRSCH, Steven; WALT, Lucien van der. *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870–1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution*. Leiden/Boston: Brill, 2010, pp. 363-393.

- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- VASCOCELLO, Barão (org.) *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.
- VAZ, Maria João. *O crime em Lisboa: 1850-1910*. Lisboa: Tinta da China, 2014.
- VENTURA, António. *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edição Cosmos, 2000.
- VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia: feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.
- VIEIRA, Alexandre. *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*. Lisboa: Edição do autor, 1950.
- VIEIRA, Alexandre. *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do autor, 1959.
- VIEIRA, Alexandra. *Para a história do sindicalismo em Portugal*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Vol. 1, Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.
- WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- XAVIER, Alberto. *História da greve académica de 1907*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962.
- ZARAGOZA, Gonzalo. *Anarquismo argentino (1876-1912)*. Ediciones de la Torre, Madrid, 1996, p. 79.
- ZIMMERMANN, B; WERNER, M. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade. Textos de *História*, vol. 11, n.º 1-2, pp. 83-127, 2003. [original: Annales, jan./fev. 2003].
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

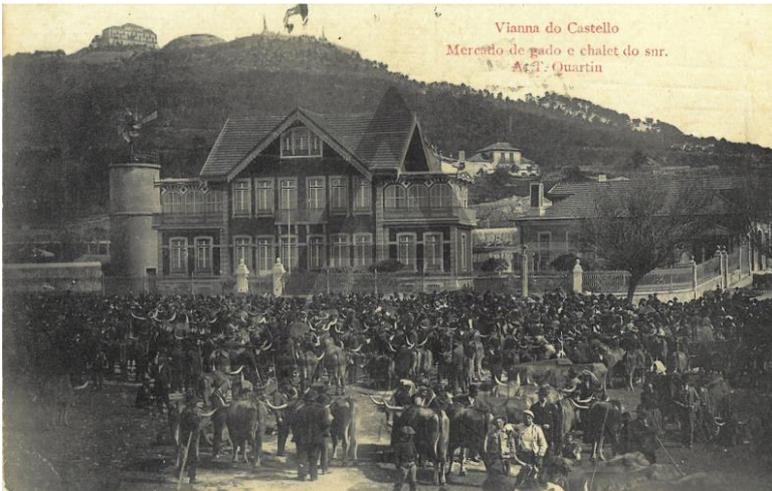
## **ANEXOS**

Anexo A



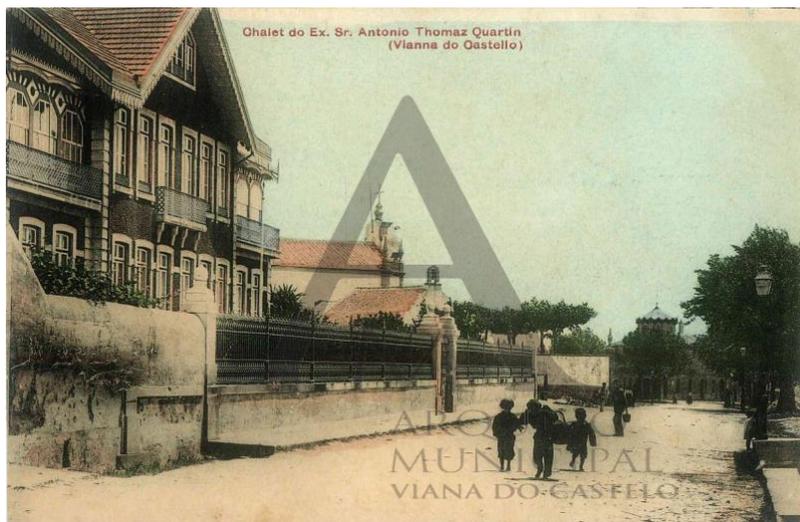
**Brasão de Armas: Barão de Quartim, data 18/04/1884**  
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Coleções: Brasões BR RJANRIO OD.0.0.22.

## Anexo B



**Bilhete postal do início do século XX.**

Arquivo Municipal de Viana do Castelo. PT/AMVCT/AG.FPOS.000504. *Viana do Castelo: Chalet de António Tomás Quartin e mercado do gado.*



**Bilhete postal do início do século XX.**

Arquivo Municipal de Viana do Castelo. PT/AMVCT/AG.FPOS.000679. *Viana do Castelo: Rua de Monserrate. Chalet de António Tomás Quartin.*

## Anexo C



**O quintanista de direito, Mário Monteiro, acompanhado do seu colega de medicina Bissaia Barreto, despede-se de Pinto Quartim, expulso de Coimbra, já no comboio em direção a Lisboa.<sup>1</sup>**

---

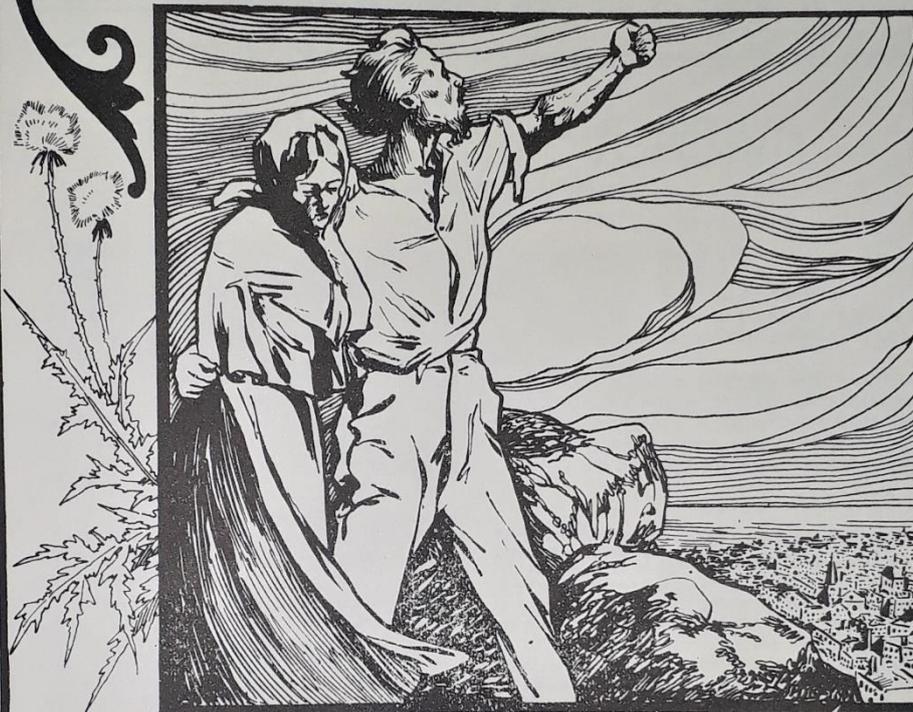
<sup>1</sup> MONTEIRO, Mário. CAPÍTULO VIII: Os “intransigentes” de 1907. In BENOLIEL, Joshua. *Arquivo gráfico da vida portuguesa – 1903-1918*. Fascículo n.º 6, Lisboa: Bertrand, 1933-1934, p. 189.

Anexo D



*A Época*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1913, p. 1.

# A VIDA



TELLES  
GONÇALVES

## Publicação mensal anarquista

(aparece no dia ultimo de cada mez)

Numero avulso . . . . . 200 reis

Assinatura anual . . . 5\$000 reis

SEDE :  
Rua Uruguayana no. 114 sobr.  
RIO DE JANEIRO - BRASIL

Iº ANO  NUM. 1

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1914

**Anexo F**



**Pinto Quartim, Correia Pires, Carlos Silva e o anarquista brasileiro Edgar Leuenroth (Lisboa, 1963)<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> RODIGUES, Edgar. *A oposição libertária... op. cit...* p. 351.

Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário  
nos dois lados do Atlântico (1887-1930)  
João Carlos Marques

Junho  
2020

Um indesejável além-mar, João Carlos Marques

Junho  
2020